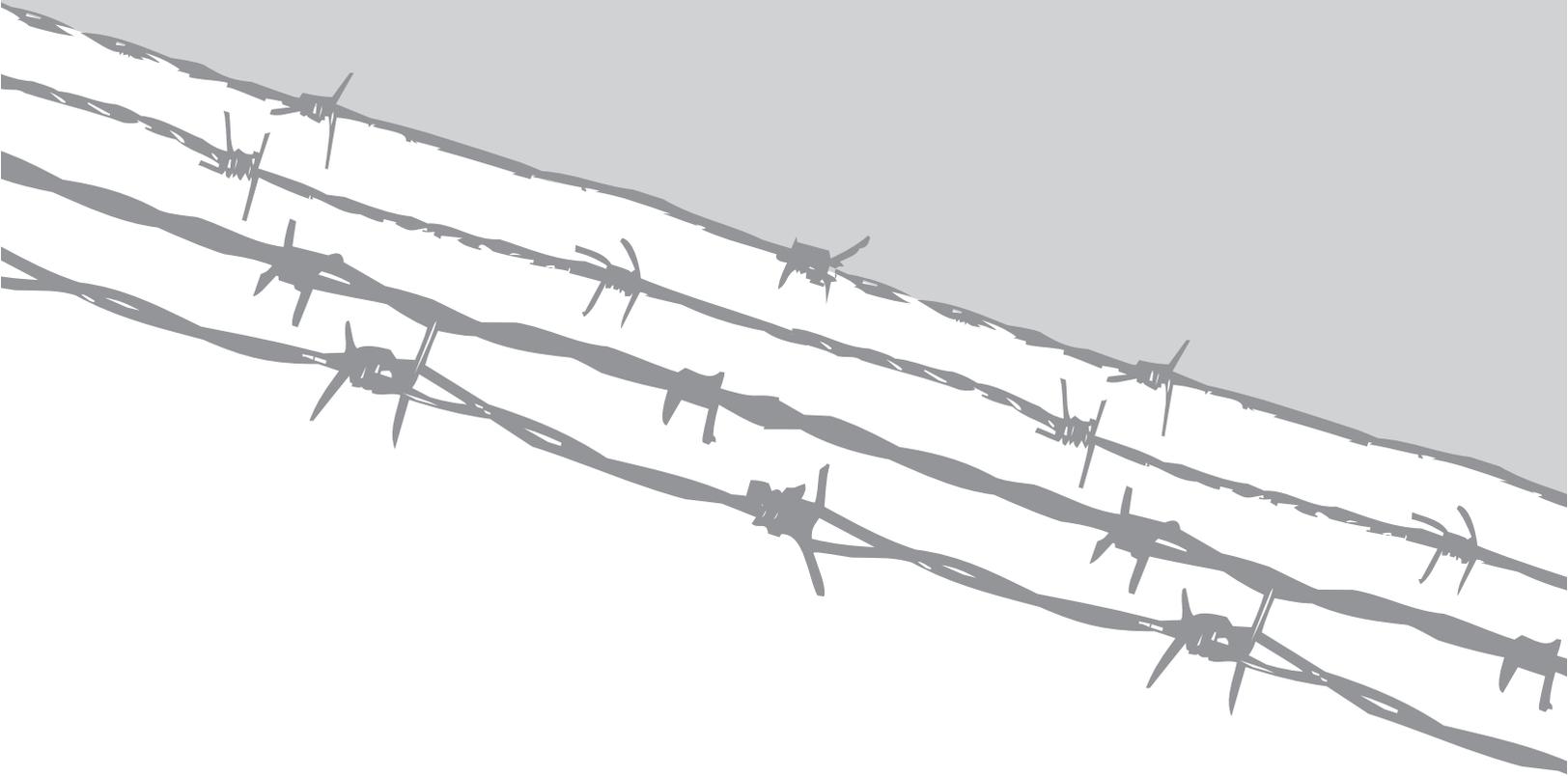


CONFLITOS NO CAMPO BRASIL

2008

Comissão Pastoral da Terra



Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2008

É uma responsabilidade da Secretaria Nacional da CPT

Rua 19, nº 35, 1º andar – Centro - 74030-090
Caixa Postal 749 - 74001-970
Goiânia-GO
Fone: (62) 4008-6466 Fax: (62) 4008-6405
Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br
Sítio: www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, Pastorais Sociais da CNBB.

A CPT é membro da **Pax Christi Internacional** e da **Right Livelihood Foundation**

Goiânia, abril de 2009

Conflitos no Campo – Brasil 2008 [Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos] – [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2008. 168 páginas. ISSN 1676-661-X

Anexado na **Geodados**.

Coordenação da CPT

Dom Xavier Gilles de Maupeou D'Ableiges – Presidente
Dom Roque Paloschi – Vice-presidente
Dirceu Luiz Fumagalli
Hermínio Canova
José Batista Gonçalves Afonso
Juvenal José da Rocha
Lucimere da Silva Leão
Maria Madalena Santos

Documentalistas CPT Nacional

Cássia Regina da Silva Luz
Inez Ethne Gontijo Neiva
Múria Carrijo Viana

Documentalistas Regionais

Maria Gorete Barbosa de Oliveira – Amazonas
Anna Maria Rizzante Gallazzi – Amapá
Célio Lima Silva – Acre
Lucimone Maria de Oliveira – Goiás
João Roberto Buzatto – Mato Grosso
Renata Costa César de Albuquerque – Nordeste (AL, PB, PE e RN)
Ivone Duarte de Moraes – Santa Catarina
Rogério Nunes da Silva – Paraná
Luiz Antônio Pasinato – Rio Grande do Sul
Dácio Alves Pereira/Edmundo Rodrigues Costa – Araguaia/Tocantins
Patrícia D. Marins Coelho/Letícia A. Rocha – Minas Gerais
Marcos Lemke – Rondônia
Maria Alves Lima – Ceará
Antônia Calixto de Carvalho/Inaldo da Conceição V. Serejo - Maranhão
Roselei Bertoldo/Gregório F. Borges/Rosa I. Lobato – Piauí
Raimunda Regina Ferreira Barros – Pará
Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul
Roseilda Cruz da Conceição – Bahia
Juvenal Rocha/Ines de Fátima Polidoro – Rio de Janeiro
Gleison Marcos Nimer - Espírito Santo

Assessoria

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Geógrafo – Unesp

Assessoria Administrativa

Marisa Soares da Silva
Elídia Moraes Aguirre

Programa DATACT

Fabiano de Moura Parente - Analista de Sistema – Universidade Salgado de Oliveira
Erlí Gonçalves Pinheiro Júnior – Consultor de Informática

Revisão

Secretaria Nacional

Produção Gráfica:

Engenho-suporte em comunicação

Diagramação:

Rogério Gomes Vendeth

Seleção de fotos

Cristiane Passos e Marília Almeida

Foto Capa:

Leonardo Melgarejo

Organização e seleção de documentos

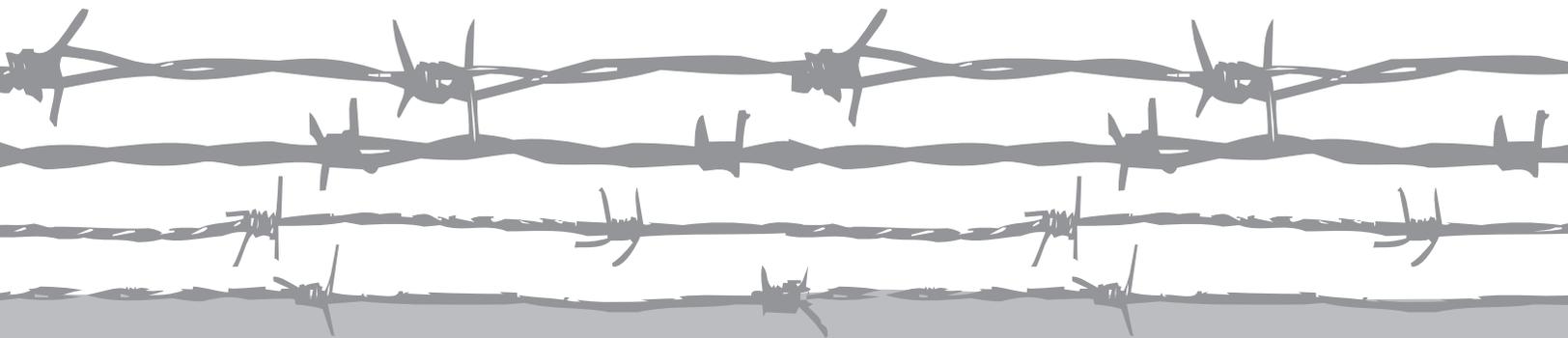
Alline Barboza de Abreu
Lucas Tadeu Duarte Martins
Gelza G. Melo
Soledade Sousa de Almeida
Thays P. Oliveira

Apoio:

EED Evangelischer Entwicklungsdienst
Fundação Eugen Lutter
Solidaridad
Pão para o Mundo

Aos povos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que enfrentaram, com persistência e firmeza, todas as dificuldades que foram sendo criadas no caminho da luta pelo reconhecimento de seu território.

Aos movimentos do campo e às pessoas que, em 2008, foram vítimas de acusações, denúncias e condenações por exigirem respeito à dignidade da pessoa, por lutarem em defesa dos Direitos Humanos e por buscarem uma convivência harmoniosa com a natureza.



Sumário

Apresentação	7
Metodologia.....	9
Tabela 1 – Comparação dos Conflitos no Campo (1999 – 2008)	16

Terra

Do respeito à lei, às leis do respeito

<i>Jacques Távora Alfonsin</i>	19
--------------------------------------	----

Tabela 2 – Conflitos no Campo	25
-------------------------------------	----

O governo Lula assumiu a contrarreforma agrária: a violência do agrobandidismo continua

<i>Ariovaldo Umbelino de Oliveira</i>	61
---	----

Tabela 3 – Violência Contra a Ocupação e a Posse (síntese)	71
--	----

A exploração minerária e suas consequências na Amazônia brasileira

<i>José Batista G. Afonso, Airton dos Reis Pereira e Raimundo G. Cruz Neto</i>	72
--	----

Tabela 4 – Terra (síntese)	79
----------------------------------	----

Syngenta entrega área de transgênicos para o estado do Paraná.	80
---	----

Água

A Água em Conflito

<i>Roberto Malvezzi (Gogó)</i>	82
--------------------------------------	----

Tabela 5 - Água (síntese)	85
---------------------------------	----

Povos indígenas se revoltam contra a construção de hidrelétricas	86
--	----

Trabalho

Trabalho escravo: o carvão, o etanol, o gado

<i>Leonardo Sakamoto</i>	88
--------------------------------	----

Tabela 6 – Trabalho (síntese)	94
-------------------------------------	----

Nova geografia do trabalho escravo brasileiro: mudança ou revelação?

<i>Xavier Plassat</i>	95
-----------------------------	----

Trabalhador escravo é torturado com ferro quente no Pará	98
--	----

Violência contra a pessoa

Tabela 7 - Violência contra a pessoa (síntese)	100
--	-----

Acumulação e expropriação, geografia da violência no campo brasileiro em 2008

<i>Carlos Walter Porto Gonçalves</i>	101
--	-----

Tabela 8 – Assassinatos	109
-------------------------------	-----

Tabela 9 – Tentativas de Assassinato	110
--	-----

<i>Agressões e ameaças contra os povos indígenas. Desafios permanentes na construção de apoios e alianças</i>	
<i>Paulo Machado Guimarães</i>	112
Tabela 10 - Ameaçados de Morte	117
Onde está nosso Deus nos conflitos no campo?	
<i>Gilvander Luiz Moreira</i>	120

Manifestações

Ocupações, acampamentos e assentamentos: o descompasso entre a luta pela terra e a política agrária do governo Lula	
<i>Paulo Alentejano e Tiago Lucas A. da Silva</i>	128
Tabela 11 – Manifestações (síntese)	135
As Mulheres e a Soberania Alimentar	136
Notas emitidas pela CPT e outros documentos	138
Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades	160
Fontes de Pesquisa	162
CPT no Brasil	167

Apresentação

Pelo vigésimo quarto ano consecutivo a CPT traz a público os dados dos Conflitos no Campo e das violências praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas e por eles heroicamente suportadas.

Esta vigésima quarta edição de Conflitos no Campo Brasil – 2008 traz algumas novidades em sua apresentação gráfica. As diferentes tabelas detalhadas sobre Conflitos por Terra, pela Água e Trabalho aparecem sistematizadas em uma única tabela geral denominada Conflitos no Campo, organizada por estados. Em cada estado são elencados os Conflitos por Terra, as Ocupações e os Acampamentos; os Conflitos pela Água e os Conflitos Trabalhistas. Para cada um destes eixos pesquisados é elaborada uma Tabela Síntese, com a soma dos conflitos de cada estado, organizados por região geográfica. Também uma tabela síntese apresenta o número de Manifestações e o número dos participantes. Já as tabelas relativas às violências, assassinatos, tentativas de assassinato e ameaçados de morte continuam detalhadas, com o nome de cada vítima e a data de cada ocorrência. Continuam, como nas edições anteriores, o quadro comparativo dos conflitos nos últimos 10 anos, e as tabelas-síntese Violência contra a Ocupação e a Posse e Violência contra a Pessoa. Esperamos com estas mudanças facilitar o acesso às informações. Já os que querem aprofundar suas pesquisas terão acesso às tabelas detalhadas, como o eram nas edições anteriores, na página eletrônica da CPT, www.cptnacional.org.br.

Apesar de se constatar que em 2008 houve um decréscimo no número de conflitos e de violências registrados, em relação ao ano anterior, muito pouco há que se comemorar. O número de assassinatos permaneceu estável, 28. Esta estabilidade, porém, sinaliza um aumento da violência, pois, em 2007, computava-se uma morte para cada 54 conflitos, já em 2008 há uma morte para cada 42 conflitos.

Mas, o mais preocupante, em 2008, é se constatar a existência de uma nova onda de criminalização dos movimentos sociais do campo e de suas lideranças. Criminalização que se expressa em ações nas diferentes esferas do poder público. Houve, em alguns estados, uma repressão mais violenta por parte do Executivo, através da polícia. No Legislativo, tanto no âmbito dos estados quanto no âmbito federal proliferaram

os ataques aos movimentos. Mas é, sobretudo na esfera do Poder Judiciário, que se sente de forma mais dura esta tentativa de criminalizar os movimentos sociais e suas lideranças. A isto faz coro a mídia que defende religiosamente o capital e seus interesses. O destaque para este ataque sistemático aos movimentos fica com o Rio Grande do Sul, onde além da truculência da polícia e das medidas judiciais, entra em cena o Ministério Público Estadual (MPE), a quem cabe a defesa dos direitos do cidadão e da sociedade, cujo Conselho Superior chegou a propor nada mais, nada menos do que a extinção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como bem acentua o professor Carlos Walter Porto Gonçalves em seu texto, a ação reacionária do governo Yeda e das ações do MPE, fez crescer todos os índices de violência contra os trabalhadores do campo no estado, em um ano em que a tendência geral foi a diminuição dos mesmos. O jurista Jacques Távora Alfonsin, analisando o que aconteceu no Rio Grande do Sul, diz, de forma magistral, que “por uma síndrome medrosa e preconceituosa, todo o povo pobre ativo - como são os sem-terra que defendem seus direitos - é visto como perigoso e tendente a praticar crimes. A mídia, com raras exceções, se encarrega de alimentar esse preconceito, ao ponto de invadir cabeça e coração de administradores públicos, juízes e formadores de opinião.”... “É de se questionar como muito estranha, portanto, a ‘escolha’ que os promotores gaúchos fizeram no sentido de perseguir, exatamente, essa gente. Em nome do que entenderam fosse o ‘respeito à lei’, esqueceram os riscos que corre a nossa soberania, a cidadania e a dignidade humana”.

A prioridade dada ao econômico pelos governos brasileiros, inclusive o do presidente Lula, acaba subordinando aos interesses do capital, tanto os direitos humanos, quanto o meio ambiente. “O respeito à lei é seletivo; ignora as leis do respeito. Cidadania e dignidade humana, por exemplo, devem ser sacrificadas no altar do socorro imediato oferecido ao capital”, diz Alfonsin.

O secretário particular do presidente Lula, Gilberto Carvalho, em entrevista à revista *Isto É*, edição de 28 de junho de 2008, expressa muito bem esta primazia do econômico sobre os demais valores: ... “em relação à reforma agrária, eu não sinto que ele (o presidente

Lula) se empenhe tanto quanto por salário e emprego. Nem quanto ao ambiente. Vou ser bem claro aqui: ele acha importante a preservação, mas, entre um cerradinho e a soja, ele é soja. O ambiente é uma questão importante, mas não é decisiva. O que é decisivo é a economia.” O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira mostra como os projetos governamentais acabam sacrificando aos interesses econômicos a floresta amazônica, protegendo e legalizando os crimes de grilagem de terras públicas. Na mesma lógica estão os projetos de mineração que tentam invadir áreas de preservação ambiental, reservas indígenas, e assentamentos da reforma agrária.

E por conta desta mesma lógica da prioridade ao econômico, o fantasma do trabalho escravo permanece. 2008 foi o ano com o maior número de casos denunciados, 280, e o número de pessoas libertadas alcançou seu segundo maior número histórico desde a criação do Grupo Móvel: 5.266, logo atrás do ano anterior (5.968). Goiás, no coração da expansão do setor sucroalcooleiro se tornou o campeão em número de trabalhadores libertados. Houve, a bem da verdade, um trabalho mais intenso do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho, mas, apesar disto, não se sente que o governo se empenhe para a aprovação da PEC 438 que determina o confisco das propriedades nas quais se flagra trabalho escravo. Subordina-se assim aos interesses da bancada ruralista para quem a propriedade é intocável, como afirma com clareza meridiana um de seus líderes, o deputado goiano Ronaldo Caiaido: “Podemos até decretar prisão perpétua nesses casos, mas não podemos colocar em risco o direito de propriedade.”, em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, em março de 2009.

Também estagnada está a Reforma Agrária, comprovando que ela não é prioridade do governo como se

depreende da fala do secretário do presidente. Isto repercute diretamente nos movimentos do campo, como diz o professor Paulo Alentejano, “o ano de 2008 viu cair ainda mais a capacidade de mobilização dos movimentos sociais rurais no Brasil, o que indica que os mesmos não foram capazes de superar os obstáculos colocados pela política de cooptação/desmobilização levada a cabo pelo governo Lula nos últimos anos”. O interesse do capital por incorporar cada dia mais áreas ao agronegócio não cessa e os números da CPT estão aí para corroborar esta afirmativa. A leitura do professor Carlos Walter mostra que 53% dos conflitos atingiram a categoria social das Comunidades Tradicionais.

A crise do sistema capitalista, aliada à problemática ambiental que provoca o aquecimento global, poderia ser a grande oportunidade para se buscar um novo modelo de desenvolvimento, alicerçada na produção de alimentos saudáveis em pequenas propriedades, limitando-se o tamanho das mesmas e democratizando o acesso à terra, respeitando formas milenares de convivência com a natureza de comunidades indígenas e de outras populações tradicionais. Isso propiciaria o aumento da ocupação e acabaria com a maior parte dos focos de conflito que atingem os homens e mulheres do campo. Mas, infelizmente, o que se assiste são tentativas de salvar um sistema calcado num consumismo voraz, concentrador de bens e riquezas e devorador dos recursos naturais e agressor dos direitos das pessoas. A CPT, na contracorrente, espera que lampejos de lucidez atinjam os dirigentes desta nação, para a construção de novas relações de respeito entre as pessoas, comunidades, povos e natureza.

A Coordenação Nacional da CPT

Metodologia

A CPT desde sua criação se defrontou com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Esta violência que saltava aos olhos começou a ser registrada sistematicamente já no final dos anos 1970. Desde 1985 os dados começaram a ser publicados anualmente em forma de cadernos. Durante este tempo, o Setor de Documentação trabalhou intensamente no levantamento de dados da luta pela terra, pela resistência na terra, pela defesa e conquista dos direitos e em 2002 começou a registrar os conflitos pela água. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa da questão agrária em escala nacional. Com este trabalho, a CPT formou uma das mais importantes bibliotecas com livros, cadernos, revistas, jornais e arquivos de pesquisas das lutas camponesas.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e tem como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, é que a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra e da água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o Setor de Documentação.

A tarefa de documentar tem uma dimensão teológica, porque, de acordo com a história bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além dessa dimensão, outras dimensões levam a CPT a fazer estes registros. As dimensões: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

- **Ética** – porque a luta pela terra é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.
- **Política** – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista da história.
- **Pedagógica** – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.
- **Histórica** – porque todo o esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.
- **Científica** – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, ela existe para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, contra o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos. Trata-se de registrar a história da luta de uma classe que secularmente foi explorada, excluída e violentada.

Procedimentos

Os dados são obtidos por meio de pesquisas primária e secundária. As pesquisas primárias são feitas pelos agentes dos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia. As pesquisas secundárias são realizadas através de levantamentos de informações e dados em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições:

movimentos sociais, sindicatos, partidos, órgãos governamentais e Igrejas; declarações e cartas assinadas e boletins de ocorrência. Essas são as fontes de nossos registros.

Quando os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a pesquisa primária realizada pelos Regionais. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se na última ação daquele conflito o maior número de famílias. No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para contagem das pessoas participantes considera-se o número inicial de pessoas, somando as diferenças a maior, nos atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação, de modo que o número total dos participantes é igual à soma das pessoas nos atos, menos o número inicial.

Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida. Conflitos agrários, muitas vezes graves, entre latifundiários ou outros agentes não são registrados. Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante o ano trabalhado.

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do *Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra* - e são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico, onde se encontram todos os dados da documentação reunida a respeito do mesmo.

Conceitos

O objeto de documentação e análise são conflitos e a violência sofrida.

Por **Conflitos** se entendem as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os conflitos são catalogados em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e em anos anteriores foram registrados conflitos sindicais.

Conflitos por Terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebra-deiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

São também enquadrados na categoria de conflitos por terra:

Ocupações que são ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social; e os

Acampamentos que são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra, organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos Trabalhistas são ações de resistência dos trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos.

Também se referem a situações de sujeição, exploração e desrespeito à pessoa e aos direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho.

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc.

Conflitos em Tempos de Seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semi-árido.

Conflitos em Áreas de Garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas, grupos indígenas e o Estado.

Conflitos Sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Estes três últimos só são publicados quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito.

Por **Violência** entende-se o constrangimento e ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

E as **Manifestações** são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

Estrutura do Banco de Dados – Datacpt

O Banco de Dados – Datacpt reúne as informações sobre os conflitos no campo no Brasil assim compreendidas: Conflitos por Terra, pela Água, Trabalhistas, em Tempos de Seca, em Áreas de Garimpo e Sindicais. Além disso, são registradas as manifestações e as diversas formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões e outras.

Do Banco de Dados retiram-se tabelas específicas para a página eletrônica da CPT, bem como para a publicação anual impressa.

Tabelas disponibilizadas na página eletrônica:

1. Uma tabela onde se registra as áreas em conflito, entendidas como ações ou lugares dos litígios. Nesta tabela constam o nome do imóvel, o número de famílias envolvidas e área em hectares.
2. Uma segunda tabela com as **ocorrências de conflitos**. Esta descreve o número de vezes que aconteceram as ações. Numa mesma área pode ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito. Aqui, registra-se o tipo de propriedade e sua respectiva situação jurídica, o número de famílias vítimas de despejo e expulsão – despejo acontece quando há retirada das famílias, via mandado judicial; expulsão quando a retirada das famílias se dá por ação privada; as vezes que as famílias tiveram bens destruídos durante as violências sofridas ou foram vítimas de ausência e ou falhas de políticas públicas. Por ausência e ou falhas de políticas públicas entende-se a falta de infraestrutura, de serviços básicos de educação, saúde, assistência técnica e crédito, a má gestão da política de assentamentos como desvios de recursos, assentamentos em

áreas inadequadas, redução de áreas de posseiros para implantação de assentamentos, não implementação dos procedimentos exigidos para se ter acesso a determinados benefícios.

3. Uma terceira tabela das **ocupações** de terra.
4. Por último, a tabela dos **acampamentos**. É importante dizer que se registra apenas o ato de acampar do respectivo ano. Não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas no País.

Os dados das três últimas tabelas são somados na tabela síntese “**Violência contra Ocupação e a Posse**”.

Os **Conflitos pela Água** são reunidos numa tabela onde se registram os seguintes tipos: diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex.: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes que diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os **Conflitos Trabalhistas** que compreendem os casos de trabalho escravo, superexploração e desrespeito trabalhista.

O **Trabalho Escravo** tem como elemento essencial e central a sujeição do trabalhador, que pode ser física e ou psicológica. A dívida crescente e impagável tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo. Em geral,

ela começa com a contratação pelo "gato", que paga a dívida do trabalhador na pensão e deixa um adiantamento para a família. A dívida aumenta durante o deslocamento até o local de trabalho, uma vez que o "gato" paga a condução e a alimentação durante os dias de viagem. Ao chegar, o peão é obrigado a comprar seus instrumentos de trabalho. No estabelecimento, quase sempre, vigora o "sistema de barracão": obrigatoriamente o peão tem que comprar alimentos e objetos no armazém da empresa, onde vigoram preços exorbitantes. Não recebe em espécie, mas em vales a serem descontados no armazém. A quebra da palavra com referência ao valor da remuneração e das condições de trabalho, combinados no ato da contratação (quase sempre verbal), eleva consideravelmente a dívida inicial em termos de horas a trabalhar. A situação descrita já caracteriza suficientemente o trabalho escravo. Porém, existem situações agudas, onde se verifica a presença de pistoleiros ou vigias armados que impedem a saída ou mesmo a fuga dos trabalhadores dos estabelecimentos. Há ainda maus tratos, ameaças implícitas ou veladas, jornadas excessivas de trabalho, alimentação de péssima qualidade e insuficiente para repor as energias de um trabalhador adulto. Na maioria dos casos falta assistência médica (chegando ao cúmulo de terem que trabalhar doentes), o local de trabalho está isolado e ocorre apreensão de documentos pessoais.

As situações de **superexploração** que acontecem na esfera salarial, referem-se às situações em que as horas de trabalho não pagas pelo empregador excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia; o desrespeito trabalhista que tem como referência a legislação vigente e está ligado especialmente às condições de trabalho; e as ações de resistência que são ações de luta dos trabalhadores por conquista de direitos trabalhistas e referem-se às greves, ou outras formas de protesto.

Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações diz respeito à violência sofrida pelos trabalhadores.

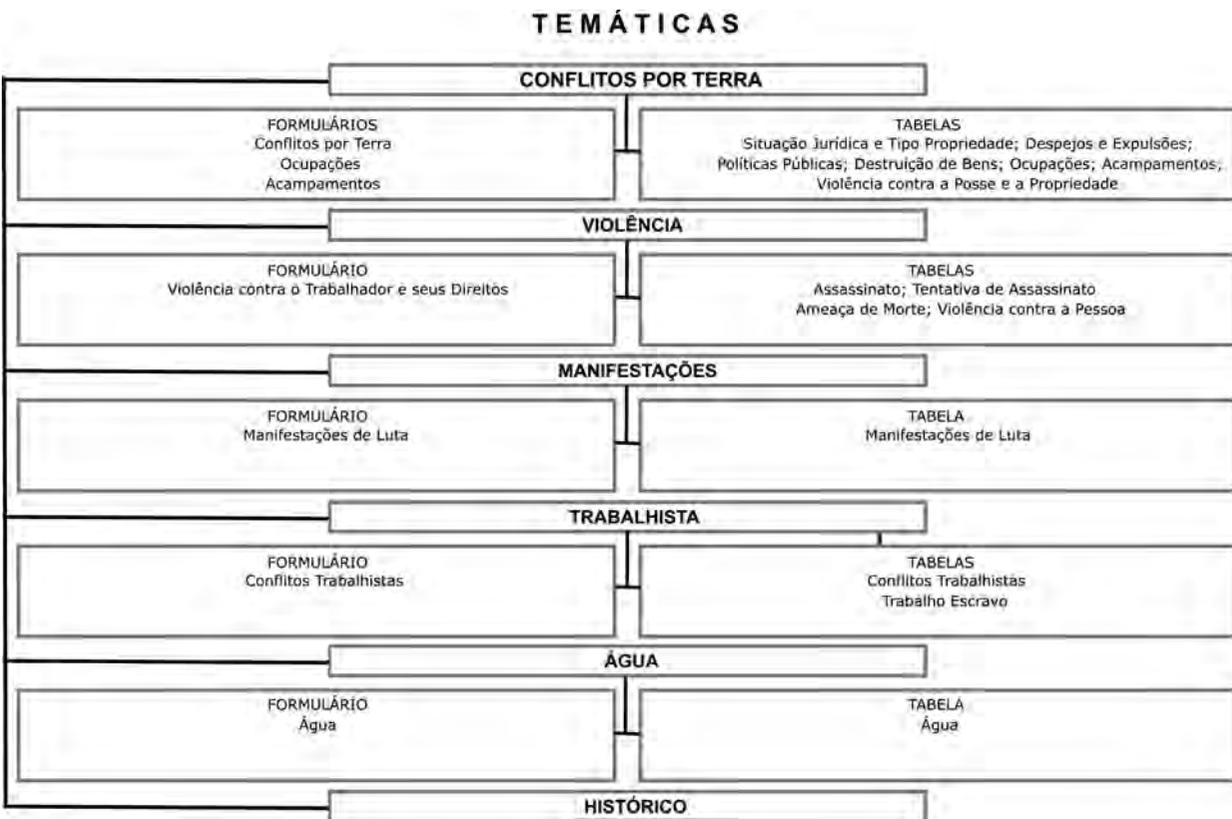
Os tipos de violência estão registrados nas seguintes dimensões: tabela de assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte e uma tabela síntese denominada Violência contra a Pessoa, em que, além dos dados das tabelas anteriores, constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, aciden-

te, inanição, doenças), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões. Uma outra tabela apresenta o detalhamento da violência contra a pessoa onde, além das informações acima, constam ainda sequestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

E por último uma tabela onde estão registradas as manifestações feitas pelos diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano.

Organograma dos temas documentados

No organograma a seguir se apresentam os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.



Estrutura do Relatório Impresso

Os dados coletados e organizados pela CPT são publicados anualmente, desde 1985, num relatório impresso que tem por título **Conflitos no Campo Brasil**. Em 2008 houve algumas alterações neste relatório que ficou com a seguinte estruturação:

Quatro tabelas detalhadas e organizadas por estado em ordem alfabética. As tabelas sínteses são agrupadas nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE.

Tabela 1 - Comparação dos Conflitos no Campo

É uma síntese do último decênio. Dispõe os dados de cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando tem casos de conflitos em tempos de seca, garimpo, etc) e o total dos conflitos no campo no Brasil.

Tabela 2 - Conflitos no Campo Brasil

Esta tabela registra detalhadamente, por estado, em ordem alfabética, todos os conflitos por terra, trabalhistas, água e outros se houver, com as seguintes informações: município, nome do conflito, data, número de famílias ou de pessoas envolvidas e um campo com informações específicas conforme o tema.

Tabela 3 - Violência contra a Ocupação e a Posse

Esta é uma tabela síntese por estado, porém agrupados nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE. Possui as seguintes informações: número de ocorrências de Conflitos por Terra em cada estado, o número de famílias envolvidas, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, o número de casas, roças e bens destruídos, além do número de famílias sob ameaça de pistoleiros.

Tabela 4 - Terra

Esta é uma tabela síntese dos conflitos por estado, organizados em três blocos: **Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos**. Contém as

seguintes informações: Unidade Federativa (UF), número de ocorrências de conflitos por terra, ocupações, acampamentos, seguidas do número de famílias. E uma soma das ocorrências e das famílias envolvidas.

Tabela 5 - Água

Retrata a síntese dos conflitos pela água por estado, com as seguintes informações: Unidade Federativa (UF), número de ocorrências de conflitos e quantidade de famílias envolvidas.

Tabela 6 - Trabalho

Sintetiza os conflitos trabalhistas por estado, com quatro blocos de informações: **1. Trabalho Escravo**: consta o número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou libertados, número de menores. **2. Superexploração**: número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou resgatados, número de menores. **3. Desrespeito Trabalhista**: número de trabalhadores na denúncia. Total: Soma dos conflitos trabalhistas e do número de trabalhadores envolvidos. **4. Ações de Resistência**: registra o número de ocorrências e o número de pessoas envolvidas.

Tabela 7 - Violência contra a Pessoa

Sintetiza as Violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras. Entre estas, os assassinatos e as tentativas de assassinato, os mortos em consequência de conflitos, os ameaçados de morte, bem como os torturados, presos e agredidos. Traz as seguintes informações: Unidade Federativa (UF), número de ocorrências e quantidade de pessoas vítimas das violências.

Tabelas 8, 9 e 10 - Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de morte

Respectivamente dispostas por estado, em ordem alfabética. Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome, quantidade, idade e categoria da vítima.

Tabela 11 – Manifestações

Relatório síntese por estado. Possui as seguintes informações: número de ocorrências e quantidade de manifestantes.

As tabelas vêm acompanhadas de textos de análise produzidos por professores de diferentes universidades e pelos agentes de pastoral da

própria CPT, religiosos ou algum outro especialista na temática.

A última parte do *Conflitos no Campo Brasil* reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, sobre diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos e outros documentos.

Tabela 1: Comparação dos Conflitos no Campo - (1999-2008)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Conflitos de Terra*										
Ocorrências de Conflito	277	174	366	495	659	752	777	761	615	459
Ocupações	593	390	194	184	391	496	437	384	364	252
Acampamentos			65	64	285	150	90	67	48	40
Total Conf. Terra	870	564	625	743	1.335	1.398	1.304	1.212	1.027	751
Assassinatos	27	20	29	43	71	37	38	35	25	27
Pessoas Envolvidas	536.220	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710	803.850	703.250	612.000	354.225
Hectares	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755
Conflitos Trabalhistas										
Ocorrências de Trabalho										
Escravo	16	21	45	147	238	236	276	262	265	280
Assassinatos		1	4	1		2		3	1	1
Pessoas Envolvidas	1.099	465	2.416	5.559	8385	6.075	7.707	6.930	8.653	6.997
Ocorrências de Superexploração e Desrespeito Trabalhista	28	33	25	22	97	107	178	136	151	93
Assassinatos			1		2			1		
Pessoas Envolvidas	4.133	53.441	5.087	5.586	6.983	4.202	3.958	8.010	7.293	5.388
Total Conf. Trabalhista	44	54	70	169	335	343	454	398	416	373
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos				14	20	60	71	45	87	46
Assassinatos									2	
Pessoas Envolvidas				14.352	48.005	107.245	162.315	13.072	163.735	135.780
Outros ***										
Nº de Conflitos	69	50	129				52	2	8	
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	164.909	62.319	106.104				43.525	250	3.660	
Total										
Nº de Conflitos	983	660	880	925	1.690	1.801	1.881	1.657	1.538	1.170
Assassinatos	27	21	29	43	73	39	38	39	28	28
Pessoas Envolvidas	706.361	556.030	532.772	451.277	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390
Hectares	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755

Fonte: Setor de Documentação da CPT, 14/04/2009.

*** Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo. Em 2008 não houve registro.



Foto: Leonardo Melgarejo

Terra

Criminalização dos Movimentos Sociais



Foto: Leonardo Melgarejo

Em 2008 uma nova onda de criminalização dos movimentos sociais do campo e de suas lideranças se propagou Brasil afora. As forças hegemônicas, para proteger seus históricos privilégios, buscaram encurralar cada vez mais os movimentos na tentativa de coibir suas ações.

Em Marabá, José Batista Gonçalves Afonso, advogado, membro da Coordenação Nacional da CPT com destacada atuação na defesa dos direitos humanos na região Sudeste do Pará e Raimundo Nonato Santos da Silva, ex-coordenador regional da Fetragri, foram condenados a dois anos e cinco meses de prisão, em processo relativo à ocupação da Superintendência do Incra em Marabá, em abril de 1999, por mais de 10 mil trabalhadores rurais de acampamentos e assentamentos da Fetagri e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O cunho marcadamente político da sentença transparece no fato da determinação da pena que nega aos acusados o direito a pena alternativa. A respeito de José Batista, a sentença, afirma que “é possível que não tenha incitado a invasão da sede do INCRA pelos trabalhadores rurais e parece crível que não teria condições de controlar a multidão exaltada”, mas ao mesmo fundamenta o agravamento da pena, com a alegação de que os acusados teriam “instigado ou determinado a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade”.

Também em Marabá, três lideranças do MST e do Movimento dos Trabalhadores em Mineradoras (MTM), Eurival Martins Carvalho, Raimundo Benigno e Luiz Salomé, foram condenados ao pagamento de uma multa de R\$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais), pela ocupação da Estrada de Ferro Carajás nos meses de abril e maio, explicitamente por serem lideranças: “os réus lideraram diversas pessoas na invasão da estrada de ferro e, por esta razão, devem responder pela totalidade dos

danos causados, como também arcar com a multa imposta caso a turbação ocorresse” diz a sentença.

Em Alagoas, ex-coordenadores do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), os irmãos Valdemir Augustinho de Souza e Ivandeje Maria de Souza, a “Vanda”, foram condenados a 24 anos de prisão pelos crimes de formação de quadrilha, dano ao patrimônio, roubo qualificado e extorsão. O magistrado considerou que eles comandaram, em junho de 2001, a “invasão” de 300 sem-terra à sede da Usina Conceição do Peixe, causando um prejuízo aproximado de R\$ 200 mil.

A Justiça Federal de Santa Catarina condenou Néri Fabris, do MST, a dois anos de prisão em regime semi-aberto por invadir e ocupar a margem de uma rodovia em junho de 2002. A sentença acatou o argumento do procurador da República, de que o réu é “profissional de invasão”. Fabris fazia parte de um grupo de 70 pessoas do MST que ocupou a faixa de domínio da BR-470, na altura do km 40, no município de Gaspar.

Mas o que mais provocou perplexidade, em 2008, foi a ação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Dessa instituição a quem cabe a defesa dos direitos individuais e coletivos partiu o ataque mais violento e virulento aos movimentos do campo, em particular contra o MST, chegando a propor a dissolução do movimento e a decretação de sua ilegalidade.

As deliberações do Conselho Superior do Ministério Público Estadual abriram as portas para ações muito bem orquestradas entre Ministério Público, Judiciário e Executivo contra os sem-terra.

O jurista Jacques Távora Alfonsin, no texto a seguir, analisa estas ações, neste grande quadro de criminalização dos movimentos do campo.

Do respeito à lei, às leis do respeito.

Causas e efeitos jurídicos da criminalização dos sem-terra.

Jacques Távora Alfonsin

Advogado e Assessor Jurídico de Movimentos Populares

Lei é uma palavra empregada em vários sentidos. O seu poder coercitivo é apropriado analogicamente por outras ciências, inclusive as naturais, para explicação de fenômenos não relacionados, necessariamente, com o mundo do direito.

A “lei” física da gravidade à qual nenhum outro poder ou força alcança capacidade de isentar-se dos seus efeitos serve como exemplo disso. A “lei” biológica de que, sem comida e sem casa, a pessoa corre o risco de morrer é outro exemplo. Até a economia pode dizer, ideologia à parte ou não, que existe uma “lei” de oferta e procura, relativamente aos bens oferecidos no mercado, contra a qual não há lei jurídica capaz de discipliná-la.

É sabido que, enquanto os efeitos do desrespeito às “leis” naturais são imediatos e automáticos, que o comprove a morte por desnutrição, por exemplo, o desrespeito às leis baixadas pelo Estado, diferentemente, sofre sanções dependentes de vontade humana expressa, de regra, em processo e julgamento. Há de se convir então que, justamente por essa razão, quando desconsiderarem a força normativa das primeiras, as segundas certamente terão efeitos injustos, ainda que sejam considerados legais.

Este apontamento pretende propor o debate e a crítica de quais consequências podem advir dessa diferença num contexto social no qual o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, em 2008, julgou e puniu multidões de pessoas pobres sem terra, atribuindo-lhes crimes praticados contra a lei do Estado. Em que medida o respeito a essa lei, apregoado em tal julgamento e aplicação de pena desrespeitou, ou não, por sua vez, leis do respeito devido às pessoas criminalizadas, nem só as leis jurídicas, mas exatamente por sua condição social, também as éticas e naturais. Vale conferir.

Depois de uma reunião do Conselho Superior do Ministério Público gaúcho que decidira “extin-

guir” o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (!), ainda em maio de 2007, baseada num inquérito secreto (!) que contou com ativa parceria da Polícia Militar do estado, dois dos seus promotores moveram quatro ações civis públicas contra o dito movimento, em quatro comarcas diferentes do estado, visando, entre outros efeitos, os de dissolver seus acampamentos, obtendo, total ou parcial dissolução dos mesmos, por cinco motivos principais, entre outros:

O MST colocaria em risco a segurança nacional, já que tem ligação com as FARCS colombianas; um dos seus acampamentos (município de Canoas) está situado em região próxima de Polo Petroquímico e de estação de energia elétrica, havendo risco de serem sabotadas as atividades dessas prestações de serviço; os integrantes dos acampamentos transferem seus títulos eleitorais para os municípios onde acampam, pondo em risco a lisura das eleições nesses locais...; as escolas itinerantes do MST, que atuam em tais acampamentos, põem em risco a educação das crianças, pois o seu ensino é ideologicamente orientado, segundo o pensamento do Movimento...

Com base em tais “riscos” e notórios preconceitos, inclusive de classe, as execuções judiciais das medidas liminares concedidas nessas ações do Ministério Público gaúcho foram marcadas por humilhações e violências de todo o tipo. Identificação criminal de todos os acampados e acampadas, demolição de barracos que abrigavam escolas, farmácias caseiras, voos rasantes de helicópteros aterrorizando crianças e adultos, confisco dos pobres utensílios usados pelos réus dessas ações, mistura de areia jogada por soldados sobre a comida dos acampados, tudo denunciado pelas vítimas dessas truculências ao mesmo Ministério, em mais de uma oportunidade. A apuração destas denúncias, entretanto, não contou com a mesma agilidade que o Ministério Público usou contra os agricultores sem terra.

A Procuradoria da República, por sua vez, denunciou criminalmente oito sem-terra, baseada, seja

isso sublinhado, na lei de segurança nacional. Como se sabe, essa lei é um dos entulhos mais autoritários que o regime militar pariu, cuja inconstitucionalidade o Supremo Tribunal Federal vem reconhecendo em mais de um dos seus julgados.

Ao lado dessa inconstitucionalidade, as defesas judiciais dos réus dessas ações invocaram várias outras, alegando desobediência contra eles do art. 5º da Constituição Federal, em seus incisos XVII, XVIII e XIX (liberdade de associação), XVI (liberdade de reunião), XV (liberdade de locomoção), direito de defesa e contraditório (inciso LV do mesmo artigo), presunção de inocência (inciso LVII), direito à educação (arts. 6º e 205 da mesma Constituição). Nada disso, até agora, foi levado em conta, judicialmente, em favor das vítimas dessas violações de direito.

Movimentos sociais, partidos políticos, igrejas, sindicatos, trabalhadores e trabalhadoras e advogadas e advogados populares do país e do mundo, se fizeram ouvir, manifestando veementes protestos contra essas agressões aos direitos humanos dos sem-terra. Lendo os textos indignados que foram dirigidos ao Ministério Público do Estado, é perfeitamente possível identificar as verdadeiras causas inspiradoras da injusta e cruel perseguição que as tais ações praticaram e continuam praticando.

Há uma espécie de código ideológico, que tem poder superior a qualquer código de leis, capaz de, pelo que se entende por “respeito à lei” (?), infringir as mais elementares leis do respeito devido às pessoas, como, por exemplo, todas as que derivam, tanto jurídica como eticamente, da dignidade humana e da cidadania.

Trata-se de uma cultura jurídica interpretativa dos fatos e das leis, que pré-julga, por uma síndrome medrosa e preconceituosa, todo o povo pobre ativo - como são os sem-terra que defendem seus direitos - fechado numa clausura de suspeita antecipada de que ele é, por sua própria condição social, perigoso e tendente a praticar crimes. A mídia, com raras exceções, se encarrega de alimentar esse preconceito, ao ponto de invadir cabeça e coração de

administradores públicos, juízes e formadores de opinião, na condição de executores desse outro código.

Para efeito de raciocínio e crítica de quem nos lê, talvez seja oportuno conferir se, diante dos fatos ocorridos no Rio Grande do Sul, justificam-se, ou não, os efeitos jurídicos deles já decorridos. Se é justa, ou não, a indignação que os mesmos provocaram em grande parte da sociedade civil do país e do mundo. Isso pode ser feito à luz de uma resumida lição que, salvo melhor juízo, explica bem como se dá essa indignação em contexto, precisamente, de ordenamentos jurídicos:

“Recapitulemos esses motivos de indignação: retribuições desproporcionais, promessas traídas, divisões desiguais. Não distinguimos nisso, retrospectivamente, algumas das linhas gerais da ordem jurídica: direito penal, direito dos contratos e das trocas, justiça distributiva? Mais que isso: não discernimos na indignação uma expectativa precisa, a da palavra que instauraria a justa distância que daria fim ao seu corpo a corpo? Nessa confusa expectativa da vitória da palavra sobre a violência consiste a intenção moral da indignação¹.”

Separando cada um de tais motivos, parece possível fundamentar-se melhor o juízo de valor que pode ser feito sobre a conjuntura político-social acima resenhada, à luz do respeito à lei frente às leis de respeito.

Retribuições desproporcionais

Por sua inadiável imposição natural, como lembrado acima, algumas necessidades humanas vitais não admitem satisfação protelada. Os graves efeitos humanos da fome, da sede, da falta de teto e, conseqüentemente, de saúde, por exemplo, não só como geradores de risco, mas até de eliminação da vida dos pobres, somente podem ser neutralizados com comida, água, casa, tratamento médico. Enfim, obviamente não para amanhã, sob pena de prejuízos irreversíveis à vida de quem desses bens está privado. Esse tipo de efeito, sim, pode ser comparado ao da “lei” da gravidade, acima lembrada.

1. RICOEUR, Paul. O justo, v. 1, trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 5.

O acesso garantido a tais bens, portanto, decorrente dessa verdadeira “lei” natural, foi traduzido na Constituição Federal como direito de todos, sem qualquer discriminação de estado social, nível de renda ou outra condição. Não obstante, a distância fática existente entre o previsto formalmente e o efetivado materialmente, tem-se mostrado de uma resistência implacável que, lamentavelmente, não obtém resposta pronta e condizente com a sua gravidade (sintomaticamente, a mesma que identifica a força da gravidade física...), nem por parte da chamada sociedade civil, nem por parte dos poderes públicos.

Sempre que o povo pobre se insurge contra a injustiça social decorrente da insatisfação dessas necessidades vitais, alguma vezes com violência, como ocorre com a ocupação de terras, às penas cruéis da condição social que o leva a tais atos, somam-se as da repressão que lhe aplica o poder público, aí não excluído o Judiciário.

A desproporção das duras retribuições que esses gestos de desespero recebem, pode ser comprovada pela simples comparação com aquelas que o poder público oferece generosamente, como um verdadeiro prêmio, a outras violações de direito praticadas tanto contra o estado, como contra toda a sociedade. Servem de exemplo o rolar histórico das dívidas tributárias de bilhões de reais dos latifundiários (suficiente para a realização de uma reforma agrária tão urgente quanto historicamente transferida), e o pronto-socorro de empresas e bancos que, desrespeitando ilegalmente a função social que lhes incumbe cumprir, especularam na Bolsa de Valores, provocaram a crise econômica sob a qual vive a humanidade hoje e podem falir por isso.

Numa hora como essa, o poder público esquece o que mais rigorosamente exige da população pobre, o “respeito à lei” e ao “devido processo legal”. Como um e outro, ao ver desse poder, exigem averiguação, processo, prova, julgamento, burocracia, os pobres que esperem. Quem não pode esperar é o capital. Nessa hora, a “emergência das urgências” justifica a precipitação e o atropelo de qualquer devido processo legal. Aí, o respeito à lei é seletivo; ignora as leis do respeito. Cidadania e dignidade humana, por exemplo, inerentes às vítimas daque-

las ilegalidades e injustiças, devem ser sacrificadas no altar do socorro imediato oferecido ao mesmo capital.

Os chamados “limites do possível”, o “contingenciamento orçamentário”, essas conhecidas desculpas, barreiras impostas às condições financeiras de garantia dos direitos sociais dos pobres, que lhes vetam o acesso à terra, à água, à educação, à saúde e ao meio ambiente, desaparecem por encanto. Que a sociedade toda suporte o pecado jurídico-econômico e social das empresárias e empresários que delinquiram. O capital, mesmo aquele que descumpriu sua função social, coitado, ou deve demais pelo que sonogou de impostos, ou perdeu na bolsa de valores, e tem de ser salvo, mesmo que ele tenha sido a causa de toda a proibição daquele acesso. Apague-se com gasolina o fogo que ele ateou.

Essa conjuntura socioeconômica não tem nada a ver com os acontecimentos que levaram os sem-terra a serem criminalizados? Aqui se pretende demonstrar que tem.

Se as trágicas estatísticas que a CPT revela no seu relatório anual servirem de base para uma pesquisa que se faça em cada município brasileiro, em cada prefeitura, em cada foro, em cada tribunal, sobre as responsabilidades penais e civis decorrentes das mais flagrantes injustiças e ilegalidades que elas revelam, ver-se-á que elas são de uma unilateralidade escandalosa. Está formada por multidões de trabalhadoras e trabalhadores pobres, como as réis daquelas ações judiciais propostas pelo Ministério Público gaúcho, vítimas do mesmo desrespeito com que o poder jurídico, político e econômico da nossa realidade, em nome de sua exclusiva segurança, arma os seus privilégios contra elas, imputando-lhes como criminosas atitudes que não passam de defesa da vida, da dignidade e da cidadania.

Num estado como o Rio Grande do Sul que, sabidamente, além de penar, há décadas, o atraso na execução da reforma agrária, está sofrendo um ataque vigoroso contra o seu próprio território e meio ambiente, por poderosas empresas transnacionais dispostas a desterritorializá-lo e, conseqüentemente, despersonalizar a sua gente, em favor de culturas capazes de extinguir até biomas seculares; dis-

postas a diminuir, em favor do seu lucro, inclusive a soberania do país sobre sua faixa de fronteiras, é muita ingenuidade, para dizer o mínimo, que a presença ativa de gente trabalhadora e pobre organizada contra tais pretensões, interessada em terra destinada ao plantio de alimentos, não seja julgada como obstáculo.

É de se questionar como muito estranha, portanto, a “escolha” que os promotores gaúchos fizeram no sentido de perseguir, exatamente, essa gente. Em nome do que entenderam fosse o “respeito à lei”, esqueceram os riscos que corre a nossa soberania (inc. 1º do art. 1º da nossa Constituição), a cidadania e a dignidade humana dos réus e réas (incisos II e III idem), aqui nunca demais lembradas.

Não existe modo de compatibilizar a flagrante desproporção existente entre a “retribuição jurídica” que os tais promotores gaúchos estão fazendo contra os sem-terra e aquela que estão deixando de fazer contra aquele tipo de “investimento” antissocial e antiambiental. Trata-se de um novo retorno aos tempos coloniais, nunca abandonados pela nossa elite agrária, ciosa do latifúndio que, modernamente travestido de “agronegócio exportador”, passa por propriedade “produtiva”, por mais que a tal produção, em vez de diminuir, até aumente a fome dos brasileiros, ocupando um espaço de terra indispensável à cultura dos alimentos. E não é que o “respeito à lei”, tão denunciado pelos promotores como violado pelos sem-terra, não disponha de leis de respeito, constitucionalmente ancoradas, como acima são lembradas, para fundamentar a ação do Ministério Público, não contra, mas bem a favor daquelas vítimas da sua ação, como se pretende complementar a seguir.

Promessas traídas

O desafio maior à interpretação e aplicação das leis garantidoras dos direitos humanos fundamentais sociais dos pobres sem-terra, de modo particular, é o de elas sempre dizerem muito sobre o futuro, no rumo de promessas generosas, sem poder quase nenhum, todavia, relativamente ao presente. O fato de a lei dizer que todo o mundo tem direito à alimentação e à moradia, por exemplo, deveria signi-

ficar, sem mais, a abolição da fome e da falta de teto. Que isso não tem reflexo no presente basta perquirir se algum tribunal se atreve a reconhecer que a pobreza ou a miséria de milhões de pessoas constitui, ou não, violação de direito. Chega a ser patético o fato de que a multidão de pobres e miseráveis brasileiros, sabidamente carentes do acesso garantido aos mais indispensáveis meios de vida, como comida e casa, não são considerados como portadores de direitos violados e, como tais, habilitados à reparação das ilegalidades e injustiças que sofrem. Pobreza e miséria, por mais injustas que sejam, não são julgadas violações de direito. É como se não passassem de fatalidades.

Entretanto, não faltam advertências doutrinárias e jurisprudenciais, a propósito: “Onde homens e mulheres estiverem condenados a viver na pobreza, os direitos humanos estarão sendo violados.”² “...ninguém será capaz de negar entre nós - e lamentavelmente cada vez mais - que a dignidade da pessoa humana (de alguns humanos mais do que outros) é desconsiderada, desrespeitada, violada e desprotegida, seja pelo incremento assustador da violência contra a pessoa, seja pela carência social, econômica e cultural, e grave comprometimento das condições existenciais mínimas para uma vida com dignidade e, neste passo, de uma existência com sabor de humanidade.”³

As promessas de satisfação das necessidades vitais das pessoas, portanto, que figuram nas leis jurídicas, traduzidas em direitos, como ocorre com a nossa Constituição Federal, são comprovadamente traídas à simples vista dos acampamentos de pessoas sem-terra como as perseguidas pelos promotores gaúchos.

Embora uma obviedade desse tamanho tenha colocado na Constituição Federal o princípio da eficiência administrativa (art. 37) como obrigação da administração pública, e tenha gravado a propriedade privada com o princípio da sua função social (art. 5º, inc. XXIII, entre outros), as vítimas pobres, titulares dos direitos correspondentes a tais obrigações são sempre relegadas ao limbo da indeterminação, do jeitinho, da renovação das promessas, por mais que essas, como a história comprova, voltem a atestar que são inócuas.

2. SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2001, p. 93.

3. Idem, p. 123.

Aparece indiscutível, em tal realidade, como o chamado “respeito à lei”, quando sujeito ao preconceito antipobre, revela toda a “contradição central do pensamento moderno”, ou seja, do “conflito entre sua proposta revolucionária e sua prática conservadora.”

“... a ideia de que existe uma determinada ordem capaz de garantir e realizar a promessa da liberdade, abundância e felicidade transferiu do homem para a ordem o fundamento último dos direitos humanos, fazendo com que estes afirmassem o valor do indivíduo apenas retoricamente quando, na verdade, já havia um compromisso visceral com a manutenção da ordem.” (...) “Pensar os Direitos Humanos no contexto da crise da modernidade deve significar pensar formas de garantia da liberdade do sujeito contra a ordem.”⁴

Que entre as “formas de garantia” capazes de sustentar a eficácia dos direitos humanos fundamentais dessas multidões de necessitados que vagueiam pelo país em busca da casa (sem teto), em busca de terra (sem terra), em busca de comida (promovendo saques), ocupando massivamente latifúndios urbanos e rurais, se encontre exemplo de mudança dos critérios de interpretação do ordenamento jurídico, a respeito, dão testemunho eloquente, alguns precedentes judiciais que o espaço desse apontamento não permite serem lembrados, em detalhe. O problema todo se situa, todavia, mesmo em exceções à regra da mentalidade conservadora, na exasperante demora com que essas formas de garantia se deixam interpelar por uma realidade de ritmo veloz e extremamente cambiante que, até conseguir concreto efeito, já deixaram atrás de si um passado de efeitos sociais os mais injustos.

Como demonstra, de modo convincente, Paulo Bonavides:

“Em virtude disso, a estabilidade social, longe de converter-se em estabilidade jurídica, seria primeiro a expressão de uma política social imprevisível ou cambiante, e não o instrumento corretivo das desigualdades sociais. A “judicialização” intensiva

dos direitos sociais, mediante garantias mais efetivas, porá termo um dia àqueles temores, expressos por alguns juristas, quanto à “dissolução” da dogmática dos direitos fundamentais e à quebra da segurança jurídica, pelo excesso de politicidade e decisionismo do Estado social. Instrumento como o mandado de garantia social constituem, portanto, um remédio judicial em favor da efetivação ou concretização daqueles direitos. Sob esse aspecto, o Estado social virá preencher uma de suas funções básicas, que é remover desigualdades. E também, tanto quanto possível, contribuir para o estabelecimento da igualdade material, fazendo, assim, a Sociedade menos injusta, menos sujeita a abalos estruturais, menos apartada dos cânones da justiça social.”⁵

Divisões desiguais

Como se observa pelo dito acima, de gente que passa uma vida duríssima, oprimida econômica e socialmente, levando de todo o lado martelada nos dedos, os promotores gaúchos que moveram essas ações judiciais exigem resignação e, contra ela, punição. Das retribuições desproporcionais que lhe foram infligidas, das promessas traídas que o “respeito à lei” lhe cobrou, é difícil, para não dizer impossível, que numa tal conjuntura econômica, social, política e jurídica, não haja uma divisão desigual de espaço, de tempo, de obrigações, deveres e encargos suficientes para conservá-la distante e conformada com o tamanho e o peso da cruz que ela carrega. Mesmo que esse lhe custe a vida, como os anuários da CPT vem mostrando todos os anos. Se o espaço terra, por exemplo, e o tempo necessário ao acesso que o “respeito à lei” lhe reserva, pela reforma agrária, continuar indiferente às leis do respeito, a dignidade humana de todo esse povo, mais do que permanentemente em risco, ela sim é que estará sendo desrespeitada. A urgência aí implicada não pode ser “dividida”, de acordo com o ritmo sob o qual o chamado “devido processo legal” a divide. Considerado, de direito, como um meio, transformou-se esse processo, de fato, num fim em si, atravessado por todo o tipo de chicana e, até, de corrupção.

4. Direitos humanos numa perspectiva pós-moderna? CUNHA, José Ricardo, in Direitos humanos, democracia e senso de justiça, Rio, Litteris Editora Ltda., 1999, p. 19 e seguintes. Grifos nossos.

5. Os direitos fundamentais e o mandado de garantia social, in Os rumos do direito internacional dos direitos humanos. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2005, t. III, p. 271.

Essa realidade demonstra que a violência injusta e ilegal que vitima o povo pobre do campo é estrutural, nenhuma outra violência que, porventura, lhe sirva de defesa, do tipo ocupação de terra, por exemplo, esteja impedida de atenção e cuidado, passível de apoio legítimo nas leis de respeito, como as protetoras da vida, da cidadania e da dignidade humana impõem.

Juan Ramon Capella confirma o fato, no que se refere a direitos ineficazes por indevida falta de reconhecimento dos poderes que lhes são próprios. Por mais dura e polêmica que seja a sua denúncia, dela transparece um realismo cru. Em contexto onde estão em causa direitos do tipo aqui discutidos, não é possível deixar-se de considerar o fato de que, contra eles, existem poderes econômicos e políticos, com decisiva capacidade ideológica de moldar a interpretação do direito a seu talante, dividindo a atenção e a ação do Estado de um modo extremamente desigual, a ponto de reduzi-los a nada, como tem acontecido, historicamente:

“Um ‘direito social’ não é senão a atribuição ao Estado – aos funcionários do Estado – da tarefa de gerir determinados interesses reconhecidos juridicamente dos sujeitos sociais. Com as ‘políticas de direitos’ esses sujeitos ficam desagregados e, conseqüentemente, incapazes de gerir por si tais interesses: convertem-se em sujeitos carentes de todo o poder que não seja, faticamente, vácuo da intervenção eleitoral para consentir ‘representantes políticos’ formalmente encarregados de dirigir e controlar a atuação dos funcionários públicos. Nessas condições, a capacidade dos funcionários, representantes e demais gestores para resistir politicamente à gestão estrutural das necessidades do capital privado – manifesta, por exemplo, cada vez que necessita reestruturar-se em suas crises de crescimento – passou a ser um dique de papel. Perdido o impulso democratizador revolucionário, o Estado ‘nação’ se limita a ser cada vez mais o instrumento pelo qual as pessoas e suas necessidades são sacrificadas ao deus – capital e às suas próprias.”⁶

Conclusão

A criminalização patrocinada pelos promotores gaúchos contra os sem-terra, acima exposta à crítica, foi montada secretamente num inquérito de mais de duas mil páginas cheias de ocorrências policiais, fotos e perícias, denúncias de crimes alegadamente patrocinados por eles, estendendo uma certeza de culpa generalizada a quatro multidões amontoadas em quatro acampamentos, integradas por adultos, jovens, crianças, idosos e doentes, situados em tantas outras comarcas diferentes, quilometricamente distantes umas das outras.

Se a interpretação e a aplicação da lei, como vem ocorrendo nessas comarcas, entende-se como legal e justa, os efeitos jurídicos derivados das leis de respeito, especialmente os da dignidade humana e da cidadania, devem ser-lhe cobrados como concorrentes, sob pena de desconsiderar-se o Brasil como um Estado efetivamente democrático e de direito. Essa opinião nem é da defesa jurídica dos sem-terra:

“Atingir-se-á o ‘ponto de não direito’ quando a contradição entre as leis e medidas jurídicas do Estado e os princípios de justiça (igualdade, liberdade, dignidade humana) se revele de tal modo insuportável (critério de insuportabilidade) que outro remédio não há senão o de considerar tais leis e medidas como injustas, celeradas e arbitrárias, e, por isso, legitimadoras da última razão ou do último recurso ao dispor das mulheres e homens empenhados na luta pelos direitos humanos, a justiça e o direito - o direito de resistência, individual e coletivo.”⁷

Responda-se aos promotores gaúchos, então, com a própria palavra de quem já vem resistindo, há séculos, contra ações como as que eles moveram:

*Triste vida de posseiro junto à Alagoa Amarela.
Vinte anos sobre a terra catando o faltoso pão,
Vinte anos de promessa com a mesma enxada na mão
Catorze filhos no mundo fora os que estão no caixão
Peguei na espingarda velha como quem pega o enxadão
Com a força que a fome dá pra quem defende seu pão.*⁸

6. Os cidadãos servos, tradução de Lédio Rosa de Andrade e Têmis Correia Soares, P. Alegre, Sergio Fabris, 1998, p.110/111.

7. CANOTILHO, José Joaquim Gomes, Estado de direito, Gradiva Publicações Ltda., Lisboa, 1999, p. 14.

8. Canção de violeiros lembrada por Josué de Castro in FERNANDES, Bernardo Mançano e GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Josué de Castro, vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 149.

Tabela 2: Conflitos no Campo

Acre				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acrelândia	Seringal Porto Luiz	31/01/2008	20	Posseiros
Manoel Urbano/Sena Madureira	Ramal Perto da Fazenda Barcelona	19/07/2008	25	Posseiros
Rio Branco	Localidade Baixa Verde	04/03/2008	120	Posseiros
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo	05/02/2008	94	Posseiros
Subtotal:		4	259	
Acampamentos				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Rio Branco	Acamp. às margens da BR-364	08/06/2008	26	CUT
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo	05/02/2008	94	STR
Subtotal:		2	120	
Total Conflitos por Terra - AC		6	379	
Total Conflitos no Campo AC		6	Pessoas : 1895	

Alagoas				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Água Branca	Fazenda Gangorra	07/06/2008	30	Sem Terra
Água Branca	T.I. Kalankó	14/07/2008	77	Índio
Belo Monte	Faz. Riacho dos Bois/Acamp. Boa Vista	01/05/2008	36	Sem Terra
Cacimbinhas	Faz. Marcação/Lagoa Queimada	22/04/2008	60	Sem Terra
Capela	Faz. Pitombeira/Pedrinhas/Pereira/Us. João de Deus	20/02/2008	360	Sem Terra
Japaratinga	Faz. Santa Fé/Acamp. Paraíso	17/10/2008	10	Sem Terra
Matriz do Camaragibe	Fazenda São Vicente	05/06/2008	87	Sem Terra
Palmeira dos Índios	T.I. Xucuru-Kariri	15/12/2008	95	Índio
Piranhas	Faz. Lagoa Comprida	27/02/2008	100	Sem Terra
Porto de Pedras	Faz. Sta. Cecília/Peri-Peri/Tipiri	10/09/2008	25	Sem Terra
Subtotal:		10	880	
Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Água Branca	Fazenda Gangorra	07/05/2008	30	MST
Água Branca	T.I. Kalankó	12/06/2008	77	Índios
Cacimbinhas	Faz. Marcação/Lagoa Queimada	21/04/2008	60	MST
Delmiro Gouveia	Fazenda Piçarra	22/05/2008	60	MST
Junqueiro/Teotônio Vilela	Faz. Carolina/Produban/Banco do Estado	14/04/2008	80	MST
Maragogi	Faz. Várzea Grande/Vargem Grande	10/07/2008	60	MLST
Maragogi	Fazenda Bosque	10/07/2008	60	MLST
Maragogi	Fazenda Embiras/Indiras	10/07/2008	60	MLST
Maragogi	Fazenda Mato Grosso	05/09/2008	25	CPT
Maragogi	Fazenda Utinga	10/07/2008	60	MLST
Palmeira dos Índios	Faz. Buenos Aires/T.I. Xucuru-Kariri	06/03/2008	94	Índios
Palmeira dos Índios	Faz. de Val Basílio/Povoado Velha Ana/T.I. Xucuru-Kariri	16/03/2008	50	Índios
Palmeira dos Índios	Faz. Ladeira Doce/Val Basílio/T.I. Xucuru-Kariri	16/03/2008	50	Índios
Piranhas	Faz. Lagoa Comprida	27/02/2008	100	MST
Porto de Pedras	Faz. Sta. Cecília/Peri-Peri/Tipiri	07/09/2008	25	CPT
Porto de Pedras	Fazenda Água Preta	10/06/2008		CPT
Porto de Pedras	Fazenda Água Preta	24/09/2008		CPT
Porto de Pedras	Fazenda Castelo	24/09/2008		CPT

São Miguel dos Milagres	Faz. Mata Redonda/Acamp. Santo Reis	05/01/2008	30	CPT		
Viçosa	Fazenda Bom Jardim	30/10/2008	50	MST		
Subtotal:		20	971			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Matriz do Camaragibe	Fazenda São Vicente	05/06/2008	87	MLST		
Piranhas	Faz. Lagoa Comprida	28/02/2008	100	MST		
Subtotal:		2	187			
Total Conflitos por Terra - AL		32	2038			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Murici/Rio Largo	Usina Santa Clotilde	26/02/2008	401	401		Cana de açúcar
Penedo	Usina Paissa	28/02/2008	203	203		Cana de açúcar
União dos Palmares	Usina Laginha	26/02/2008	52	52		Cana de açúcar
Subtotal:		3	656	656		
Total Conflitos Trabalhistas - AL		3	656			
Total Conflitos no Campo AL		35	Pessoas : 10846			

Amapá

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amapá	Fazenda Itapoã	01/01/2008	8	Posseiros
Calçoene	Bela Vista	01/01/2008	8	Posseiros
Calçoene	Cunani e 7 Ilhas	30/12/2008	15	Posseiros
Calçoene	Juncal	30/12/2008	30	Posseiros
Calçoene/Oiapoque	Parque Nac. do Cabo Orange/Vila Velha/Taperebá/Cunani	30/12/2008	80	Posseiros
Cutias do Araguari/Macapá	Fazenda Parabrillo/Gurupora	01/01/2008	34	Posseiros
Ferreira Gomes	BR-156/Área no KM-125	01/01/2008	8	Posseiros
Ferreira Gomes	CFA/Grilagem	01/01/2008		
Ferreira Gomes	Chácara Bonito da Pedreira	01/01/2008		
Ferreira Gomes	Chácara do Céu	01/01/2008		
Ferreira Gomes	Faz. Teimoso/Grilagem	01/01/2008		Sem Informação
Ferreira Gomes	Retiro Bom Pastor	01/01/2008		
Ferreira Gomes	Retiro dos Pinhais	01/01/2008		Posseiros
Ferreira Gomes	Retiro Pedreira	01/01/2008		
Itaubal do Piriirim	Áreas em Itaubal /Agronegócio Sinal Verde	30/12/2008	50	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Retiro São Francisco/Areia Branca	01/01/2008	1	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Retiro São João/Areia Branca	01/01/2008	1	Posseiros
Macapá	Bonito da Pedreira	01/01/2008		Remanescentes de quilombos
Macapá	Chácara Fabel	01/01/2008		
Macapá	Fazenda Chaparral	01/01/2008		
Macapá	Jardim das Acácias	01/01/2008		
Macapá	Retiro Boa Vista	01/01/2008		
Macapá	Retiro Nova Esperança	01/01/2008		
Macapá	Retiro São Cristóvão	01/01/2008		
Macapá	Retiro São Francisco	01/01/2008		
Macapá	Sítio Petry	01/01/2008		
Macapá	Torrão do Matapi/Ramal dos Maranhenses	01/01/2008		Remanescentes de quilombos
Macapá/Porto Grande	Amcel/Porto Grande	01/01/2008	87	Posseiros
Mazagão	Retiro Barrau e Outros	30/12/2008	3	Posseiros
Mazagão/Porto Grande	Mineração Amapari/Santa Maria	30/12/2008	200	Posseiros
Pedra Branca do Amapari	Igarapé William/MPBA	30/12/2008	31	Posseiros
Pedra Branca do Amapari	Mina da MMX	01/01/2008		
Pedra Branca do Amapari	Servidão Estrada e Ferrovia/MMX	30/12/2008	500	Posseiros

Porto Grande	Assentamento Munguba	01/01/2008	20	Assentados
Porto Grande	Assentamento Nova Colina	01/01/2008	70	Assentados
Porto Grande	P. A. Nova Canaã	01/01/2008	8	Assentados
Pracuúba	Retiro Santo André	01/01/2008		
Pracuúba	Retiro São Jorge	01/01/2008		
Pracuúba	Rio Flexal/Igarapé Henrique	30/12/2008	10	Posseiros
Santana	Icomi/Elesbão	01/01/2008	130	Posseiros
Santana	P. A. Matão do Piaçacá	01/01/2008	14	Assentados
Tartarugalzinho	Assentamento Janary Nunes	30/12/2008	30	Assentados
Tartarugalzinho	Duas Bocas/Cassimiro/S. Bento e Manoel/Agrop. Nova Canaã	30/12/2008	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Faz. Santo Antônio/Grilagem	01/01/2008		
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba/Grilagem	01/01/2008		
Vitória do Jari	Glebas Jari/Jarcel/Morro do Felipe	01/01/2008		Ribeirinho
Subtotal:			46	1343

Total Conflitos por Terra - AP	46	1343
---------------------------------------	-----------	-------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Macapá	Lagoa dos Índios	30/12/2008		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pedra Branca do Amapari	Igarapé William/Tracuá	01/01/2008	20	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Subtotal:		2	20		

Total Conflitos no Campo AP	48	Pessoas : 6815
------------------------------------	-----------	-----------------------

Amazonas

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Envira	T.I. Cacau do Tarauacá/Povo Kulina	03/12/2008	230	Índio
Lábrea	Gleba Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	22/02/2008		Liderança
Lábrea	Resex Ituxi/Comunidade Vila Vitória	12/08/2008	5	Ribeirinho
Manaus	Com. Lagoa Azul/AM-010/Km 11	11/03/2008	200	Índio
Manaus	Uberê	01/04/2008	60	Posseiros
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi	25/08/2008	118	Ribeirinho
Subtotal:		6	613	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Manaus	Com. Lagoa Azul/AM-010/Km 11	11/01/2008	200	Índios
Subtotal:		1	200	

Total Conflitos por Terra - AM	7	813
---------------------------------------	----------	------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Barreirinha	Faz. da Transportadora Rocha	01/07/2008	19	19		Extração de madeira
Boca do Acre	Fazenda Mococa	25/09/2008	8	8		Gado
Lábrea	Faz. do Antônio Javorski	25/02/2008	16	16		Gado
Lábrea	Faz. Gauchaba/Ramal Marmelo	25/09/2008	8	8		Gado
Lábrea	Fazenda Alto da Serra	11/04/2008	7	7		Extração de madeira
Parintins	Serraria em Parintins	14/08/2008	15	15		Serraria
Presidente Figueiredo	Faz. Sumaúma Agrosil Vipastoril	22/05/2008	12	12		Coleta de milho
Subtotal:		7	85	85		

Total Conflitos Trabalhistas - AM	7	85
--	----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Careiro	T.I. Boa Vista	15/07/2008		Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal:		1	0		
Total Conflitos no Campo AM			15	Pessoas : 4150	

Bahia

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Andaraí	Fazenda Religare	17/08/2008	48	Sem Terra
Barra	Faz. Boqueirão/13 Comunidades Atingidas	30/10/2008	400	Posseiros
Bom Jesus da Lapa	Faz. Bonança Nova Dhelli Genética Ltda/Acamp. 17 de Abril	30/11/2008	70	Sem Terra
Bom Jesus da Lapa	Quilombo Lagoa das Piranhas	13/08/2008	74	Remanescentes de quilombos
Brotas de Macaúbas	Comunidades da Região do Cocal	30/10/2008	200	Posseiros
Buerarema/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	21/10/2008	20	Índio
Cachoeira	Com. Quilombola de São Francisco do Paraguaçu	18/12/2008		Remanescentes de quilombos
Cachoeira	Com. Quilombola de São Francisco do Paraguaçu	21/12/2008		Remanescentes de quilombos
Cachoeira	Com. Quilombola de São Francisco do Paraguaçu	29/12/2008	350	Remanescentes de quilombos
Carinhanha	Área às margens da BA-161	06/05/2008	320	Sem Terra
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	03/05/2008		Remanescentes de quilombos
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	05/05/2008		Remanescentes de quilombos
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	30/11/2008	214	Remanescentes de quilombos
Casa Nova	Com. de Areia Grande: Riacho Grande/Salina da Brinca/Jurema/Melancia	06/03/2008		Camponeses de fundo de pasto
Casa Nova	Com. de Areia Grande: Riacho Grande/Salina da Brinca/Jurema/Melancia	17/03/2008	336	Camponeses de fundo de pasto
Cocos	Barra de Posse/Capitão do Mato/Prensa	29/02/2008	100	Posseiros
Eunápolis	Área da Veracel	16/09/2008	50	Sem Terra
Ibicaráí	Fazenda Liberdade	02/04/2008	20	Sem Terra
Ilhéus	Fazenda Providência de Deus	23/09/2008	30	Índio
Itaguaçu da Bahia/Jussara/Sento Sé/Xique-Xique	Projeto de Irrigação Baixio do Irecê/24 Comunidades Atingidas	15/08/2008	873	Posseiros
Itajuípe	Acampamento Pátria Livre	02/04/2008	60	Liderança
Itambé	Área da Estação Experimental/Faz. Manoel Machado/EBDA	05/03/2008	200	Sem Terra
Itapitanga	Fazenda Conjunto Aliança/Aliança	29/10/2008	20	Sem Terra
Juazeiro	Área do Projeto de Irrigação Salitre	20/06/2008	300	Sem Terra
Lauro de Freitas	Antiga Pedreira em Quingome de Fora	19/01/2008	40	Sem Terra
Maracás	Fazenda Santa Rosa	11/05/2008	50	Sem Terra
Monte Santo	Assentamento Santa Luzia	15/10/2008		Assentados
Oliveira	Fazenda Canabrava	01/10/2008	5	Índio
Pau Brasil	Fazenda Serra Verde	22/02/2008		Índio
Pau Brasil	Fazenda Serra Verde	28/02/2008		Índio
Pau Brasil	Fazenda Serra Verde	04/03/2008		Índio
Pau Brasil	Fazenda Serra Verde	27/11/2008	12	Índio
Prado	Faz. no Distrito de Cumuruxatiba/Entorno do Parque do Descobrimento	16/07/2008	23	Índio
Ruy Barbosa	Fazenda Casa Nova	08/11/2008	80	Sem Terra
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	31/05/2008		Posseiros
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	09/09/2008		Posseiros
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	27/10/2008	180	Posseiros

Sento Sé	Povoado de Riacho do Paes	22/01/2008	36	Pequenos proprietários
Utinga	Fazenda Santa Helena	11/06/2008	20	Sem Terra
Subtotal:		39	4131	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Canavieiras	Fazenda Santa Maria	17/01/2008	60	Fetag/BA
Carinhanha	Área às margens da BA-161	05/05/2008	320	SI
Carinhanha	Fazenda Canaã	05/05/2008	350	SI
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	03/05/2008	214	Quilombola
Casa Nova	Com. de Areia Grande: Riacho Grande/Salina da Brinca/Jurema/Melancia	16/03/2008	336	UNASFP
Central	Fazenda em Central	30/03/2008	100	MST
Cruz das Almas	Área da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	16/04/2008	150	MST
Eunápolis	Área da Veracel	15/09/2008	50	MLT
Guaratinga	Fazenda Marabá	23/02/2008	200	MST
Ilhéus	Área Perto da Região de Acuípe do Meio	11/07/2008	20	Índios
Ilhéus	Fazenda na Região do Jairi	14/06/2008	40	Índios
Ilhéus	Fazenda Providência de Deus	12/06/2008	30	Índios
Ilhéus	Morada dos Pássaros/Região do Parque de Olivença	13/07/2008	10	Índios
Itabela	Fazenda Tangaré	22/02/2008	250	MST
Itambé	Área da Estação Experimental/Faz. Manoel Machado/EBDA	03/03/2008		Fetag/BA/MST
Itambé	Área da Estação Experimental/Faz. Manoel Machado/EBDA	14/04/2008	200	Fetag/BA/MST
Jandaíra	Área em Jandaíra/Faz. 1	12/04/2008	150	MST
Jandaíra	Área em Jandaíra/Faz. 2	12/04/2008	200	MST
Olivença	Fazenda Fercal	28/06/2008	21	Índios
Pau Brasil	Fazenda Boa Vida	19/12/2008	10	Índios
Ponto Novo	Terra da Agrovale	11/06/2008	300	Via Campes
Prado	Faz. no Distrito de Cumuruxatiba/Entorno do Parque do Descobrimento	26/05/2008		Índios
Prado	Faz. no Distrito de Cumuruxatiba/Entorno do Parque do Descobrimento	14/07/2008	23	Índios
Rio Real	Área em Rio Real	11/04/2008	150	MST
Ruy Barbosa	Fazenda Casa Nova	05/11/2008	80	Ceta
Teixeira de Freitas	Faz. Bela Manhã/Aracruz	05/04/2008	550	MST
Una	Fazenda Sapucaieira	09/06/2008	50	Índios
Vitória da Conquista	Fazenda Santa Emília	07/04/2008	150	MTD
Subtotal:		28	4014	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Andaraí	Fazenda Religare	17/08/2008	48	MLT
Subtotal:		1	48	

Total Conflitos por Terra - BA	68	8193
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Formosa do Rio Preto	Fazenda Ramalho II	21/05/2008	10	10		Coleta de milho
Juazeiro	Faz. da BMG Alimentos Ltda	30/07/2008	12	12		SI
Riachão das Neves	Carvoaria/Faz. Sertânia	07/11/2008	38	38		Carvoaria
São Desidério	Faz. da Agrícola Xingu Ltda	20/09/2008	12	12		Algodão
São Desidério	Fazenda Guarani	28/03/2008	27	27		Algodão
São Desidério	Fazenda São Francisco	01/08/2008	7	7		Catação de raízes
Subtotal:		6	106	106		

Total Conflitos Trabalhistas - BA	6	106
--	----------	------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
--------------	------------------	------	----------	---------------	----------

Cocos	Barra de Posse/Capitão do Mato/Prensa	29/02/2008	100	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Glória/Paulo Afonso/Rodelas	Barragem de Itaparica	09/11/2008	90	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Itaguaçu da Bahia/Jussara/Sento Sé/Xique-Xique	Projeto de Irrigação Baixio do Irecê/24 Comunidades Atingidas	15/08/2008	873	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação
Jaborandi	Projeto da Barragem UHE de Arrodeador/Com. de Ribeirão	30/11/2008	45	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Juazeiro	Área do Projeto de Irrigação Salitre	17/07/2008	312	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Ponto Novo/Queimadas	Barragem de Ponto Novo	11/06/2008	364	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	31/05/2008	180	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		7	1964		
Total Conflitos no Campo BA			81	Pessoas : 50891	

Ceará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Caucaia	T.I. Tapeba	01/07/2008	1440	Índio
Crateús	Faz. Marinheiro/Casa Nova	31/12/2008	50	Assentados
Jaguaruana	Faz. Perereca/Jaisa/Acamp. Belo Monte	23/09/2008	120	Sem Terra
Ocara	Fazenda Joasa	17/04/2008		Sem Terra
Ocara	Fazenda Joasa	19/04/2008	100	Sem Terra
Pacatuba	T. I. Pitaguary	30/07/2008	240	Índio
Palhano	Fazenda em Palhano	24/01/2008	70	Sem Terra
Subtotal:		7	2020	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Boa Viagem	Fazenda Mato Grosso	02/04/2008	60	MST
Crateús	Fazs. Grajaú e Riacho dos Cavalos	22/04/2008	150	MST
Ocara	Fazenda Joasa	17/04/2008	100	MST
São Luís do Curu	Fazenda Monte	17/04/2008	100	MST
Subtotal:		4	410	

Total Conflitos por Terra - CE

11

2430

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Paracuru	Usina Agrovale	11/09/2008	141	141		Cana de açúcar
Parambu	Fazenda Tabuleiro	20/10/2008	52	51		Fabricação de laminados
Subtotal:		2	193	192		

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Jaguaribe/Limoeiro do Norte	Proj. de Irrigação Jaguaribe-Apodi	18/10/2008	1			Plantação de banana
Subtotal:		1	1			

Total Conflitos Trabalhistas - CE

3

194

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Jaguaribara	Proj. Curupati Peixe e Irrigação/Castanhão	25/03/2008	143	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água

Jaguaribara	Projeto Alagamar/Castanhão	25/03/2008	104	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Jaguaribara	Projeto Mandacaru/Castanhão	25/03/2008	170	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Limoeiro do Norte	Com. Cabeça Preta/Proj. Irrig. Jaguaribe	12/06/2008	230	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Limoeiro do Norte/Morada Nova	Projeto de Irrigação Tabuleiro do Russa/Dnocs	13/03/2008	766	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Meruoca	Barragem de Meruoca/Sítio Sabiá	13/07/2008	20	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:		6	1433		
Total Conflitos no Campo CE			20	Pessoas : 19509	

Distrito Federal

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brasília	Com. Indígena do Bananal/Setor Noroeste	22/10/2008	27	Índio
Subtotal:		1	27	
Total Conflitos por Terra - DF			1	27
Total Conflitos no Campo DF			1	Pessoas : 135

Espírito Santo

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Conceição da Barra	Área de Plantação de Cana	14/09/2008	150	Sem Terra
Conceição da Barra	Com. Quilombola de Angelim I/Sapê do Norte	09/07/2008		Remanescentes de quilombos
Conceição da Barra	Com. Quilombola S. Domingos/Sapê do Norte	04/11/2008		Remanescentes de quilombos
Conceição da Barra	Com. Quilombola São Jorge/Sapê do Norte	23/11/2008		Remanescentes de quilombos
Nova Venécia	Faz. Barra do Cristalino/Acamp. Madre Cristina	25/05/2008	500	Sem Terra
Subtotal:		5	650	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Aracruz	Ald. Córrego d' Ouro/Olho d' Água/Tupinikim/Guarani M'Bia	16/10/2008	40	Índios
Mimoso do Sul	Fazenda Pingo d'Água	14/05/2008	22	Fetaes/STR
Subtotal:		2	62	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
São Mateus	Área do DNIT/Margens da BR-101	24/09/2008	150	MST
Subtotal:		1	150	

Total Conflitos por Terra - ES

8 **862**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Conceição da Barra	Faz. da Infisa - Infinity Itaúnas Agrícolas S/A	20/07/2008	64	64		Cana de açúcar
Pedro Canário	Faz. da Infisa - Infinity Itaúnas Agrícolas S/A	20/07/2008	25	25		Cana de açúcar
Subtotal:		2	89	89		
Total Conflitos Trabalhistas - ES			2	89		

Total Conflitos no Campo ES

10 Pessoas : 4399

Goiás

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Paraíso de Goiás	Assentamento Sílvio Rodrigues	19/11/2008		Assentados
Alto Paraíso de Goiás	Assentamento Sílvio Rodrigues	22/11/2008		Assentados
Alto Paraíso de Goiás	Assentamento Sílvio Rodrigues	25/11/2008	18	Assentados
Araguapaz	Acampamento às margens da GO-164	15/04/2008		Sem Terra
Caçu	Fazenda São Pedro	09/01/2008	30	Sem Terra
Edealina	Fazenda Mata Rica/Mata Linda	16/04/2008	150	Sem Terra
Faina	Acampamento Santa Dica	26/11/2008	70	Sem Terra
Itajá	Faz. Sta. Helena/Bálsamo/Córrego das Almas/Acamp. Aporé	08/07/2008		Sem Terra
Itajá	Faz. Sta. Helena/Bálsamo/Córrego das Almas/Acamp. Aporé	19/08/2008		Sem Terra
Itajá	Faz. Sta. Helena/Bálsamo/Córrego das Almas/Acamp. Aporé	23/09/2008	100	Sem Terra
Itarumã	Fazenda Uvá	13/01/2008	45	Sem Terra
Rio Verde	Fazenda Fortaleza	04/01/2008	100	Sem Terra
São Luiz do Norte	Faz. Lavrinha de São Sebastião/P.A. Vasco dos Santos Gonçalves	02/05/2008	35	Sem Terra
São Miguel do Araguaia	Fazenda Alterosa	29/10/2008	51	Sem Terra
Subtotal:		14	599	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Crixás	Fazenda Rio Vermelho 20	16/04/2008	200	MST
Edealina	Fazenda Mata Rica/Mata Linda	12/04/2008		MST
Edealina	Fazenda Mata Rica/Mata Linda	25/12/2008	150	MST
Faina	Fazenda de Cima/Capim Puba/Campo Limpo	10/10/2008	100	MTL-DI
Itajá	Faz. Sta. Helena/Bálsamo/Córrego das Almas/Acamp. Aporé	02/06/2008		LCP
Itajá	Faz. Sta. Helena/Bálsamo/Córrego das Almas/Acamp. Aporé	28/08/2008	100	LCP
Itarumã	Fazenda Jaraguá	07/12/2008	60	MTL-DI
Mineiros	Fazenda do Banco do Brasil	25/04/2008	35	Sintraf
Paranaiguara	Fazenda Disco	03/08/2008	15	MTL/STR
Rio Verde	Fazenda Fortaleza	02/11/2008	20	MTL-DI
Subtotal:		10	680	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Aragoiânia	Acamp. Campos Dourados/Trevo de Guapó	12/06/2008	125	MBTR
Araguapaz	Acampamento às margens da GO-164	12/04/2008		STR
Caiapônia	Acamp. Rio Grande	20/04/2008	23	STR
Doverlândia	Acamp. Boa Esperança	14/02/2008	40	Sintraf
Goiás	Acamp. Boa Esperança	29/03/2008	10	STR
Goiás	Acamp. Liberdade	15/03/2008	23	STR
Itajá	Faz. Sta. Helena/Bálsamo/Córrego das Almas/Acamp. Aporé	19/08/2008	100	LCP
Mozarlândia	Acamp. Terra Nova	14/08/2008	50	STR
Niquelândia	Acamp. Praiaão	04/02/2008	55	Sintraf
Perolândia	Acamp. Vitória	20/01/2008	35	Sintraf
Santa Rita do Novo Destino	Acamp. São Sebastião	23/11/2008	30	STR
Santa Terezinha de Goiás	Acamp. Esperança Divina	27/11/2008	60	STR
Silvânia	Acamp. Rio dos Bois	11/08/2008	24	STR
Varjão	Acamp. Canaã	15/02/2008	150	STR
Subtotal:		14	725	

Total Conflitos por Terra - GO

38

2004

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Campo Alegre de Goiás	Usina Brenco	14/03/2008	17	17		Cana de açúcar
Cristalina	Fazenda Cerro Largo	20/05/2008	78	78		Cultivo de soja
Jataí	Usina Elcana Goiás	10/05/2008	95	95		Cana de açúcar
Montes Claros de Goiás	Faz. Bebedouro do Sertãozinho	10/09/2008	12	12		Carvoaria
Porteirão	Usina Fortaleza	30/06/2008	244	244		Cana de açúcar
Quirinópolis	Usina São Francisco	15/03/2008	421	421		Cana de açúcar
Subtotal:		6	867	867		
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Bom Jesus de Goiás	Usina Panorama	25/10/2008	618			Cana de açúcar
Subtotal:		1	618			
Total Conflitos Trabalhistas - GO		7	1485			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Minaçu	Usina Hidrelétrica de Cana Brava	31/12/2008	810	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Minaçu/Uruaçu	Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa	31/12/2008	925	Barragens e Açudes	Não reassentamento	
Subtotal:		2	1735			
Total Conflitos no Campo GO			47	Pessoas : 20180		

Maranhão

TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açailândia	Assentamento Califórnia	08/03/2008	200	Assentados
Alcântara	Com. Quil. Baracatatiua/Centro de Lançamento de Alcântara	19/01/2008	26	Remanescentes de quilombos
Alcântara	Com. Quil. Brito/Centro de Lançamento de Alcântara	19/01/2008	22	Remanescentes de quilombos
Alcântara	Com. Quil. Mamuna/Mamona/Centro de Lançamento de Alcântara	19/01/2008	56	Remanescentes de quilombos
Aldeias Altas	Pov. Barriguda/TG Agroindústria	31/12/2008	12	Posseiros
Aldeias Altas	Pov. Carro Quebrado/TG Agroindústria	31/12/2008	13	Posseiros
Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Bom Sucesso/TG Agroindústria	31/12/2008	27	Posseiros
Aldeias Altas	Pov. São João/TG Agroindústria	31/12/2008	13	Posseiros
Aldeias Altas	Povoado Tamanduá	31/12/2008	50	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Boa Hora 1	31/12/2008	59	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Faz. Diamantina/Com. Faveira/Água Branca	31/12/2008	65	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	10/12/2008		Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	31/12/2008	70	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	João Joca	30/12/2008	5	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Pov. Marmorana e Boa Hora 3/Faz. Marmorama	31/12/2008	22	Posseiros
Alto Parnaíba	Faz. Inhuma/Brejinho/Brejo da Onça/Pov. Barra do Pureza	31/12/2008	10	Posseiros
Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Buriticipu/Buritirana	T.I. Araribóia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	05/05/2008		Índio
Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Buriticipu/Buritirana	T.I. Araribóia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	24/08/2008	50	Índio

Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Gleba Boca da Mata Barreirão/Rollete	05/11/2008	250	Sem Terra
Arari	Pov. Estirão Grande/Gleba Data Santa Inês/Macaquiçal	31/12/2008	86	Posseiros
Balsas	Fazenda Bom Jesus	31/12/2008	4	Posseiros
Balsas	Fazenda Lagoa Preta	31/12/2008	14	Posseiros
Balsas	Fazenda São José	31/12/2008	42	Posseiros
Balsas	Povoado Vão da Salina	31/12/2008	28	Posseiros
Balsas	Ribeirão da Areia/Data Nazaré	31/12/2008	12	Posseiros
Balsas	Ribeirão do Ásia	31/12/2008	80	Posseiros
Balsas	Rio Peixe	31/12/2008	100	Posseiros
Belágua	Comunidade de Piquizeiro	30/12/2008	560	Posseiros
Benedito Leite	Data Espinho	31/12/2008	29	Posseiros
Brejo/Milagres/Santa Quitéria do Maranhão	Comunidade Lagoa Seca	30/12/2008	54	Posseiros
Buriti	Comunidade Cacimba do Boi	30/06/2008	60	Posseiros
Buritirana	Assentamento Padre Josimo	06/12/2008	45	Assentados
Caxias	Povoado Buriti do Sangue	31/12/2008	40	Posseiros
Caxias	Povoado Central dos Medeiros	31/12/2008	2	Posseiros
Caxias	Povoados São Miguel e Poção	31/12/2008	50	Posseiros
Chapadinha	Com. Quilombola Barro Vermelho	05/11/2008	26	Remanescentes de quilombos
Codó	Faz. Salva Terra/Com. Sta. Rita dos Moisés	09/01/2008		Posseiros
Codó	Faz. Salva Terra/Com. Sta. Rita dos Moisés	01/10/2008	42	Posseiros
Codó	Faz. São João/Com. Todos os Santos	01/06/2008	35	Posseiros
Codó	Mata Virgem	30/11/2008	25	Posseiros
Codó	Pov. Vergel/Veget/Faz. Boa Esperança	31/12/2008	80	Posseiros
Coroatá	Santana	31/12/2008	43	Posseiros
Grajaú	Assentamento Bela Aurora	31/12/2008	37	Assentados
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	23/05/2008	70	Índio
Grajaú/Mirador/São Raimundo das Mangabeiras	Parque Estad. do Mirador/Galheiro, Cabaça, Onça, Ribeiro, Sucuruju, Atoleiro, Estiva e Porcos	09/01/2008		Posseiros
Grajaú/Mirador/São Raimundo das Mangabeiras	Parque Estad. do Mirador/Galheiro, Cabaça, Onça, Ribeiro, Sucuruju, Atoleiro, Estiva e Porcos	15/05/2008		Posseiros
Grajaú/Mirador/São Raimundo das Mangabeiras	Parque Estad. do Mirador/Galheiro, Cabaça, Onça, Ribeiro, Sucuruju, Atoleiro, Estiva e Porcos	26/06/2008		Posseiros
Grajaú/Mirador/São Raimundo das Mangabeiras	Parque Estad. do Mirador/Galheiro, Cabaça, Onça, Ribeiro, Sucuruju, Atoleiro, Estiva e Porcos	14/08/2008		Posseiros
Grajaú/Mirador/São Raimundo das Mangabeiras	Parque Estad. do Mirador/Galheiro, Cabaça, Onça, Ribeiro, Sucuruju, Atoleiro, Estiva e Porcos	19/08/2008	200	Posseiros
Loreto	Povoado Sonhém	31/12/2008	30	Posseiros
Magalhães de Almeida	Fazenda Bebedouro de São Pedro	24/06/2008	100	Posseiros
Parnarama	Data Morro da Velha/Pov. Centro dos Machados/Brejinho	29/07/2008	50	Posseiros
Parnarama	Gleba Bebedouro/Faz. Bebedouro	31/12/2008	70	Posseiros
Parnarama	Gleba Buriti - Canas/Faz. Buriti - Canas	31/12/2008	2	Posseiros
Parnarama	Pov. Guerreiro/Tipiás e Lages/Faz. Canabrava	31/03/2008	72	Posseiros
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	31/12/2008	50	Posseiros
Presidente Dutra	Povoado Massapé	31/12/2008	17	Posseiros
Riachão	Faz. Couro Danta/Coro Danta	31/12/2008	10	Posseiros
Riachão	Malhada Velha	09/09/2008	12	Posseiros
Ribamar Fiquene	Faz. Novo Horizonte/Acamp. 25 de Junho	30/09/2008		Sem Terra
Ribamar Fiquene	Faz. Novo Horizonte/Acamp. 25 de Junho	03/12/2008	150	Sem Terra
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Quilombola Santa Helena	31/01/2008	23	Remanescentes de quilombos
Santa Quitéria do Maranhão	Comunidade Coceira	19/11/2008	105	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Comunidade Lagoa das Caraíbas	01/12/2008	96	Posseiros
São Luís	Assentamento Cassaco	15/07/2008	129	Assentados
São Raimundo das Mangabeiras	Data Varginha/Faz. Taboa	31/12/2008	84	Posseiros

Timbiras	Comunidade Conceição	31/12/2008	42	Posseiros
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	31/12/2008	350	Posseiros
Tuntum	Fazenda OLS	31/12/2008	31	Posseiros
Urbano Santos	Com. Quilombola de Santa Maria	01/12/2008	80	Posseiros
Urbano Santos	Comunidade de Baixão dos Loretos	30/06/2008	45	Posseiros
Subtotal:		71	4262	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Ribamar Fiquene	Faz. Novo Horizonte/Acamp. 25 de Junho	25/06/2008	150	MST
Subtotal:		1	150	

Total Conflitos por Terra - MA

72 4412

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Açailândia	Fazenda do 50 Bis	12/08/2008	6			Roçagem de juquirá e construção de cerca
Açailândia	Fazenda do Zuza	05/05/2008	7			Roçagem de juquirá
Açailândia	Fazenda Eldorado	09/10/2008	9	16		Quebra de milho
Açailândia	Fazenda Pampulha	22/10/2008	7	7		Carvoaria
Açailândia	Fazenda Redenção	12/09/2008	12	3		Roçagem de juquirá e montagem de cerca
Açailândia	Serra das Andorinhas/Carvoaria e Fazenda	19/09/2008	12			Carvoaria
Balsas	Fazenda Carajá	13/10/2008	9	9	3	Plantio de soja
Balsas	Fazenda São Bento	17/09/2008	18			Catação de raízes
Bom Jardim	Fazenda Cascavel	08/09/2008	10			Roçagem de juquirá e construção de cerca
Bom Jesus das Selvas	Carvoaria Cinco Cinco	03/10/2008	100			Carvoaria
Bom Jesus das Selvas	Fazenda do João Fabricante	08/04/2008	6			Roçagem de juquirá
Buriticupu	Fazenda Boa Esperança	05/11/2008	10			Cerca
Buriticupu	Fazenda do Amigão	26/06/2008	21			Quebra de milho
Buriticupu	Fazenda do Epitácio	15/09/2008	4			Quebra de milho
Buriticupu	Fazenda e Carvoaria Redenção III	03/09/2008	500			Extração de madeira
Buriticupu	Fazenda Santos	19/05/2008	15			Roçagem de juquirá
Governador Edison Lobão	Fazenda Terra Bela	10/08/2008	10	10		Carvoaria
Itinga do Maranhão	Fazenda Topa Tudo	24/03/2008	10			Cerca e plantio de semente de capim
João Lisboa	Faz. Nazaré/Brejão/ Mutum/Palmeira	08/09/2008	6			Roçagem de juquirá
Peritoró	Fazenda Verdes Campos	20/05/2008	13	13		Roçagem de juquirá
Santa Inês/Santa Luzia	Fazenda Barbosa	05/05/2008	10			Roçagem de juquirá
Santa Luzia	Fazenda Jatobá	11/04/2008	10			Roçagem de juquirá
Santa Luzia	Fazenda Pimenta	01/04/2008	22			Roçagem de juquirá
Santa Luzia	Fazenda Sete Barracas	25/08/2008	7			Roçagem de juquirá
Santa Luzia do Tide	Faz. Planalto II/Monte Azul	12/07/2008	30	22		Coleta de milho
São Pedro da Água Branca	Fazenda São Francisco	18/09/2008	2			Cerca e motosserra
São Raimundo do Doca Bezerra	Fazenda Boa Vista	20/01/2008	19	19		Roçagem de juquirá
Subtotal:		27	885	99	3	

Supereexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Açailândia	Fazenda do Moacir da Molifer	26/03/2008	16			Roçagem de juquira
Subtotal:		1	16			
Total Conflitos Trabalhistas - MA		28	901			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Estreito	Usina Hidrelétrica de Estreito	11/03/2008	1600	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação	
Subtotal:		1	1600			
Total Conflitos no Campo MA			101	Pessoas : 30961		

Mato Grosso

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Barra do Garças	T.I. São Marcos/Xavante	31/01/2008	700	Índio
Brasnorte	T. I. Menku/Aldeia Japuía/Myky	27/05/2008	20	Índio
Brasnorte	T.I. Irantxe/Manoki	26/05/2008	54	Índio
Comodoro/Nova Lacerda	T.I. Vale do Guaporé/Nambyqwara	28/05/2008	90	Índio
Confresa/Santa Terezinha/Vila Rica	Fazenda Bridão Brasileiro	04/03/2008	180	Sem Terra
Juína	T. I. Enawenê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	15/05/2008	96	Índio
Luciara	Posse na Serra do Zeca Barros	07/11/2008	1	Posseiros
Marcelândia	T.I. Kayabi Rio Arraias/Aldeia Sobradinho	30/07/2008	34	Índio
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vida/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	04/06/2008	10	Remanescentes de quilombos
Nova Canaã do Norte/Sinop	Faz. Panorama/Acamp. Nova Aliança	08/02/2008	120	Sem Terra
Nova Olímpia	Fazenda Palmital	12/08/2008	140	Sem Terra
Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	15/08/2008	12	Sem Terra
Poxoréu	T.I. Jarudori/Bóe-Bororo/Aldeia Nova	28/01/2008	30	Índio
Subtotal:		13	1487	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Nova Olímpia	Fazenda Palmital	04/08/2008	140	MST
Subtotal:		1	140	

Total Conflitos por Terra - MT

14

1627

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Alta Floresta	Fazenda do Sr. Ita	24/01/2008	5			Roçagem e pasto
Alta Floresta	Fazenda Pantera	31/01/2008	23		1	Roçagem de juquira e vaqueiro
Alta Floresta	Fazenda Patrícia	11/02/2008	8	8		Roçagem
Alta Floresta	Fazenda Salto Grande	10/07/2008	101	102		Pecuária
Alta Floresta	Fazenda Sangri-lá	26/06/2008	4	4		Pecuária
Alta Floresta	Fazenda São Pedro	17/03/2008	3	3		Formação de pasto e roçado
Comodoro	Fazenda Farroupilha	27/07/2008	6	6		Construção de cerca
Confresa	Fazenda Mata Azul	23/10/2008	7	7		Pecuária
Feliz Natal	Faz. Beira Rio/Ex-Gleba Rio Ferro	20/01/2008	20	20		Serviço de pasto e geral
Ipiranga do Norte	Fazenda Curitiba	10/09/2008	6	6		Plantio de soja

Juara	Fazenda Rio Mutuca	17/06/2008	51	51		Roçagem e pasto
Juara	Fazenda Santa Rita de Cássia	27/10/2008	10	10	1	Roçagem de juquirá
Marcelândia	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	25/04/2008	9	9		Roçagem
Não informado	Faz. da Biauto Agroindustrial Ltda	22/11/2008	24	24		SI
Não informado	Faz. da Pavimentadora São José	22/11/2008	1	1		Pedreira
Nortelândia	Fazenda Viviane	22/11/2008	32	32		Extração de pedra
Nortelândia	Sítio Água Viva	22/11/2008	2	2		Extração de pedra
Nova Canaã do Norte	Fazenda Pontal da Serra	16/01/2008	11	11	1	Roçagem, pasto, vaqueiro
Nova Monte Verde	Fazenda Renascer	25/06/2008	9	9		Pecuária
Nova Monte Verde	Fazenda Serrinha	11/02/2008	19	19		Roçagem
Nova Olímpia	Usina Itamarati	12/08/2008	67	67		Cana de açúcar
Paranaíta	Faz. Bom Jesus da Serra	25/03/2008	9	9		Roçagem
Pontes e Lacerda	Faz. Lagoa do Guaporé	25/11/2008	10	10		Pecuária
Porto Estrela	Fazenda Rancho Alegre	10/12/2008	12	12		Seringal
Ribeirão Cascalheira	Faz. Ribeirão Bonito/Gleba Grotão	24/09/2008	4	4		Pecuária
Ribeirão Cascalheira	Fazenda Campo Belo	10/03/2008	5	5		Roçagem
Rondolândia	Fazenda São Lucas	11/03/2008	3	3		Roçagem
São José do Xingu	Fazenda Reunidas	09/06/2008	16	16		Roçagem
Tabaporã	Fazenda Ouro Preto	21/12/2008	21	21	1	Carvoaria
Tapurah	Faz. da Masa Construção Civil Ltda	23/10/2008	44	44		Construção civil
Tapurah	Faz. Vale do Rio Verde	23/01/2008	41	41		Algodão
Tapurah	Fazenda Toledo	23/10/2008	9	9		Construção civil
Tapurah	Fazenda Toledo	25/10/2008	16	16		Construção civil
Subtotal:		33	608	581	4	
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Alta Floresta	Fazenda Santa Amália	11/06/2008	15			Sem informação
Porto Alegre do Norte	Fazenda Nova Floresta	24/04/2008	1			Pecuária
Subtotal:		2	16			
Desrespeito Trab						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Alta Floresta	Fazenda Lago Azul	02/05/2008	8			Pecuária
Subtotal:		1	8			
Total Conflitos Trabalhistas - MT		36	632			
Total Conflitos no Campo MT			50	Pessoas : 8767		

Mato Grosso do Sul

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amambai/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurusu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	12/12/2008	60	Índio
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Sta. Creuza	17/07/2008	140	Índio
Dourados	Fazenda Serrana	16/07/2008	15	Índio
Miranda	Fazenda Petrópolis	26/08/2008	60	Índio
Miranda	Sítio Boa Sorte	17/06/2008		Índio
Miranda	Sítio Boa Sorte	18/06/2008	60	Índio
Paranhos	T.I. Arroio Corá	30/12/2008	100	Índio
Rio Brillhante	Faz. Santa Edwirge/Acamp. Esperança 4	28/03/2008	110	Sem Terra
Rio Brillhante	Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança	27/02/2008	50	Índio
Sidrolândia	Fazenda Estrela	30/01/2008	206	Sem Terra
Subtotal:		10	801	
Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Aquidauana	Fazenda Santa Bárbara	11/02/2008	50	Índios

Dourados	Fazenda Serrana	16/06/2008	15	Índios
Miranda	Fazenda Petrópolis	25/08/2008	60	Índios
Miranda	Sítio Boa Sorte	12/06/2008		Índios
Miranda	Sítio Boa Sorte	17/06/2008	60	Índios
Rio Brilhante	Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança	27/02/2008	50	Índios
Subtotal:		6	235	

Total Conflitos por Terra - MS	16	1036
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Bonito	Fazenda Santo Antônio	20/11/2008	4	4		Carvoaria
Camapuã	Carvoaria na Faz. Sta. Maria	20/07/2008	6	6		Carvoaria
Campo Grande	Fazenda Imbirussu	15/08/2008	11	11		Serviços gerais, plantio, veneno
Corguinho	Faz. da JR2 Construtora Ltda	12/12/2008	13	13		Construção civil
Costa Rica	Fazenda Elza	23/04/2008	10	10		Gado
Coxim	Fazenda Ponte Velha	02/06/2008	7	7		Carvoaria
Dois Irmãos do Buriti	Fazenda Buba/Campanário	20/09/2008	6	6		Carvoaria
Dourados	Fazenda Malibu	12/05/2008	11	11		Construção civil
Iguatemi	Destilaria Centro - Oeste Iguatemi Ltda (Dicol)/Faz. Cachoeirinha	28/07/2008	126	126		Cana de açúcar
Paranaíba	Faz. D20 do Luiz Alves Brasileiro Filho	10/04/2008	9		3	SI
Pedro Gomes	Fazenda Boa Vista	02/06/2008	15	15		Carvoaria
Porto Murtinho	Fazenda Santa Maria	12/05/2008	10	10		Gado
São Gabriel do Oeste	Fazenda Morro Alto	20/07/2008	13	13		Carvoaria
São Gabriel do Oeste	Fazenda Navalha	20/07/2008	4	4		Carvoaria
Subtotal:		14	245	236	3	

Desrespeito Trab

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Porto Murtinho	Frigorífico Marfrig	28/02/2008	1		1	Pecuária
Subtotal:		1	1		1	

Total Conflitos Trabalhistas - MS	15	246
--	-----------	------------

Total Conflitos no Campo MS	31	Pessoas : 5426
------------------------------------	-----------	-----------------------

Minas Gerais

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/ Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	25/11/2008	280	Sem Terra
Frei Inocêncio	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. Gino	15/02/2008	40	Sem Terra
Gurinhata	Fazenda Barro Preto	04/09/2008	30	Sem Terra
Jequitaiá	Fazenda Novo Paraíso	12/09/2008	40	Sem Terra
Ladainha	Aldeia Verde/Maxakali	23/01/2008	70	Índio
Nova Porteirinha	Fazenda Andaraí/Acamp. Dom Mauro	03/06/2008	49	Sem Terra
Paraopeba	Comunidade de Pontinha	05/11/2008	400	Remanescentes de quilombos
Prata/Uberlândia	Faz. Douradinha	12/11/2008	40	Sem Terra
São Francisco	Assent. São Francisco/Faz. Caatinga	19/11/2008	200	Assentados
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	26/11/2008	450	Remanescentes de quilombos
Serra do Salitre	Comunidade Quilombola Família Teodora de Oliveira	16/04/2008	12	Remanescentes de quilombos
Uberlândia	Faz. Tangará/Parque Florestal Douradinho/CIF	17/09/2008	435	Assentados
Subtotal:		12	2046	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
--------------	------------------	------	----------	-------------

Campo Florido/Uberlândia	Fazenda Paraíso	20/04/2008	150	MST
Canápolis	Área em Canápolis	04/05/2008	12	Fetaemg
Frei Inocêncio	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. Gino	23/06/2008	45	MST
Frei Inocêncio	Faz. Monte Azul/Acamp. Maria da Penha	21/06/2008	12	MST
Gurinhata	Fazenda Barro Preto	01/06/2008	30	LCPCO
Ituiutaba	Área em Ituiutaba	27/07/2008	12	Contag
Jequitaiá	Faz. Correntes/Acamp. Erivan	17/04/2008	100	MST
Prata	Fazenda Buracão	17/02/2008	160	MLST
Rio Pardo de Minas	Faz. Jacu/Japoré	12/06/2008	80	OLST
Rio Pardo de Minas	Fazenda Curral Novo	13/06/2008	6	MST
Subtotal:		10	607	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Comendador Gomes	Fazenda São Domingos	29/01/2008	160	MLST
Subtotal:		1	160	

Total Conflitos por Terra - MG 23 2813

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Carmo do Rio Claro	Fazenda Entre Cachoeiras	06/06/2008	27	27		Cultivo de café
Guaranésia	Faz. Alvorada do Bebedouro S/A - Açúcar e Álcool	20/09/2008	33	33		Cana de açúcar
Jequitinhonha	Fazenda Jampruca	16/09/2008	7	7		Derrubada e carvoaria
Jequitinhonha	Fazenda Para Águas Belas	10/12/2008	4	4		Carvoaria
Machado	Sítio Bom Jesus	26/07/2008	16	16		Colheita de café
Paracatu	Fazenda Guariroba	03/03/2008	1	1		Pecuária
Patrocínio	Fazenda Cachoeira do Bom Jardim	15/08/2008	58	58	2	Colheita de café
Pedra Azul	Fazenda Córrego d' Água	15/11/2008	9	9		Carvoaria
Pedra Azul	Fazenda Córrego da Saudade	15/11/2008	9	9		Carvoaria
São Roque de Minas	Fazenda Samburá	06/07/2008	49	49		Colheita de café
São Sebastião do Paraíso	Central Energética Paraíso S/A - Cepar	18/09/2008	8	8		Cana de açúcar
Três Pontas	Fazenda Santa Mônica	29/05/2008	7	7		Cultivo de café
Varginha	Fazenda Jacutinga	02/01/2008	1	1		Pecuária
Subtotal:		13	229	229	2	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Joaíma	Fazenda Turmalina	16/09/2008	20	20		Derrubada e carvoaria
Subtotal:		1	20	20		

Desrespeito Trab

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Conceição das Alagoas	Usina Canavieira	13/11/2008	176			Cana de açúcar
Piedade de Caratinga	Lavoura de Café	02/09/2008	26	22	4	Lavoura de café
Subtotal:		2	202	22	4	

Total Conflitos Trabalhistas - MG 16 451

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Aimorés/Itueta/Manhuaçu/R esplendor	Usina Hidrelétrica de Aimorés/Vale do Rio Doce	10/03/2008	1000	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Berilo/Grão Mogol/José Gonçalves de Minas/Leme do Prado	Usina de Irapé/Porto Coris/42 Comunidades	30/08/2008	1800	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Berizal/Taiobeiras	Barragem de Berizal	24/07/2008	700	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais

Janaúba	Faz. Muquém/Usina Irapé	30/08/2008	32	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Janaúba	Faz. Terra Nova/Usina Irapé	30/08/2008		Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
José Gonçalves de Minas	Fazenda Dileta/Usina Irapé	30/08/2008	20	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Subtotal:		6	3552		
Total Conflitos no Campo MG			45	Pessoas : 32276	

Pará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Afuá	Furo da Cidade**	01/01/2008	15	Ribeirinho
Afuá	Furo Grande**	01/01/2008	1	Ribeirinho
Afuá	Igarapé Jovino**	01/01/2008	4	Ribeirinho
Afuá	Igarapé Viana**	01/01/2008	7	Ribeirinho
Afuá	Ilha da Luzitana**	01/04/2008	8	Ribeirinho
Afuá	Ilha da Serraria**	01/01/2008	40	Ribeirinho
Afuá	Ilha do Antonino**	01/01/2008	10	Ribeirinho
Afuá	Ilha do Cajual**	01/01/2008	35	Ribeirinho
Afuá	Ilha do Caldeirão**	01/01/2008	18	Ribeirinho
Afuá	Ilha dos Porcos/Caetano**	01/01/2008	6	Ribeirinho
Afuá	Ilha dos Porcos/Cajueiro**	01/01/2008	30	Ribeirinho
Afuá	Ilha dos Porcos/Carás**	01/01/2008	20	Ribeirinho
Afuá	Ilha dos Porcos/Igarapé Grande**	01/01/2008	4	Ribeirinho
Afuá	Rio Baiano**	01/04/2008	17	Ribeirinho
Afuá	Rio Baturité**	01/04/2008	25	Ribeirinho
Afuá	Rio Cemitério**	01/01/2008	8	Ribeirinho
Afuá	Rio Charapucu**	01/01/2008	30	Ribeirinho
Afuá	Rio Espera**	01/04/2008	12	Ribeirinho
Afuá	Rio Flexal**	01/04/2008	1	Ribeirinho
Afuá	Rio Gabriel**	10/07/2008	10	Ribeirinho
Afuá	Rio Ipanema**	01/01/2008	30	Ribeirinho
Afuá	Rio Laranjal**	01/01/2008	32	Ribeirinho
Afuá	Rio Maniva**	01/04/2008	1	Ribeirinho
Afuá	Rio Morceguinho/Morcego**	01/01/2008	1	Ribeirinho
Afuá	Rio Salvador Grande/Roflândia	01/04/2008	48	Ribeirinho
Afuá	Rio Salvadorzinho**	01/01/2008	13	Ribeirinho
Afuá	Rio Tambaqui**	01/01/2008	20	Ribeirinho
Afuá	Rio Vieirinha/S. Maria**	01/04/2008	1	Ribeirinho
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	20/08/2008	60	Assentados
Altamira	Resex do Médio Xingu/Terra do Meio	13/02/2008		Ribeirinho
Altamira	Resex do Médio Xingu/Terra do Meio	30/04/2008	59	Ribeirinho
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança	26/05/2008		Assentados
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança	28/10/2008	317	Assentados
Canaã dos Carajás/Parauapebas	Fazenda São Luís	24/08/2008	700	Sem Terra
Capitão Poço/São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembé/Alto Rio Guamá	17/02/2008	200	Índio
Conceição do Araguaia	P.A. Pecosa/Faz. N. Sra. Apar. Agrop/Jocom	04/01/2008		Assentados
Conceição do Araguaia	P.A. Pecosa/Faz. N. Sra. Apar. Agrop/Jocom	20/09/2008	30	Assentados
Conceição do Araguaia/Xinguara	Fazenda Nazaré	31/01/2008		Sem Terra
Curionópolis	Faz. Macaxeira/P.A. 17 de Abril	16/04/2008	687	Assentados
Eldorado dos Carajás	Faz. Iraque/Acamp. Jerusalém	01/01/2008	100	Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Fazenda Sinhá Moça	30/08/2008	110	Sem Terra
Eldorado dos Carajás/Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	10/08/2008	324	Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Boiadeiro/Perto do Rio Jutuba	15/11/2008	18	Pequenos proprietários
Goianésia do Pará	Faz. Triângulo/Acamp. Nova Esperança	04/08/2008		Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Triângulo/Acamp. Nova Esperança	09/08/2008		Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Triângulo/Acamp. Nova Esperança	10/08/2008	75	Sem Terra

**As ocorrências de conflitos no município de Afuá/PA são acompanhados pela CPT Amapá.

Ipixuna do Pará/Paragominas	Faz. Balalaiaque/Fluminense Agrícola	13/03/2008	500	Posseiros
Itupiranga	Acamp. no Km 21 da Transamazônica	30/06/2008	40	Sem Terra
Itupiranga	Castanhal Santa Luzia	30/06/2008	30	Sem Terra
Itupiranga	Fazenda Água Boa	15/06/2008	150	Sem Terra
Itupiranga	Fazenda Bandeirantes II	03/12/2008	40	Sem Terra
Itupiranga	Fazenda Dona Alzira	29/10/2008	50	Sem Terra
Itupiranga	Fazenda Lago Vermelho	13/06/2008	150	Sem Terra
Itupiranga	Fazenda Potiguar	03/12/2008	40	Sem Terra
Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	14/03/2008	123	Assentados
Marabá	Faz. de Márcio Aparecido Tavares	03/11/2008	60	Sem Terra
Marabá	Fazenda Mutamba	02/06/2008	60	Sem Terra
Marabá	Fazenda São João	15/09/2008		Sem Terra
Marabá	Fazenda São João	20/11/2008	60	Sem Terra
Marabá/Parauapebas	Faz. São Marcos e Arizona/Acamp. Dona Dina	28/04/2008	600	Sem Terra
Novo Repartimento	Assentamento Rio Gelado	16/01/2008	80	Assentados
Ourilândia	P.A. Tucumã/Campos Altos/Proj. Onça Puma/CVRD	22/09/2008	83	Assentados
Paragominas	Faz. Caip/Vila Paragonorte	25/02/2008	700	Assentados
Paragominas	Vale do Jurupi/Colônia Providência/Faz. Perachi	22/01/2008	80	Sem Terra
Redenção	Faz. Vaca Branca/Sta. Maria	16/10/2008		Sem Terra
Redenção	Faz. Vaca Branca/Sta. Maria	12/11/2008	27	Sem Terra
Rondon do Pará	Acampamento Raio de Sol	28/01/2008	200	Sem Terra
Rondon do Pará	Fazenda Bela Vista	04/02/2008	120	Sem Terra
Salvaterra/Santa Maria das Barreiras	Complexo Forkilha/Assent. Agropec	03/06/2008	45	Sem Terra
Santana do Araguaia	P.A. São Sebastião do Cristalino	17/06/2008	10	Assentados
São Félix do Xingu	Faz. Terra Roxa/Faz. São Félix/São Miguel	26/10/2008	72	Sem Terra
São Félix do Xingu	Fazenda Barra do Triunfo	31/12/2008	150	Posseiros
São Félix do Xingu	Região do Xadá/Grileiro Mazinho	15/09/2008	500	Pequenos proprietários
São João do Araguaia	Faz. Araguaia/Gl. Fortaleza "A"/Acamp. Ponta de Pedra do Araguaia	24/10/2008	150	Sindicalista
Tucumã	Faz. Nega Madalena/De Beira-Mar	30/10/2008	322	Sem Terra
Tucuruí	Acamp. João Canuto/Faz. Arumatheua	23/01/2008		Sem Terra
Tucuruí	Acamp. João Canuto/Faz. Arumatheua	25/01/2008	72	Sem Terra
Tucuruí	Projeto de Assentamento Paraúna	24/04/2008		Assentados
Tucuruí	Projeto de Assentamento Paraúna	25/04/2008		Assentados
Uruará	Faz. Nova Invernada/Grupo Agronil	30/06/2008	120	Sem Terra
Subtotal:		80	7761	
Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	20/07/2008	200	SI
Breu Branco	Faz. da Globe Metais	13/04/2008	70	MST
Breu Branco	Fazenda Sul - América	16/01/2008	61	Fetagri/PA
Canaã dos Carajás/Parauapebas	Fazenda São Luís	17/08/2008	700	MST
Conceição do Araguaia	P.A. Pecos/Faz. N. Sra. Apar. Agrop/Jocom	29/01/2008	30	STR
Conceição do Araguaia	P.A. Pecos/Faz. N. Sra. Apar. Agrop/Jocom	15/08/2008	10	STR
Curionópolis/Eldorado dos Carajás	Faz. Serra Norte/Surubim	21/01/2008		Fetagri/PA
Eldorado dos Carajás	Faz. Iraque/Acamp. Jerusalém	05/02/2008	100	Fetagri/PA
Eldorado dos Carajás/Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	25/07/2008	324	MST
Itupiranga	Fazenda Água Boa	14/06/2008	150	Fetagri/PA
Marabá	Faz. de Márcio Aparecido Tavares	01/11/2008	60	OI
Marabá	Faz. Soberana/P. A. Jatobá	20/02/2008	21	STR
Redenção	Faz. Vaca Branca/Sta. Maria	22/02/2008	30	Fetagri/PA
Salvaterra/Santa Maria das Barreiras	Complexo Forkilha/Assent. Agropec	28/05/2008	45	LCP
São Félix do Xingu	Faz. Terra Roxa/Faz. São Félix/São Miguel	12/10/2008	72	AST*
Tucumã	Faz. Nega Madalena/De Beira-Mar	30/08/2008	322	MST
Tucuruí	Acamp. João Canuto/Faz. Arumatheua	21/01/2008	72	SI
Subtotal:		17	2267	

Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Eldorado dos Carajás	Fazenda Sinhá Moça	30/08/2008	110	STR		
Goianésia do Pará	Faz. Triângulo/Acamp. Nova Esperança	01/05/2008	75	OI		
Itupiranga	Castanhal Santa Luzia	30/06/2008	30	Fetagri/PA		
Marabá	Fazenda São João	20/04/2008	60	OI		
Subtotal:		4	275			
Total Conflitos por Terra - PA		101	10303			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Abel Figueiredo	Carvoaria do Jaime	23/10/2008	9	9		Carvoaria
Abel Figueiredo	Carvoaria do José Carlos Castro dos Santos	23/10/2008	3	3		Carvoaria
Abel Figueiredo	Carvoaria do Márcio e Maurício	20/10/2008	10	7		Carvoaria
Água Azul do Norte	Fazenda Boa Esperança	12/08/2008	6			Roçagem de juquira
Água Azul do Norte	Fazenda Caçula	22/09/2008	14			Cerca
Água Azul do Norte	Fazenda do Bruno	10/09/2008	5			Roçagem de juquira
Água Azul do Norte	Fazenda do Geandro	23/10/2008	6	6		Pecuária
Água Azul do Norte	Fazenda Franciscana	26/08/2008	10			Roçagem de juquira e acero
Água Azul do Norte	Fazenda Marginca	23/07/2008	20			Roçagem de juquira
Água Azul do Norte/Xinguara	Fazenda Diadema	15/07/2008	20	20		Roçagem de juquira e derrubada
Altamira/São Félix do Xingu	Fazenda JD/Região do Iriri/Terra do Meio	25/07/2008	11		1	Cerca e arrastão
Altamira/São Félix do Xingu	Fazenda JD/Região do Iriri/Terra do Meio	29/09/2008	25			Cerca e arrastão
Baião	Fazenda do Dr. Miguel Monteiro	10/03/2008	14	16		Roçagem de juquira
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Morada Nova	12/02/2008	9	14		Roçagem de juquira e plantio de capim
Brasil Novo	Fazenda Adriely	03/03/2008	6			Roçagem de juquira e derrubada
Brasil Novo	Fazenda Biancard	28/01/2008	29		3	Derrubada, aplicação de agrotóxico e trabalhos gerais
Brejo Grande do Araguaia	Fazenda Santa Maria IV	13/05/2008	6	6		Limpeza de pasto
Breu Branco	Carvoaria Califórnia	26/06/2008	8	8		Carvoaria
Breu Branco	Carvoaria do Magno	27/08/2008	4	4		Carvoaria
Breu Branco	Carvoaria do Welson	27/08/2008	2	2		Carvoaria
Breu Branco	Carvoaria Paraná Ltda/EPP	26/06/2008	9	9		Carvoaria
Breu Branco	Fazenda Água Azul II/CCM	14/03/2008	9			Roçagem de juquira e derrubada
Breu Branco	Fazenda do Lucas	27/03/2008	10			Roçagem de juquira e plantio de capim
Breu Branco	Fazenda Nova Olinda	26/02/2008	12	12		Roçagem de juquira
Breu Branco/Goianésia do Pará	Fazenda Valeriense	07/04/2008	11	6		Roçagem de juquira e plantio de capim
Canaã dos Carajás/Parauapebas	Fazenda São Luís	19/06/2008	9			Acero

Conceição do Araguaia	Fazenda São Pedro	19/06/2008	8			Roçagem de juquira e construção de cerca
Concórdia do Pará	Fazenda Zapelini II	10/03/2008	15	15		Roçagem de juquira
Curionópolis	Fazenda Boa Sorte	20/08/2008	7			Roçagem de juquira e aplicação de agrotóxico
Dom Eliseu	Fazenda do Senhor Silveste	08/09/2008	6			Catação de raízes
Eldorado dos Carajás	Faz. Bom Sossego/Cib	30/01/2008	7	7		Aplicação de veneno
Floresta do Araguaia	Fazenda do Nilton/Paraíba	07/03/2008	6			Roçagem de juquira e aplicação de agrotóxico
Goianésia do Pará	Faz. da Ciquel/Garimpo da Cruz e da Cutia	21/08/2008	21	2		Retirada de pedras
Goianésia do Pará	Faz. Santa Catarina/Do Pedro	15/04/2008	15	14		Roçagem de juquira
Goianésia do Pará	Fazenda Acácia Mangio	25/06/2008	5	5		Madeiras
Goianésia do Pará	Fazenda do José Ramalho	31/08/2008	3	3		Carvão e derrubada
Goianésia do Pará	Fazenda Neres	01/12/2008	5			Roçagem de juquira e acero
Goianésia do Pará/Jacundá	Fazenda União	22/09/2008	10	10		Carvoaria
Itupiranga	Fazenda Escorpião	22/07/2008	6	6		Pecuária
Itupiranga	Fazenda Estrela do Sul	15/11/2008	6	6		Sem informação
Itupiranga	Serraria e Carvoaria do Júnior e do Carequinha	21/08/2008	58			Serraria
Jacundá	Fazenda Bela Vista	13/05/2008	30	30		Limpeza de pasto
Jacundá	Fazenda da Paz	11/01/2008	32	3		Carvoaria, roçagem de juquira, aplicação de veneno
Marabá	Fazenda do Rivaldo	14/10/2008	12			Carvoaria
Marabá	Serraria	06/10/2008	4		4	Carvoaria
Marabá	Serraria Lindoeste	23/10/2008	13	13		Serraria
Marabá/São Félix do Xingu	Faz. Caiana/Canaiane	23/07/2008	37	32		Pecuária
Marabá/São Félix do Xingu	Fazenda do Norberto	03/03/2008	9			Roçagem de juquira e plantio de capim
Moju	Fazenda Juriti	19/04/2008	11	11		Roçagem de juquira
Novo Repartimento	Faz. do Zé Gordo/Faz. Alto Bonito	21/01/2008	12			Roçagem de juquira e derrubada
Novo Repartimento	Fazenda Bela Vista	04/03/2008	8	8		Roçagem de juquira
Novo Repartimento	Fazenda do Nilton	15/12/2008	11			Cerca, Roçagem de juquira e extração de madeira
Novo Repartimento	Fazenda Santa Rita	24/03/2008	16			Roçagem de juquira e construção de cerca
Ourilândia do Norte	Faz. Santa Marta/Flor de Minas	26/01/2008	7		2	Beneficiamento de milho
Ourilândia do Norte	Fazenda Caçula	23/10/2008	7	7		Pecuária
Pacajá	Fazenda Rio dos Bois	10/03/2008	7	3		Cerca
Paragominas	Fazenda Atalaia II	01/04/2008	40	40		Roçagem de juquira
Paragominas	Fazenda Boa Sorte	01/04/2008	3	3		Roçagem de juquira
Paragominas	Fazenda Bonsucesso	18/02/2008	35	35		Roçagem de juquira
Paragominas	Fazenda Tangará	01/04/2008	13	13		Roçagem de juquira

Piçarra	Fazenda do Osmar Barbudo	20/05/2008	15			Roçagem de juçuíra
Placas	Perfil Agroindústria Cacauera Ltda	22/09/2008	141	88	30	Cacau
Portel	Carvoaria GJ Diniz Costa/Faz. da Cikel	06/03/2008	20			Carvoaria
Rondon do Pará	Carvoaria do Landualdo	23/10/2008	11	11		Carvoaria
Rondon do Pará	Carvoaria Santa Lúcia ME Ltda	25/10/2008	21	21		Carvoaria
Rondon do Pará	Carvoaria Santa Maria	18/03/2008	2	2		Carvoaria
Rondon do Pará	Fazenda Fé em Deus	23/06/2008	28	32		Roçagem de juçuíra
Rondon do Pará	Fazenda Ouro Branco	16/11/2008	10			Roçagem de juçuíra e construção de cerca
Rondon do Pará	Fazenda Pau Terra	18/03/2008	11	11		Roçagem de juçuíra
Rondon do Pará	Fazenda São José	29/05/2008	35		2	Roçagem de juçuíra e construção de cerca
Santa Luzia do Pará	Fazenda Caiarara	20/11/2008	32	32		Pecuária
São Félix do Xingu	Faz. Santa Tereza/Faz. do Benedito	29/05/2008	2			Roçagem de juçuíra
São Félix do Xingu	Fazenda Araraquara	25/11/2008	25			Roçagem de juçuíra e aplicação de agrotóxico
São Félix do Xingu	Fazenda Baixa Verde	09/06/2008	25			Aplicação de agrotóxico
São Félix do Xingu	Fazenda Bandeirante	13/05/2008	38	38		Roçagem de juçuíra
São Félix do Xingu	Fazenda Bela Vista	09/06/2008	10			Roçagem de juçuíra e aplicação de agrotóxico
São Félix do Xingu	Fazenda Cocalândia	15/07/2008	17	17		Roçagem
São Félix do Xingu	Fazenda do Júnior e do Bruno	10/04/2008	30			Roçagem de juçuíra e derrubada
São Félix do Xingu	Fazenda do Valdez	14/01/2008	8			Roçagem de juçuíra e construção de cerca
São Félix do Xingu	Fazenda Gaivota	31/10/2008	8			Roçagem de juçuíra
São Félix do Xingu	Fazenda Ipama	09/09/2008	11	6		Açero
São Félix do Xingu	Fazenda Nova Esperança	13/05/2008	6	6		Roçagem de juçuíra
São Félix do Xingu	Fazenda Pé do Morro	13/10/2008	5			Madeiras
São Félix do Xingu	Fazenda Quatro Poderes	12/03/2008	7			Roçagem de juçuíra e vaqueiro
São Félix do Xingu	Fazenda São Judas Tadeu	20/06/2008	14	5		Pastagem
São Félix do Xingu	Fazenda Três Irmãos	08/07/2008	20	32		Roçagem
São Geraldo do Araguaia	Fazenda do Sebastião Dourado	21/01/2008	15			Roçagem de juçuíra
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Fortaleza Guanabara	30/05/2008	5	5		Roçagem
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Morro Alegre	10/03/2008	5			Aplicação de agrotóxico
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Santa Elisa	13/05/2008	7	7		Limpeza de pasto
São Geraldo do Araguaia	Fazenda São José	10/03/2008	12			Aplicação de agrotóxico e roçagem de pasto
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Sumaúma II	28/05/2008	14	14		Roçagem
São João da Ponta	Sítio São José e Santa Maria	08/08/2008	1	1		Cultivo de mandioca
São João do Araguaia	Fazenda Landi	18/11/2008	3			Carvoaria
Sapucaia	Fazenda Benevides	14/07/2008	27			Roçagem de juçuíra
Tailândia	Fazenda Nazaré	12/09/2008	4			Roçagem de juçuíra
Tomé-Açu	Fazenda da Agrop. Capacio	12/12/2008	21	21		Pecuária
Tomé-Açu	Fazenda de Eucaliptos	26/05/2008	30	30		Reflorestamento

Tomé-Açu	Fazenda do Diogo Antônio de Lima	10/12/2008	22	22		Carvoaria
Tomé-Açu	Fazenda do José Carlos Rodrigues da Paz	10/12/2008	3	3		Carvoaria
Tucuruí	Fazenda Cachoeira	03/07/2008	9			Roçagem de juquira e construção de cerca
Tucuruí	Fazenda Duas Irmãs	31/03/2008	10	4		Roçagem de juquira
Tucuruí	Fazenda Lago da Serra	18/03/2008	11	11		Roçagem de juquira
Tucuruí	Fazenda Vitória	24/09/2008	4			Roçagem de juquira e construção de cerca
Uruará	Fazenda Bom Sossego	20/09/2008	4	4		Pecuária
Vitória do Xingu	Fazenda do João Salgado	01/07/2008	13		1	Cacau
Subtotal:		106	1534	811	43	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Abel Figueiredo	Fazenda do Osasco	12/05/2008	11			Roçagem
Curionópolis	Fazenda não identificada	11/02/2008	3			SI
Curionópolis	Fazenda não identificada	19/06/2008	15			SI
Curionópolis	Fazenda Primavera	24/06/2008	2			SI
Eldorado dos Carajás	Fazenda Beira Rio	27/06/2008	5			SI
Eldorado dos Carajás	Fazenda do Zé do Palmito	03/03/2008	8			SI
Eldorado dos Carajás	Fazenda Nove Irmãos	26/05/2008	1			SI
Goianésia do Pará	Faz. da Ciquel/Garimpo da Cruz e da Cutia	20/06/2008	90			SI
Itupiranga	Faz. Baixada da Rainha	30/03/2008	3			SI
Itupiranga	Fazenda Cristo Rei	02/06/2008	1			SI
Itupiranga	Fazenda do Belmiro	14/10/2008	2			Roçagem de juquira
Marabá	Carvoaria não identificada	11/02/2008	49			Carvoaria
Marabá	Faz. do Cabo Reinaldo Ferreira	21/01/2008	1			Roçagem de juquira e vaqueiro
Marabá	Fazenda Boi Branco	18/03/2008	2			SI
Marabá	Fazenda Cajazeiras	25/02/2008	1			SI
Marabá	Fazenda União	05/01/2008	1			SI
Marabá	Fazenda União	17/03/2008	4			SI
Novo Repartimento	Fazenda Arataú	25/03/2008	1			Vaqueiro
Novo Repartimento	Fazenda I não identificada	28/02/2008	4			SI
Novo Repartimento	Fazenda II não identificada	28/02/2008	1			SI
Novo Repartimento	Fazenda não identificada	22/02/2008	7			SI
Novo Repartimento	Serraria Bom Sucesso	04/06/2008	1			SI
Ourilândia	Faz. do Geraldo Leão	08/10/2008	4			Cerca e roço de juquira
Ourilândia	Fazenda não identificada	25/01/2008	14			SI
Ourilândia do Norte	Faz. Santa Marta/Flor de MInas	26/01/2008	12			Veneno, destoca, capim
Piçarra	Fazenda não identificada	11/01/2008	1			SI
Rondon do Pará	Carvoaria Santa Lúcia ME Ltda	12/08/2008	31			Roçagem de juquira/carvoaria/vaqueiro
Rondon do Pará	Fazenda não identificada	07/01/2008	1			SI
Rondon do Pará	Fazenda não identificada	26/02/2008	4			SI
Rondon do Pará	Fazenda Saionara	13/05/2008	6			Roçagem de juquira
São Domingos do Araguaia	Fazenda não identificada	20/06/2008	2			SI
São Félix do Xingu	Faz. Eldorado do Xingu	14/05/2008	150			Tirar estacas para cerca
São Félix do Xingu	Fazenda de Luiz Pires	07/01/2008	7			Cerca
São Félix do Xingu	Fazenda Sumaúma	25/07/2008	6			Roçado e aplicação de agrotóxicos

São Félix do Xingu	Fazenda Três Cachoeiras	24/06/2008	2		SI
São Geraldo do Araguaia	Fazenda não identificada	31/03/2008	3		SI
São João do Araguaia	Fazenda não identificada	24/03/2008	4		SI
Subtotal:		37	460		

Total Conflitos Trabalhistas - PA 143 1994

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Bom Jesus do Tocantins	P.A. Mãe Maria/Faz. Esperança	05/12/2008	92	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		1	92		

Total Conflitos no Campo PA 245 Pessoas : 53969

Paraíba

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aparecida/Sousa	Acamp. Nova Vida e Pau d' Arco/Várzeas de Sousa	09/06/2008	150	Sem Terra
Caaporã	Fazenda Alvorada	05/09/2008	100	Sem Terra
Cacimba de Areia	Faz. Carnaúba dos Xavier	27/11/2008	50	Sem Terra
Cajazeiras	Fazenda Várzea da Roça	15/02/2008		Sem Terra
Cajazeiras	Fazenda Várzea da Roça	05/06/2008		Sem Terra
Cajazeiras	Fazenda Várzea da Roça	27/08/2008	34	Sem Terra
Condado	Acamp. Nova Conquista/Área às margens da BR-230	27/11/2008	40	Sem Terra
Ingá/Juarez Távora	Assent. Novo Horizonte/Quirino	07/01/2008	46	Posseiros
Itabaiana	Faz. Bela Vista/Acamp. Pau Brasil	04/04/2008	40	Sem Terra
Mari	Faz. N. Sra. de Lourdes/Us. Jacunga	10/06/2008	40	Sem Terra
Pilar	Fazenda Barra II	30/04/2008	15	Pequenos proprietários
Santa Teresinha	Acamp. às margens da BR-361	23/04/2008	70	Sem Terra
Subtotal:		12	585	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Algodão de Jandaíra	Fazenda Serra Preta	17/04/2008	60	MST
Aparecida/Sousa	Acamp. Nova Vida e Pau d' Arco/Várzeas de Sousa	08/06/2008	150	MST
Boqueirão	Fazenda Barrocas	17/04/2008	75	MST
Caaporã	Fazenda Alvorada	05/09/2008	100	MST
Imaculada	Faz. Coruja e Saco do Cosme	26/10/2008	40	MST
Mari	Faz. N. Sra. de Lourdes/Us. Jacunga	10/06/2008	40	Via Campes
Pilar	Fazenda Barra II	09/08/2008	100	MST
Santana dos Garrotes	Faz. em Santana dos Garrotes	17/04/2008	60	MST
São Domingos do Pomal	Sítio Verde I e II/Faz. São Lourenço	07/12/2008	60	MST
São Mamede	Faz. em São Mamede	17/04/2008	100	MST
Subtotal:		10	785	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Araruna/Dona Inês	Fazs. Volta e Carnaúba	13/06/2008	40	MST
Cajazeiras	Fazenda Várzea da Roça	05/06/2008	34	CPT
Imaculada	Faz. Coruja e Saco do Cosme	26/10/2008	40	MST
Santa Teresinha	Acamp. às margens da BR-361	17/04/2008	70	MST
Subtotal:		4	184	

Total Conflitos por Terra - PB 26 1554

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
--------------	------------------	------	----------	---------------	----------

Aroeiras	Barragem Acauã	13/03/2008	800	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Lagoa Seca	Rio Mamanguape/Com. Grotá Funda	08/01/2008	140	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		2	940		
Total Conflitos no Campo PB		28 Pessoas : 12470			

Paraná

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alvorada do Sul	Fazenda Itaverá/Us. Central do Paraná S.A	22/12/2008	200	Sem Terra
Barbosa Ferraz	Fazenda São Paulo	25/06/2008	75	Sem Terra
Cascavel	Acamp. às margens da BR-277/Rodovia das Cataratas	16/04/2008	15	Sem Terra
Cascavel	Complexo Cajati/1º de Agosto/Dorcelina F/Casa Nova/Sirlene César	04/04/2008	450	Sem Terra
Cascavel	Fazenda São Domingos	26/06/2008	100	Sem Terra
Cascavel/Corbéia	Faz. Bom Sucesso/Acamp. Primeiros Passos	08/05/2008	150	Sem Terra
Doutor Ulysses	Com. Quilombola Varzeão/Madeira Temp Florestal S/A	18/07/2008	20	Remanescentes de quilombos
Guairaçá	Faz. Videira/Acamp. 8 de Março	20/03/2008	200	Sem Terra
Jaguapitã	Fazenda Cedro	27/08/2008	20	Sem Terra
Marmeleiro	Fazenda Araçá	04/06/2008	40	Sem Terra
Ortigueira	Faz. Copramil/Acamp. Terra Livre	08/03/2008		Sem Terra
Ortigueira	Faz. Copramil/Acamp. Terra Livre	30/03/2008	35	Sem Terra
Ortigueira	Fazenda Barra Bonita	20/05/2008	70	Sem Terra
Pinhão	Faz. Limeira/Madeira Zattar	11/02/2008	350	Sem Terra
Ponta Grossa	Faz. São Francisco/Acamp. Teixeira	01/08/2008	20	Sem Terra
Porecatu	Us. Central do Paraná/Faz. Variante	03/11/2008	400	Sem Terra
Primeiro de Maio	Faz. Coopersucar/Agrop. Neblina	06/05/2008	39	Sem Terra
Reserva do Iguaçu	Faz. Reserva/Acamp. Brasil	19/08/2008	50	Sem Terra
Reserva do Iguaçu	Fazenda Rodeio	19/08/2008		Sem Terra
Reserva do Iguaçu	Fazenda Rodeio	29/09/2008	99	Sem Terra
Santa Tereza do Oeste	Campo Experimental Syngenta Seeds/Acamp. Terra Livre	13/06/2008	60	Sem Terra
São Miguel do Iguaçu	T.I. Avá Guarani / Ocuí/Res. Sta. Rosa do Ocuí/Itaipu	15/05/2008	100	Índio
Tamarana	Fazenda Tamoio	30/06/2008	30	Índio
Subtotal:		23	2523	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alvorada do Sul	Fazenda Itaverá/Us. Central do Paraná S.A	06/12/2008	200	Contag
Barbosa Ferraz	Fazenda São Paulo	07/07/2008	150	MST
Cruzeiro do Oeste	Fazenda Santa Fé	23/12/2008	70	Contag
Jacarezinho	Fazenda Itapema	12/04/2008	250	MST
Jaguapitã	Fazenda Cedro	23/05/2008	20	MAST
Ortigueira	Faz. Copramil/Acamp. Terra Livre	02/04/2008	35	MST
Palmas	Faz. Conchas/Palmas	22/02/2008	150	MST
Porecatu	Us. Central do Paraná/Faz. Variante	01/11/2008	400	MST
Primeiro de Maio	Faz. Coopersucar/Agrop. Neblina	03/01/2008		MST
Primeiro de Maio	Faz. Coopersucar/Agrop. Neblina	07/05/2008	50	MST
Reserva do Iguaçu	Faz. Reserva/Acamp. Brasil	02/05/2008	50	MST
Reserva do Iguaçu	Fazenda Rodeio	28/09/2008	99	MST
Reserva do Iguaçu	Fazs. Sta. Maria e Jussara	22/05/2008	100	MST
São Miguel do Iguaçu	T.I. Avá Guarani / Ocuí/Res. Sta. Rosa do Ocuí/Itaipu	15/05/2008	22	Índios
Subtotal:		14	1596	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Cascavel	Acamp. às margens da BR-277/Rodovia das Cataratas	20/03/2008	17	MLST
Primeiro de Maio	Faz. Coopersucar/Agrop. Neblina	06/05/2008	39	MST
Subtotal:		2	56	

Total Conflitos por Terra - PR		39	4175			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Cerro Azul	Campinhos Reflorestamento Ltda	05/11/2008	9	9		Reflorestamento
Cerro Azul	Clama Comércio de Madeira Ltda	05/11/2008	7	7		Reflorestamento
Cerro Azul	Faz. da Ambiental Paraná Florestas S/A	05/11/2008	16	16		Cultivo de Pinus
Cerro Azul	Faz. de Eusmar de Paula Pereira	20/06/2008	30	30		Cultivo de Laranja
Cerro Azul	Fazenda da Valorem	05/11/2008	8	8		Fabricação de laminados
General Carneiro	Fazenda Vista Alegre	20/09/2008	10	10		Cultivo de erva mate
Irati	Faz. Boa Vista e Pinho	28/11/2008	22	22		Cultivo de Pinus
Irati	Faz. de Claudinei Fernandes	20/11/2008	12	12		Cultivo de Cebola
Irati	Fazenda Mariti	28/11/2008	10	10		Cultivo de Pinus
Irati	Fazenda São Francisco	28/11/2008	7	7		Cultivo de Pinus
Porecatu	Us. Central do Paraná/Faz. Variante	12/08/2008	228	228		Cana de açúcar
São Mateus do Sul	Faz. Dois Irmãos/Petrobrás	28/08/2008	24	24		Derrubada
União da Vitória	Faz. da Nutrivale Madeiras e Erva-Mate Ltda	16/10/2008	8	8		Cultivo de erva-mate e corte de madeira
Subtotal:		13	391	391		
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Cidade Gaúcha	Destilaria Usaciga	22/05/2008	1200			Cultivo de Cana de açúcar
Subtotal:		1	1200			
Total Conflitos Trabalhistas - PR		14	1591			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Ortigueira/Telêmaco Borba	Rio Tibagi/UHE de Mauá	07/08/2008	200	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Subtotal:		1	200			
Total Conflitos no Campo PR		54	Pessoas : 23466			

Pernambuco

TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Água Preta/Gameleira	Engenho Cachoeira Dantas	28/02/2008	66	Sem Terra	
Aliança	Engenho Cana Brava	20/06/2008	60	Sem Terra	
Aliança	Engenho Guararapes	20/06/2008	100	Sem Terra	
Aliança	Engenho Passagem/Us. Aliança	20/06/2008	35	Sem Terra	
Cabrobó	T.I. Truká	23/08/2008	1	Índio	
Caruaru	Fazenda Serraria	14/03/2008		Sem Terra	
Caruaru	Fazenda Serraria	07/05/2008	60	Sem Terra	
Igarassu/Itaquitinga	Eng. Veneza/Acamp. Ir. Doroty	22/06/2008	40	Sem Terra	
Igaraci	Fazenda Varzinha dos Paulinos	25/11/2008	26	Posseiros	
Salgueiro	Quilombo Conceição das Creoulas	12/01/2008	1	Remanescentes de quilombos	
Salgueiro	Quilombo Conceição das Creoulas	31/12/2008	1	Remanescentes de quilombos	
Subtotal:			11	390	

Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Água Preta	Usina Sta. Tereza/Terezinha	14/04/2008	250	MST
Águas Belas	Fazenda Nova	15/04/2008	100	MST
Aliança	Usina Olho d' Água	20/06/2008	150	MST
Altinho	Fazenda Porteira	30/03/2008	80	Fetraf
Altinho/São Caitano	Fazenda Santo Antônio	30/03/2008	90	Fetraf
Barreiros	Engenho Bombarda	14/04/2008	70	MST
Belém de Maria/Caruaru	Fazenda Bananeiras	13/04/2008	150	MST
Buíque	Fazenda Grande	13/04/2008	150	MST
Cabo de Santo Agostinho	Faz. Brilhante/Us. Liberdade	15/04/2008	150	MST
Cabrobó	Acampamento Liberdade	13/04/2008	200	MST
Carnaubeira da Penha	Fazenda José Gomes	13/04/2008	200	MST
Caruaru	Fazenda Serraria	14/03/2008	50	MST
Catende	Engenho Buriti	14/04/2008	80	MST
Catende	Fazenda Bom Retiro	14/04/2008	150	MST
Custodia	Fazenda Samambaia	16/09/2008	28	CPT
Escada	Engenho Dois Braços de Cima	13/04/2008	70	MST
Escada	Engenho São José	13/04/2008	100	MST
Goiana	Engenho Gurijó	13/04/2008	80	MST
Gravatá	Fazenda Serra Grande	13/04/2008	35	MST
Ibimirim	Fazenda Boa Vista	13/04/2008	150	MST
Ibimirim	Fazenda Carnaúba	14/03/2008	100	MST
Itambé	Engenho Paraguaçu	13/04/2008	130	MST
Jaboatão dos Guararapes	Eng. São Joaquim/Us. Colônia	14/04/2008	50	MST
Lagoa Grande	Fazenda Passarinho	14/04/2008	180	MST
Moreno	Engenho Várzea do Una	18/05/2008	100	MST
Moreno	Engenho Xixaim	12/04/2008	100	MST
Ouricuri	Fazenda Serra Preta	05/11/2008		MST
Paranatama	Fazenda Rancho Verde	14/04/2008	80	MST
Paudalho	Engenho Planalto	16/01/2008	60	MST
Pesqueira	Fazenda Ipanema	12/04/2008	60	MST
Petrolândia	Fazenda Picos	13/04/2008	500	MST
Petrolândia	Malhada Vermelha/Chesf	14/04/2008	100	MST
Petrolina	Fazenda Aracatu	13/04/2008	200	MST
Quipapá	Engenho Rio Branco	30/03/2008	80	Fetraf
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Catolé	06/04/2008	116	Fetraf
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Iracema	06/04/2008	102	Fetraf
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Iracema II	06/04/2008	105	Fetraf
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Iracema III	06/04/2008	100	Fetraf
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Planalto	14/04/2008	112	Fetraf
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Poço do Icó	14/04/2008	110	Fetraf
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Porto	13/04/2008	300	MST
São Joaquim do Monte	Faz. Jaboticaba/4 Irmãos	26/10/2008	80	MST
São Joaquim do Monte	Faz. Sta. Maria/Consulta	13/04/2008	180	MST
São José do Belmonte	Fazenda Baixa Grande	12/04/2008	160	MST
São José do Egito	Fazenda Melancia	14/04/2008	150	MST
São José do Egito	Fazenda Poço de Dica	18/10/2008	25	CPT
Serra Talhada	Fazenda Tiú	13/04/2008	80	MST
Sertânia	Área da Compesa	03/11/2008	25	CPT
Sertânia	Faz. Arizona/Sítio Pinheiro	13/10/2008	27	CPT
Sertânia	Fazenda Jatobá	17/03/2008	25	CPT
Sertânia	Fazenda Jatobá I	07/09/2008	30	CPT
Timbaúba	Engenho Várzea Nova	12/04/2008	140	MST
Subtotal:		52	5940	
Acampamentos				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Caruaru	Fazenda Bahia	30/03/2008	100	Fetraf
São Caitano	Fazenda Poço de Chocalho	30/03/2008	80	Fetraf
São Caitano	Fazenda Ponta da Serra	30/03/2008	180	Fetraf
Subtotal:		3	360	

Total Conflitos por Terra - PE		66	6690			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Palmares	Eng. Barra d'Ouro/Poço/Us. Vitória	15/11/2008	241	241		Cultivo de Cana de açúcar
Palmares	Fazenda de Romildo Brandão	15/11/2008	59	59		Cultivo de Cana de açúcar
Ribeirão	Engenho Cocula III	30/09/2008	9	9		Cultivo de Cana de açúcar
Subtotal:		3	309	309		
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Água Preta	Engenho Vida Nova	12/02/2008	70	68	1	Corte de cana-de-açúcar
Ipojuca	Eng.Sibiró do Mato/Us. Ipojuca/Sindaçucar	15/10/2008	150			Cultivo de Cana de açúcar
Subtotal:		2	220	68	1	
Total Conflitos Trabalhistas - PE		5	529			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Petrolândia	Barragem de Itaparica/Chesf	02/10/2008	1800	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado	
Recife	Praia de Boa Viagem/Aqualider/Seap	07/04/2008		Apropriação Particular	Divergência	
Subtotal:		2	1800			
Total Conflitos no Campo PE		73	Pessoas : 42979			

Piauí

TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Barras	Barra do Taquari	31/12/2008	25	Posseiros	
Bom Jesus/Currais	Aroeira Correntinho/Com. Sucruí	19/04/2008		Posseiros	
Bom Jesus/Currais	Aroeira Correntinho/Com. Sucruí	31/05/2008	17	Posseiros	
Buriti dos Lopes	Ilha do Patiaca	31/12/2008	35	Ribeirinho	
Esperantina	Assentamento Capitão de Campo	31/12/2008	30	Assentados	
Esperantina	Canto Beiruti Sapucaí	31/12/2008	45	Posseiros	
Madeiro	Murici	31/12/2008	40	Posseiros	
Madeiro	Povoado Vassoural	10/07/2008	35	Posseiros	
Miguel Alves	Bom Princípio	31/12/2008	43	Sem Terra	
Miguel Alves	Olho d' Água	30/09/2008	90	Posseiros	
Miguel Alves	Pov. Mato Seco/Assent. Jenipapeiro da Mata	31/12/2008	50	Assentados	
Miguel Alves	Povoado Mato Seco	14/06/2008		Posseiros	
Miguel Alves	Povoado Mato Seco	21/06/2008	80	Posseiros	
Parnaíba	Acampamento Lama Preta	31/12/2008	57	Sem Terra	
Parnaíba	Ilha Colombo	31/12/2008	30	Ribeirinho	
Teresina	Comunidade Serra do Coroatá	31/03/2008	70	Posseiros	
Teresina	Faz. Buriti/Acamp. Salitre Chileno	21/11/2008	41	Sem Terra	
Teresina	Gaspar	31/12/2008	100	Posseiros	
União	Aroeiras/São Felipe	31/12/2008	50	Posseiros	
União	Descoberta	31/12/2008	40	Posseiros	
União	Povoado Veneza	31/12/2008	10	Posseiros	
Subtotal:			21	888	
Total Conflitos por Terra - PI		21	888		

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Antônio Almeida	Fazenda Alegria	02/12/2008	8	10		Catação de raízes e limpeza da área para o plantio de eucaliptos
Antônio Almeida	Fazenda Califórnia	15/11/2008	8	8		Cultivo de soja
Corrente	Carvoaria na Faz. Boqueirão da Tocaia	15/08/2008	5	5		Carvoaria
Marcolândia	Casa de Farinha em Marcolândia	21/08/2008	27		26	Fabricação de farinha
Monte Alegre do Piauí	Fazenda Borba	24/11/2008	17	17		Cata de raiz e secagem de soja
Morro Cabeça no Tempo	Fazenda Boi Gordo	15/11/2008	44	44		Carvoaria
Parnaguá	Carvoaria na Faz. Nova Fé I	31/08/2008	10	10		Carvoaria
Porto Alegre do Piauí	Faz. da Fergubel-Ferro Gusa Bela Vista Ltda	12/06/2008	35	35		Carvoaria
Subtotal:		8	154	129	26	
Total Conflitos Trabalhistas - PI			8	154		
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Pio IX/São Julião	Barragem dos Piaus	30/06/2008	300	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Subtotal:		1	300			
Total Conflitos no Campo PI			30	Pessoas : 6094		

Rio de Janeiro

TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro	Faz. São Cristóvão/Acamp. 17 de Abril	12/05/2008	230	Sem Terra
Cardoso Moreira	Faz. São José/Assent. Chico Mendes	09/04/2008	35	Assentados
Mangaratiba	Quil. de Marambaia/Praia do Sítio/Praia dos Pretos/Praia Suja	25/02/2008	106	Remanescentes de quilombos
Niterói	Aldeia Guarani Tekoá Mbo'y Ty/Praia de Camboinhas	18/07/2008		Índio
Niterói	Aldeia Guarani Tekoá Mbo'y Ty/Praia de Camboinhas	11/09/2008	6	Índio
Subtotal:			5	377
Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro	Faz. São Cristóvão/Acamp. 17 de Abril	19/04/2008		MST
Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro	Faz. São Cristóvão/Acamp. 17 de Abril	12/05/2008	230	MST
Subtotal:			2	230
Total Conflitos por Terra - RJ			7	607

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Bom Jardim	Fazenda Santa Adriana	29/08/2008	11	11		Colheita de café
Rio de Janeiro	Faz. Parque Recreio/Recreio dos Bandeirantes	26/11/2008	46	46	1	Construção civil
Subtotal:		2	57	57	1	

Supereexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Campos dos Goytacazes	Usina Barcelos	11/09/2008	240			Cana de açúcar
Subtotal:		1	240			
Total Conflitos Trabalhistas - RJ			3	297		

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Itaguaí/Mangaratiba/Rio de Janeiro	Baía de Sepetiba/Thyssen Kupp CSA	26/03/2008	5700	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara	27/08/2008	3500	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Subtotal:		2	9200			
Total Conflitos no Campo RJ			12	Pessoas : 49332		

Rio Grande do Norte

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Ceará-Mirim/Natal	Fazenda Santa Rita	15/10/2008	100	Sem Terra		
Senador Elói de Souza	Agrovila Nova Esperança	14/10/2008		Liderança		
Subtotal:		2	100			

Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Mossoró	Faz. Maísa/Assent. Eldorado dos Carajás II	08/03/2008	490	MST		
Subtotal:		1	490			
Total Conflitos por Terra - RN			3	590		

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Maxaranguape	Faz. Santo Antônio Agrícola S.A	20/02/2008	7	7		Cultivo de manga e uva
Subtotal:		1	7	7		
Total Conflitos Trabalhistas - RN			1	7		

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Macaíba	Barragem Tabatinga/Com. Betúlia e Sucavão	12/12/2008	146	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Pendências	Empresa de Carcinicultura Potiporã	12/08/2008		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Subtotal:		2	146			
Total Conflitos no Campo RN			6	Pessoas : 3687		

Rio Grande do Sul

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
	Acamp. às margens da RS-324	29/07/2008	70	Sem Terra		
Alpestre/Rio dos Índios	UHE Foz do Chapecó/Com. Lageado Grande/Leão/Linha do Riva	25/04/2008	100	Atingidos por barragens		

Arroio dos Ratos/Porto Alegre/São Gabriel	T. I. Mbyá-Guarani/Reserva Itapuã	01/07/2008	4	Índio		
Barra do Ribeiro/Canguçu	Área da Aracruz Celulose	22/05/2008	60	Sem Terra		
Cacique Doble/Faxinalzinho	T.I. Votouro/Kaingang	23/06/2008	20	Índio		
Cacique Doble/Sananduva Canguçu	T.I. Passo Grande da Forquilha/Kaingang	02/06/2008	40	Índio		
Coqueiros do Sul	Fazenda São João da Armada	10/09/2008	200	Sem Terra		
Guaíba	Faz. Guerra/Coqueiros	14/01/2008	300	Sem Terra		
Herval	Faz. Finca/Juan Carlos Abadia	23/01/2008	300	Sem Terra		
Porto Alegre	Fazenda da Votorantim	11/06/2008	40	Sem Terra		
Porto Alegre	Quilombo Alpes	30/11/2008		Remanescentes de quilombos		
Porto Alegre	Quilombo Alpes	04/12/2008	70	Remanescentes de quilombos		
Rosário do Sul	Faz. Tarumã/Stora Enso	04/03/2008	180	Sem Terra		
São Gabriel	Complexo Southal	16/04/2008	700	Sem Terra		
São Gabriel	Faz. São Paulo II e I	08/05/2008	160	Sem Terra		
Sarandi	Fazenda Annoni	17/01/2008	240	Assentados		
Viamão	Acamp. em Área Cedida/Perto da RS-040	03/06/2008	60	Sem Terra		
Subtotal:		17	2544			
Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Barra do Ribeiro/Canguçu	Área da Aracruz Celulose	21/05/2008	60	MST		
Canguçu	Fazenda São João da Armada	08/09/2008	200	MST		
Coqueiros do Sul	Faz. Guerra/Coqueiros	14/01/2008	300	MST		
Guaíba	Faz. Finca/Juan Carlos Abadia	21/01/2008	300	MST		
Herval	Fazenda da Votorantim	11/06/2008	40	MPA/MST		
Nova Santa Rita	Granja Nenê	18/02/2008		MST		
Nova Santa Rita	Granja Nenê	27/02/2008		MST		
Nova Santa Rita	Granja Nenê	22/09/2008	400	MST		
Piratini	Faz. Santa Maria/Votorantim	11/06/2008		Via Campes		
Rosário do Sul	Faz. Tarumã/Stora Enso	04/03/2008		Via Campes		
São Gabriel	Complexo Southal	14/04/2008	700	MST		
Subtotal:		11	2000			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Alpestre/Rio dos Índios	UHE Foz do Chapecó/Com. Lageado Grande/Leão/Linha do Riva	24/04/2008	100	MAB		
São Gabriel	Faz. São Paulo II e I	16/04/2008		MST		
São Gabriel	Faz. São Paulo II e I	18/05/2008	160	MST		
Sarandi	Acamp. às margens da estrada BR-386	29/07/2008	70	MST		
Viamão	Acamp. em Área Cedida/Perto da RS-040	02/06/2008	60	MST		
Subtotal:		5	390			
Total Conflitos por Terra - RS		33	4934			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Cacequi/São Gabriel	Madeira de Ricardo Peralta Pelegrine	08/08/2008	4	4		Eucalipto
Subtotal:		1	4	4		
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Bagé	Fazenda Olho d'Água	14/03/2008	23	23	1	Colheita de melancia
Cacequi/Rosário do Sul	Área com Plantação de Eucalipto	09/08/2008	4	4		Corte de eucalipto
Subtotal:		2	27	27	1	
Total Conflitos Trabalhistas - RS		3	31			

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Alpestre/Rio dos Índios	UHE Foz do Chapecó/Com. Lageado Grande/Leão/Linha do Riva	25/04/2008	100	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento	
Viamão	Comunidade Águas Claras	09/06/2008		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Subtotal:		2	100			
Total Conflitos no Campo RS			38	Pessoas : 25201		

Rondônia						
TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Campo Novo de Rondônia	Faz. Catâneo/Acamp. Conquista da União	09/04/2008		Sem Terra		
Campo Novo de Rondônia	Faz. Catâneo/Acamp. Conquista da União	29/04/2008	350	Sem Terra		
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Acamp. Flor do Amazonas	31/05/2008		Sem Terra		
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Acamp. Flor do Amazonas	09/12/2008	163	Sem Terra		
Candeias do Jamari	Gleba Jacundá/P.A. Florestal Jequitibá	12/03/2008	100	Sem Terra		
Corumbiara	Faz. Santa Elina/Água Viva	22/07/2008		Sem Terra		
Corumbiara	Faz. Santa Elina/Água Viva	27/07/2008	100	Sem Terra		
Costa Marques	Cipoal/Serra Grande/Povo Cojubim	27/03/2008		Índio		
Costa Marques	Cipoal/Serra Grande/Povo Cojubim	24/07/2008	7	Índio		
Nova Mamoré	Comunidade da Conquista	15/03/2008	19	Assentados		
Porto Velho	Área do Militão/Setor Chacareiro: Jardim Santana e Ulisses Guimarães	31/03/2008	28	Posseiros		
Porto Velho	Faz. Mutum/Dipar/Acamp. Nova Conquista	09/09/2008		Sem Terra		
Porto Velho	Faz. Mutum/Dipar/Acamp. Nova Conquista	20/11/2008	30	Sem Terra		
São Miguel do Guaporé	Comunidade Quilombola do Senhor Jesus	28/09/2008	8	Remanescentes de quilombos		
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	26/06/2008	80	Sem Terra		
Subtotal:			15	885		
Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Corumbiara	Faz. Santa Elina/Água Viva	11/05/2008	100	LCP		
Porto Velho	Faz. Mutum/Dipar/Acamp. Nova Conquista	08/09/2008	30	LCP		
Porto Velho	T.I. Karitiana/Aldeia Myniwin/Igarapé Preto	18/07/2008	20	Índios		
Subtotal:			3	150		
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Corumbiara	Faz. Santa Elina/Água Viva	22/07/2008	100	LCP		
Subtotal:			1	100		
Total Conflitos por Terra - RO			19	1135		

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Corumbiara	Agropecuária Corumbiara	11/03/2008	5	5		Roçagem
Porto Velho	Fazenda América	25/09/2008	23	23		Gado
Subtotal:		2	28	28		
Total Conflitos Trabalhistas - RO			2	28		

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	

Abunã/Porto Velho	UHE Jirau e Sto. Antônio/Rio Madeira	15/12/2008	2800	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Candeias do Jamari	Usina Hidrelétrica de Samuel	11/03/2008	620	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Subtotal:		2	3420		
Total Conflitos no Campo RO		23	Pessoas : 22803		

Roraima

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Alegre/Caracarai/Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiuai/Papiu/Yawaripé	18/01/2008	1142	Índio
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus/Gl. Truaru	04/06/2008	16	Sem Terra
Cantá	Assentamento Pau Brasil	15/01/2008	364	Assentados
Normandia/Pacaraima/Uira mutã	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	03/03/2008		Índio
Normandia/Pacaraima/Uira mutã	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	08/03/2008		Índio
Normandia/Pacaraima/Uira mutã	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	30/03/2008		Índio
Normandia/Pacaraima/Uira mutã	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	31/03/2008		Índio
Normandia/Pacaraima/Uira mutã	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	05/05/2008	3800	Índio
Subtotal:		8	5322	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Boa Vista	Fazenda em Bom Intento	11/04/2008	500	MST
Subtotal:		1	500	

Total Conflitos por Terra - RR		9	5822		
Total Conflitos no Campo RR		9	Pessoas : 29110		

Santa Catarina

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Taió	Fazenda Mato Queimado/Piazera	30/01/2008	60	Sem Terra
Subtotal:		1	60	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Campo Belo do Sul	Fazenda Santa Clara	15/01/2008	30	MST
Campo Erê	Faz. Perseverança/Araçá/Acamp. Mestre Antônio	17/08/2008	150	MST
Correia Pinto	Área em Correia Pinto Velho	22/06/2008	150	MST
Mafra	Fazenda Batatais	01/06/2008	200	MST
Taió	Fazenda Mato Queimado/Piazera	30/01/2008	60	MST
Subtotal:		5	590	

Total Conflitos por Terra - SC		6	650		
---------------------------------------	--	----------	------------	--	--

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Araquari/Florianópolis	WEG Indústrias S/A	20/09/2008	6	6		Exploração florestal
Balneário Barra do Sul	WEG Indústrias S/A	20/09/2008	28	28		Exploração florestal
Caçador	Fazenda de Ângelo Jesus Quaresma	17/06/2008	2	2		Cultivo de feijão

Curitibanos	Consórcio Simplificado de Empregadores Rurais	03/06/2008	61	61		Cultivo de café
Herval do Oeste	Fazenda de Ubiratan Carlos Bortolon	30/06/2008	2	2		Cultivo de eucalipto
Passos Maia	Faz. Sto. Antônio/Agroflorestal Tozzo S/A	20/09/2008	20	20		Cultivo de Pinus
Porto União	Fazenda Santa Maria	16/10/2008	7	7		Cultivo de Pinus
Santa Cecília	Fazenda Goulart	03/06/2008	6	6		Cultivo de Pinus
Subtotal:		8	132	132		
Total Conflitos Trabalhistas - SC		8	132			
Total Conflitos no Campo SC			14	Pessoas : 3382		

São Paulo

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Agudos	Faz. Águas do Pilintra/Ambev/Acamp. Eldorado dos Carajás	18/04/2008	600	Sem Terra
Americana	Faz. Salto Grande/Saltinho/Acamp. Milton Santos	21/04/2008	30	Sem Terra
Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Iaras I	14/02/2008		Sem Terra
Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Iaras I	16/02/2008	40	Sem Terra
Franco da Rocha/Mairiporã	Comunidade Lírio dos Vales	01/06/2008	81	Posseiros
Iaras	Fazenda Turvinho/Empresa Cutrale	18/04/2008	120	Sem Terra
Mirante do Paranapanema	Área da Odebrecht/Usina Conquista do Pontal	10/06/2008	95	Sem Terra
Pereira Barreto	Faz. Jamaica/Acamp. Olga Benário	02/06/2008	300	Sem Terra
Peruibe	T. I. Piaçagüera/LLX Logística/Porto Brasil/Taniguá	14/01/2008	52	Índio
Pirapozinho/Presidente Bernardes	Fazenda São Luiz	12/02/2008	110	Sem Terra
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guarazininho	11/02/2008	12	Sem Terra
Presidente Epitácio	Fazenda Estância São Pedro	27/05/2008	40	Sem Terra
São Carlos	Fazenda Santa Helena	09/01/2008	19	Assentados
São Simão	Est. Experimental de São Simão/Faz. Sta. Maria	20/01/2008	180	Sem Terra
Serrana	Fazenda Martinópolis	22/12/2008	80	Sem Terra
Subtotal:		15	1759	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Agudos	Faz. Águas do Pilintra/Ambev/Acamp. Eldorado dos Carajás	12/04/2008	600	MST
Agudos	Faz. Tangará/Marruá	20/11/2008	200	MST
Americana	Área da Usina Ester	24/04/2008	30	MST
Americana	Faz. Salto Grande/Saltinho/Acamp. Milton Santos	17/04/2008	30	MST
Araraquara	Fazenda Santo Henrique/Cutrale	18/04/2008	300	MST
Dracena	Fazenda das Cobras/Cobra	04/02/2008	14	MAST/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Iaras I	03/02/2008		MAST/MTB/Sintraf/STR/Uniterra
Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Iaras I	18/10/2008	24	MST***
Flora Rica	Fazenda Santa Lourdes	03/02/2008		MAST/MTB/Sintraf/STR/Uniterra
Flora Rica	Fazenda Santa Lourdes	30/03/2008	16	MAST/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Iaras	Fazenda Turvinho/Empresa Cutrale	18/04/2008	120	MST
Iepê	Fazenda Esperança	13/02/2008		MAST/MST/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Iepê	Fazenda Esperança	21/03/2008	16	MAST/MTB*/Sintraf/STR
Itatiba	Faz. Haras Rosa do Sul/Comuna Che Guevara	01/03/2008	300	MST
João Ramalho	Fazenda São Mateus	07/04/2008	14	SI
Junqueirópolis	Fazenda Nossa Senhora de Lurdes	18/10/2008	10	MST
Martinópolis	Fazenda Boa Esperança	03/02/2008	12	MAST/MST***/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Martinópolis	Fazenda Estrela do Laranja Doce	04/02/2008	14	MAST/MST/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra

Martinópolis	Fazenda Santo André	28/10/2008		MST
Martinópolis	Fazenda Santo André	09/11/2008	80	MST
Mirante do Paranapanema	Área da Odebrecht/Usina Conquista do Pontal	10/06/2008	95	MST/Via Campes
Pereira Barreto	Faz. Jamaica/Acamp. Olga Benário	15/05/2008	300	MST
Piqueroi	Fazenda Palmares	07/02/2008		MAST/MST***/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Piqueroi	Fazenda Palmares	03/11/2008	30	MAST/MST***
Pirapozinho/Presidente Bernardes	Fazenda São Luiz	04/02/2008	110	MST
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guaranizinho	03/02/2008		MAST/MST***/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guaranizinho	07/04/2008		MST***
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guaranizinho	18/10/2008	10	MST***
Presidente Eptácio	Faz. Sul Mineira/Liberdade	11/02/2008	50	MAST/MST***/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Presidente Eptácio	Fazenda Aliança	10/02/2008	14	MAST/MST***/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Presidente Eptácio	Fazenda Alvorada	15/03/2008	10	MLST
Presidente Eptácio	Fazenda Estância São Pedro	08/02/2008		MAST/MST***/MTB*
Presidente Eptácio	Fazenda Estância São Pedro	25/05/2008	40	MLST
Presidente Eptácio	Fazenda Nova Lagoinha	10/02/2008		MAST/MST***/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Presidente Eptácio	Fazenda Santa Maria	09/02/2008	58	MAST/MST***/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Presidente Eptácio	Fazenda Santo Antônio	09/02/2008	58	MAST/MST***/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Presidente Venceslau	Faz. Santa Teresa/Santa Terezinha	06/04/2008	14	MAST/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Presidente Venceslau	Fazenda Conquista	18/10/2008	10	MST***
Presidente Venceslau	Fazenda Coqueiro	04/02/2008	50	MAST/MST***/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Presidente Venceslau	Fazenda Santa Terezinha	04/02/2008		MST***
Salto do Pirapora	Quilombo do Cafundó/Maria Soares	14/11/2008	21	Quilombola
Santo Anastácio	Fazenda Bela Vista	18/10/2008	10	MST
São Miguel Arcanjo	Fazenda Monte Belo	11/05/2008	14	MST
Serra Azul	Faz. Bocaina/Acamp. Alexandra Kolantai	22/05/2008	60	MST
Serra Azul	Usina Nova União/Área do Estado	06/12/2008	150	MST
Serrana	Fazenda Martinópolis	06/12/2008	80	MST
Teodoro Sampaio	Fazenda Beira-Rio	04/02/2008	8	MAST/MST***/MTB*/Sintraf/STR/Uniterra
Teodoro Sampaio	Fazenda Margarete	18/10/2008	10	MST
Teodoro Sampaio	Fazenda São João	26/01/2008	40	MST***
Subtotal:		49	3022	

Total Conflitos por Terra - SP 64 4781

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Engenheiro Coelho	Sítio Santa Inês	18/11/2008	12	12		Cultivo de Laranja
Icém	Us. Agrisul Agrícola Ltda	03/06/2008	55	55		Cana de açúcar
Laranjal Paulista/Pratânia	Empresa José Alves da Silva	22/10/2008	21	21		Coletagem e acoplagem de aves
Moji-Mirim	Fazenda Pirapitingui	20/11/2008	10	10		Cultivo de Laranja
Orindiúva	Usina Moema	03/06/2008	64	64		Cana de açúcar
Pirajuí	Carvoaria na Faz. Sto. Antônio Dourado	09/06/2008	8	8		Carvoaria
Pirajuí	Fazenda Reunidas	05/06/2008	10	10		SI
Subtotal:		7	180	180		

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Bariri	Fazenda Santa Brígida	23/04/2008	40	40		Cultivo de Laranja
Bariri	Sítio no Bairro Viuval	18/07/2008	13	13		Colheita de café
Garça	Sítio São José III	20/06/2008	10	10		Cultivo de café

Lins/Marília	Faz. Monte Belo/Intercofree	08/06/2008	34	34		Pecuária
Subtotal:		4	97	97		

Desrespeito Trab

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Vítimas Exploradas	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Clementina	Usina Clealco	31/12/2008				Cana de açúcar
Conchal/Itapira	Usina Virgulino Oliveira	30/11/2008	600			Cana de açúcar
Dois Córregos	Acidente na Rodovia Cândido Portinari	13/01/2008	49	10		SI
Guariba/Luís Antônio/Monte Aprazível	Usina Engenho Moreno	11/03/2008	250			Cana de açúcar
Jaboticabal	Usina São Carlos	11/06/2008	833			Cana de açúcar
Pederneiras	Fazenda Água de Ouro	25/01/2008	1		1	Colheita de laranja
Piracicaba/Rio das Pedras	Usina Santa Helena	30/04/2008	300			Cana de açúcar
Promissão	Alambique de Promissão	31/12/2008				Cana de açúcar
Promissão	Usina Equipav Açúcar e Álcool	31/12/2008	65			Cana de açúcar
Santo Anastácio	Usina Alvorada do Oeste/Agrícola Monções	16/05/2008	1		1	Cana de açúcar
Subtotal:		10	2099	10	2	

Total Conflitos Trabalhistas - SP		21	2376			
--	--	-----------	-------------	--	--	--

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Iporanga/Itaoca/Ribeira	Barragem do Tijuco Alto	12/03/2008	558	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:		1	558		

Total Conflitos no Campo SP		86	Pessoas : 29071
------------------------------------	--	-----------	------------------------

Sergipe

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brejo Grande	Comunidade Resina	18/11/2008		Posseiros
Brejo Grande	Comunidade Resina	27/11/2008		Posseiros
Brejo Grande	Comunidade Resina	28/11/2008	57	Posseiros
Subtotal:		3	57	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Estância	Fazenda Brígida	16/04/2008	220	MST
Santo Amaro das Brotas	Fazenda Samambaia	16/04/2008	120	MST
Siriri	Fazenda Oiteiro	16/04/2008	150	MST
Subtotal:		3	490	

Total Conflitos por Terra - SE		6	547
---------------------------------------	--	----------	------------

Total Conflitos no Campo SE		6	Pessoas : 2735
------------------------------------	--	----------	-----------------------

Tocantins

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Barra do Ouro	Gleba Tauá	26/01/2008		Posseiros
Barra do Ouro	Gleba Tauá	28/02/2008	10	Posseiros
Campos Lindos	Fazenda Vão do Capão	25/01/2008	1	Posseiros
Filadélfia	Acamp. Bom Jesus/Faz. Saco da Serra	06/04/2008	100	Sem Terra
Filadélfia	Comunidade Quilombola Grotão	08/10/2008	10	Remanescentes de quilombos
Goiatins	Gleba Sitio Taquari/Retiro/Indone	20/03/2008	1	Posseiros
Nova Olinda/Palmeirante	Faz. Boa Esperança/Chác. Carvoeiro/Chác. Deus Pertence	17/12/2008	30	Posseiros

Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	02/02/2008	10	Assentados
Subtotal:		8	162	
Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Nova Olinda/Palmeirante	Faz. Boa Esperança/Chác. Carvoeiro/Chác. Deus Pertence	06/05/2008	30	STR
Subtotal:		1	30	
Total Conflitos por Terra - TO		9	192	

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Ananás	Fazenda Água Roxa	01/11/2008	11	10		Cerca e plantio de semente de capim
Arapoema	Fazenda Pontal	22/09/2008	7			Construção de cerca
Bandeirantes do Tocantins	Fazenda Nova Luzilândia	16/09/2008	3			Capina de algodão
Bernardo Sayão	Fazenda São João da Providência	18/06/2008	4		2	Roçagem, cerca, trator, gado
Brasilândia	Carvoaria A Produtiva/Faz. Tapuio	13/10/2008	94			Carvoaria
Cariri do Tocantins	Fazenda São Marcos	25/03/2008	5	5		Roçagem
Colinas do Tocantins	Faz. Tupitinga/Tupi	05/05/2008	5	5		Roçagem de juquira
Colinas do Tocantins	Fazenda Rio Paru	05/08/2008	3	3		Pecuária
Conceição do Tocantins	Fazenda Monarka	25/03/2008	12	12		Roçagem
Darcinópolis	Fazenda Alto Bonito	18/06/2008	17		2	Cerca
Itaporã do Tocantins	Fazenda Quatro Irmãos	10/07/2008	15			Roçagem e pasto
Nova Olinda	Fazenda Joia	13/10/2008	11			Roçagem de pasto e construção de cerca
Porto Nacional	Fazenda Santa Cruz	13/05/2008	1	1		Pecuária
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Canadá	13/05/2008	13	13		Roçagem
Taipas do Tocantins	Carvoaria Santa Fé/Faz. Mirador	04/04/2008	17	17		Carvoaria
Xambioá	Fazenda São Miguel	25/11/2008	20	12		Roçagem de juquira
Subtotal:		16	238	78	4	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
	Fazenda Fortaleza	11/02/2008	10			Roçagem de juquira
Ananás	Fazenda Guanabara	07/07/2008	2			Roçagem
Araguaína	Chácara do Edson	19/05/2008	3			Serviços gerais
Araguaína	Fazenda do Miguel Índio	10/01/2008	4			Confecção de Cercas, currais, etc
Araguaína	Fazenda Santo Antônio	05/08/2008	2			Roçagem, criação de gado e aves e ordenha
Augustinópolis	Fazenda Olho d'Água	10/03/2008	4			Construção de curral
Augustinópolis	Fazenda São José	01/10/2008	2			Trator e outros
Babaçulândia	Fazenda de Toninho	10/03/2008	6			Plantio de abacaxi
Campos Lindos	Fazenda Angico	26/11/2008	2			Serviços gerais
Colinas do Tocantins	Fazenda Avelinos	14/07/2008	5			Roçagem de juquira
Colinas do Tocantins	Fazenda do Jamiro	19/05/2008	3			Roçagem de pasto e capoeira
Colinas do Tocantins	Fazenda Guapuí	16/10/2008	4			Roçagem de juquira
Colinas do Tocantins	Fazenda Macaco	09/07/2008	5			Roçado e aplicação de agrotóxicos
Colinas do Tocantins	Fazenda Macambira	09/06/2008	3	3		Roçagem de juquira

Colinas do Tocantins	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	02/07/2008	3			Roçagem de pasto e construção de cerca
Colinas do Tocantins	Fazenda Santa Teresa	18/11/2008	1			Serviços gerais
Colinas do Tocantins	Fazenda Santo Antônio	16/07/2008	5			Roçagem, criação de gado e aves e ordenha
Colinas do Tocantins	JR Leilões	09/06/2008	2			Arrancar toco
Filadélfia	Fazenda Valência	09/06/2008	14			Roçagem de juquirá
Nova Olinda	P.A. Água Branca	06/08/2008	1			Roçagem, criação de gado e aves e ordenha
Palmeirante	Fazenda Alegria	08/07/2008	7			Roçagem, construção de cerca e de curral
Palmeirante	Fazenda Guariroba	15/11/2008	5			Construção de cerca
São Bento do Tocantins	Empreiteira CM Construções	02/07/2008	22			Construção de ponte
Tocantinópolis	Fazenda São Francisco	13/03/2008	4	2		Pecuária
Xambioá	Fazenda Bom Jardim	09/05/2008	42	30		Roçagem em bananal
Xambioá	Fazenda Colorado	25/07/2008	2			Roçagem, pasto
Subtotal:		26	163	35		
Total Conflitos Trabalhistas - TO		42	401			

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Babaçulândia	Comunidade da Ilha de São José	08/06/2008	18	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Babaçulândia/Darcinópolis	Brejão/Valec-Ferrovias Norte Sul	08/06/2008	10	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Darcinópolis	Comunidade Macambira/Valec/Ferrovias Norte Sul	08/06/2008	8	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Darcinópolis	Assent. Formosa/Valec-Ferrovias Norte Sul	08/06/2008	56	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Darcinópolis	Barra do Coco/Valec/Ferrovias Norte Sul	08/06/2008	4	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Subtotal:		5	96		
Total Conflitos no Campo TO			56	Pessoas : 1841	

Brasil		
	Conflitos	Pessoas
Terra	751	354225
Trabalho	373	12385
Água	46	135780
Total Brasil	1170	502390

Fonte: Setor de Documentação da CPT.



Foto: Produção de carvão na Amazônia
Wider/Arquivo CPT Araguaia/Tocantins

O governo Lula assumiu a contrarreforma agrária: a violência do agrobandidismo continua

Ariovaldo Umbelino de Oliveira¹

*Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber...
E ter que demonstrar sua coragem
À margem do que possa parecer
E ver que toda essa engrenagem
Já sente a ferrugem lhe comer...
O povo foge da ignorância ...
E sonham com melhores tempos idos ...
Esperam nova possibilidade
De verem esse mundo se acabar.²*

Em contrapartida às promessas de democratização do acesso a terra e de cumprimento das metas de reforma agrária previstas para o campo, o atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva optou pelo aumento do apoio aos grileiros e ao agronegócio mundial. Em detrimento a isso, mesmo com a

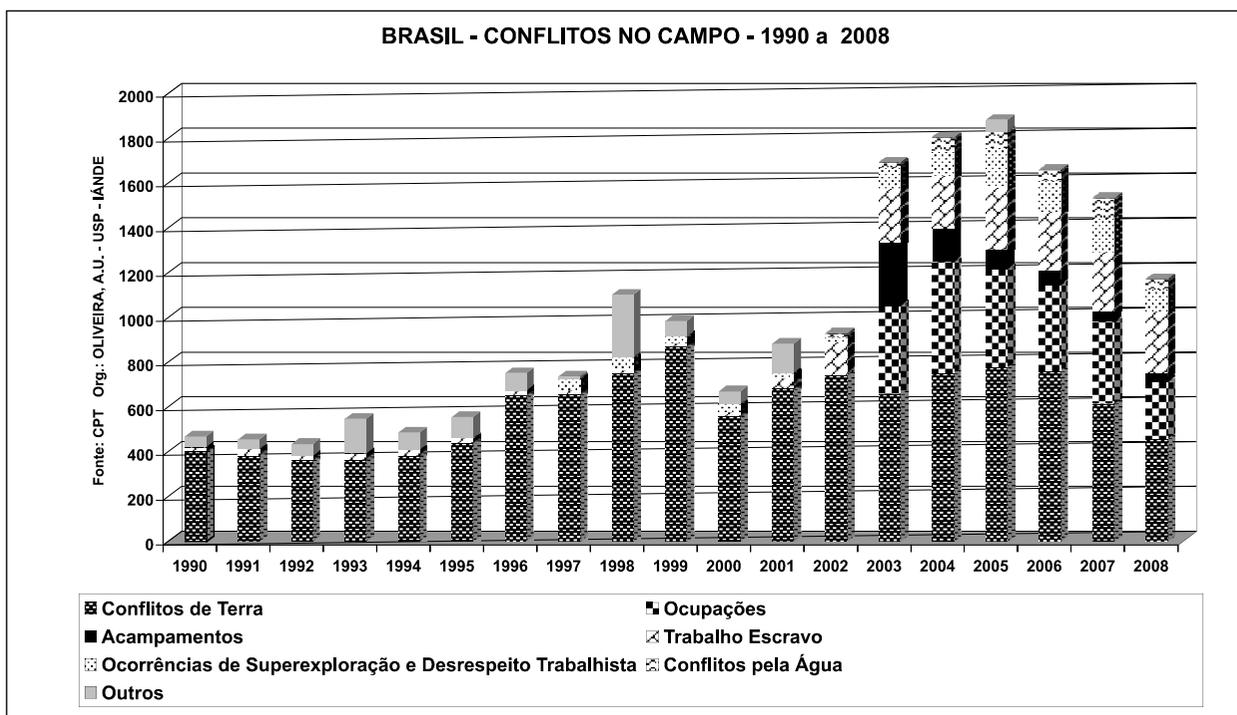
1. Professor Titular de Geografia Agrária – USP (arioliv@usp.br).
2. Zé Ramalho, “Admirável gado novo”.

diminuição dos conflitos em 2008, manteve-se a violência no campo com a presença de elevado número de famílias neles envolvidas.

Os números da barbárie

O avanço do desenvolvimento da agricultura capitalista no campo brasileiro em sua versão moderna do agronegócio continua trazendo consigo igualmente, suas principais características sociais: a violência e a barbárie. As ações destas características fundamentais do agrobandidismo, além de estar constantemente na mídia, estão relatadas neste

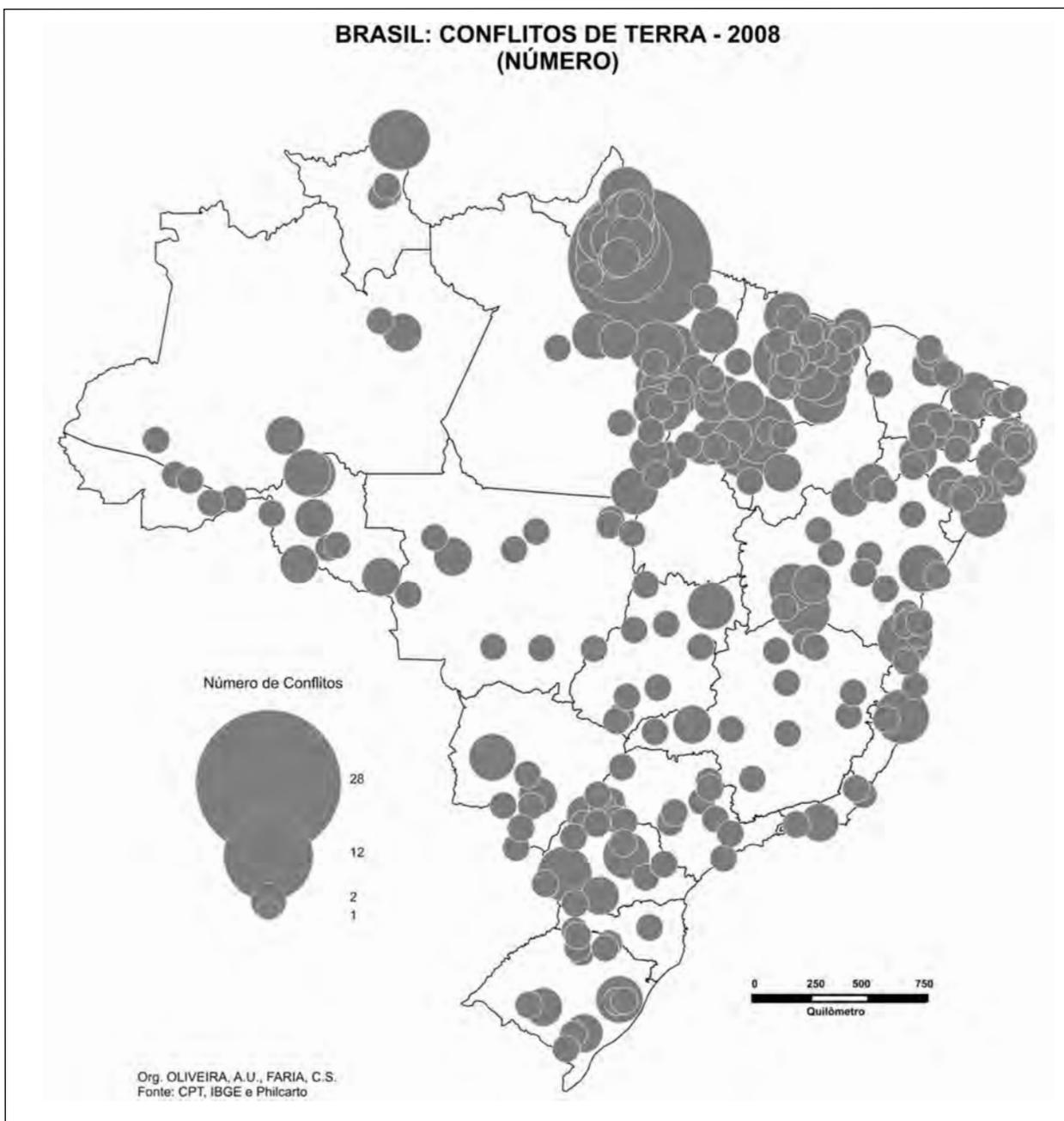
volume publicado pela CPT. A análise do gráfico nº 1, a seguir, indica que mesmo com uma redução de 23% no número total dos conflitos, o número total de pessoas envolvidas continua elevado e acima dos indicadores do início desta década, ou seja, 502.390 pessoas. Do ponto de vista geral, cabe destacar que a análise do período do governo atual revela uma queda no número de conflitos de terra, nas ocupações, no número de famílias novas acampadas, porém revela também, o aumento do número de conflitos ligados ao trabalho análogo ao escravo.



Assim, estes dados mostram de forma cabal que está longe ainda o dia em que a questão agrária no Brasil estará resolvida. Portanto, a continuidade dos conflitos revela, também, que o campesinato brasileiro, principalmente sem terra, continua sua marcha histórica de luta pela conquista da terra. Trava desta forma, luta renhida, aberta e direta contra o agronegócio que se revela sempre como agrobandidismo.

É por isso que os conflitos por terra, em 2008, continuam ocorrendo em todas as unidades da Federa-

ção, de Roraima ao Rio Grande do Sul e do Acre à Paraíba, somando o total de 459 ocorrências. Mas, o Pará continua a ser o estado com o maior número de conflitos (80) e, a seu lado, o vizinho estado do Maranhão (71) ocupa o segundo lugar. Cabe destacar também que 54% destes conflitos ocorreram na Amazônia Legal, região brasileira onde a disputa territorial pelas terras públicas e devolutas se faz de forma violenta na atualidade, como mostra igualmente o crescimento dos conflitos no Amapá. A distribuição territorial do número de conflitos está expressa no **mapa nº 1**.



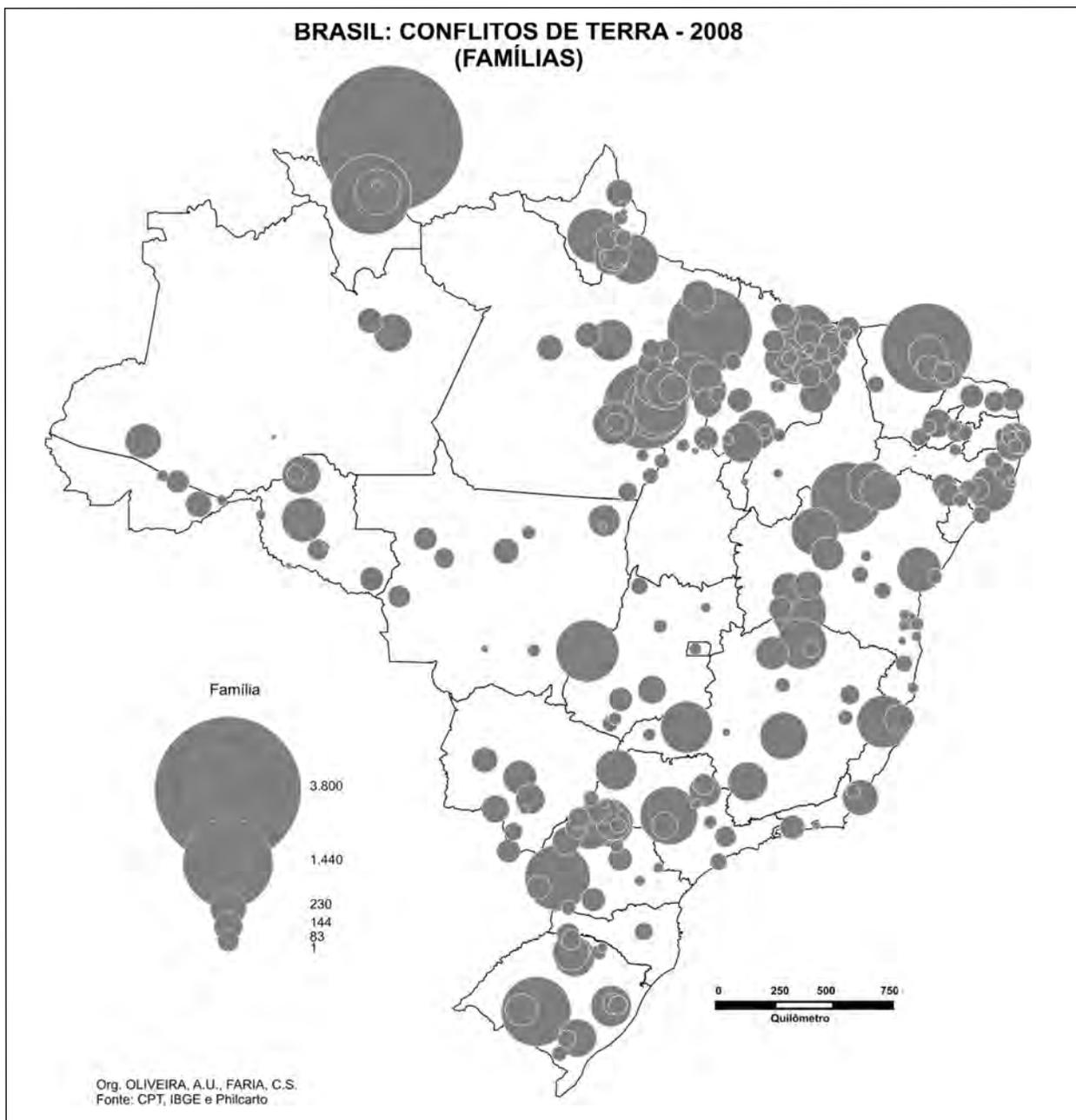
O número de famílias envolvidas nos conflitos por terra em 2008 superou 42 mil, revelando que o contingente do campesinato em luta direta contra o agronegócio está longe de diminuir no país. Muito mais do que isso, ele é revelador da face violenta da atuação do agronegócio no campo. São testemunhas desta violência as mais de 13 mil famílias que sofreram tentativas e ameaças de expulsão; as quase 2 mil que foram expulsas da terra; as quase 2 mil que tiveram suas casas destruídas e as mais de mil famílias que viram suas roças serem tam-

bém destruídas. Mas, são também testemunhas da violência praticada contra os camponeses pelo Estado que dá proteção ao agronegócio, as quase 4 mil famílias ameaçadas de despejo e, sobretudo, as mais de 9 mil famílias que foram despejadas no ano de 2008.

Com relação à distribuição territorial do número de famílias envolvidas nos conflitos por terra, cabe destacar que 39% estão na região Norte (mais de 7 mil no Pará e mais de 5 mil em Roraima); 31% no

Nordeste (Maranhão e Bahia mais de 4 mil e Ceará mais de 2 mil); 11% no Sudeste (mais de 2 mil em Minas Gerais e 1,7 mil em São Paulo); 12% no Sul (2,6 mil no Rio Grande do Sul e 2,2 mil no Paraná); e 7% no Centro-Oeste (1,4 mil em Mato Grosso). O mapa n° 2 mostra esta distribuição territorial pelos

municípios onde os conflitos ocorreram. Mas não há dúvida que mais da metade das famílias em luta pela terra está na Amazônia Legal (52%). Esta região destaca-se como a fração do território capitalista no Brasil em franca disputa entre o agrobandidismo, o campesinato e os povos indígenas.



Os sujeitos sociais em luta pela terra em 2008

Uma análise mais aprofundada dos conflitos no campo em 2008 revela o caráter multifacetado da

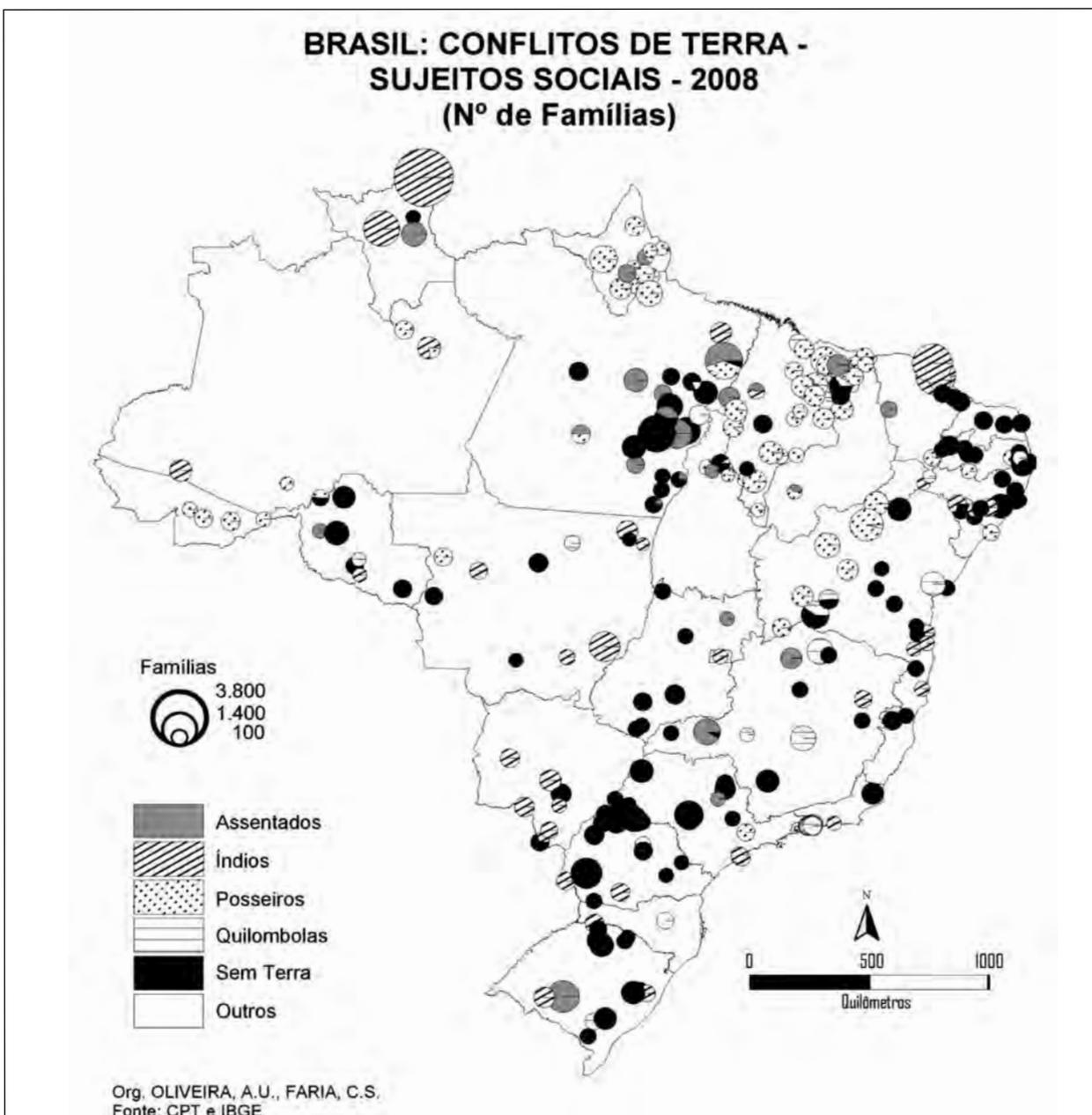
luta pela terra do campesinato brasileiro, dos remanescentes de quilombo e dos povos indígenas. Entre as mais de 42 mil famílias envolvidas nos conflitos de terra, encontram-se mais de 31 mil famílias camponesas, 1,8 mil famílias rema-

nescentes de quilombo e mais de 9,5 mil famílias de diferentes povos indígenas.

O camponato em luta no país apresenta a maior concentração dos camponeses posseiros (7,8 mil famílias) e de ribeirinhos (perto de 700 famílias) nos estados do Acre, Amapá, Pará, Maranhão, Piauí e aqueles das terras de uso comum dos “fundos de pastos” (mais de 300 famílias) no sertão da Bahia. Os camponeses assentados (mais de 4 mil famílias) travaram lutas principalmente nos estados do Pará, Roraima, Amapá, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os camponeses sem terra

(16,7 mil famílias) continuaram suas lutas incessantes pelo acesso a terra em grande parte dos estados brasileiros, particularmente no Pará e Rondônia, na região Norte; no Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia, no Nordeste; em Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso Sul, no Centro-Oeste; em todos os estados da região Sudeste; e no Paraná e Rio Grande do Sul, na região Sul do país.

Os remanescentes de quilombo lutaram principalmente no ano de 2008, nos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Maranhão e Rio



Grande do Sul, mas apareceram também, em outros cinco estados.

Já os povos indígenas travaram lutas pela recuperação de seus territórios em 14 unidades da Federação. Mas foi em Roraima (4,9 mil), Ceará (1,6 mil), Mato Grosso (1 mil), Mato Grosso do Sul (485) e Amazonas (430) que concentraram os maiores contingentes de famílias. Nos conflitos deflagrados pela demarcação das Terras Indígenas Raposa Serra do Sol estiveram envolvidos os povos indígenas Macuxi, Wapichana, Ingaricó, Tauirepang e Patamona. Também em Roraima ocorreram conflitos envolvendo os Yanomami. No Ceará os conflitos ocorreram com os povos indígenas Tapeba e Pitaguary. No Mato Grosso estiveram envolvidos em conflitos os Xavante, Enawenê-Nawê, Nambyqwara, Irantxe, Menku, Bororo e Kayabi. No Mato Grosso do Sul os conflitos atingiram os Guarani e no Amazonas os Kulina.

Fatos relevantes envolvendo os conflitos no campo em 2008

Foram vários os fatos relevantes envolvendo os conflitos no campo no ano de 2008. O primeiro deles referiu-se à absolvição³ do fazendeiro Vitalmiro Bastos Moura, o Bida, mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang em 2005, no segundo julgamento a que foi submetido. Por mais absurdo que possa parecer, o Tribunal do Júri do Pará reformou a sentença que o condenava a 30 anos de prisão. Embora a promotória e a Comissão Pastoral da Terra tivessem impetrado junto ao Tribunal de Justiça do Estado e conseguido a anulação do julgamento, o fato mostrou que a justiça estadual do Pará continua protegendo os assassinos. O mesmo procedimento está ocorrendo, também, no caso do Padre Josimo Tavares, que, mesmo depois de “22 anos de seu assassinato em Imperatriz (MA), em 1986, o ex-juiz João Batista de Castro Neto, acusado de ser um dos mandantes deste assassinato, pela quinta vez conseguiu se esquivar de comparecer a interrogatório que seria realizado no dia 08/05”.

O segundo fato referiu-se ao episódio da retirada dos rozeiros da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Como se já não bastasse a absurda decisão do Supremo de suspender a ação da Polícia Federal de retirada dos grileiros da terra indígena demarcada, os pistoleiros do prefeito de Pacaraima (RR) atiraram contra os indígenas ferindo 10 deles. O prefeito mandante da ação foi preso e depois solto, e foi acusado de suspeita de tentativa de homicídio, formação de quadrilha e posse de artefatos explosivos em terra indígena. Além deste episódio, finalmente o Ibama também lhe aplicou uma multa de R\$ 30,6 milhões, por ter praticado na fazenda Depósito, crimes ambientais tais como: desmatamento ilegal de terras, bombeamento de água do rio Sururu sem autorização ambiental e degradação de área de preservação permanente. Aliás, o prefeito de Pacaraima, que possuía autorização do Ibama para desmatar apenas 850 hectares para o cultivo de arroz, entretanto, desmatou 2.500 hectares. Ou seja, estes dois episódios acontecidos na Raposa/Serra do Sol, mostram que é exatamente a autoridade pública que deveria cumprir a lei, quem não a cumpre. Finalmente, o Supremo Tribunal Federal ratificou a demarcação da terra indígena e votou pela retirada dos não índios da área. Neste episódio foi marcante a presença no Supremo da advogada índia Wapixana Joênia Batista de Carvalho:

“No primeiro dia do julgamento sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol (RR), a índia Wapixana subiu à tribuna da mais alta Corte do país. Foi a primeira vez que um indígena fez uma sustentação oral na história do tribunal. Com a cara pintada, ela iniciou o discurso usando a língua de seu povo, para depois explicar o significado de suas palavras: ‘Eu disse que os nossos valores espirituais, nossas terras, nossa mata, nossa água devem ser considerados necessários para nossa vida. E que o Supremo coloque definitivamente essas garantias nesse julgamento, que coloque um ponto final nessa violência’”. (Correio Brasileiro, 28/07/2008, Brasil, p. 17)

Afirmou também: “Não tive medo de subir à tribuna. Estou com meus pajés, estou protegida.

3. Esse texto foi elaborado antes da anulação da absolvição do Bida, em 7 de abril de 2009, pelo Tribunal de Justiça do Pará que anulou, também, o julgamento que condenou o pistoleiro Rayfran das Neves. No caso do Bida, a Justiça entendeu que o julgamento deveria ser anulado devido à apresentação de uma prova ilegal e no caso do pistoleiro, os desembargadores concluíram que o júri não considerou que ele praticou o crime mediante promessa de recompensa, de forma que a pena definida contra ele deveria ser ainda maior. Logo após a decisão Bida foi preso. Em seguida foi solto novamente mediante aprovação de pedido dos seus advogados para que ele aguardasse o novo julgamento em liberdade.

Meus parentes me dão força onde quer que estejam". E concluiu "Somos acusados de ladrões e de invasores dentro da nossa própria terra. Somos discriminados e caluniados" (O Globo, 28/08/2008, O País, p. 3).

O terceiro fato em 2008 envolvendo os conflitos no campo foi a revelação contundente de que o agronegócio continua mostrando seu lado agrobandidismo, pois, em meio ao episódio das listas de fazendas pecuaristas habilitadas para fornecer gado para os frigoríficos exportarem para a União Europeia, veio a público mais uma bandagem, acobertada pelo Ministério da Agricultura, contra a reforma agrária. Foi o episódio dos "bois virtuais" ou de "papéis". Os jornalistas Mauro Zanatta e Bettina Barros escreveram no jornal Valor Econômico que: "Nos últimos seis meses, o Ministério da Agricultura descredenciou 26 de 71 certificadoras por indícios de fraude nos controles das fazendas aprovadas no Sisbov (Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos). Parte das prejudicadas, contudo, obtiveram liminares e continuam em operação. O descredenciamento foi embasado em flagrantes de fiscais do Ministério em 2007. Entre elas, havia adulterações nos cadastros das propriedades com a criação de 'bois virtuais', segundo uma fonte do governo. Em alguns casos, a empresa registrava um rebanho virtual para ajudar o fazendeiro a driblar as vistorias do INCRA para fins de reforma agrária. **Como os índices de produtividade eram baixos, 'fabricava-se' bois de papel para não entrar em processo de desapropriação de terras**". (Valor Econômico - 15, 16 e 17 de fevereiro de 2008, p. B14)

O quarto fato relevante em 2008 envolvendo os conflitos no campo foi o resultado da ação proposta pelos procuradores do Incra visando combater a grilagem de terras públicas na Amazônia. O Jornal Estado de São Paulo de 17 de outubro de 2008 destacou a seguinte notícia: "**CNJ devolve à União terras griladas no AM. Sem poder para mandar prender integrantes de uma máfia de grileiros com atuação no Amazonas, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 'expropriou' as terras que eram ilegalmente negociadas pelo grupo. O CNJ devolveu, em setembro, 587 mil hectares de terras griladas na região ao governo federal, uma área do tamanho do Distrito Federal.** Os imóveis, localizados no município de Pauini

(AM), ficam em área de segurança nacional e eram grilados num esquema complexo que envolvia cartórios, empresas privadas e, desconfiam que também, procuradores federais e juizes do Amazonas. **As terras griladas eram vendidas para empresas, principalmente de Mato Grosso do Sul e São Paulo, que tinham consciência das [ilegalidades], mas estavam interessadas em usar o terreno para negociar com a União o abatimento de dívidas com o INSS.** O esquema começava com a disputa por um terreno menor, nesse caso de 1.400 hectares, localizado no município de Pauini (AM). Os grileiros ocupavam a região, entravam na Justiça comum com ações por usucapião e demarcação de terra, registravam a propriedade em diversos cartórios sem nenhum documento que comprovasse a posse da área e, a partir daí, iniciavam um processo de aumento e 'clonagem' das terras. A cada registro novo que faziam da mesma terra em cartório diferente aumentavam a extensão da propriedade. **O terreno que antes media 1.400 hectares chegou, por esse caminho, a 640 mil hectares.** Após toda essa sequência de ilegalidades, juizes de primeira instância do Amazonas proferiam decisões confirmando a transferência das terras da União para particulares. Era o último passo para coroar o esquema de grilagem. Além das [ilegalidades] flagrantes do processo, os juizes passavam por cima da legislação para dar ganho de causa aos grileiros. Como as áreas eram de segurança nacional, qualquer decisão desse tipo cabia à Justiça Federal. Os juizes, portanto, não tinham competência para analisar os casos: 'Constata-se que, embora houvesse toda a gama de precedentes de prática de grilagem no Amazonas, o procedimento adotado pelo Conselho da Magistratura do Estado do Amazonas no presente caso foi contrário à lei, merecendo rigorosa interferência do Conselho Nacional de Justiça', argumentaram no pedido encaminhado em abril ao CNJ. O conselheiro Antonio Umberto, relator do caso no CNJ, confirmou que a Justiça do Amazonas cometeu [ilegalidades], determinou o cancelamento da decisão do Conselho da Magistratura e dos registros nos cartórios de ofício. Porém, nenhum juiz será investigado ou punido. Em 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário pediu à Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Amazonas o cancelamento dos registros dos imóveis nos cartórios. Uma comissão especial foi criada para investigar e corrigir as [ilegalidades]. Essa

comissão cancelou uma das matrículas da terra, que aumentara a extensão da gleba para 640 mil hectares, mas esqueceu-se de anular as inscrições anteriores. Com isso, uma matrícula anterior serviu para procriar novas matrículas ilegais que ampliaram as terras para 587 mil hectares. Perdido no cipoal jurídico do estado, o caso chegou ao CNJ por representação dos procuradores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).” O jornal trouxe também “a forma como os grileiros transformavam uma pequena área em um latifúndio do tamanho do Distrito Federal”, ela foi a seguinte:

“1. O grileiro ocupa uma pequena porção de terra devoluta da União e entra com ações de usucapião ou demarcação.

2. Na primeira fase da grilagem, com a ajuda de um funcionário do cartório, a terra é registrada sem nenhum título que justifique seu tamanho de 571 mil hectares.

3. Depois dessa fase do processo, o grileiro elabora um novo memorial descritivo da mesma terra.

4. Com esse novo memorial, a terra é registrada novamente e com um novo tamanho: 587 mil hectares.

5. Em uma segunda fase, os grileiros apresentam uma certidão falsa do Instituto Fundiário do Amazonas (Ifam) para que seja elaborado um novo registro da terra.

6. Do documento, consta que a área tem 640 mil hectares. Com base nisso, juízes transferiam terras da União para grileiros.” (http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081017/not_imp261510,0.php)

O quinto fato relevante de 2008 foi a continuidade da corrupção praticada pela banda podre dos funcionários do INCRA ligados à grilagem das terras da instituição na Amazônia Legal. A operação Dupla Face desencadeada pela Polícia Federal desmontou um esquema de falsificação de papéis para desapropriação de terras e o *Jornal O Estado de São Paulo* retratou em manchete o seguinte título: “PF prende cúpula do Incra em Mato Grosso”. Entre os envolvidos encontravam-se o superintendente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Mato Grosso, o vice-superintendente, o procurador regional do órgão, e o chefe da Divisão de Obtenção de Terras, além de madeireiros e fazendeiros. O mesmo jornal

trouxe também a seguinte informação: “Escândalos ficaram frequentes. Escândalos envolvendo funcionários do Incra estão se tornando frequentes. Em meados do ano passado, a Justiça Federal de Santarém, no Pará, promoveu ações para anular a criação de 99 assentamentos, feita sem licença ambiental. Cinco diretores da entidade foram afastados. Em agosto deste ano, a PF prendeu 32 pessoas que, infiltradas no Incra e na Receita Federal, apressavam processos de certificação de imóveis. O grupo, pego na Operação Dupla Face, agia em cinco estados e cobrava propinas dos proprietários rurais. Em abril, o TCU anulou uma ação de desapropriação de terras em Mato Grosso do Sul, porque os funcionários do Incra haviam escolhido justamente uma área de preservação ambiental” (*Jornal O Estado de São Paulo*, 20/12/2008, Caderno Nacional, p. A7).

O sexto fato relevante no ano de 2008, foi a edição pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva da Medida Provisória nº 422 em 25 de março. Ela foi aprovada na Câmara dos Deputados, no dia 13 de maio, no Senado em 9 de julho, e foi sancionada pelo presidente em 1º de agosto transformando-se na Lei nº 11.763. Este caminho mostrava a adoção pelo governo atual da regularização fundiária como política pública em substituição à reforma agrária.

A contrarreforma agrária do governo de Luiz Inácio Lula da Silva no 2º mandato

O II PNRA acabou em 2007, e o governo não colocou na agenda da reforma agrária a elaboração do III PNRA, logo, se desobrigou de fazer a reforma agrária. Na realidade, o final dos cinco anos das metas do II PNRA acabou tão melancólico, que o MDA/INCRA, sequer tem divulgado o número oficial de famílias assentadas. Mas os resultados finais indicam que desagregando as 448.954 relações de beneficiários emitidas pelo INCRA havia apenas 163 mil famílias referentes aos assentamentos novos, ou seja, a meta 1 do II PNRA, a verdadeira reforma agrária. As demais famílias eram referentes à regularização fundiária (113 mil), reordenação fundiária (171 mil) e reassentamento de atingidos por barragens (2 mil). Como consequência direta deste baixo desempenho, oriundo de uma política deliberada do MDA/INCRA de não se fazer a reforma agrária

ria prevista no II PNRA, a maior parte dos acampados de 2003 continua debaixo das lonas pretas. E eles são mais de 150 mil famílias.

Assim, a política de reforma agrária do governo do PT está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil.

Embora a defesa da reforma agrária sempre fosse uma bandeira do pensamento progressista e revolucionário parece que ela foi arreada. Poucos têm se manifestado sobre este abandono da reforma agrária pelo governo atual do PT. José Juliano de Carvalho Filho, escreveu o artigo “A nova (velha) questão agrária”, publicado no jornal *Valor Econômico* registrando sua crítica: “Do lado do capital, não existe no campo questão a resolver que lhe dificulte a acumulação. Ao contrário, para as populações exploradas, a questão existe. No mundo gerado pelo capitalismo financeiro, marcadamente aqui na periferia subordinada do sistema global, não há lugar para a grande maioria dessas pessoas - são consideradas meras sobras do progresso capitalista. Para elas, no entanto, a questão agrária é real e significa sobrevivência e, por isso, resistem.” (*Valor Econômico* de 22/02/2008).

Entre as lideranças dos movimentos sócioterritoriais, João Pedro Stedile afirmou que “Nesse campo o governo Lula não avançou nada. Porque reforma agrária acontece quando são tomadas medidas de Estado que democratizem a propriedade da terra. Temos dados que mostram o contrário: nos últimos seis anos aumentou a concentração da propriedade agrária. O que está em curso no Brasil é uma contrarreforma.” (*Estado de São Paulo*, 24/02/2008, p. A17)

Dom Tomás Balduino, da CPT, em entrevista a revista *ISTO É* (nº 1993, ano 31 de 16/01/2008), também registrou sua avaliação crítica: “Na luta contra o latifúndio, Lula não fez diferença nenhuma. É verdade que ele não reprimiu os movimentos sociais, como o Fernando Henrique, e dialogou, não fechou as portas [...] As desapropriações estão muito aquém das metas que ele mesmo traçou. Hoje, reforma agrária é um assunto que saiu de pauta, de cogitação.” (*ISTO É* nº 1993, ano 31, 16/01/2008).

A análise deste quadro político parece indicar que o refluxo dos movimentos de massas e o fluxo dos recursos financeiros governamentais canalizados para as políticas compensatórias (bolsas de todo tipo e estilo, etc), estão aquietando aqueles que lutaram bravamente pela reforma agrária nos últimos 30 anos. Tudo indica que os dois processos intercambiaram-se. Segundo os dados da CPT, o número de ocupações de terras que bateu o recorde em 2004, com mais de 76 mil famílias, ficaram em 2006, em 46 mil famílias mobilizadas, em 2007 foram 37 mil, e, em 2008 pouco mais de 25 mil. O número de famílias novas que foram para os acampamentos também despencou: em 2003, era um total de 59 mil, enquanto que em 2006, foram apenas pouco mais de 10 mil, e, em 2008 foram apenas 2.755 famílias.

Mas, o mais importante é que nenhuma explicação oficial do governo foi dada sobre o fracasso do cumprimento das metas da reforma agrária que ficaram em apenas 29,6% das 550 mil famílias novas assentadas prometidas em 2003 na festa de lançamento do II PNRA pelo atual presidente da República. Ao contrário, o início do ano de 2008 revelou a substituição da política oficial de reforma agrária garantida pelo II PNRA pela regularização fundiária como política oficial do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para os três últimos anos de seu segundo mandato.

Consolidava-se, assim, a vitória do agronegócio e a adesão definitiva da política agrária e fundiária do MDA/INCRA aos interesses do agrobandidismo dos grileiros de terra públicas do INCRA e da reforma agrária na Amazônia Legal.

A assinatura pelo ministro do MDA e pelo presidente da República da Medida Provisória 422 no mês de março de 2008, tornada Lei nº 11.763 de 1º de agosto de 2008 começava a refletir a consolidação da contrarreforma agrária do governo petista no segundo mandato.

Esta aprovação revela que a Constituição Brasileira está sendo mais uma vez revogada na prática por esta nova lei, pois está claramente expresso nela que “a destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária”. E mais, o artigo 191 afirma que “aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural,

não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade." Afirma também, em parágrafo único deste mesmo artigo, que "os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião." Como a legislação complementar indica que o tamanho mínimo dos imóveis rurais adotado pelo Incra tem que ter um módulo fiscal, e como ele vai até 100 hectares, esta dimensão passa a ser a área máxima que a legislação federal permite legalizar.

Entretanto, o governo petista está, de forma inconstitucional, utilizando-se da Lei 8.666, com o intuito de dispensar licitação para alienar os imóveis públicos da União até 15 módulos fiscais, ou seja, até 1.500 hectares. Trata-se, pois, de flagrante desrespeito à Constituição, uma vez que as terras públicas do Incra devem ser destinadas à reforma agrária. É evidente que os imóveis com área de até 100 hectares onde o módulo fiscal do município permita, devem ser regularizados, pois a reforma agrária pressupõe esta ação. Mas não é o que está acontecendo, pois, o próprio Incra passou a tratar de forma diferenciada a verdadeira regularização fundiária destinada a conceder o título de terra aos igualmente verdadeiros posseiros e à ação ilegal de legalização das terras dos grileiros. Foi por isso que ele publicou a Resolução nº 11 que aprovou a Instrução Normativa nº 45 que "fixa os procedimentos para legitimação de posse em áreas de até cem hectares, localizadas em terras públicas rurais da União". E publicou também a Resolução nº 12 que aprovou a Instrução Normativa nº 46 que por sua vez, "fixa os procedimentos para regularização fundiária de posses em áreas rurais de propriedade da União superiores a 100 hectares e até o limite de 15 módulos fiscais, localizadas na Amazônia Legal".

Dessa forma, com base na MP 422, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva passou a transformar os grileiros de terras públicas até 1500 hectares em "falsos posseiros", mesmo não havendo base legal e muito menos social para tornar iguais, legal e socialmente, quem é desigual. Embora a

ABRA, Via Campesina, MST, CPT, MAB, MMC, CIMI, CUT, entre outras organizações, tivessem encaminhado carta aberta ao presidente da República e ao Congresso Nacional solicitando a revogação da Medida Provisória 422, ela virou lei e passou a ser implantada pelo MDA/INCRA.

Todos estes atos aparentemente legais revelam o "esforço" do MDA/INCRA em tentar, a todo custo, mudar a legislação para ampliar a área passível de regularização fundiária ou de alienação aos ocupantes ilegais das terras públicas sob sua responsabilidade: "agora eles poderão comprar do governo federal as terras que já ocupavam há anos e não vão precisar de concorrer com outros interessados" ("Assinada MP para regularização fundiária da Amazônia - Publicado em: 26/03/08" - <http://www.incra.gov.br>).

Todas estas ações revelam uma grande operação de caráter político visando entregar o patrimônio público para o agrobandidismo da Amazônia. Assim, o agronegócio está vencendo a luta pelo controle da terra destinada à reforma agrária e o governo atual implanta a contrarreforma agrária para regularizar a grilagem das terras públicas na Amazônia Legal. E como é comum nas ações políticas onde se procura esconder da sociedade a verdadeira intenção de seus atos, o MDA adianta em afirmar que a regularização fundiária na Amazônia beneficiará os pequenos posseiros, porém, a legislação já existente permite a legitimação de suas terras. E mais, quando se toma as áreas a serem objeto destas ações verifica-se que há nesta região mais de 182 milhões de hectares de terras públicas e devolutas, sendo que 67,8 milhões de hectares são de propriedade do Incra e estão griladas. Deste total, a área ocupada pelos pequenos posseiros (284 mil) é de apenas 17 milhões de hectares. Portanto, o objetivo da política de contrarreforma agrária do governo de Luiz Inácio Lula da Silva no segundo mandato é, na verdade, legalizar a grilagem de mais de 165 milhões de hectares de terras públicas e devolutas constitucionalmente da reforma agrária, dos povos indígenas, dos remanescentes de quilombolas e da proteção ambiental.

Tabela 3: Violência Contra a Ocupação e a Posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem
Centro-Oeste											
DF	1	27	0					1	1	1	
GO	38	2004	11576		513	200	35	8			18
MS	16	1036	22882		120	331	110	60		60	110
MT	14	1627	164182		150	75	31				180
Subtotal:	69	4694	198640	0	783	606	176	69	1	61	308
Nordeste											
AL	32	2038	12091	155	447		191	67		55	310
BA	68	8193	276198		919	721	2894	77	50	8	655
CE	11	2430	4829	100	70		1660		50		200
MA	72	4412	132989	76	6	206	2676	5		8	944
PB	26	1554	7415	15	34		138	34	49	34	374
PE	66	6690	39563	66	40		52	61	195	28	29
PI	21	888	22842	17	40	335	150	18	17	80	105
RN	3	590	2400	100							100
SE	6	547	0				57	15			57
Subtotal:	305	27342	1695237	529	1556	1262	7818	277	361	213	2774
Norte											
AC	6	379	24000		94		45	56			45
AM	7	813	140533		200		60	201		5	
AP	46	1343	262371	1		95	324		173		
PA	101	10303	878580	740	2051	60	2445	478	241	227	2311
RO	19	1135	207051	387	183	28	163	533		563	580
RR	9	5822	169880		16		20	10		3600	20
TO	9	192	20353		40		141	26	122	121	
Subtotal:	197	19987	4496492	1128	2584	183	3198	1304	536	4516	2956
Sudeste											
ES	8	862	13685		650						
MG	23	2813	51114	49	40	399	462				
RJ	7	607	2838			106	242	6		6	
SP	64	4781	36478		862	845	92	30			
Subtotal:	102	9063	104115	49	1552	1350	796	36	0	6	0
Sul											
PR	39	4175	36713	75	648	550	919	188	150	185	855
RS	33	4934	34093	60	1954		140	60		4	70
SC	6	650	3465				60				
Subtotal:	78	9759	74271	135	2602	550	1119	248	150	189	925
Brasil:	751	70845	6568755	1841	9077	3951	13107	1934	1048	4985	6963

Fonte: Setor de Documentação da CPT.



Foto: Douglas Mansur/Novo Movimento

A exploração minerária e suas consequências na Amazônia brasileira

Airton dos Reis Pereira¹

José Batista Gonçalves Afonso²

Raimundo Gomes Cruz Neto³

Introdução

Hoje, o que mais se ouve é que as grandes empresas são meios essenciais ao desenvolvimento econômico e tecnológico do país. Na propaganda e nos discursos oficiais de governantes e de políticos influentes elas são apresentadas como símbolo do desenvolvimento, do progresso e da geração de empregos. E por estarem atreladas a mercados bem mais amplos que os regionais e por serem estratégicas no marketing internacional, não por acaso, recebem gigantescos investimentos do Estado.

Na Amazônia brasileira, grandes empresas do ramo da mineração são beneficiadas com infraestrutura (estradas, ferrovias, hidrovias, portos, energia, etc.) financiada com dinheiro público, créditos subsidiados, isenção de impostos, etc. Controlam a “coisa pública”, os principais meios de comunicação e extensos territórios, onde exercem gestão autônoma, criando enclaves que causam impactos sobre a organização social regional e o meio ambiente. Para essas empresas, a Amazônia

1. Historiador e Agente da Comissão Pastoral da Terra, em Marabá.

2. Advogado e Agente da Comissão Pastoral da Terra, em Marabá.

3. Sociólogo e Agrônomo do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular.

assume um alto valor estratégico, pois ao controlar recursos e o espaço regional, fortalecem sua hegemonia.

O crescimento da produção industrial nos últimos anos e o consequente aumento do valor dos principais minérios no mercado internacional têm provocado uma corrida cada vez mais acelerada do capital internacional sobre as reservas minerais existentes. Na Amazônia esse processo é extremamente visível. São dezenas de projetos de exploração mineral em funcionamento e tantos outros em fase de instalação, resultado de uma política nacional vergonhosa e entreguista que coloca o país na condição de mero fornecedor de matéria-prima e de subserviência aos interesses do capital internacional. São projetos que evidenciam poucas possibilidades de incremento à economia local e têm trazido sérios prejuízos às comunidades de camponeses e ao meio ambiente.

Exploração mineral: da garimpagem à atividade empresarial

A exploração mineral na Amazônia brasileira não é algo recente, muitos foram os garimpos de extração de ouro, diamante e cristal, nas margens dos rios Araguaia, Tocantins, Tapajós, Xingu e Madeira e em vários de seus afluentes. Há casos de “ciclos” de extração aurífera, embora de forma isolada e fragmentada ainda no período colonial como, por exemplo, no Amapá e Mato Grosso. Mas a partir do final da década de 1950 e início dos anos 1960 tornou-se uma prática quase que intensiva como, por exemplo, com a descoberta da província aurífera do médio rio Tapajós e de cassiterita, em Rondônia e em São Félix do Xingu (PA).

Na década de 1980, as atividades auríferas se intensificaram nos estados do Pará, Roraima e Rondônia. No Pará os garimpos de ouro em Serra Pelada, Cumaru e nos arredores de Itaituba e Jacareacanga atraíram milhares de garimpeiros de quase todas as partes do Brasil.⁴

A exploração mineral de forma empresarial teve início em meados da década de 1940 com a extração de manganês pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI), no Amapá. Em 1947 essa empresa assinou contrato de concessão para exploração mineral e em 1953, assinou o contrato de concessão para a atividade portuária e ferroviária, considerado o marco zero da exploração mineral na Amazônia.⁵

Atualmente, embora se possa constatar que a exploração mineral esteja espalhada por toda a Amazônia, é possível considerar que essa prática seja mais intensa e de efeitos trágicos às comunidades camponesas em quatro grandes polos: “Amapá” com a exploração de bauxita, manganês, caulim e ouro; “Oeste do Pará” com a extração da bauxita pela Aluminium Limited of Canadá (Alcan) e a Mineração Rio do Norte (MRN); “Carajás”, com a exploração de ferro, manganês, cobre, níquel e ouro por diversas empresas, entre elas a Companhia Vale do Rio Doce, a Vale, e “Paragominas” com a retirada de bauxita e caulim pela Vale e Pará Pigmentos S/A.

É visível que a Amazônia tem um peso significativo na atividade de extração e transformação mineral realizada em território brasileiro, considerando a ocorrência na região de diversos minerais que influenciam na balança comercial do país, sendo o Pará o segundo maior Estado exportador de minérios⁶. Em 2008, a extração do nióbio colocou o Brasil em 1º lugar no ranking internacional, em 2º com a extração do ferro, manganês e alumínio (bauxita), e em 5º com o caulim e o estanho. O estado do Amazonas participa com 12% do nióbio extraído no Brasil, e com 60% do estanho. Já o minério de ferro de Carajás, no sudeste paraense, ocupa o 2º lugar na extração nacional, colocando o Pará atrás apenas de Minas Gerais⁷.

4. Marianne Schminck and Charles H. Wood *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992.

5. Fórum Paraense de Desenvolvimento. 50 anos de mineração na Amazônia. Belém: Cejup, 2003.

6. A situação dos minérios mais extraídos na Amazônia é esta: em primeiro lugar, o ferro, que em 2008, respondeu por 35,2% do total nacional. Em segundo lugar, a alumina (bauxita) com 17,6%, em terceiro, o alumínio com 15,1% e em quarto, o cobre com 11,3%. O manganês da Mina do Azul, em Carajás, e da Buritirama, em Marabá, contribuíram com mais de 50% da extração nacional, dos 2,4 milhões de toneladas extraídas em 2008. O estado do Pará é ainda responsável por 100% da extração nacional do caulim, 85% da bauxita, 60% do cobre e 10% do ouro (Companhia Vale do Rio Doce. Relatório de Produção, 2008).

7. O município de Parauapebas, no sudeste paraense, participou com 35,8% (minério de ferro), Barcarena com 33,3% (alumina e alumínio), Canaã dos Carajás com 10% (cobre), Marabá com 7,1% (ferro gusa e manganês), Oriximiná com 6,3% (bauxita), contribuindo significativamente para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. O município de Belém participou com 28,21%, para o PIB do estado, em segundo lugar, Barcarena com 8,03%, Parauapebas com 6,72%, Marabá com 5,91%, Ananindeua com 5,56%, Canaã dos Carajás com 1,58% e Oriximiná com 1,42%.

A tendência para 2009, dependendo das condições da crise na economia mundial, é de que haja um crescimento significativo na extração da bauxita, cobre, níquel, fosfato e ferro, considerando a entrada em operação das minas de cobre e níquel, da Vale, em Carajás, a mina de bauxita da Alcoa, em Juruti, e o salto da extração de ferro de Carajás de 96 milhões de toneladas em 2008, para 126 milhões de toneladas, em 2009. Há de se considerar ainda que na Amazônia, enquanto a extração mineral responde por 25% do total das exportações, a transformação (ferro gusa, alumina e alumínio) responde por 21%⁸. É importante ressaltar ainda que o extrativismo mineral representou 59,2% dos 8 bilhões de dólares produzidos pela indústria mineral do estado do Pará.

Tratando-se de reservas conhecidas, o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking mundial em bauxita, com depósitos concentrados em três distritos principais: Trombetas (médio Amazonas), Almeirim (baixo Amazonas) e Paragominas-Tiracambu (plataforma Bragantina). Já os depósitos de caulim estão distribuídos em três principais distritos: Manaus (médio Amazonas), Almeirim (baixo Amazonas) e Capim (plataforma Bragantina). O ouro e cassiterita estão distribuídos pelas mais diversas áreas da região amazônica. Serra Pelada, no sudeste do Pará, por exemplo, ainda representa grande potencial aurífero, fato que causa entreveros entre a Vale e cooperativas de garimpeiros, no município de Curionópolis. As jazidas de ferro em Carajás, com seus 18 bilhões de toneladas de minério, correspondem à maior concentração de alto teor já localizada no planeta, distribuídas em quatro setores principais: Serra Norte, Serra Sul, Serra Leste e Serra de São Félix ou Serra Arqueada.

Vale considerar que a pesquisa, extração e transformação mineral no estado do Pará ocorrem em quatro principais regiões: no oeste, envolvendo os municípios de Oriximiná, Juruti, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos; no nordeste, compreendendo os municípios de Paragominas, São Domingos do Capim e Barcarena; no sudeste destaque para os municípios de Marabá, Curionópolis, Parauapebas e Canaã dos Carajás; e no sul, os municípios de Xinguara, Ourilândia do Norte, Tucumã, São Félix do Xingu, Rio Maria, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Conceição do Araguaia.

As consequências

A extração e transformação mineral na Amazônia efetivada pelas principais empresas do ramo: a Companhia Vale, a Anglo American, a ALCOA, a Albrás, a Aluminum Limited of Canadá, a Alunorte, Rio Tinto, a Mineração Rio do Norte, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Imerys Rio Capim Caulim S/A, Caulim da Amazônia S/A (CADAM/Vale), ICOMI, Pará Pigmentos S/A (PPSA/Vale), Xtrata e Caraíba Metais, com o apoio e incentivo dos governos estaduais e federal vem se dando de forma espoliatória e predatória, desterritorializando populações tradicionais e degradando o meio ambiente. É notória a poluição do ar, do solo e das bacias hídricas, além do desflorestamento, destruição de habitat natural, de animais silvestres e de sítios arqueológicos⁹. São projetos dirigidos de fora para dentro da região, sem que os amazônidas tenham a oportunidade de discutir e opinar sobre a viabilidade, necessidade e consequências desses empreendimentos.

O que se percebe é que o impacto da mineração é localizado, desestruturante e ao mesmo tempo estruturante, ao modo que interessa às empresas. Desestrutura as comunidades locais (urbanas ou rurais), além de provocar a migração de milhares de pessoas. Diversas são aquelas que chegam de outras regiões do país acreditando que as atividades dessas empresas vão melhorar as suas vidas. É visível o aumento, sem controle, da população no entorno dos projetos mineralógicos. Não só os núcleos urbanos próximos dessas áreas passam por rápidas e indesejáveis transformações com o crescimento populacional, como também surgem outros aglomerados urbanos. O emprego esperado não aparece. Para sobreviver muitos são aqueles que se enveredam nos trabalhos temporários e informais. Assim, grande é o contingente de trabalhadores e trabalhadoras itinerantes, de vida marcada pela provisoriabilidade e mobilidade, e de mão-de-obra polivalente que lutam cotidianamente pela sobrevivência. Os efeitos até então incontroláveis, nessas regiões, têm sido a elevação do índice de violência com destaque para os homicídios, comércio de drogas, prostituição e acidentes de trânsito¹⁰.

A própria Vale encaminhou uma pesquisa nesses municípios e constatou que entre 2000 e 2005 o crescimento populacional foi de 22,9% e a projeção

8. Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Informações e Análises da Economia Mineral Brasileira, 3ª edição, IBRAM, 2008.

9. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) já lavrou 56 autos de infração contra a Vale, desde que foi privatizada, o que resultou em 37 milhões de reais em multas não pagas.

10. Os registros mostram que na área de influência da Vale, no sudeste paraense (municípios de Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Ourilândia do Norte e Tucumã), as mortes por causas violentas aumentaram em 23% de 2007 para 2008, considerando os corpos que passaram pelo Instituto Médico Legal (IML) de Marabá. No ano de 2008, os municípios de Marabá e Parauapebas foram os que mais registraram mortes por assassinato. Marabá saltou de 187 assassinatos, em 2007, para 266, em 2008, e Parauapebas, saltou de 62, em 2007, para 94, em 2008.

de crescimento do ano de 2005 para o ano de 2010 será de 92,9%. No ano de 2000 essa área contava com 334.386 habitantes, em 2005, com 423.361. Na projeção para o ano de 2010, se forem desenvolvidos todos os investimentos previstos, segundo esta pesquisa, essa área contará com 817.268 habitantes¹¹.

Os migrantes que ali chegam diariamente, sem alternativa, se aventuram na formação de novos bairros (ocupações) compostos por casas, às vezes precárias, sem água encanada e sem esgoto sanitário. São, em sua maioria, trabalhadores pobres, analfabetos ou de baixa escolaridade, sem profissão definida.

Os povos indígenas estão sendo cercados, não somente pelos latifúndios e exploração madeireira, mas também pela exploração mineral. O próximo alvo do setor mineral é conseguir a liberação da mineração em terras indígenas, que ocupam hoje 22% do território amazônico.¹² Como exemplo dos danos causados a esses povos, no sudeste do Pará, os índios Gaviões tiveram as suas terras atravessadas pela rodovia BR-222, pela linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão da Eletronorte, que sai de Tucuruí rumo ao nordeste brasileiro, e pela Estrada de Ferro Carajás. Agora se veem na iminência de ter parte do seu território inundada pela hidrelétrica de Marabá, no rio Tocantins. Os Xikrins do Cateté estão sendo ameaçados pela Vale a partir da execução dos projetos Salobo, de extração de cobre, no município de Marabá, e pelo projeto de extração de níquel na Serra do Puma, em Ourilândia do Norte. Além de impactar diretamente sobre esses povos que ali habitam, são sérios os riscos de degradação ambiental com alterações significativas à biodiversidade.

Por outro lado, o impacto da mineração é estruturante ao modo que interessa às empresas. Elas se aproveitam da conivência e submissão do Estado, das precárias condições em que vive a maioria da população dos municípios onde elas se instalam, para através da manipulação da consciência das pessoas, com o discurso da chegada do desenvolvimento e do progresso, criar um ambiente favorável para sua implantação e domínio. Desse modo, os governantes municipais, governadores dos estados e não raros deputados e políticos influentes assumem o discurso e a defesa dessas empresas além

de lhes possibilitar infraestrutura, colaboração financeira e isenções tributárias, com vistas a fornecer-lhes condições competitivas e assecuratórias ao bom funcionamento dos seus empreendimentos.

Uma das situações emblemáticas que até hoje tem gerado consequências negativas ao meio ambiente e à população local é a exploração do manganês, em Macapá, no estado do Amapá. Depois da retirada de quase todo o minério, crateras de até 170 metros de profundidade ficaram a céu aberto. Enormes também são os estoques de rejeitos. “Calcula-se, que em Santana estão estocadas cerca de 70.000 toneladas de rejeitos provenientes do processo de pelotização e que apresenta um percentual de arsênio superior ao encontrado no minério in natura. A Fundação Evandro Chagas (Belém), depois de inúmeros exames laboratoriais, recomenda a imediata retirada desses rejeitos para que não se tenha risco de contaminação de qualquer natureza às pessoas ou comunidades próximas a estes locais”.¹³

Em Oriximiná (PA), a Mineração Rio Norte (MRN) que explora as reservas de bauxita nesse município, provocou degradação do meio ambiente com os rejeitos da mineração a partir da emissão de partículas sólidas e material estéril, como argila, bauxita fina e areia. O maior desastre foi causado no lago do Batata. As populações locais, formadas em sua maioria por camponeses e ribeirinhos, foram alijadas de seus direitos sobre as áreas de castanheais que ficam ao norte da Floresta Nacional de Sacará-Taquera, onde a mineradora está situada. Já a Alumínio Brasil S/A (ALBRAS) e a Alumina Norte Brasil S/A (ALUNORTE), grandes produtoras nacionais de alumina e alumínio instaladas no município de Barcarena (PA), têm causado enormes prejuízos às comunidades locais com o carreamento de poluentes compostos com dióxido de alumínio e soda cáustica para os cursos d’água. A Pará Pigmentos S/A (PPSA) é outra empresa que tem causado sérios danos ambientais às comunidades no norte do estado do Pará. O beneficiamento de caulim, no município de Ipixuna tem contaminado cursos d’água, afetando tragicamente as comunidades ribeirinhas. A Vale tem trazido sérios prejuízos às comunidades de quilombolas de Jambuaçu e outras comunidades dos municípios de

11. CVRD e Diagonal Urbana Consultoria. Diagnóstico Integrado em Socioeconomia para os empreendimentos da CVRD. 2006.

12. Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1610/96 com o objetivo de regulamentar o art. 231 da Constituição Federal que impede a atividade em território indígena.

13. (Fórum Paraense de Desenvolvimento. 50 Anos de Mineração na Amazônia, Belém: Cejup, 2003).

Acará e Moju com a construção de 180 quilômetros de mineroduto (transporte de bauxita) e linhas de transmissão de energia elétrica. Não só a produção agrícola foi prejudicada, mas vilas e povoados foram impactados diretamente pelos empreendimentos.

Casos notórios são também aqueles causados pela Vale no sudeste do Pará. A exploração do ouro no igarapé Bahia espalhou substâncias químicas na região por conta do uso de soda cáustica e cianeto para a separação do minério da rocha primária. Não muito distante, a empresa construiu uma barragem de contenção no igarapé Gelado para o barramento de rejeitos oriundos da exploração do minério de ferro na Serra de Carajás. Em 1992 esta barragem transbordou e inundou áreas de camponeses da região causando sérios prejuízos econômicos e ambientais. Desde então são ameaçados por outras inundações. Recentemente esta empresa tem causado danos aos assentados do Projeto de Assentamento Cinturão Verde, município de Marabá. Os serviços de prospecção efetivados pela empresa têm contaminado nascentes de águas e danificado estradas e cercas de arame dos camponeses. A Mineração Buritirama S/A, instalada dentro desse mesmo assentamento, vem contaminando as águas dos igarapés Bandeira e Grotão com a exploração do manganês. Trabalhadores têm reclamado que no período chuvoso os rejeitos provenientes da lavagem do minério têm alcançado os cursos d'água, impossibilitando o seu uso.

Em 2003, a mineradora Canico do Brasil, da Specific International Scientific Cooperation Activities (INCO), empresa canadense, proprietária dos direitos minerários do projeto de extração de níquel nas serras do Onça e do Puma, no município de Ourilândia do Norte, sul do Pará, expulsou 82 famílias através de compra ilegal dos lotes nos projetos de assentamentos Campos Altos e Tucumã, danificou reservas florestais, contaminou os igarapés e desestruturou a comunidade com os serviços de pesquisas. Em 2006, a Vale adquiriu o controle do projeto e continuou causando danos ambientais, econômicos e sociais, inviabilizando a vida de centenas de famílias assentadas que ainda resistem nos referidos assentamentos. Agora essa empresa pleiteia a expulsão de mais 93 famílias assentadas.

A direção nacional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem sido totalmente conivente com os desmandos da empresa e omissa no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores rurais.

As empresas de mineração na Amazônia são beneficiadas pela Lei Complementar nº 87, de 1996, também conhecida como Lei Kandir. Como elas exportam produtos considerados matérias-primas são isentas de pagar Impostos sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Os valores dos royalties ou da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) repassados pelas empresas aos municípios são extremamente baixos. Eles variam entre 1 e 3% do faturamento líquido. Como os cálculos são feitos pelas próprias empresas mineradoras, a União, o estado e os municípios são lesados. O município de Parauapebas (PA), após uma auditoria, identificou que foi lesado pela Vale em mais de 700 milhões, como a Vale não se propõe pagar, a reclamação está na justiça.¹⁴

Resistências

Em quase todas as regiões onde se desenvolvem trabalhos de extração e de transformação mineral pelas grandes empresas do ramo, com apoio quase que incondicional do Estado, os movimentos sociais têm demonstrado alguma reação. Os camponeses, sobretudo, têm implementado, embora que em âmbito local, diversas ações contrárias a esta lógica perversa do capital.

Na região Guajarina, proximidades de Belém, as comunidades quilombolas do Jambuaçu, no ano de 2006, após muitos dias de mobilização e protesto, derrubaram uma torre de transmissão de energia elétrica da Vale para que a empresa concordasse em negociar as compensações pelos danos ambientais, sociais e econômicos causados em seu território com a construção de um mineroduto que leva bauxita de Paragominas para Barcarena.

Na região de Carajás, em junho de 2003, os índios Xicrin com flechas e bordunas ocuparam as instalações do Projeto Sossego, da Vale, em Canaã dos Carajás, no sul do Pará. Eles exigiam a construção de uma estrada até a aldeia, escola e casas. Havia-

14. Em 1997, do faturamento de mais de 2 bilhões de dólares das empresas com a movimentação da bauxita extraída, em Oriximiná, e da produção de alumínio, em Barcarena, somente 30 milhões de dólares foram recolhidos aos cofres públicos, o que representa apenas 1,5% do faturamento. Em 2008, o recolhimento de 700 milhões de reais representou somente 1,44% do faturamento. Significa que nem os 2%, como manda a Lei que determina o valor da CFEM, para o caso da bauxita, está sendo cumprido.

se completado dez anos de promessas não cumpridas da empresa às aldeias Cateté e Djudjecô.¹⁵ Em outubro de 2006, os Xicrin ocuparam por mais de três dias a mina de ferro de Carajás na tentativa de obrigar a Vale a negociar valores referentes a direitos dos índios, em decorrência dos impactos sofridos pelo projeto Ferro Carajás. No final de 2007 e início de 2008, povos indígenas e trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e à Via Campesina fizeram várias manifestações com ocupações dos trilhos da Estrada de Ferro de Carajás administrada pela Vale. Essas ações culminaram com a criação do Movimento dos Trabalhadores na Mineração (garimpeiros) e o lançamento de um manifesto intitulado Manifesto da Mobilização dos Camponeses de Marabá.

Em setembro de 2008, no município de Ourilândia do Norte, mais de 200 trabalhadores rurais dos Projetos de Assentamento Tucumã e Campos Altos, interditaram, por três dias, uma estrada usada pela Vale, que dá acesso à área de mineração da Serra Onça, onde a empresa iniciou trabalhos para a extração de níquel. Os trabalhadores só deixaram o local depois que representantes da Companhia se dispuseram a discutir com a comunidade os problemas sociais e ambientais causados por ela.

No final de janeiro de 2009, em Juruti, oeste do Pará, trabalhadores atingidos pela extração e transformação de bauxita pela mineradora ALCOA iniciaram ferrenha luta pelos seus direitos. Uma manifestação que começou com 800 trabalhadores, terminou com 2.500. A manifestação que durou uma semana, resultou numa negociação entre os trabalhadores e o representante da empresa envolvendo órgãos estaduais e os ministérios públicos estadual e federal.

Se por um lado é possível perceber que os amazônidas e os movimentos sociais vêm tomando consciência dos impactos dos projetos de mineração, por outro, lideranças e suas organizações sofrem com o processo crescente de difamação, ameaças e criminalização, orquestrado pelas mineradoras, grupos políticos ligados a elas, os meios de comunicação e o Poder Judiciário. Devido a Prelazia do Xingu, através do seu bispo Dom Erwin Klauter, ter se colocado em defesa das comunidades indígenas e contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, o religioso vem sendo vítima

de uma campanha de difamação movida pelos meios de comunicação ligados à Vale e tem sido ameaçado de morte tendo, inclusive, que andar protegido por policiais militares. No sudeste do Pará, o advogado da CPT, José Batista Gonçalves Afonso, que atua na defesa dos trabalhadores e lideranças indiciadas ou processadas em decorrência de conflitos com a Vale, foi vítima de uma condenação pela Justiça Federal de Marabá, em junho de 2008. Ele foi condenado a uma pena de 2 anos e 5 meses de prisão sem direito à pena alternativa. Acredita-se que a pesada condenação imposta pelo juiz foi em razão da atuação do advogado em defesa dos trabalhadores e contra os interesses da Companhia. Nessa mesma região, em setembro de 2008, uma liderança do MST e duas lideranças do Movimento dos Trabalhadores na Mineração (garimpeiros) foram condenadas pelo mesmo juiz ao pagamento de uma multa de 5 milhões e 200 mil reais por elas terem participado de mobilizações que resultaram na interdição da Estrada de Ferro Carajás. Contrariando o que diz a própria Lei, o juiz atribui às três pessoas uma condenação que teria que ser aplicada a cada uma das quinhentas pessoas que participaram da interdição. A explicação do juiz é que eles eram lideranças e, por esta razão, deveriam ser condenados.

Considerações Finais

As características do capitalismo são as mesmas em qualquer parte do mundo: concentração dos meios de produção; desenvolvimento das forças produtivas; exploração da força de trabalho; acumulação da mais-valia por poucos; e geração de pobreza e miséria para a maioria.

Na Amazônia, a expansão da exploração mineral, como foi demonstrada, nada mais é do que a expansão do próprio capitalismo destruidor e perverso, que expropria e explora intensivamente a terra, as águas, as florestas e a força dos trabalhadores.

São projetos baseados no extrativismo, de curta duração, que não agregam riquezas para as localidades, mas desestruturam relações de trabalho, comunidades e desterritorializam pessoas num processo de estruturação de uma sociedade do caos: aglomerados populacionais com alto índice de desemprego, criminalidade, com péssimas condições de habitação, saneamento básico e educação.

15. O LIBERAL, Belém, 13/06/03.

O Estado, entreguista e arrecadador de migalhas na defesa do capital, coloca à disposição das corporações todo seu aparato jurídico e policial, para facilitar a implantação dos empreendimentos e seu funcionamento, ao mesmo tempo que reprime e reprime os movimentos sociais que venham a se opor a esta lógica.

É necessário e urgente fazer com que os bens naturais da Amazônia sejam colocados à disposição de seus povos e não para aumentar os lucros das grandes empresas. Os minérios, ao contrário do que vem acontecendo até o momento, devem gerar benefícios para as populações locais e diminuir as desigualdades e a pobreza. Não é justo e nem lícito que as empresas com direta participação do Estado continuem causando sérios prejuízos às comunidades camponesas e ao meio ambiente.

Não interessa para a sociedade amazônica a extração e transformação mineral, na forma de saque como está sendo feita, com a geração de crateras que jamais poderão ser recuperadas. Não interessa os rejeitos tóxicos, as matas devastadas, o solo e águas poluídas. Pelo contrário, torna-se um desafio a desconstrução do atual modelo imposto pelo capital e a construção de um modelo sustentável e racional de aproveitamento dos recursos minerais na Amazônia.

Bibliografia:

CRUZ NETO, Raimundo Gomes da. Impacto socioambiental da mineração na região de Carajás, Marabá: CEPASP, 2008.

CVRD e Diagonal. Diagnóstico Integrado em Socioeconomia para os empreendimentos da CVRD. 2006.

CORREIO DO TOCANTINS, Marabá, 10 a 12/01/2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). Informações e Análises da Economia Mineral Brasileira, 3ª edição, IBRAM, 2008.

_____. Indústria da Mineração, IBRAM, Ano III, nº. 20, 2008.

FÓRUM PARAENSE DE DESENVOLVIMENTO. 50 Anos de Mineração na Amazônia, Belém: Cejup, 2003.

O LIBERAL, Belém, 13/06/03.

SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos Minerais da Amazônia, 2002.

SCHMINK, Marianne and WOOD, Charles H. Contested Frontiers in Amazonia. New York: Columbia University Press, 1992.

Tabela 4: Conflitos por Terra

UF	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
DF	1	27					1	27
GO	14	599	10	680	14	725	38	2004
MS	10	801	6	235			16	1036
MT	13	1487	1	140			14	1627
Subtotal:	38	2914	17	1055	14	725	69	4694
AL	10	880	20	971	2	187	32	2038
BA	39	4131	28	4014	1	48	68	8193
CE	7	2020	4	410			11	2430
MA	71	4262	1	150			72	4412
PB	12	585	10	785	4	184	26	1554
PE	11	390	52	5940	3	360	66	6690
PI	21	888					21	888
RN	2	100	1	490			3	590
SE	3	57	3	490			6	547
Subtotal:	176	13313	119	13250	10	779	305	27342
AC	4	259			2	120	6	379
AM	6	613	1	200			7	813
AP	46	1343					46	1343
PA	80	7761	17	2267	4	275	101	10303
RO	15	885	3	150	1	100	19	1135
RR	8	5322	1	500			9	5822
TO	8	162	1	30			9	192
Subtotal:	167	16345	23	3147	7	495	197	19987
ES	5	650	2	62	1	150	8	862
MG	12	2046	10	607	1	160	23	2813
RJ	5	377	2	230			7	607
SP	15	1759	49	3022			64	4781
Subtotal:	37	4832	63	3921	2	310	102	9063
PR	23	2523	14	1596	2	56	39	4175
RS	17	2544	11	2000	5	390	33	4934
SC	1	60	5	590			6	650
Subtotal:	41	5127	30	4186	7	446	78	9759
Brasil:	459	42531	252	25559	40	2755	751	70845

Fonte: Setor de Documentação da CPT.

* Conflitos por terra referem-se às ocorrências de despejos, expulsões, ameaças de expulsões, bens destruídos e pistolagem.

Syngenta entrega área de transgênicos para o estado do Paraná

Após um longo processo de lutas dos camponeses contra o experimento ilegal com transgênicos, o local será transformado em um campo de sementes crioulas.

Foi assinada hoje, 14 de outubro de 2008, a escritura de doação da área de 127 hectares da transnacional de sementes Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste, para o estado do Paraná. A vitória só foi possível devido a luta e resistência dos camponeses, que permaneceram no local por três anos.

Na área doada funcionava o campo de experimentos ilegal de transgênicos da Syngenta e foi onde ocorreu o assassinato do militante da Via Campesina Valmir Mota de Oliveira, o Keno, há quase um ano (21 de outubro de 2007). Keno foi executado após a reocupação dos campos de experimentos pelos camponeses, quando 40 homens de uma milícia armada atacaram o acampamento e dispararam vários tiros.

De acordo com o governador do estado, Roberto Requião (PMDB), o local será administrado pela IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná), que irá produzir e multiplicar sementes crioulas para distribuir aos pequenos agricultores do Paraná. Desde a primeira tentativa de desapropriação da área, a

expectativa dos camponeses era de que no local fosse instalado um Centro de Referência de Sementes Crioulas.

O motivo para a ocupação da área foi o plantio ilegal de sementes transgênicas nas proximidades do Parque Nacional do Iguaçu, o que é vedado pela Lei de Biossegurança.

No mesmo mês da ocupação, a empresa foi multada pelo Ibama em R\$ 1 milhão em consequência deste crime ambiental.

A organização de direitos humanos Terra de Direitos, que elaborou a denúncia contra a multinacional, entende que apesar da doação, tantos os executores quanto os mandantes do ataque ao acampamento devem ser punidos. Apesar do inquérito policial ter concluído que os trabalhadores foram alvo de uma milícia armada, o Ministério Público local eximiu os representantes da empresa Syngenta e da Sociedade Rural do Oeste do Paraná de terem participação no ataque. "Infelizmente a acusação do MP recaiu sobre os trabalhadores, criminalizando as lideranças que foram inclusive ameaçadas de morte", afirma a assessoria jurídica da Terra de Direitos.

Terra de Direitos
Organização de Direitos Humanos



Foto: João Zinclar

Água

A Água em Conflito

Roberto Malvezzi (Gogó)

A questão

A velha cena das mulheres nordestinas carregando água na cabeça, ou das mulheres africanas ao redor de um poço, ou ainda as mulheres ribeirinhas caminhando para as beiras de rios para lavar suas roupas, pareciam cenas do atraso e do passado. O futuro sonhado é que todos pudessem ter a água ao pé de sua casa. A ONU afirma que quando a água está a mais de um quilômetro já é um problema.

Na região semi-árida brasileira a sociedade civil vem desenvolvendo, há mais de uma década, projetos de construção de cisternas para abastecimento humano. Hoje, aproximadamente 300 mil famílias se beneficiam dessa tecnologia, com a vantagem da água saudável, da proximidade da água, da poupança de esforços desumanos, da melhoria da saúde da família em geral, particularmente crianças e idosos.

No semi-árido temos ainda o avanço incipiente da captação da água de chuva para produzir. Ao redor de recipientes de 50 mil litros se desenvolvem pequenas hortas, com hortaliças, plantas medicinais e até pequenas áreas de feijão. Muitas vezes essa água é utilizada para saciar a sede de pequenos animais, como galinhas, cabras e porcos. Portanto, diante do cenário atual de uma pluviosidade que varia de 300 a 800 milímetros por ano, o semi-árido vai mostrando sua viabilidade também em termos de água. Os 70 mil açudes nordestinos, com capacidade de armazenar 36 bilhões de metros cúbicos de água, mudaram a face da região em relação ao que era no tempo de D. Pedro, onde toda água de chuva se perdia no mar ou por evaporação. Os períodos normalmente sem chuva transformavam a região praticamente num mundo sem água, embora a vegetação da caatinga sempre estivesse hibernada, aguardando a próxima chuva para reverdecer.

Essas tecnologias mais simples, como as cisternas, têm se multiplicado para outras regiões do país, como Pantanal e Rio Grande do Sul. Sinal de contradição. Também na América Central, países como Honduras e Haiti estão aprendendo e multiplicando a experiência do semi-árido brasileiro. A Articulação do Semi-árido Brasileiro (ASA) recebeu a visi-

ta de sete países africanos que vieram conhecer de perto essa solução simples, viável e que põe água para as famílias mais pobres e mais difusas por toda a região.

Enfim, toda problemática da água que parecia localizada em países tropicais, sobretudo nas Américas, África e Ásia, hoje se tornou um problema mundial. O uso desmensurado e injusto da água, sua apropriação privada por grupos particulares, multiplicam os conflitos em todo o mundo. Não só, áreas antes consideradas seguras hidricamente, agora sofrem também com um novo fator: a mudança climática provocada pelo aquecimento global. A água falta ou, repentinamente, caem chuvas torrenciais. Portanto, temos todos os ingredientes para aprofundar e acelerar os conflitos pela água: apropriação privada, contaminação, consequente exclusão de multidões, áreas com pouca disponibilidade hídrica, agora agravados pela mudança climática. Portanto, esse bem indispensável a todas as formas de vida, seja por distribuição natural desigual, seja por poluição, seja por apropriação privada, seja pelas modificações causadas pelas mudanças climáticas, passa a ser fator de conflitos crescentes e cada vez mais violentos. Quando esses conflitos transpõem fronteiras, podem levar países a guerras.

Brasil em Conflito

Segundo o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Brasil detém 13,8% das águas doces mundiais. Entretanto, especialistas no setor costumam esclarecer que há uma distribuição muito desigual das águas no território brasileiro: a região Norte teria aproximadamente 68,5%, o Centro-Oeste 15,7%; o Sudeste 6%; o Sul 6,5% e o Nordeste 3,3%. Diante desse mapa, facilmente se induz a crer que a desigualdade na distribuição natural se coloca como um problema. Não é assim. O fato de deter 3,3% das águas não faz com que o Nordeste esteja em nível insuficiente de água para abastecer seu povo. A região mais pobre de água do Brasil é o sertão pernambucano, vale do São Francisco, com uma disponibilidade média de 1.270 metros cúbicos por pessoa/ano. Dentro dos limites de suficiente. O problema do Nordeste, após a construção de 70 mil açudes que armazenam 37 bilhões de metros cúbicos de água, está na sua distribuição. Essa água é

suficiente para as demandas domésticas. Daí a reivindicação das adutoras que cumpram esse papel distributivo. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), 530 obras seriam suficientes para atingir aproximadamente 1.300 municípios, oferecendo segurança hídrica a 34 milhões de nordestinos que vivem no meio urbano.

Agora o cenário se agrava com o aquecimento global. O problema sempre foi mais de evaporação que de precipitação. Com o aquecimento, a evapotranspiração tende a se agravar. Por isso, um estudo da Embrapa Semi-árido, diante dos vários cenários possíveis, fala em provável diminuição no regime das chuvas e o mesmo no volume de água do São Francisco. Com a intensificação do calor tende a aumentar a evaporação. Portanto, se o problema até hoje foi particularmente no manejo da água disponível, agora também se agravará sua disponibilidade. Poderemos ir de cenários mais brandos até à intensa desertificação do semi-árido. O que era um desafio regional, agora é global. As soluções para o semi-árido agora fazem parte de um desafio planetário, não dependem mais só do seu povo.

Acontece que o problema da água estendeu-se por todo o território nacional. A seca que se abateu sobre a Amazônia, as secas periódicas que têm se abatido sobre a região Sul, alternadas com grandes enchentes como em Santa Catarina, a diminuição das águas do Pantanal, são fenômenos que tornam problemático o acesso à água para seus diversos usos em todo o Brasil. É preciso lembrar que parte das águas amazônicas tem sua origem nas geleiras dos Andes. O derretimento das geleiras irá impactar também o volume de águas da região. Ainda na perspectiva do aquecimento global, a provável savanização de grande parte da região será fatal em termos de disponibilidade hídrica.

Somado aos efeitos nefastos das mudanças climáticas, está o apoderamento privado das águas brasileiras. Os conflitos se estendem por todo o Brasil.

Os Conflitos em números

A garimpagem e sistematização de dados realizadas pela CPT – ainda bastante tímidas -, têm ao menos a virtude de mostrar que os conflitos pela água se espalham por todo o território nacional. A CPT registrou, em 2008, 46 conflitos por água, atingindo 27.156 famílias. Bem menos que os 87 conflitos

registrados em 2007. Os conflitos se espalham por 18 estados brasileiros, em todas as nossas grandes regiões. A Bahia lidera o número de conflitos com sete casos. Entretanto, em nenhuma outra região eles se mostram tão graves como no vale do São Francisco, onde se concentraram nove dos 46 conflitos. Em 2007, a região do vale já liderara os conflitos por água.

A disputa em torno das águas do Velho Chico continua sendo emblemática contra a destruição, privatização e mercantilização de nossas águas. Se somarmos aos conflitos do São Francisco, os conflitos do Nordeste Setentrional por onde vão passar as águas transpostas – oito conflitos -, então a disputa por essas águas revela todo seu potencial: 17, ou seja, 36,95% de todos os conflitos brasileiros registrados pela CPT. Obviamente, com tantos conflitos, ocorreram 45 manifestações populares relacionadas à questão no território nacional, envolvendo 31.788 famílias.

Esses números ilustram a discrepância entre o discurso oficial e a realidade conflituosa de tantos projetos que envolvem o uso da água. Para os defensores da transposição, por exemplo, ela “é uma obra que beneficia milhões de pessoas e não prejudica ninguém”. Se assim fosse, não teríamos tantos conflitos ao longo do vale do São Francisco.

Porém, é interessante citar a causa geradora de 34 conflitos, ou seja, 75% do total: barragens e açudes.

A construção de barragens está espalhada em todo o território nacional, sempre de forma conflituosa. Desde a construção da barragem de Sobradinho, na década de 70, imediatamente seguida por Itaipu, a política energética brasileira pôs-se a serviço das hidroelétricas. Foi a decisão política e obreira dos militares. Para alguns, o problema do Brasil é “a ditadura de algumas fontes energéticas”, mesmo o país tendo várias fontes que poderiam formar um mixer monumental. Por detrás estão os interesses da indústria eletro-intensiva: o cimento, a produção de aço, a produção de ferro-liga (ligas à base de ferro), a produção dos metais não-ferrosos (principalmente, o alumínio primário), a produção química e, finalmente, o setor de papel e celulose¹. Esses setores consomem 30% da energia brasileira. Todos, praticamente, voltados para exportação.

O plano decenal de energia aponta principalmente na direção de mais hidroelétricas e termoeletricas,

1. Célio Bermann: Entrevista ao Instituto Humanitas On-line.

sem falar na atômica. É o Brasil correndo para o passado, na direção das energias sujas. Significa que os conflitos por água causados pelas barragens tendem a aumentar à medida que as obras avançam. É a ditadura energética das corporações técnicas e empresas vinculadas às empreiteiras e ao setor do petróleo.

A Política Privatizante

Sempre cabe a discussão sobre o caráter da água como um bem público. As águas brasileiras, constitucionalmente, não podem ser privatizadas. Então, privatiza-se seu uso. Do ponto de vista do acesso das populações, o resultado é igual. Cercar praias, mangues, barragens, açudes, canais, poços e espelhos d'água não deveria ser permitido. Constitucionalmente não o é. Porém, na prática, a privatização e mercantilização da água já acontecem. A transposição de águas do São Francisco, como temos repetido exaustivamente, se consumada, será a criação do maior mercado de águas do Brasil, quiçá do mundo.

A privatização da água avança também com novas legislações sobre a água. O decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003, dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de Aquicultura. Quando os pescadores artesanais esperavam do atual governo um apoio incondicional, o governo emitiu um

decreto privatizando espaços de água onde antes eles podiam circular livremente. A aquicultura é um foco poderoso de privatização de mangues, praias e mesmo de espelhos d'água interiores. Aqui também está uma outra fonte de conflito.

O Futuro

Se hoje 1,2 bilhão de pessoas não têm segurança hídrica biológica, se 2,6 bilhões não têm saneamento, se já existem guerras pelo mundo em torno da água, o Brasil não está favorecendo a cultura da água para a paz. Pelo contrário, para o negócio. A renitente política de não reconhecer a água como direito humano, reiterada no último Fórum Mundial da Água, nos dá de forma segura os rumos das águas brasileiras.

Novos e poderosos conflitos deverão surgir. Uma política integral de água, ambientalmente sustentável, não pode focar apenas o consumo humano, mas todos os usos da água, particularmente o econômico. Aí é que mora o conflito. O uso econômico pressupõe o uso privado, através das outorgas, com graves danos ambientais e impactos sociais nas comunidades que dependem diretamente da água. Os donos do capital sabem. O governo também. Mais que nunca, os setores que pensam uma cultura de paz, de defesa da comunidade da vida, terão que reiterar seus esforços para que a água permaneça como um bem público, patrimônio da humanidade e de todos os seres vivos.

Tabela 5: Conflitos pela Água

UF	Conflitos pela Água	Famílias
DF		
GO	2	1735
MS		
MT		
Subtotal:	2	1735
AL		
BA	7	1964
CE	6	1433
MA	1	1600
PB	2	940
PE	2	1800
PI	1	300
RN	2	146
SE		
Subtotal:	21	8183
AC		
AM	1	
AP	2	20
PA	1	92
RO	2	3420
RR		
TO	5	96
Subtotal:	11	3628
ES		
MG	6	3552
RJ	2	9200
SP	1	558
Subtotal:	9	13310
PR	1	200
RS	2	100
SC		
Subtotal:	3	300
Brasil:	46	27156

Fonte: Setor de Documentação da CPT.

Povos indígenas se revoltam contra a construção de hidrelétricas

“Quer fazer barragem, nós estamos indo pra brigar mesmo”. Este é o depoimento do líder indígena Ireô sobre o episódio em Altamira, no Pará, quando o engenheiro da Eletrobrás, responsável pela implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ficou ferido no ritual de indígenas que se revoltaram com sua palestra no encontro Xingu Vivo para Sempre, no dia 20 de maio de 2008. Sistemáticamente os estudos e relatórios de impacto ambiental feitos para a construção de usinas têm desconsiderado a existência de povos indígenas nas áreas de inundação. Isso aconteceu na Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, em Goiás, na Usina Hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia, e na maioria das usinas construídas na região Norte do país. A violação dos povos indígenas é histórica, no entanto, a reação dos indígenas em Altamira e o depoimento do líder Ireô são sinais de que os interesses das empresas que querem construir as barragens na Amazônia serão interrompidos e que a construção de barragens viola o que é de mais sagrado entre estes povos, o território.

Em nota, a coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) manifestou solidariedade em defesa da vida e do rio Xingu e afirmou que, “historicamente este tipo de projeto tem beneficiado a acumulação de riqueza para grandes grupos econômicos nacionais e principalmente internacionais, a exemplo do que vem ocorrendo com outros projetos de barragens na região Amazônica”. Desde 1989 as comunidades indígenas, movimentos populares e sociais já alertavam

para os problemas que o projeto acarretaria na região, sobretudo para as comunidades de povos originários. Passados quase 20 anos, o projeto não mudou nada de sua origem, apenas sofreu uma “Revisão dos Estudos de Inventário do rio Xingu”, conforme denuncia o Ministério Público Federal.

No Mato Grosso, índios das etnias enawené-nawê, rikbaktsa, cinta larga, arara, mynky, irantxe, kayabí, apiaká e munduruku bloquearam uma rodovia e exigiram a retirada das Centrais Hidrelétricas da cidade de Aripuanã, instalada no rio Juruena. Eles também cobraram melhorias nas condições de saúde das tribos. Em uma audiência pública sobre os impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, realizada em maio, no Senado Federal, em Brasília, uma centena de indígenas presentes questionaram o fato do Consórcio Ceste – responsável pelo projeto - não os ter consultado sobre a obra e a ausência de referência a eles nos estudos de impacto. “Dizem que nós não existimos por lá. Se eu não existisse, não estava aqui”, afirmou Gercília Krahô. Ela também lembrou que a energia a ser gerada pela hidrelétrica não será destinada para as comunidades indígenas e ribeirinhas. A Usina Hidrelétrica de Estreito está sendo construída no rio Tocantins, na divisa do Tocantins com o Maranhão. Já quanto aos povos atingidos pelas usinas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, segundo o Estudo de Impacto Ambiental das duas obras, 1.089 indígenas de sete tribos serão afetados. (Fonte: MAB Nacional)



Foto: Kay Chernush - Free The Slaves / Arquivo CPT

Trabalho

Trabalho escravo: o carvão, o etanol, o gado

Leonardo Sakamoto

Coordenador da ONG Repórter Brasil, é jornalista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e membro da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

Em 2008, 5.266 trabalhadores foram libertados pelo Estado brasileiro, de acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra. O número não foi maior que os 5.973 registrados em 2007, maior marca até hoje. Mas o ano que passou conheceu o recorde no número de operações – 154 – superior às 116 ações de fiscalização de 2007. De 1995, quando o sistema federal de combate à escravidão foi criado, até dezembro de 2008, 33.774 pessoas foram retiradas dessas condições por grupos formados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal ou Polícia Rodoviária Federal.

Em números absolutos, o setor sucroalcooleiro liderou o ranking de libertações, com 2.553 trabalhadores (48% do total), seguido pela pecuária bovina, com 1.029 (20%) pessoas. Contudo, de acordo com a CPT, a pecuária continua em primeiro lugar no número de empregadores flagrados cometendo esse crime: a Comissão contabilizou 88 casos de escravidão fiscalizados em área de criação de bovinos (41% do total) em 2008. Na cana, foram 18 casos (8%). O carvão está em segundo, com 39 casos fiscalizados (18%).

Considerando que trabalho escravo é usado para garantir competitividade a produtores criminosos, a sua adoção representa, na prática, concorrência desleal com relação àqueles que operam legalmente. Contudo, muitas entidades de classe, como a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) têm defendido envolvidos no crime, ignorando uma ação comercial lógica, que seria retirá-los do grupo ou suspendê-los enquanto apresentassem pendências, para evitar uma contaminação da imagem da entidade e do setor e, conseqüentemente, perdas econômicas. Na verdade, o que é preservado com essa defesa não é um interesse comercial particular, mas algo mais profundo: a classe social dos proprietários rurais.

Apesar de serem poucos os empreendimentos que usam trabalho escravo, são muitos os que empregam sem os direitos garantidos por lei ou que superexploram a força de trabalho, gerando lucros ou facilitando a competição. Por isso, da mesma forma que o combate à escravidão contemporânea tem sido ponta-de-lança para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais (ele pressionou pela ampliação da estrutura de inspeção do trabalho e de punição de infratores, o que é útil a toda a sociedade, por exemplo), a defesa dos empresários que utilizam esse expediente tem servido de bandeira para a manutenção do *status quo* no campo.¹

Um caso emblemático é o da proposta de emenda constitucional número 438/2001 que prevê o confisco de terras em que trabalho escravo contemporâneo for encontrado, ou seja, uma medida civilizatória para dizer o mínimo. Aprovada em dois turnos no Senado e um na Câmara dos Deputados, não há previsão para que ela seja aprovada devido à pressão de representantes do setor agropecuário no Congresso, a chamada “bancada ruralista”. Anteriormente à votação no plenário, ao passar pelas comissões na Câmara, a proposta recebeu severos ataques, tendo à frente os então deputados Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Kátia Abreu (DEM-TO).

Por mais que a proporção de empregadores que utilizam trabalho escravo contemporâneo seja pequena diante do universo de produtores rurais, há representantes políticos contrários à proposta. Pois, para eles, o que está em jogo é a propriedade da terra, considerada inviolável por parte dos seus representados - os proprietários rurais. A sua manutenção e concentração é condição fundamental para possibilitar o negócio agropecuário, pois, além de ser capital, é o locus onde se produz riqueza através do trabalho. A PEC do Trabalho Escravo é, pelo ponto de vista de membros da classe ruralista, um risco à sua própria existência e, portanto, lutar contra a sua aprovação representa mais do que manter a exploração de formas não-contratuais de trabalho. Só assim, no campo simbólico, é que se pode compreender a importância do trâmite dessa proposta por ambos os lados da questão.

1. A discussão sobre política e trabalho escravo presente neste artigo foi retirada da tese de doutorado em Ciência Política do autor (Os Acionistas da Casa-grande - A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007).

Nesse sentido, o deputado Caiado, em uma entrevista para o jornal *Correio Braziliense* em março de 2009, deu uma declaração bastante esclarecedora ao criticar a PEC: “Podemos até decretar prisão perpétua nesses casos, mas não podemos colocar em risco o direito de propriedade.”

Para entender como o trabalho escravo se relaciona com a economia, foram separados três casos nos três principais ramos de atividades com incidência desse crime. Não é uma análise ampla da atividade, mas sim alguns fatos para ajudar a entender a dimensão do problema.

Cana-de-açúcar

“Vira e mexe, nós estamos vendo eles falarem do trabalho escravo no Brasil, sem lembrar que o desenvolvimento deles, à base do carvão, o trabalho era muito mais penoso do que o trabalho na cana-de-açúcar.” A declaração foi dada pelo presidente Lula, em março de 2008, durante uma visita a uma unidade da Embrapa. Ele se referia às primeiras etapas da revolução industrial europeia, ocorridas no século 19, e na qual trabalhadores, adultos e crianças, eram tratados como animais, para refutar as críticas externas ao etanol brasileiro.

O serviço naquela época até pode ter sido mais penoso que o atual. Mas não deixa de ser triste comparar a situação do Brasil de hoje com a da Europa de 200 anos atrás para reduzir a gravidade das violações de direitos humanos que ocorrem no campo. Ou seja, aqui é ruim hoje, mas aí era pior há dois séculos. Dizer isso é assumir as coisas como são e ponto final.

O etanol brasileiro se tornou vedete internacional e os usineiros “heróis”, nas palavras do presidente da República. A declaração acima e aquela sobre os heróis-usineiros não foram as únicas equivocadas do presidente sobre o tema. Em 2007, ele disse que não havia trabalho escravo na cana ou cana na região amazônica. Poucos dias depois, o grupo móvel de fiscalização fez uma libertação de 1.064 pessoas na fazenda e usina Pagrisa, em Ulianópolis, Pará. Como o interesse pela ampliação da produção e a busca por novas áreas cresceu e, com isso, a exploração do trabalhador, heróis deveriam ser chamados os trabalhadores rurais, que são os responsáveis por esse “milagre verde” do etanol, e os auditores, procuradores e policiais que os libertam.

Há muita gente lá fora querendo o fracasso comercial do Brasil e usando a justificativa social para erguer barreiras? É claro, sem dúvidas. Mas o Brasil, que é um dos únicos que reconhece o problema e faz a lição de casa pode mostrar o que está fazendo e cobrar o mesmo dos outros.

O governo brasileiro criou em 1995 um sistema de combate à escravidão que é considerado referência mundial pela Organização Internacional do Trabalho. Indenizações milionárias são sentenciadas na Justiça, restrições comerciais e financeiras impostas. O atual governo elevou a qualidade do combate ao trabalho escravo e criou um instrumento de combate reconhecido internacionalmente, a “lista suja” do trabalho escravo, um cadastro com os dados dos empregadores flagrados cometendo esse crime e que é usado para corte de crédito e boicote comercial. Por isso mesmo, surpreende o presidente não utilizar essas informações em seus discursos, mas, pelo contrário, rebater as críticas de forma tão superficial. E reclamar daqueles que mostram a verdade com medo de que vá haver “repercussão lá fora”.

Muitas vezes esse é o único expediente que funciona. Por exemplo, quando uma empresa no Brasil se nega a adotar o trabalho decente como diretriz ou a cortar relações comerciais com quem usa escravos, uma das saídas é apelar para o exterior. Isso funcionou com multinacionais que atuam no Brasil, por exemplo. Pode não ter melhorado nossa balança comercial, mas há indícios de que melhorou a vida de pessoas. Que é o que importa, no final das contas.

Se o Brasil quer ser referência internacional do comércio poderia começar garantindo que seus produtos são socialmente e ambientalmente responsáveis - um diferencial neste mundo de cadeias produtivas problemáticas.

Os relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que os empregadores envolvidos nesse tipo de exploração não são pequenos sítios isolados economicamente do restante da sociedade, mas, na maioria das vezes, grandes proprietários rurais, muitos deles produzindo com tecnologia de ponta. Pesquisas da ONG Repórter Brasil apontam que esses produtores fornecem commodities para grandes indústrias e ao comércio nacional e internacional.

Por exemplo, em 13 de novembro de 2007, o governo federal resgatou 1.011 trabalhadores, a maior

parte deles indígenas, em condições degradantes de serviço na fazenda e usina de cana-de-açúcar Debrasa, unidade da Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (CBAA), pertencente ao grupo, em Brasilândia (MS). A empresa alegou que os problemas encontrados nas condições de alojamento haviam sido corrigidos, reclamou da atuação da mídia no caso, acusou a operação de fiscalização de buscar o espetáculo e disse que a empresa era a maior empregadora de mão-de-obra indígena do Mato Grosso do Sul.

Quase sete meses depois, entre os dias 03 e 14 de junho de 2008, 55 trabalhadores foram resgatados no município de Icém (SP) na Usina Agrisul, que faz parte da CBAA. Auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego constataram servidão por dívida. Diligência autorizada pela Justiça encontrou documentos pessoais de trabalhadores que atuavam na Agrisul retidos numa mercearia da região. De acordo com o governo, o grupo resgatado foi vítima de aliciamento ilegal por empresas terceirizadas. Foram transportados de forma clandestina do Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais, para as proximidades da usina. Vieram para trabalhar no corte de cana-de-açúcar em abril e arregimentados por um intermediário de mão-de-obra, funcionário de uma das subcontratadas da Agrisul. No início da empreitada, conforme relatos obtidos pela fiscalização, os trabalhadores foram submetidos a condições degradantes: dormiram no chão e passaram fome.

A empresa disse que repudiava a prática de trabalho escravo e que desconhecia que parte de seus trabalhadores estava presa a dívidas em estabelecimentos comerciais nos quais realizavam compras de mantimentos. Segundo a CBAA, ela não possuía relacionamentos com essas mercearias.

Por causa disso, o Grupo José Pessoa, proprietário das empresas envolvidas, teve que sair do Conselho do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e foi excluído do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que reúne empresas que se dispuseram a implantar ações para combater esse crime.

Por fim, o grupo chegou a figurar na “lista suja” do trabalho escravo em 2008, através da libertação na Agrisul, tendo saído por decisão judicial – da qual o Ministério do Trabalho e Emprego está recorrendo.

Gado

Apesar das restrições europeias de compra de carne devido à febre aftosa, nosso verdadeiro calcanhar de Aquiles não é a questão de saúde animal, mas os impactos negativos gerados pela expansão pecuária sobre o meio ambiente e populações tradicionais. Sem esquecer da exploração ilegal de trabalhadores. Problemas como desmatamento, trabalho escravo, contaminação química de rios, deslocamento forçado de posseiros e populações indígenas e grilagem de terras rondam a produção bovina em áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Com base nas pesquisas de cadeia produtiva da Repórter Brasil, dá para elencar dezenas de casos em que frigoríficos exportadores brasileiros compraram carne de fazendas que utilizaram mão-de-obra escrava nos últimos anos e passaram pela “lista suja”.

Há frigoríficos que estão tomando medidas para tentar garantir uma carne livre de trabalho escravo. Mas há aqueles frigoríficos que nem aceitam sentar para conversar. Depois, ao perderem mercado, culpam importadores estrangeiros, ONGs, governos. Mas nunca sua própria incapacidade de agir corretamente. Perdem clientes quando têm uma oportunidade de ganhar compradores exigentes - e que, por isso, estão dispostos a pagar mais por um produto limpo ambiental e socialmente.

A fazenda Bonsucesso, do pecuarista Gilberto Andrade, foi palco de uma libertação de 35 escravos em fevereiro de 2008. De acordo com os coordenadores da ação, que contou com a participação do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e Polícia Rodoviária Federal, os peões foram contratados para o roço da juquirá (limpeza do pasto) e dormiam no curral, junto com o estrume dos animais. Não recebiam nada pelo serviço desde dezembro e, de carne, lhes era dado apenas restos, como pulmões e tetas de vaca. Um dos trabalhadores acusa o patrão de ter queimado seu rosto, tronco e braços com um ferro de marcar gado.

Andrade, acusado de ter torturado o trabalhador, foi condenado pela Justiça Federal no Maranhão a 14 anos de prisão pelos crimes de trabalho escravo, ocultação de cadáver e aliciamento de trabalhadores. De acordo com o Ministério Público Federal, responsável pela ação, a condenação se deve a uma libertação de 19 escravos ocorrida em uma de suas

propriedades anos atrás. A decisão saiu no final de abril de 2008. Mas enquanto recorria da sentença em liberdade, ele foi preso no início de maio e encaminhado à Penitenciária de Pedrinhas por causa de três pedidos de prisão preventiva solicitados pelo MPF e gerados por reincidências nesse crime.

Para quem tem a impressão - correta - de que a Justiça no Brasil tem dois pesos e duas medidas, um tratamento para os ricos e outro para os pobres, a condenação é um alento.

Gilberto Andrade é figurinha repetida entre aqueles que desrespeitam os direitos humanos. A libertação que originou essa condenação é apenas uma das muitas operações já realizadas pelo grupo móvel de fiscalização em suas fazendas Boa Fé, Caru, Bonsucesso e Baixa Verde, localizadas entre o Maranhão e o Pará. Ele já foi fiscalizado por denúncias de trabalho escravo em maio de 1998, setembro de 1999, novembro de 2004, maio de 2005 e fevereiro de 2008.

Ainda segundo denúncia do Ministério Público Federal do Maranhão, foram localizados cadáveres enterrados nas fazendas do réu, que teria conhecimento do fato. Devido à dificuldade de identificação das ossadas, os crimes ainda estão sendo investigados.

Gilberto Andrade, além dos 14 anos de cadeia, vai ter que pagar uma multa de 7,2 mil salários mínimos, no valor vigente à época dos crimes. De acordo com a sentença, ele terá de cumprir a pena na cadeia. Vale lembrar que o primeiro condenado por trabalho escravo no Brasil, o finado Antônio Barbosa de Melo, da fazenda Alvorada Araguari, no Pará, teve sua pena convertida em doação de cestas básicas.

Parte do gado segue, por navio, para ser abatida em outros países, como a Venezuela e nações do Oriente Médio, com destaque para Líbano e Egito. Parte é abatida em indústrias da região e vai para consumo interno ou externo (lembrando que o sul do Pará é área livre de febre aftosa mediante vacinação desde o ano passado, o que aumentou o tamanho do mercado estrangeiro) de carne e couro.

Um exemplo de frigorífico flagrado abatendo gado de fazendas da "lista suja" é o Quatro Marcos. Em 2008, de acordo com informações divulgadas pela própria empresa, o grupo era o quarto maior do país

em números de abates, e contava com sete unidades frigoríficas, dois curtumes e três centrais de distribuição. As vendas de carne representavam 85% dos negócios, enquanto o comércio de couro responde por 10%. Um terço da receita do Quatro Marcos vem de exportações. A empresa fornecia carne bovina para o varejo paulistano, produtos para outros frigoríficos, além de sebo para indústrias de biodiesel - combustível adicionado ao diesel e distribuído em postos de gasolina de todo o país. Devido a diversos problemas enfrentados pela empresa, as atividades foram drasticamente reduzidas.

O Quatro Marcos apresentava graves problemas não apenas em sua cadeia de fornecedores, mas também em suas atividades internas. Exemplo é a própria situação de pelo menos três das oito plantas industriais que a empresa tem espalhadas em seis municípios do Mato Grosso. A unidade localizada em Juara, no bioma amazônico, teve suas atividades embargadas pelo Ibama em junho de 2008 por operar sem licença ambiental. O Ministério Público Estadual também acionou judicialmente o Quatro Marcos por descartar os resíduos orgânicos dos 500 abates de bovinos realizados diariamente no frigorífico, de forma totalmente irregular e sem qualquer tipo de tratamento, em áreas de preservação permanente próximas a assentamentos rurais do município.

A empresa também coleciona escândalos na esfera trabalhista. O caso mais grave aconteceu em fevereiro de 2008, quando um mecânico perdeu a vida após ser eletrocutado, cair e fraturar a coluna cervical na unidade industrial de Alta Floresta, também no bioma amazônico. Em dezembro de 2007, o Quatro Marcos havia firmado um acordo com o Ministério Público do Trabalho comprometendo-se a melhorar as condições a que estavam submetidos seus funcionários nas fábricas do Mato Grosso.

A iniciativa ocorreu depois que a planta industrial do grupo localizada em Vila Rica, município da Amazônia Legal, foi interdita em dezembro de 2007 por uma decisão da Justiça por conta de um vazamento de gás que intoxicou 14 pessoas, mas que felizmente não fez vítimas fatais. Ao longo do ano passado, outros três episódios exatamente iguais já haviam ocorrido no mesmo local.

Na lista dos 100 maiores desmatadores da Amazônia, divulgada no final de setembro de 2008 pelo Ministério do Meio Ambiente, a pecuarista Rosana Sorge Xavier, cuja família administra o

frigorífico Quatro Marcos, figurava em nono lugar no ranking. Seu nome aparece duas vezes na relação. No total, ela devastou ilegalmente 12.640 hectares de floresta, o que lhe rendeu uma multa de aproximadamente R\$ 48 milhões.

Essa não foi a primeira vez que os donos do Quatro Marcos deram as caras em uma lista oficial do governo por problemas do gênero. A fazenda Santa Luiza, localizada em Nova Bandeirantes (MT), e que pertence à mesma família, já integrou ela própria a “lista suja” do trabalho escravo.

Por fim, o frigorífico também adquiriu gado bovino de Antenor Duarte do Valle. Ele se encontrava na “lista suja” por reduzir 188 trabalhadores a condições análogas às de escravos em sua fazenda Nova Maringá, no município de Comodoro (MT).

Carvão vegetal

A produção de carvão vegetal² é, certamente, uma das atividades mais insalubres e perigosas a que um ser humano pode se dedicar, por conta das altíssimas temperaturas dos fornos que queimam os pedaços de madeira.

Porém, os trabalhadores da fazenda Santa Tereziinha, pertencente à A.S. Carvão e Logística, em Nova Ubiratã (MT), não tinham equipamentos básicos de proteção individual, como botas e luvas.

Além disso, as instalações proporcionadas pelos empregadores eram precárias. De acordo com os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, que participaram da libertação dos trabalhadores, os empregados da empresa dormiam em locais sem condição de alojar seres humanos, sem ventilação e iluminação. O local onde ficava instalada a cozinha estava infestado de moscas, comprometendo a qualidade dos alimentos e a saúde dos carvoeiros.

A A.S. Carvão e Logística entrou na “lista suja” entre dezembro de 2006 e 22 de janeiro de 2009, quando foi excluída por uma liminar obtida na justiça. O Ministério do Trabalho e Emprego junto com a Advocacia Geral da União estão recorrendo para devolver esse empregador à lista.

A Metalsider manteve relações comerciais com a empresa. Essa siderúrgica, localizada em Minas Gerais, tem capacidade para produzir até 360 mil toneladas de ferro-gusa por ano, principal matéria-

prima do aço. Fornece para a indústria automotiva instalada no Brasil e exporta para os Estados Unidos e países da Ásia.

Dentre os clientes da Metalsider, aparece a Teksid, pertencente ao grupo Fiat, também em Minas Gerais. Ela fabrica peças de ferro fundido, como blocos de motor e discos de freio, que abastecem as principais montadoras de veículos instaladas no país. Uma parte considerável também é exportada: cerca de 30% das 300 mil toneladas produzidas por ano são vendidas para Argentina, Estados Unidos e Europa.

Procurada pela pesquisa em 2008, a direção da Metalsider forneceu as seguintes explicações: “Com relação à empresa A. S. Carvão e Logística fomos informados que a mesma firmou Termo de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público, já cumprido, e que por isso, a manutenção do nome desta empresa em Lista Suja é um equívoco que está sendo solucionado pela mesma. Desta forma, aguardamos posicionamento desta empresa, inclusive para que exclua o nome daquela lista, sob pena de não mais efetivarmos transações comerciais”.

O Termo de Ajustamento de Conduta é um acordo feito com o Ministério Público para garantir que a empresa não incorra novamente nas mesmas infrações, e pode prever indenização aos trabalhadores ou à sociedade. Ou seja, mesmo com um TAC firmado, empregadores podem ser inseridos no cadastro, que é instrumento do Poder Executivo para o combate ao trabalho escravo. Uma vez incluída na relação, a pessoa física ou jurídica só tem seus dados retirados depois de dois anos. Isso se ela quitar todas as pendências trabalhistas e previdenciárias, além de não cometer novamente nenhuma irregularidade e passar por monitoramento do poder público.

A Metalsider também foi procurada pela imprensa em outubro de 2008 e afirmou possuir centenas de fornecedores. A empresa disse que seria “inviável” manter um funcionário em cada um deles para analisar as condições de trabalho. Ressaltou ainda que fazem visitas e alertas frequentes a seus fornecedores. E mesmo estando ciente da situação do seu fornecedor, a Metalsider não confirmou ter deixado de consumir matéria-prima da A.S.

2. Em outubro, a Repórter Brasil e a Papel Social Comunicação lançamos o estudo “Quem se beneficia com a destruição da floresta”, que mostra quem está consumindo a Amazônia e sua gente. O caso do frigorífico Quatro Marcos e o da A.S. Carvão e Logística foram retirados dele, que pode ser baixado na internet no endereço: http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/conexoes_sustentaveis.pdf

A Repórter Brasil identificou uma rede de 300 empresas nacionais e estrangeiras pela qual fluíam produtos de fazendas da “lista suja” do trabalho escravo apenas em 2007, mostrando que os atores envolvidos são grandes e relevantes. Mediante isso, aumentar a pressão social sobre o estado é fundamental para que os assuntos de interesse dos trabalhadores não sejam esquecidos frente às necessidades do capital.

Nesse sentido, o ano de 2008 conheceu o fortalecimento das articulações políticas pela aprovação da PEC 438/2001. Foi criada a Frente Nacional contra o Trabalho Escravo e pela Aprovação da PEC do Trabalho Escravo, reunindo organizações da socie-

dade civil e internacionais, instituições públicas e empresariais, e políticos. No dia 12 de março, após um evento que contou com a participação de lideranças sindicais, políticas e sociais, cerca de mil pessoas fizeram um abraço simbólico ao Congresso Nacional.

Mas a caminhada é longa. Pois, vale sempre lembrar, o que está em jogo não é apenas o trabalho escravo, mas o modelo de desenvolvimento adotado. Ou seja, a luta contra a escravidão contemporânea é uma luta pelo futuro do país.

* Colaborou Carlos Juliano Barros

Tabela 6: Conflitos Trabalhistas

UF	Trabalho Escravo				Superexploração				Desrespeito Trabalhista		Total UF		Ações de Resistência	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatados	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Ocorrências	Pessoas
DF														
GO	6	867	867		1	618					7	1485	7	1920
MS	14	245	236	3					1	1	15	246		
MT	33	608	581	4	2	16			1	8	36	632		
Subtotal:	53	1720	1684	7	3	634	0	0	2	9	58	2363	7	1920
AL	3	656	656								3	656	3	300
BA	6	106	106								6	106	1	400
CE	2	193	192		1	1					3	194	1	
MA	27	885	99	3	1	16					28	901		
PB											0	0		
PE	3	309	309		2	220	68	1			5	529		
PI	8	154	129	26							8	154		
RN	1	7	7								1	7		
SE											0	0		
Subtotal:	50	2310	1498	29	4	237	68	1	0	0	54	2547	5	700
AC											0	0		
AM	7	85	85								7	85		
AP											0	0		
PA	106	1534	811	43	37	460					143	1994		
RO	2	28	28								2	28		
RR											0	0		
TO	16	238	78	4	26	163	35				42	401		
Subtotal:	131	1885	1002	47	63	623	35	0	0	0	194	2508	0	0
ES	2	89	89								2	89		
MG	13	229	229	2	1	20	20		2	202	16	451		
RJ	2	57	57	1	1	240					3	297	2	480
SP	7	180	180		4	97	97		10	2099	21	2376	7	1100
Subtotal:	24	555	555	3	6	357	117	0	12	2301	42	3213	9	1580
PR	13	391	391		1	1200					14	1591	2	5000
RS	1	4	4		2	27	27	1			3	31		
SC	8	132	132								8	132		
Subtotal:	22	527	527	0	3	1227	27	1	0	0	25	1754	2	5000
Brasil:	280	6997	5266	86	79	3078	247	2	14	2310	373	12385	23	9200

Fonte: Setor de Documentação da CPT.

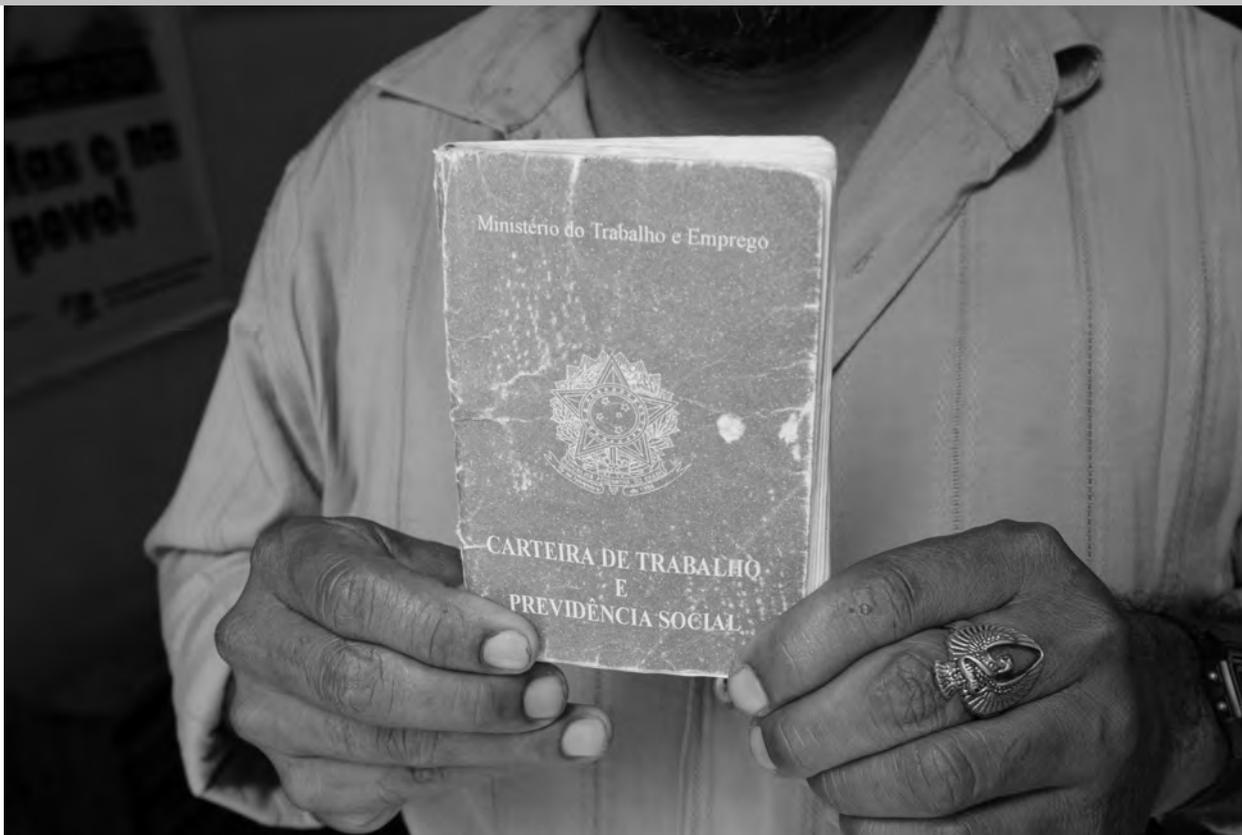


Foto: Wider/Arquivo CPT Araguaia/Tocantins.

Nova geografia do trabalho escravo brasileiro: mudança ou revelação?

Xavier Plassat

Coordenação da Campanha Nacional da CPT
contra o Trabalho Escravo

A emergência da cana nos registros do trabalho escravo brasileiro por muitos aspectos tem caráter de revelação de uma situação latente até então velada pela falta de fiscalização específica. Pela característica do empreendimento canavieiro, sempre realizado em escala de imensas plantações, cada caso fiscalizado envolve um contingente de trabalhadores não raro 10 vezes mais elevado que nas demais atividades. Daí as profundas mudanças observadas na geografia recente do trabalho escravo no Brasil. Se a cana-de-açúcar predomina pelo número de trabalhadores envolvidos ou resgatados e se, com ela, ganha destaque a região Centro-Oeste, para onde o canavial vem avançando, isso deixa de ser verdade quando se trata do número de casos identificados. Sob este aspecto, no período 2003-2008, bem como nos últimos meses, continuaram predominando a pecuária e, junto a ela, o desmatamento que muitas vezes abre-lhe o caminho, seguidos pelas “outras lavouras” (soja, algodão, tomate) e pelo carvão vegetal. Com isso a Amazônia, povo e natureza, continuou sofrendo.

2008: o segundo maior número de trabalhadores escravos libertados

O número de pessoas libertadas alcançou em 2008 seu segundo maior número histórico desde a criação do Grupo Móvel: 5.266, logo atrás do ano anterior (5.968). O crescimento

do setor sucroalcooleiro e do agronegócio de grãos nos cerrados centrais, em regiões de nova fronteira agrícola, explica boa parte do crescimento numérico observado: metade dos libertados de 2008 como de 2007 foram encontrados em número reduzido de fazendas de cana-de-açúcar: 18 em 2008 (7 em 2007).

TRABALHO ESCRAVO POR ATIVIDADE EM 2008								
ATIVIDADES	CASOS DENUNCIADOS	%	CASOS FISCALIZADOS	%	TRABALHADORES ENVOLVIDOS	%	TRABALHADORES LIBERTADOS	%
DESMATAMENTO	7	3%	6	3%	99	1%	83	2%
PECUÁRIA	134	48%	88	41%	1.712	24%	1.029	20%
REFLORESTAMENTO	19	7%	18	8%	264	4%	248	5%
EXTRATIVISMO	5	2%	5	2%	68	1%	49	1%
CANA	19	7%	18	8%	2.553	36%	2.553	48%
OUTRAS LAVOURAS	35	13%	28	13%	847	12%	731	14%
CARVÃO	47	17%	39	18%	1.253	18%	418	8%
OUTRO & n.i	14	5%	14	6%	201	3%	155	3%
TOTAL	280	100%	216	100%	6.997	100%	5.266	100%

Canaviais na frente

Em proporção do total dos casos identificados (280 em 2008, 265 em 2007), o número de ocorrências no setor da cana fica bem inferior ao número encontrado na pecuária e nas atividades a ela vinculadas como o desmatamento: 51% dos casos em 2008 (64% em 2007) contra 7% para a cana (3% em 2007); como também fica atrás do número de casos encontrados nas “outras lavouras” (13% dos casos de 2008) e nas carvoarias (18%). Pelo tipo de empreendimento, o canavial concentra números consideravelmente maiores de trabalhadores no mesmo espaço produtivo. Logo a imposição de condições degradantes de trabalho afeta nele contingentes expressivos de mão-de-obra, enquanto nos demais setores (onde o trabalho escravo é geralmente encontrado em serviços ocasionais empreitados a terceiros, tais como desmatamento, roço de pasto, aplicação de veneno, “catação” de raízes, colheita). Somente na cana, a média de trabalhadores por caso flagrado está em 150 trabalhadores em 2008 (437 em 2007) contra 14 nas demais atividades (20 em 2007).

Em todo o Brasil

Em função disso, as áreas geográficas de concentração já antiga ou de expansão recente da cana-de-açúcar aumentaram dramaticamente sua participação no total de libertados em flagrantes de trabalho escravo nos últimos dois anos. Basta constatar que a região Norte, que sempre liderou esses números

no passado, está em 2008 no terceiro lugar pelo número de libertados (19,0%), após o Nordeste (28,4%) e o Centro-Oeste (32,0%). Em 2007 o Centro-Oeste já havia assumido essa liderança questionável (40,3% dos libertados) seguido pelo Norte (34,1%) e pelo Nordeste (12,4%). No detalhamento por estado, o ranking é bastante esclarecedor: Goiás acessa ao 1º lugar (867 libertados em 6 casos), seguido por Pará (811 libertados em 66 casos fiscalizados, de um total de 106 denunciados), Alagoas (656 em 3 casos) e Mato Grosso (581 em 31 casos). Seguem: Paraná (391 libertados), Pernambuco (309), Mato Grosso do Sul (236) e Minas Gerais (229). Pelo número de casos encontrados, porém, o Norte continua líder incontestado entre as regiões, com cerca da metade (46,8%) das ocorrências de trabalho escravo, contra “apenas” 18,9% no Centro-Oeste ou 17,9% no Nordeste, e 7,9% no Sul e 8,6% no Sudeste. Território mais difícil de acesso para os fiscais, a Amazônia Legal concentrou, em 2008, 68% dos registros de trabalho escravo, 48% dos trabalhadores nele envolvidos e 32% dos resgatados.

Descobrimento

O surgimento de novos estados nos registros nacionais de trabalho escravo merece destaque. Deve ser interpretado dentro do contexto de “descobrimento” em que ainda estamos quanto à realidade atual do trabalho escravo no Brasil – cujas modalidades legais vão desde as condições degra-

dantes até o aprisionamento puro e simples – e também em função da intensificação, pelo Grupo Móvel de Fiscalização e por algumas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, de ações específicas de fiscalização orientadas para setores e regiões tradicionalmente isentas desse tipo de inspeção. Em 2008, um ano recorde em termos de operações de fiscalização, Sul e Sudeste contribuem cada um com 10% do total de libertados, com destaque para Paraná (391 resgatados), Minas Gerais (229), São Paulo (180) e Santa Catarina (132). Em 2008, quase a metade das fiscalizações com libertação efetiva foi assumida pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

Degradação, precariedade, superexploração

Das condições precárias do labor cotidiano de muitos, às características próprias do trabalho escravo, existe um leque contínuo de situações intermediá-

rias. No Brasil, além das situações de trabalho forçado (por dívida, por violência, por isolamento), o conceito legal de trabalho escravo abrange o trabalho em condições degradantes ou exaustivas: aquelas condições que ferem tanto a dignidade, quanto a liberdade. Uma infinidade de situações foge da nossa apreensão estatística. Da parcela das ocorrências que conseguimos identificar, uma parte menor ainda é fiscalizada, merecendo eventualmente o atributo legal de trabalho escravo. Para os demais casos documentados, a CPT usa a categoria de “trabalho superexplorado”. Entre os 79 casos de superexploração documentados em 2008 (em 2007: 122), envolvendo 3.078 pessoas (em 2007: 1.583), as proporções por ramo de atividade são parecidas às do trabalho escravo: 53% na pecuária, 9% na lavoura, 6% na cana, 4% no carvão. 80% dos casos informados estão entre Pará e Tocantins. Um dado chama atenção nas duas séries: de 1 a 3% dos trabalhadores assim explorados são crianças ou adolescentes.

Trabalhador escravo é torturado com ferro quente no Pará

Fiscalização encontrou 35 pessoas em situação análoga à escravidão em área de fazendeiro reincidente no crime. Denúncia partiu de trabalhador que diz ter sido marcado com ferro quente quando reclamou de salários atrasados

Mais de sessenta cicatrizes recentes de ferro quente marcam o trabalhador de cerca de 30 anos que denunciou trabalho escravo em uma fazenda de Paragominas, no Leste do Pará. De acordo com seu relato, ele foi torturado pelo patrão e mais dois capangas quando reclamou das más condições de alimentação e do salário atrasado. Fugiu da fazenda no início de janeiro de 2008 e, depois de dezenas de quilômetros a pé e de muitas caronas, conseguiu contar sua história à Superintendência do Trabalho e Emprego (SRTE) do Pará. No dia 12 de fevereiro, a fiscalização rural da SRTE esteve na fazenda denunciada e comprovou parte das informações passadas pelo trabalhador. Foram encontradas 35 pessoas em situação análoga à escravidão, que dormiam em um curral abandonado, junto com esterco de boi, e eram alimentadas com restos de carne: pulmões e tetas de vaca. A propriedade, que fica a 75 km de Paragominas, chama-se Bonsucesso e pertence a Gilberto Andrade. O fazendeiro já está na Lista Suja do trabalho escravo por manter 18 pessoas em condições semelhantes no município de Centro Novo do Maranhão (MA). Essa lista, publicada desde 2003 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), traz uma relação de pessoas e empresas flagradas cometendo esse tipo de crime.

Fezes e roupas

"Fezes de animais estavam misturadas com roupas. Nesse período de chuvas ainda é muito pior, pois se mistura a água com esterco. Além do cheiro horrível, há problemas infecto-contagiosos. O curral não servia mais ao gado, mas servia aos empregados.", relatou o auditor fiscal Raimundo Barbosa da Silva, que liderou a operação na Bonsucesso. De acordo com o auditor, as provas recolhidas na fazenda são coerentes com o relato de tortura feito pelo trabalhador fugitivo. Os trabalhadores resgatados confirmam que ele deixou o alojamento para ir reclamar dos salários e nunca mais apareceu. Além disso, informaram que nessa época não havia cicatrizes em seu corpo. Nenhum dos 35 libertados em Paragominas tinha carteira assinada. A maior parte deles havia chegado em dezembro para fazer a limpeza do pasto para o gado, mas ainda não havia recebido salário. Em uma cantina mantida pela fazenda, eram vendidos fumo, sabonetes e equipamentos de proteção individual que, pela lei, devem ser fornecidos gratuitamente pelo empregador. Todo o gasto dos trabalhadores estava anotado em um caderno.

* Matéria produzida pela ONG Repórter Brasil.



Foto: Leonardo Melgarejo

Violência contra a pessoa

Tabela 7: Violência contra a pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF	1	135							
GO	47	20180						2	3
MS	31	5426		1	1	1		20	112
MT	50	8767	1		16	1		7	2
Subtotal:	129	34508	1	1	17	2	0	29	117
Nordeste									
AL	35	10846		8	3	4			4
BA	81	50891	3	1	2	2		6	12
CE	20	19509			1				
MA	101	30961	1	7		10	2	3	31
PB	28	12470				2	1	1	2
PE	73	42979	1		2	5			2
PI	30	6094				5		2	5
RN	6	3687	1			1			
SE	6	2735						1	
Subtotal:	380	180172	6	16	8	29	3	13	56
Norte									
AC	6	1895				1			
AM	15	4150	1			6		17	3
AP	48	6815							
PA	245	53969	13	8		35	2	33	48
RO	23	22803	4		1	2		13	20
RR	9	29110		11		4		2	5
TO	56	1841				5	1	1	2
Subtotal:	402	120583	18	19	1	53	3	66	78
Sudeste									
ES	10	4399						5	1
MG	45	32276			18	1			82
RJ	12	49332			1				104
SP	86	29071		1	2			3	33
Subtotal:	153	115078	0	1	21	1	0	8	220
Sul									
PR	54	23466	1	6		2		33	
RS	38	25201	2	1		3		19	328
SC	14	3382							1
Subtotal:	106	52049	3	7	0	5	0	52	329
Total:	1170	502390	28	44	47	90	6	168	800

Fonte: Setor de Documentação da CPT.

Acumulação e Expropriação

Geografia da Violência no Campo Brasileiro em 2008

Carlos Walter Porto-Gonçalves¹

Uma análise dos conflitos no campo brasileiro a partir dos dados coligidos pela CPT em 2008 nos permite verificar que não só o número de conflitos no campo diminuiu, como também a violência contra os que lutam por melhores condições de vida no campo, inclusive por terra, com a triste exceção do Rio Grande do Sul que, em todos os dados, seja o número de conflitos, o de famílias despejadas, o de famílias expulsas, o de pessoas presas e assassinadas, apresentou aumento. Aqui, o papel extremamente conservador, para não dizer abertamente reacionário

do poder público do Rio Grande do Sul, tanto do Executivo como do Judiciário, tem sido o fator preponderante para o aumento da violência e da conflitividade.

Ainda que devamos salientar a queda geral dos indicadores de conflitividade e de violência, embora em alguns estados uma ou outra das diversas formas de violência também tenha registrado aumento, conforme veremos a seguir, uma luz de alerta continua acesa na medida em que o número de pessoas assassinadas no Brasil, por motivos políticos ligados à questão fundiária, permaneceu o mesmo entre 2007 e 2008.

Conflito e Violência no Campo Brasileiro - 2008

Ano	Conflitividade		Poder Privado		Poder Público	
	Conflito	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Prisões
2007	1536	798.251	28	4340	14.221	428
2008	1170	502.390	28	1841	9.077	168

Fonte: Setor de Documentação da CPT, 2009.

Embora esses números relativos possam ser vistos, até certo ponto, como positivos, cabe ao leitor avaliar o que significa saber que: todos os dias 1.376 pessoas são envolvidas em conflitos agrários em todo o país, o que equivale a 41.866 pessoas envolvidas em conflitos agrários todo mês; que todos os dias em nosso país 25 famílias são despejadas, o que equivale a 756 famílias por mês; que todos os dias 5 famílias são expulsas de suas terras, o que equivale a 154 famílias por mês; que a cada 13 dias

uma pessoa é assassinada por questões agrárias num país em que não há muita terra por sua extensão territorial, como também pelo fato de o Estado dispor formalmente de enormes extensões de terra para a reforma agrária (terras devolutas), extensão essa que bem poderia ser ampliada se os sucessivos governos cumprissem suas responsabilidades de zelar pela coisa pública e atualizasse os índices de produtividade, o que nos permite dizer que essas mortes, expulsões e despejos de famílias

1. Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Pesquisador do Grupo Hegemonia e Emancipações de Clacso. Ganador do Prêmio Casa de las Américas 2008 de Literatura Brasileira. Ex-Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1998-2000). Membro do Grupo de Assesores do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Autônoma da Cidade do México. Ganador do Prêmio Chico Mendes em Ciência e Tecnologia em 2004. É colaborador de diversos movimentos sociais no Brasil, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Comissão Pastoral da Terra. É autor de diversos artigos e livros publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, em que se destacam: - “Geografías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad”, ed. Siglo XXI, México, 2001; “Amazônia, Amazônia”, ed. Contexto, São Paulo, 2001; “Geografando – nos varadouros do mundo”, edições Ibama, Brasília, 2004; “O desafio ambiental”, Ed. Record, Rio de Janeiro, 2004; “A globalização da natureza e a natureza da globalização”, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006 e El Desafio Ambiental, Ediciones PNUMA, México, 2006.

ocorrem por motivos politicamente evitáveis. Enfim, não há o que comemorar posto que ainda que se queira fazê-lo, os dados acima são por si mesmos de tamanha expressão que nos impede de fazê-lo. Enfim, a questão agrária, e sua resolução com a reforma agrária, continua nos interrogando na exata medida desses números que indicam o quanto o agrário brasileiro continua em questão, ainda que em um ano de queda generalizada dos indicadores de violência e conflitividade. Tanto quanto a gravidade desses números, preocupa-nos o processo sociogeográfico da política agrária dos sucessivos governos desde FHC que tem por base, de um lado, um conjunto de programas compensatórios, estes, sobretudo, nos governos Lula da Silva e, de outro, a centralidade dos latifúndios empresariais monocultores de exportação, ideologicamente conhecidos como agronegócio.

É o que se depreende da geografia dos conflitos agrários no Brasil em 2008, onde os programas compensatórios com suas bolsas-família e outras continuam eficazes na sua missão de compensar as contradições estruturais do padrão de acumulação do capital no campo brasileiro, sobretudo por diminuir o poder de convocação dos movimentos sociais para mobilizar na luta pela reforma agrária (ver Alentejano e all, nesse volume) e, por outro lado, pelos estados que se destacam no aumento do número de conflitos, mesmo num ano de queda generalizada desses números. Na terça parte das unidades da Federação, isto é, em oito estados - Goiás, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Acre e Rondônia - houve aumento do número de conflitos em relação ao ano anterior e, em um deles, o Amapá, esse número permaneceu o mesmo. Essa distribuição geográfica expressa a violência estruturante do padrão de acumulação de capital no agrobrasileiro, onde a dinâmica sociogeográfica empreendida pelos latifúndios empresariais monocultores de exportação está subjacente a esse aumento de conflitos. Observemos que são estados onde esses latifúndios empresariais monocultores de exportação se destacam, seja pela ampliação da área de monocultivos de cana, soja, milho (Goiás, Mato Grosso, oeste da Bahia), seja pela expansão do plantio de monocultivos de árvores para pasta de celulose (Espírito Santo, sul da Bahia e Amapá). Considere-se, ainda, o aumento dos conflitos em Pernambuco, estado onde há um processo de reto-

mada da expansão da cana e uma clara rearticulação das entidades dos usineiros que, todavia, encontra resistência de diversos movimentos sociais.

Nos dois estados amazônicos onde houve aumento do número de conflitos, o Acre merece destaque, pois ali permanece o histórico processo de expropriação de seringueiros protagonizado por madeireiros/grileiros e, no caso de Roraima, o acirramento derivado do conflito de Raposa Serra do Sol.

A violência do Poder Privado²

Como assinalamos na primeira parte desse artigo, chama a atenção que, mesmo num ano de queda generalizada dos índices de conflitividade e de violência, o número de pessoas assassinadas tenha permanecido o mesmo de 2007. Nota-se, entretanto, uma mudança significativa na geografia dos assassinatos, posto que o ano de 2008 retoma o padrão histórico da geografia da violência, onde o Pará toma a dianteira com 46,4% dos casos ocorridos no país. Cabe destacar que a queda observada no número de assassinatos no país e, sobretudo no Pará nos anos de 2006 e 2007, se deveu à repercussão do assassinato da freira Dorothy Stang, o que ensejou que os governos federal e estadual tomassem medidas que, os dados de 2008 agora revelam, não tocaram no padrão histórico de violência que vem caracterizando a reprodução da nossa estrutura de poder. Enfim, o poder público, também no caso do assassinato de Dorothy Stang, agiu com medidas emergenciais e não estruturais diante da violência e, assim, o complexo de violência e devastação permanece com seu padrão de reprodução histórico. Observe-se que, além do Pará, outros três estados tiveram aumento do número de pessoas assassinadas no ano de 2008 - Bahia, Rondônia e Rio Grande do Sul - e que um estado permaneceu com o mesmo número de 2007, o Mato Grosso.

As regiões Norte e Sul acusaram aumento do número de pessoas assassinadas pela ação direta do poder privado, com 18 casos registrados na região Norte, aumento de 80% em relação a 2007, e 3 no sul do Brasil, aumento de 33% em relação a 2007.

Registre-se que os estados de Rondônia e Rio Grande do Sul são os únicos em que os dois indicadores

2. Entendemos por Violência do Poder Privado toda ação promovida pelo poder privado sem mediação do poder público. Na prática, violência com as próprias mãos. São os casos de assassinatos, quase sempre praticados por jagunços a mando do latifúndio, sejam as ações de expulsão de famílias de suas terras ou de seus acampamentos e ocupações.

de violência do poder privado aumentaram, isto é, tanto o número de pessoas assassinadas como o de famílias expulsas pela ação direta do poder privado. No caso das famílias expulsas, quatro outros estados acusaram aumento em 2008 em relação a 2007, todos da região Nordeste - Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. Aqui, vale lembrar o que já havíamos salientado para o caso do aumento dos conflitos no estado do Pernambuco, ou seja, a retomada da expansão do monocultivo de cana nos estados da Zona da Mata (AL, PB e RN) com os incentivos governamentais em sua campanha pelo etanol e a rearticulação das entidades das oligarquias latifundiárias com sua violência privada expulsando famílias. A lamentável morte de quatro jagunços no início de 2009 em Pernambuco nos dá conta do aumento da conflitividade, sobretudo quando instigada pela ação direta do poder oligárquico³.

Violência do Poder Público

No caso da ação do Poder Público exercendo a violência legal⁴, vemos que, apesar da queda geral no país do número de prisões e de famílias despejadas, a região Norte acusa um aumento das ações de despejo exaradas pelo Poder Judiciário e cumprida pelo Poder Executivo, assim como a região Sul acusa aumento no número de pessoas presas, nesse caso com destaque para o estado do Paraná com um aumento de 200% no número de prisões!

É interessante observar que em cinco unidades da Federação - Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Piauí, Amazonas e Rio Grande do Sul - a violência do Poder Público aumentou nos dois indicadores simultaneamente, isto é, tanto no número de famílias despejadas como no de prisões. Afora o Rio Grande do Sul onde a violência do Poder Público tanto do Executivo como do Judiciário vem instigando o aumento geral da violência e da conflitividade, sendo o único estado em que todos os indicadores aumentaram, assinalamos o fato de que nos

demais quatro estados em que o Poder Público se destacou em ambos indicadores, a presença dos latifúndios empresariais monocultores de exportação esteja avançando - Mato Grosso do Sul (cana e monocultivo de madeira), Espírito Santo (monocultivo de madeira) e o Piauí (soja). Destaquemos, por outro lado, a forte presença de unidades da federação da Amazônia Legal onde o Poder Público vem agindo com todo seu peso nos conflitos ou prendendo, ou exarando ordens de despejo: no Amazonas e em Roraima, nos dois indicadores; no Maranhão e no Tocantins, com prisões, no Acre e no Pará, com despejo de famílias. O Pará é um estado que apresenta um comportamento sui generis na medida em que nele dispara a violência do poder privado por meio dos assassinatos, mas a violência institucional por meio da ação do estado se faz, sobretudo, no aumento das ações de despejo de famílias e não no número de prisões que, ao contrário, regride. Ou, em números proporcionais, enquanto o número de assassinatos aumentou 160% em relação a 2007, o que aumentou em 53% foi o número de famílias despejadas, posto que o número de ordens de prisão, simplesmente, caiu cerca de 50%.

A acumulação e expropriação

Voltamos a verificar em 2008 um fenômeno de enormes implicações sociais e políticas, que diz respeito ao processo expropriatório de amplo espectro que continua marcando o modo de produção/reprodução da acumulação do capital no agrobrasileiro, desde os anos 1970. Esse processo se mostra pelo destaque de duas categorias sociais envolvidas em conflitos, os Sem-Terra e as Populações Tradicionais. Uma das características do padrão de acumulação agrário que tem como principais protagonistas a oligarquia de empresários latifundiários com seus monocultivos de exportação e sua revolução (nas relações sociais e de poder) verde nos trouxe, contraditoriamente, o

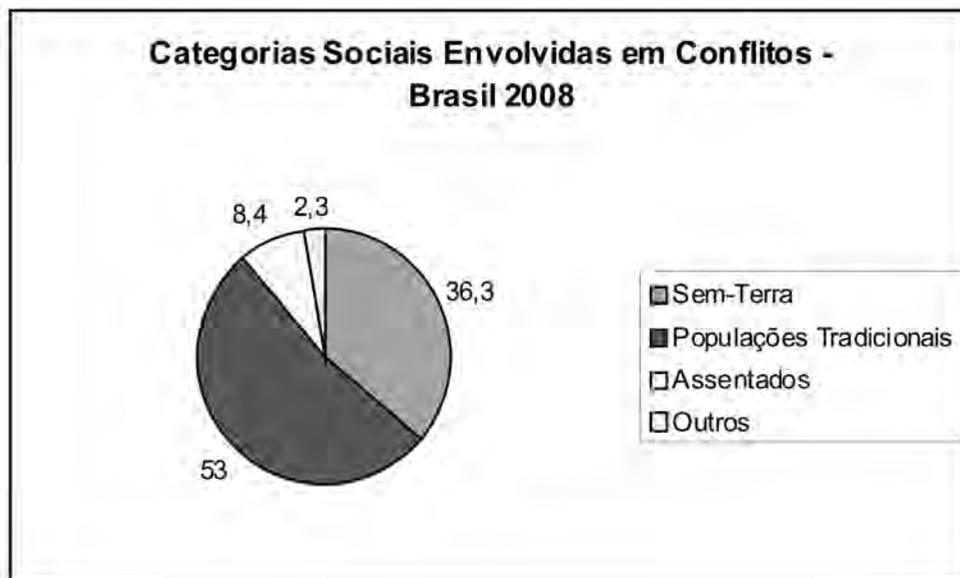
3. Não olvidemos que os que morreram nesse caso tinham a funesta missão de agir ao arrepio da lei que, de modo contumaz, conduz à morte de lideranças e militantes dos movimentos sociais. Esse episódio deveria nos levar à reflexão e à condenação da iníqua estrutura agrária brasileira que acaba por conduzir por todo lado os homens e mulheres a agir com seus instintos mais baixos como, por exemplo, contra a vida. E condenação da iníqua estrutura agrária tem nome: reforma agrária.

4. Insistimos em chamar a atenção que a ciência política convencional, muito mais normativa que analítica, tem destacado que o Estado detém o monopólio legítimo da violência (Max Weber entre outros). Todavia, é preciso ter em conta o fenômeno da violência como fenômeno social e político ao mesmo tempo, o que nos conduz a afirmar que o fato de caber ao estado o monopólio legítimo da violência quer dizer que a violência continua sendo praticada enquanto fenômeno concreto. E, como tal, a violência é um conceito que nos indica relação de força entre, no mínimo, dois agentes - o que sofre e o que toma a iniciativa - e, assim, é do interior dessa relação que se retira a legitimidade. Nem sempre a violência legalmente exercida pelo Estado é legítima. A legitimidade se conquista no dia a dia da história enquanto hegemonia (Gramsci) que embora tenha a coerção como parte é também persuasão, por onde se afirma pela moral.

fenômeno social dos trabalhadores rurais de sem-terra pela magnitude do processo expropriatório que empreendeu. Exatamente por isso os sem-terra se mostram como uma das principais categorias

sociais envolvidas em conflitos por terra no país desde os anos 1970, tendo ensejado, até mesmo, um movimento social que se forjou com essa identidade.

Gráfico 1



Em 2007, segundo os dados do Setor de Documentação da CPT⁵, os Sem-Terra corresponderam a 44% do total das categorias envolvidas em conflitos, mas, em 2008, essa proporção caiu significativamente para 36,3%, passando os Sem-Terra a ocupar o segundo lugar entre as diversas categorias. Por outro lado, as Populações Tradicionais que ocupavam o 2º lugar em 2007, com 41% do total, passam a ocupar o lugar de maior destaque com 53% do total em 2008 (Gráfico 1). A prevalência dessas duas categorias está relacionada ao fato de que os Sem-Terra de hoje são as populações que ocupavam terras e foram expropriadas e, entre essas, as populações tradicionais ocupam um lugar cada vez mais protagônico, o que nos indica a atualidade do grave processo expropriatório que está em curso desde os anos 1970.

Esse fato nos chama a atenção para a importância de se levar mais seriamente em conta a dimensão material da atual fase do capitalismo, sobretudo a sua geograficidade. Mais que capital fictício, financeirização da economia ou economia virtual, há uma dimensão do neoliberalismo inscrita no espaço geográfico que

não tem sido levada devidamente em conta e que revela, com toda sua logística (estradas, hidrelétricas, sistemas de transporte e comunicação, concentração fundiária com suporte técnico-científico, inclusive de instituições públicas) o processo de tomada de territórios às populações tradicionais, camponesas e outras. Enfim, essa dimensão material do padrão de acumulação do agrobrazileiro está ocupando cada vez mais terras, consumindo águas em proporções danosas, devastando os cerrados e florestas e expropriando famílias por toda parte. Tudo indica que esse padrão de acumulação continuará se reproduzindo, haja vista o bloco de poder constituído pelos grandes empreiteiros e as oligarquias empresariais latifundiárias com seus monocultivos de exportação consagrados no PAC e, em seu desdobramento latino-americano, o IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana - projeto articulado pelo governo FHC, em 2000, que o atual PAC dá prosseguimento⁶ (Política de Estado? Em linguagem militar, Objetivo Nacional Permanente?). Diga-se, de passagem, que o IIRSA é a parte logística

5. Os conflitos específicos envolvendo a luta pela terra caíram de 615 para 459, de 2007 para 2008.

6. Pode-se observar a mesma matriz teórico-política subjacente ao Brasil Grande, com sua Operação Amazônia desencadeada em 1966 pelo regime ditatorial sob tutela militar (1964-1985), que também tinha o slogan “Integrar para não Entregar” (sic), ao Avança Brasil do governo FHC, que articulou o IIRSA, ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, este do governo Lula da Silva.

que estava sendo engendrada para dar suporte material, geográfico, à ALCA.

A derrota do projeto ALCA, para o que foi importante a contribuição dos movimentos sociais, levou à reconfiguração do IIRSA, agora para dar suporte ao complexo agroindustrial-técnico/científico-financeiro-midiático da cana e dos demais monocultivos, daí o “Da Alca ao Álcool”, como disse o Sr. Jeb Bush, copresidente da Associação Interamericana de Etanol⁷ juntamente com o Sr. Roberto Rodrigues.

Atentemos, pelos seus efeitos no mundo agrário, para a instrumentalização da crise a fim de tirar proveito próprio, como vem sendo feito pelas oligarquias empresariais latifundiárias com seus monocultivos de exportação, posto que os números da produção e da economia desse setor estão longe da crise que eles mesmos vêm apregoando. O mundo do Grande Dinheiro ligado ao negócio agrícola exportou, em 2008, US\$ 71,8 (setenta e um bilhões e oitocentos milhões de dólares), 30% a mais que em 2007. Somente o setor de grãos teve rendimentos, em 2008, maior em 66% do que no ano anterior (24,2 bilhões de reais, em 2008, contra 14,6 bilhões de reais, em 2007), de acordo com a insuspeita CNA - Confederação Nacional da Agricultura. Registre-se, para confirmar essas tendências, que o preço médio da terra alcançou preço recorde no 1º bimestre de 2009, conforme reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo em 07/04/2009 sob o título SP: valor da terra surpreende e volta a subir, onde se pode ler que “com a alta da soja e maior interesse do investidor estrangeiro, preço médio do hectare no país bate novo recorde nominal. Cotação chega a R\$ 4.373; desvalorização do real dá competitividade a produtos de exportação e contribui para recuperar mercados”. Ora, o mercado de terras está aquecido, o que sinaliza para o dinamismo do setor o que é fonte de preocupação para as populações camponesas, indígenas e quilombolas, além dos pequenos proprietários.

O efeito desse processo, contextualizado no padrão de acumulação do agrobrazileiro, é que a cana, a soja, o milho (leia-se, suínos e frangos), além dos monocultivos de madeira, tendem a ocupar as terras nas regiões de melhor logística, no centro-sul do país, tornando a reforma agrária ainda mais difícil pela elevação dos preços da terra, contri-

buindo, assim, para pressionar a ocupação de novas áreas (leia-se, a Amazônia e as chapadas e chapadões do oeste baiano, sul do Maranhão e Piauí), onde grileiros/madeireiros se antecipam tomando terras públicas e expulsando as populações tradicionais, conforme a geografia das categorias sociais envolvidas em conflitos abaixo descrita nos esclarece. No caso do Piauí, como vimos, o Poder Público vem agindo ativamente ao exarar ordens de despejo e emanar ordens de prisão. Observa-se como essa dinâmica é politicamente conduzida com a geografia dos assentamentos do governo, que coloniza a Amazônia e, agora, com a MP da Grilagem (Medida Provisória nº 458, de 10 de fevereiro de 2009) que não corresponde às regiões onde há maior mobilização dos trabalhadores, que está no centro-sul do país. Assim a própria sigla do Incra se manifesta como contradição, pois a Colonização na Amazônia é, na verdade, uma política contra a Reforma Agrária. E colonizar⁸ a Amazônia atualiza a política do período colonial contra as populações originárias, quilombolas e camponesas, como os dados analisados a seguir demonstram.

Observemos (Gráfico 2) que 65,4% das Populações Tradicionais envolvidas em conflitos estavam na Amazônia Legal, enquanto 60,1% dos sem-terras envolvidos em conflitos se encontravam na região centro-sul do país (Gráfico 3). Quando se sabe que a política do governo com relação à questão fundiária tem sido a de manter o velho padrão de colonização em contraposição à reforma agrária, com a criação de assentamentos, sobretudo na Amazônia, vemos que o modelo expropriatório consagrado no período da ditadura civil-militar nos anos 1960-1970 é atualizado. Os dados são claros: há um aumento da proporção das Populações Tradicionais envolvidas em conflitos, sobretudo, mas não só na Amazônia, e que diz respeito à expropriação das terras que tradicionalmente ocupavam. Acrescente-se que quando se trata de Populações Tradicionais (Posseiros, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Índios e Ribeirinhos, para me ater às nomeações auto-atribuídas na própria fonte) estamos diante de populações que estão associadas a regiões de elevada diversidade biológica, grande

7. A AIE foi criada em 2006 e teve na visita do Sr. George Bush ao Presidente Lula da Silva seu momento de maior publicidade.

8. É importante refletir como a expressão modernização é usada, com frequência, como sinônimo de colonização.

9. Observemos, pela invisibilidade social do fato, que as principais bacias hidrográficas brasileiras têm seus mananciais na região dos cerrados: a bacia dos rios Doce, Jequitinhonha, São Francisco, Parnaíba, Tocantins, Araguaia, Xingu, Madeira, Paraguai (Pantanal), para ficarmos somente com os mais extensos. Não a toa, os latifúndios empresariais com seus monocultivos de exportação vêm se assenhoreando dessas terras e águas com o notável silêncio da mídia e dos pesquisadores, com as honrosas exceções, entre elas a de Washington Novaes.

disponibilidade de águas (cerrados)⁹ ou que ocupam margens de rios, nesse último caso, áreas que estão sendo objeto de represamento para fins de construção de hidrelétricas.

Observe-se que quando se considera as regiões segundo a tradicional classificação do IBGE, há

uma inversão com a região Nordeste passando a reunir 49,7% das Populações Tradicionais envolvidas em conflitos no país no ano de 2008 que, todavia, deve ser devidamente considerado na geografia da dinâmica socioespacial em curso, posto que o Maranhão detém 27,4% de todos os casos das Populações Tradicionais envolvidas em conflitos no país (Gráfico 2.1).

Gráfico 2

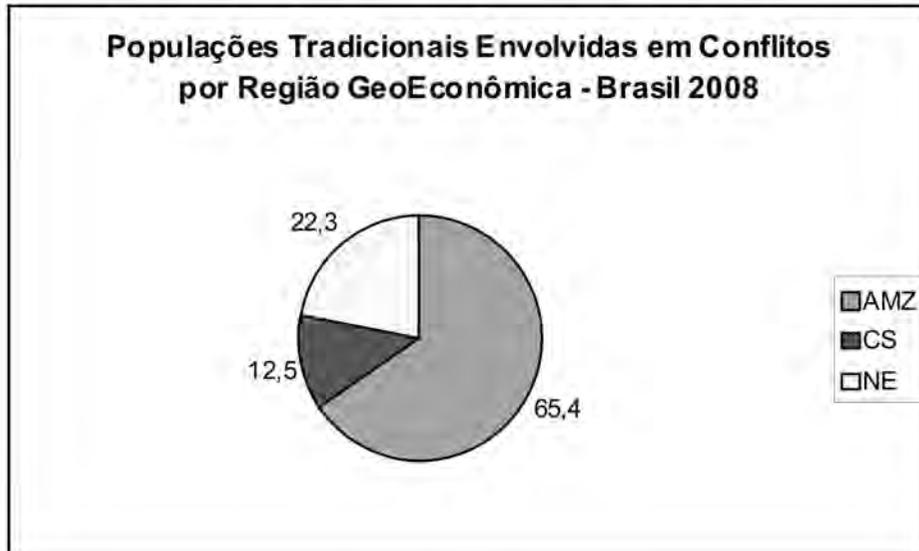
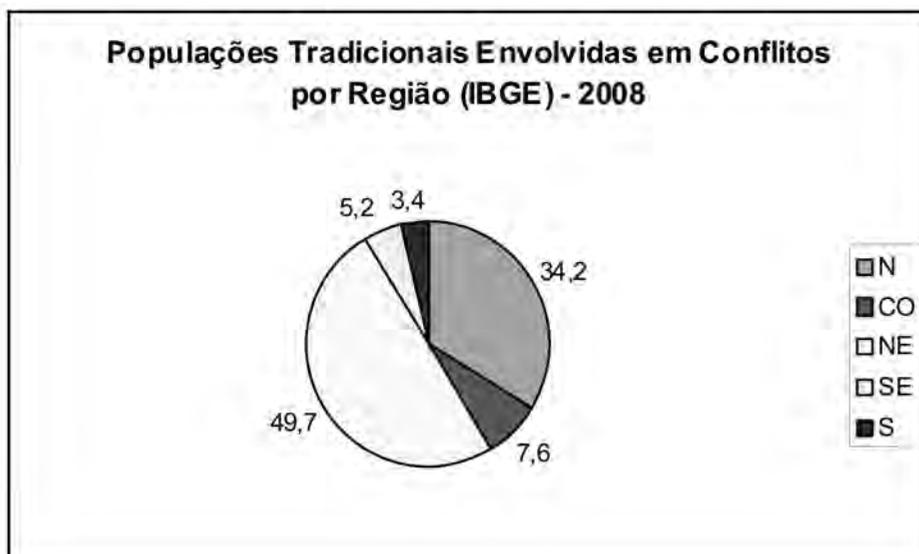


Gráfico 2.1



Já os Sem-Terra continuam predominando na região onde o processo de expropriação já avançou há mais tempo, como no Centro-Sul do país, onde estão 60,1% dos Sem-Terra envolvidos em conflitos no ano de 2008 (Gráfico 3 e também o Gráfico 3.1, este com outros

números que, entretanto, confirmam a análise anterior). A presença de tal proporção de expropriados (sem-terra) na região que é onde esse padrão de acumulação se consagrou é uma demonstração inequívoca da irresolução de nossa iníqua estrutura agrária.

Gráfico 3

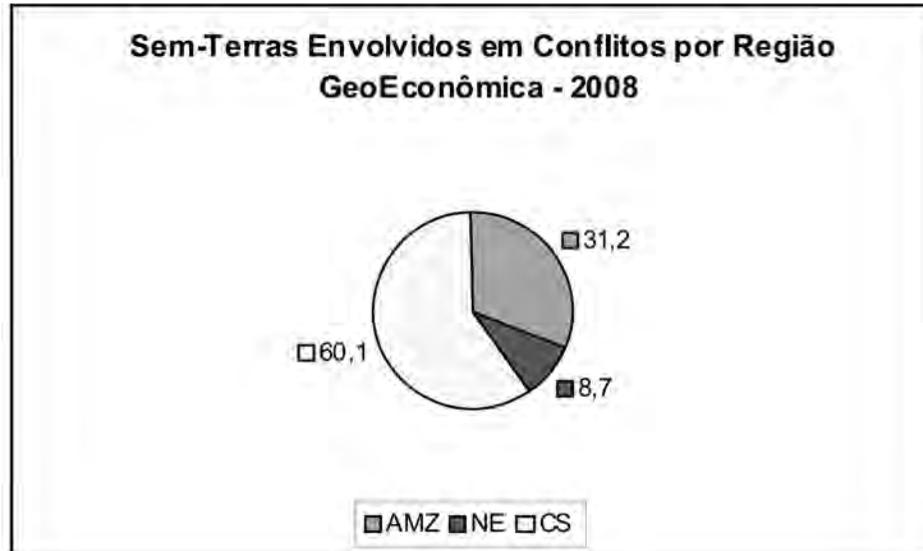
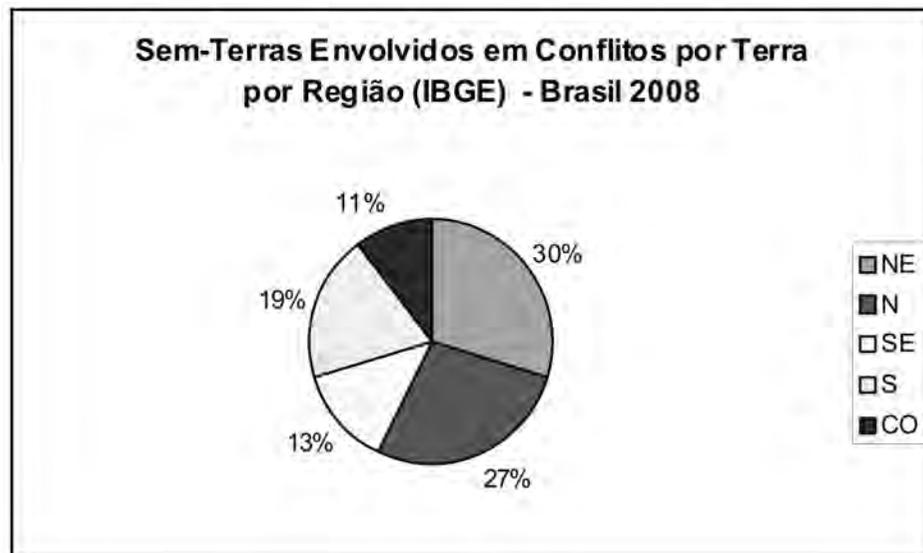


Gráfico 3.1



Por fim, queremos destacar as implicações do conceito por nós utilizado de “Complexo agroindustrial-técnico/científico-financeiro-midiático” para caracterizar o complexo de poder que vem se assenhoreando do mundo agrário brasileiro e imprimindo o mesmo padrão de violência que vem estruturando nossa formação social desde o período colonial. Inspirado em Pablo González Casanova, o decano da sociologia latino-americana, em seu importante livro *As Novas Ciências e as Humanidades: da Academia à política* (Ed. Boitempo, 2006), esse conceito dá conta da complexifi-

cação das relações sociais e de poder no capitalismo contemporâneo, o que o levou a aproximar materialismo histórico e a dialética à teoria da complexidade para dar conta do Capitalismo Complexo de nossos dias. O campo brasileiro se esclarece quando fazemos um uso ativo (a expressão é de Atilio Borón) dessa análise proposta por Pablo González Casanova. Afinal, quando o próprio presidente do complexo corporativo Sadia, o Sr. Adriano Ferreira, declara que nos últimos seis anos, 60% dos ganhos líquidos da empresa vieram de contratos derivativos no mercado financeiro e

que no primeiro semestre de 2008, cerca de 80% do lucro da Sadia (R\$ 334,7 milhões), também foi obtido com ganhos das operações de derivativos de alto risco; quando verificamos que o mesmo ocorre com as corporações Votorantim e Aracruz Celulose, ambas com forte presença no setor de papel e celulose, com amplos latifúndios empresariais com seus monocultivos de exportação, e que recentemente perderam quantias gigantescas com especulação com o câmbio (só a Aracruz perdeu com imbróglis cambiais em 2008, cerca de R\$ 4,2 bilhões de reais); quando sabemos que a corporação Sadia também se viu diante de enormes prejuízos (R\$ 2,5 bilhões de reais, em 2008) em função dos “derivativos tóxicos” em que se meteu no mercado financeiro e que tanto ganho lhes trouxe nos últimos anos; quando sabemos que essas empresas estão entre as que mais obtêm recursos do poder público, sobretudo junto ao BNDES, estamos diante de empresas complexas que, mais que a agricultura, visam seus negócios. Por outro lado, esse complexo de poder tem forte presença na mídia

e no mundo das finanças e vem patrocinando a maior parte das pesquisas de economia agrária, de programas de televisão e suas agências de publicidade e propaganda. Registre-se que a Rede Globo e o Grupo O Estado de São Paulo são parte desse complexo de poder, como se pode constatar na página da ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness – em que os dois se apresentam como parceiros dos agronegociantes.

A ausência da voz dos que vêm sofrendo as ações protagonizadas por esse complexo de poder, ou dos que vêm lutando por uma reforma agrária que proporcione comida de qualidade e paisagens onde rios não estejam contaminados¹⁰, a água não seja desperdiçada e que empregue gente que possa fazer festa e cultura – agricultura – em vez de somente negócios – agronegócio – possa se autoexplicar no próprio site da ABAG ao esclarecer quem são seus parceiros (Ver Porto-Gonçalves, Carlos Walter. *Otra verdad inconveniente: la nueva geografía política de la energía en una perspectiva subalterna*. In www.revistapolis.cl/polis%20final/21/doc/art06.doc).

10. Segundo a ANVISA, o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, respondendo pelo uso de 86% dos produtos em toda a América Latina. Somente em 2008, o mercado de agrotóxicos movimentou R\$ 7 bilhões no país, mais que o dobro registrado em 2003.

Tabela 8: Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Amazonas						
Lábrea	Gleba Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	22/02/2008	Francisco da Silva		53	Liderança
Subtotal:				1		
Bahia						
Monte Santo	Assentamento Santa Luzia	15/10/2008	Tiago Dias de Andrade		47	Assentado
Monte Santo	Assentamento Santa Luzia	15/10/2008	Luís Alberto Antunes de Souza		24	Assentado
Monte Santo	Assentamento Santa Luzia	15/10/2008	Josimar Neves Dias		25	Assentado
Subtotal:				3		
Maranhão						
Buritirana/ Buriticupu/ Bom Jesus das Selvas/ Arame/ Amarante do Maranhão	T.I. Araribóia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	05/05/2008	Maria dos Anjos Guajajara		7	Índia
Subtotal:				1		
Mato Grosso						
Confresa/ Vila Rica/ Santa Terezinha	Fazenda Bridão Brasileiro	04/03/2008	Hélio Luiz Gonzaga		A	Trab. Rural
Subtotal:				1		
Pará						
Goianésia do Pará	Fazenda Toder/N. S. Aparecida	20/02/2008	Josué		30	Sem - terra
Novo Repartimento/ Baião	Fazenda Petrópolis/Gleba12	26/04/2008	Jovelino Alves Leite (Neno)		A	Trab. Rural
Novo Repartimento/ Baião	Fazenda Petrópolis/Gleba12	26/04/2008	José Francisco Alves Leite		A	Trab. Rural
Parauapebas	Garimpo de Serra Pelada	07/05/2008	Josimar Elízio Barbosa		51	Sindicalista
Parauapebas	Garimpo de Serra Pelada	22/11/2008	Manoel Batista de Oliveira		72	Garimpeiro
Redenção	Faz. Vaca Branca/Sta. Maria	12/11/2008	José Ribamar Rodrigues dos Santos		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Fazenda Gaivota	18/10/2008	Trabalhador (nome não informado)		A	Trab. Rural
São João do Araguaia	Faz. Araguaia/Gl. Fortaleza "A"/Acamp. Ponta de Pedra do Araguaia	24/10/2008	Alderico Mário de Brito		52	Sindicalista
Tailândia	Fazenda Nelore	30/05/2008	Pai e filho (nomes não informados)	2		Trab. Rural
Tucuruí	Assassinato de Raimundo Agnaldo Dourado de Almeida	27/09/2008	Raimundo Agnaldo Dourado de Almeida		A	Liderança
Tucuruí	Projeto de Assentamento Paraúna	24/04/2008	Emival Barbosa Machado		51	Assentado
Xinguara/ Conceição do Araguaia	Fazenda Nazaré	31/01/2008	Diassis Lima		56	Sem - terra
Subtotal:				13		
Paraná						
Ortigueira	Faz. Copramil/Acamp. Terra Livre	30/03/2008	Eli Dallemole		42	Liderança
Subtotal:				1		
Pernambuco						
Cabrobó	T.I. Truká	23/08/2008	Mozeni Araújo de Sá		36	Índio
Subtotal:				1		
Rio Grande do Norte						
Senador Elói de Souza	Agrovila Nova Esperança	14/10/2008	Antônio Batista da Silva		A	Liderança
Subtotal:				1		
Rio Grande do Sul						
Porto Alegre	Quilombo Alpes	04/12/2008	Joelma da Silva Ellias, "Jô"		36	Liderança
Porto Alegre	Quilombo Alpes	04/12/2008	Volmir da Silva Ellias, "Guinho"		31	Liderança
Subtotal:				2		
Rondônia						
Campo Novo de Rondônia	Faz. Catâneo/Acamp. Conquista da União	29/04/2008	Edson Dutra		A	Aliados
Porto Velho	Faz. Mutum/Dipar/Acamp. Nova Conquista	20/11/2008	Evandro Dutra Pinto		A	Sem - terra
Porto Velho	Faz. Mutum/Dipar/Acamp. Nova Conquista	20/11/2008	Edmilson Gomes de Oliveira		A	Sem - terra
Municípios						
Porto Velho	Faz. Mutum/Dipar/Acamp. Nova Conquista	20/11/2008	Adalto da Silva Filho		A	Sem - terra
Subtotal:				4		
Brasil :				28		

Tabela 9: Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Alagoas						
Piranhas	Faz. Lagoa Comprida	27/02/2008	José Francisco dos Santos		A	Sem - terra
Piranhas	Faz. Lagoa Comprida	27/02/2008	Ocupantes da Faz. Lagoa Comprida	7		Sem - terra
Subtotal:				8		
Bahia						
Itajuípe	Acampamento Pátria Livre	02/04/2008	Zé Barros		A	Liderança
Subtotal:				1		
Maranhão						
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	31/12/2008	Francisco Vitalino		A	Posseiro
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	23/05/2008	Deolice Rodrigues Guajajara		30	Índia
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	23/05/2008	Itamar Carlos Guajajara		35	Índio
Ribamar Fiquene	Faz. Novo Horizonte/Acamp. 25 de Junho	03/12/2008	Acampados na Faz. Novo Horizonte	4	A	Sem - terra
Subtotal:				7		
Mato Grosso do Sul						
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Sta. Creuza	17/07/2008	Loretito Fernandes Vilhalba		A	Índio
Subtotal:				1		
Pará						
Afuá	Rio Gabriel**	10/07/2008	José Carlos da Silva Rodrigues		25	Ribeirinho
Eldorado dos Carajás	Faz. Bom Sossego/Cib	22/02/2008	Trab. da Faz. Bom Sossego/Cib		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Dona Alzira	29/10/2008	Rogério Vieira da Silva		A	Sem - terra
Novo Repartimento	Faz. do Zé Gordo/Faz. Alto Bonito	22/02/2008	Paulo Siqueira de Souza		36	Trab. Rural
Novo Repartimento	Fazenda do Nilton	15/12/2008	Valdir		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda Ipama	25/09/2008	Joanês Silva		33	Trab. Rural
Tailândia	Fazenda Nazaré	10/09/2008	Fabrício dos Santos		24	Trab. Rural
Tucuruí	Assentamento Nova União	02/05/2008	Célia		A	Liderança
Subtotal:				8		
Paraná						
Cascavel	Complexo Cajati/1º de Agosto/Dorcelina F/Casa Nova/Sirlene César	04/04/2008	Seis Acampados no Complexo Cajati	6		Sem - terra
Subtotal:				6		
Rio Grande do Sul						
Porto Alegre	Quilombo Alpes	04/12/2008	Rosângela da Silva Elias, "Janja"		A	Liderança
Subtotal:				1		
Roraima						
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	02/04/2008	Moacildo da Silva Santos		A	Liderança Indígena
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	05/05/2008	Sival Abelardo		A	Índio
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	05/05/2008	Alcides de Souza		A	Índio
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	05/05/2008	Xavier da Silva		A	Índio
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	05/05/2008	Glênio Barbosa		22	Índio
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	05/05/2008	Jorge Sebastião Costa		A	Índio
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	05/05/2008	Elisário André		SI	Índio
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	05/05/2008	Tiago Nunes Pereira		A	Índio

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	05/05/2008	Antônio Cleber da Silva		25	Índio
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	05/05/2008	João Ribeiro		30	Índio
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	05/05/2008	Jeremias Miguel André		A	Índio
Subtotal:				11		
São Paulo						
Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Iaras I	16/02/2008	Márcio Fernandes		A	Sem - terra
Subtotal:				1		
Brasil :				44		

Fonte: Setor de Documentação da CPT.



Foto: Máira Heinen - CIMI

Agressões e ameaças contra os povos indígenas.

Desafios permanentes na construção de apoios e alianças

Paulo Machado Guimarães
Advogado e Assessor Jurídico do Cimi

A situação dos 241 povos indígenas no Brasil continua exigindo extrema atenção e grande esforço de mobilização, para superar os lastimáveis registros de violência, seja contra as pessoas, contra suas formas próprias de organização, seja contra as terras que tradicionalmente ocupam.

As informações coletadas pela CPT e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) permitem concluir, no sentido da urgente necessidade de se conformar, amplo espectro de apoio político e social, para se contrapor e reverter as agressões contra os povos indígenas.

Em 2008, o CIMI registrou a ocorrência de 366 casos de agressões contra indígenas, envolvendo 47 povos indígenas, em 17 estados.

Pelas informações coletadas pela CPT, 24 povos indígenas mobilizaram-se em conflitos pela posse da terra, em 12 unidades da Federação. Nas 22 manifestações realizadas, envolvendo 11 povos indígenas destacaram-se problemas com a demarcação das terras que tradicionalmente ocupam, com o atendimento à saúde e com a educação, além de consequências relacionadas a obras de infraestrutura.

Este dramático panorama, se por um lado revela que os interesses privados sobre as terras indígenas ainda continuam intensos e tensos, por outro lado, a capacidade de reação e mobilização dos povos indígenas se faz sentir nos estados e no país.

Durante o processo constituinte, o CIMI e os Povos Indígenas vivenciaram graves e intensas difamações, calúnias e agressões, com intensa pressão e articulação de setores econômicos, militares e conservadores contra os direitos indígenas.

Os Povos Indígenas e seus aliados enfrentaram o Projeto Calha Norte, no Governo Sarney, com os Decretos 94.945/87 e 94.946/87 este último prevenindo forma de demarcação das terras indígenas entre colônia ou áreas indígenas.

Posteriormente, no governo Collor, acompanhou-se a edição do Decreto 22, de 1991, precedida de conclusões de Grupo de Trabalho sobre política indigenista, que propôs o contraditório e a participação dos interessados privados no processo demarcatório.

As tentativas no Supremo Tribunal Federal (STF) para declarar a inconstitucionalidade do Decreto 22/91, com duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, uma do governador do Estado do Pará e outra da Assembleia Legislativa do estado de Roraima e o Mandado de Segurança contra a homologação da demarcação da TI Sete Cerros (tradicionalmente ocupada por comunidade do Povo Kaiowá/Guarani), em cujo julgamento o Min. Moreira Alves suscitou incidente de inconstitucionalidade do Dec. 22/91, por desrespeito ao art. 25 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) que após reiterados pedidos de suspensão do processo, foi extinto por perda de objeto, em razão da edição do Dec. 1775, em 1996, já que a pretensão dos impetrantes fora acolhida pelo novo regulamento demarcatório.

No final do governo FHC as reações contra as demarcações cresceram. No primeiro governo Lula, a pressão da base de sustentação fez com que o Ministério da Justiça e a Funai travassem os procedimentos administrativos para a demarcação de terras indígenas, atendendo expressas solicitações dos governadores de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul.

Após ampla mobilização internacional e submetida à intensa pressão militar e da direita, superou-se a obstrução judicial representada por decisão limi-

nar na Justiça Federal/RR, confirmada e ampliada pelo TRF 1ª Região e mantida em SL (Suspensão Liminar) pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo STF. Somente com a Reclamação proposta pelo procurador geral da República, que meses após teve o apoio do Governo Federal, por intermédio da Advocacia Geral da União, e já em 2005, superando intensas reações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o STF reconheceu sua competência para processar e julgar a ação popular e com a edição de nova Portaria Declaratória, julgou extinto o processo sem julgamento de mérito, por perda de objeto, vindo a Terra Indígena Raposa Serra do Sol a ser homologada 48 horas após.

Neste sentido, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), mantendo a homologação da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), em Roraima, constitui inegável exemplo da capacidade de mobilização dos Povos Indígenas, com o apoio de diversos seguimentos sociais, acadêmicos, políticos, comunitários, artísticos, sindicais, jurídicos e culturais, superando, mais uma vez, o cerne dos interesses políticos e econômicos que têm antagonizado a perspectiva dos povos indígenas na afirmação de seus direitos constitucionais.

A atuação do Conselho Indígena de Roraima (CIR) merece, neste processo árduo de luta, especial registro, pela capacidade de suas lideranças conduzirem esta batalha política e jurídica que persiste por mais de 30 anos.

No ano passado, após a surpresa com a decisão cautelar do STF em suspender a operação policial organizada pelo Governo Federal para a retirada dos invasores da TIRSS, o movimento indígena e seus aliados souberam construir uma ampla “onda” de apoios, que contribuiu significativamente para a projeção de eficazes esclarecimentos para a opinião pública e para os ministros e as ministras do STF, no sentido de que as alegações apresentadas na ação popular contra a demarcação da TIRSS eram, como são, totalmente infundadas.

Demonstrou-se, como ocorrera no processo constituinte em 1987 e em 1988, e por ocasião da demarcação da Terra dos Yanomami, da Terra dos Povos Indígenas no Alto Rio Negro (na região conhecida como “cabeça do cachorro”), nas Terras dos Tikuna, no rio Solimões, como no Vale do Javari, também localizado no estado do Amazonas, que as manifestações de setores militares contrários à

demarcação de terras indígenas na faixa de 150 km da fronteira do Brasil com os países limítrofes, não acarreta qualquer restrição à soberania do país sobre seu território.

Da mesma forma a atividade produtiva dos povos indígenas tornou evidente que o desenvolvimento econômico do estado de Roraima não era, como não é, comprometido de forma alguma. É oportuno lembrar que em 1996, quando a TIRSS teve seus limites declarados por Portaria do então ministro da Justiça Renan Calheiros, divulgava-se em Roraima, que com a saída dos fazendeiros da terra indígena, o estado teria seu abastecimento de carne comprometido, pelo fato do gado dos fazendeiros não ter para onde ir. Transcorridos 10 anos, as comunidades indígenas registram o maior rebanho de gado do Estado. Desde então, a imprensa roraimense não suscita aquele questionamento, limitando-se a destacar o risco de falta de arroz para a população, com a saída dos arroteiros.

Estes invasores, como ocorre em todas as terras indígenas, forjam argumentos falsos para justificar agressões e violências praticadas contra os povos indígenas, como ocorreu em maio de 2008, com o ataque que um dos invasores desencadeou, por seus capangas e pistoleiros, contra membros de comunidades indígenas Macuxi.

Concomitante, porém, ao avanço nos esclarecimentos sobre a importância de se manter a integridade do território dos Macuxi, dos Wapixana, dos Taurepang, dos Ingarikó e dos Patamona na TIRSS, os interesses contrários aos povos indígenas, notadamente os setores ruralistas e do agrogócio, que contavam com o apoio de setores militares e de forças nacionalistas, inclusive de esquerda, passaram a intensificar suas articulações no país, em vista de projetar, no caso da TIRSS, esforços para conter soluções futuras.

Isto explica o cenário de tensão e desespero que se aprofunda nas comunidades Kaiowá/Guarani, no estado do Mato Grosso do Sul, que, para sobreviver, necessitam que suas terras sejam corretamente demarcadas e que os produtores rurais sejam transferidos para outras áreas. Não é por outra razão que dos cerca de 40 mil Kaiowá/Guarani, em 2007 registraram-se 75 ocorrências envolvendo homicídio e suicídio e em 2008, registraram-se 74 ocorrências. A desestruturação sociocultural dos Kaiowá/Guarani revela-se nos registros de agres-

sões entre índios e na grande população indígena presa, em razão de furtos, envolvimento com entorpecentes, e devido a agressões a membros da própria comunidade.

Objetivamente, superando-se o enfrentamento em Roraima, para a garantia da TIRSS, inegavelmente a situação dos Kaiowá/Guarani, no estado do Mato Grosso do Sul, assume grave relevância em razão das condições típicas de genocídio a que estão submetidos.

O confronto inevitável entre os legítimos direitos e interesses indígenas, e os interesses do agrogócio, consolidado no poder econômico e político do estado do Mato Grosso do Sul, indica, sem sombra de dúvida, ser este o principal desafio até o final do governo Lula.

A articulação destes setores anti-indígenas, desde 2002 encontra apoio e respaldo na Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, na Confederação Nacional da Indústria e nos Governos dos estados de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Rondônia e de Roraima, que mobilizam suas bases parlamentares na Câmara dos Deputados e do Senado Federal, muitas das quais integrando a sustentação política do Governo Federal no Congresso Nacional para conter o avanço dos trabalhos de demarcação das terras indígenas.

Infelizmente, em que pese a melhoria nas condições políticas de trato da questão indígena, com a atual administração da FUNAI, com o ministro da Justiça e com setores auxiliares diretos do presidente da República, não se pode ignorar que a pressão da base de sustentação do governo no Congresso Nacional, seguindo mobilização de vários governadores de estado, acarretou a redução dos atos demarcatórios pelo presidente da República.

Em 2003, 21 demarcações de terras indígenas foram homologadas pelo presidente da República. Em 2004, foram 23 homologações. Já em 2005, o presidente homologou a demarcação de oito terras indígenas. Em 2006 e em 2007 foram seis homologações em cada ano. E em 2008, o presidente da República homologou a demarcação de apenas uma terra indígena.

O atual ministro da Justiça, que em 2007 declarou os limites e determinou a demarcação de 20 terras indígenas, em 2008 declarou os limites de apenas oito terras indígenas.

Estes dados, somados aos registros de variadas formas de violência contra os Povos Indígenas, revela a gravidade da situação em que os Povos Indígenas se encontram.

Por outro lado, não se pode também considerar que esta situação se concentra fundamentalmente nas unidades da federação das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte.

Nestas regiões, a articulação dos interesses econômicos e políticos se mostra mais ativa e atuante.

No entanto, os registros das ocorrências nos estados do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia, são suficientemente graves para demonstrar que a dimensão agressiva e violenta de interesses privados, com a ação e a omissão de setores governamentais de estados e municípios na região Nordeste, inclusive com o concurso da Polícia Federal e a atuação de membros do Ministério Público Federal na acusação e na criminalização de lideranças indígenas, como se verifica contra os Povos Xukuru e Truká no estado de Pernambuco, indica a gravidade do confronto em curso.

Na Bahia, importa destacar o significado do início do julgamento da Ação Cível Originária nº 312, que visa declarar a nulidade dos títulos imobiliários incidentes na terra tradicionalmente ocupada pelos Pataxó Hã Hã Hãe, no sul do estado da Bahia.

No final de setembro de 2008, um mês após o início do julgamento da ação popular contra a demarcação da TIRSS, o ministro Eros Grau apresentou seu voto no referido processo de interesse dos Pataxó Hã Hã Hãe. Após seu voto favorável à procedência da ação, declarando-se a nulidade dos títulos imobiliários, o ministro Menezes Direito pediu vista do processo, justificando que no seu entendimento o conceito de terra tradicionalmente ocupada pelos índios é o aspecto que relaciona um caso ao outro.

Nesta demanda, como nos esforços para a demarcação da terra dos Tupinambá e dos Pataxó, no extremo sul da Bahia, concentram-se as grandes atenções para a afirmação dos direitos indígenas no Poder Judiciário e no Poder Executivo.

Mantém-se, assim, permanente a pressão e a disputa pela afirmação dos direitos indígenas nos três Poderes da República e na mídia.

A movimentação política nos estados, se por um lado impulsiona seus esforços no sentido de ampliar as reações no Congresso Nacional, em vista de conseguir imobilizar setores do Governo

Federal, que, apesar dos limites, implementavam ações administrativas para a demarcação de terras indígenas, por outro desencadeia o desafio dos povos indígenas e seus aliados na perspectiva de ampliar os esclarecimentos e a mobilização no país, conforme buscaram desenvolver nos últimos cinco anos, por intermédio do “Abril Indígena” e o “Acampamento Terra Livre”, que em suas últimas edições contou com a significativa contribuição da “Via Campesina”.

Aprimorar e aprofundar as formas de articulação das lutas dos povos indígenas com os trabalhadores no campo e na cidade, mobilizando os movimentos sindical, estudantil, comunitário, culturais e artísticos afigura-se como um desafio permanente, que contribuirá para a consolidação de um novo projeto político para o país.

Os povos indígenas, não se pode desconsiderar, ocupam aproximadamente 13% do território nacional. Representam uma das mais expressivas diversidades étnicas e culturais no mundo.

Compreender e respeitar a diferença étnica e cultural assume, neste processo político, dimensão estratégica, como aos povos indígenas se depara o desafio de conhecer as entranhas das lutas dos camponeses e do operariado.

Querem vivenciar e se apropriar de conhecimentos técnicos e científicos, para contribuir na superação de dificuldades com as quais se deparam.

Neste contexto é expressivo ver o crescimento de movimentos de professores indígenas, de agentes indígenas de saúde e o esforço de lideranças de comunidades e povos indígenas no sentido de avançar na identificação de formas próprias de articulação dos seus interesses políticos e comunitários.

No curso destes esforços, importa lembrar, por sua significação, especialmente em razão do empenho das empresas de mineração, no sentido de aprovar lei específica, dispondo sobre a pesquisa e lavra de minérios em terras indígenas e agora, diante das 19 condições aprovadas pelo STF no julgamento do processo contra a demarcação da TIRSS, que desde 1990 tramita na Câmara dos Deputados, já aprovado pelo Senado Federal o Projeto de Lei Complementar nº 260, de 1990, de autoria da Mesa Diretora do Senado Federal, que visa dispor sobre os atos de relevante interesse da União, previsto no § 6º do art. 231 da CF.

Desde 1991 e 1992 tramitam na Câmara dos Deputados proposições legislativas que visam dispor sobre uma nova legislação indigenista, superando o atual Estatuto do Índio, a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Estes Projetos de Lei: de nº 2057/91, que dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas; de nº 2160/91, que dispõe sobre o Estatuto das Comunidades Indígenas; e o de nº 2619/92, que dispõe sobre o Estatuto dos Povos Indígenas, já foram apreciados pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que em junho de 1994 aprovou o Substitutivo, no qual todas as questões suscitadas nas condições adotadas pelos ministros e ministras do STF são tratadas.

Ocorre que, desde 6 de dezembro de 1994, estas proposições legislativas encontram-se com suas tramitações sobrestadas na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Portanto há 14 anos e quatro meses aguardam a apreciação de recurso interposto pelo então Deputado Artur da Távola (PSDB/RJ) e outros parlamentares, para que o Plenário da Câmara dos deputados decida se o referido Substitutivo da Comissão Especial, que apreciou os projetos de lei com poder terminativo, será apreciado pelo Plenário ou se será encaminhado diretamente para o Senado Federal.

Desde o ano passado, a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), instância articuladora das ações indigenistas do Governo Federal, criada por Decreto do presidente da República de 22 de março de 2006, vem impulsionando esforços no sentido de mobilizar os indígenas, o governo e os parlamentares, no sentido de que o

referido recurso contra a decisão da Comissão Especial da Câmara dos Deputados seja submetido à apreciação do Plenário da Câmara.

As Lideranças Indígenas no país têm externado o desejo no sentido de que este recurso seja aprovado, para que a Câmara dos Deputados, analisando por intermédio de uma nova Comissão Especial as emendas de plenário que seriam apresentadas, conclua a apreciação desta tão reclamada deliberação, para que o Senado Federal possa apreciar a matéria como Casa Legislativa revisora.

Diante do avanço agressivo e violento de interesses privados e escusos sobre as terras indígenas, há que se combinar, por fim, um conjunto permanente e articulado de ações que, partindo da mobilização dos povos indígenas e de seus aliados, impulsione a legítima pressão sobre os poderes estatais, seja para coibir e reprimir as violências contra os povos indígenas, seja para impulsionar o funcionamento da máquina administrativa, de forma que se demarquem e garantam a integridade das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, proporcionando-lhes atendimento condigno e diferenciado à saúde e à educação, respeitando-se suas especificidades étnicas e culturais, bem como arregimentando-se o apoio político necessário para adequar a legislação indigenista aos parâmetros constitucionais em vigor. Levando em consideração, ainda, as referências inovadoras da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovando-se um novo “Estatuto da Autonomia dos Povos Indígenas”.

Tabela 10: Ameaçados de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Acre						
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo	05/02/2008	Posseiro do Seringal Novo Amparo		A	Posseiro
Subtotal:				1		
Alagoas						
Água Branca	T.I. Kalankó	14/07/2008	Cacique Paulo Kankaló		A	Liderança
Piranhas	Faz. Lagoa Comprida	24/05/2008	Edir Paulo de Oliveira		A	Liderança
Piranhas	Faz. Lagoa Comprida	24/05/2008	Paulo Vieira da Silva, "Paulinho"		A	Liderança
Piranhas	Faz. Lagoa Comprida	24/05/2008	Gerson		A	Liderança
Subtotal:				4		
Amazonas						
Careiro	T.I. Boa Vista	15/07/2008	Ovídio Carneiro dos Santos Mura		A	Índio
Careiro	T.I. Boa Vista	15/07/2008	Alcir Tuxaua		A	Índio
Envira	T.I. Cacau do Tarauacá/Povo Kulina	03/12/2008	Cacique da T.I. Cacau do Tarauacá		A	Liderança Indígena
Lábrea	Resex Ituxi/Comunidade Vila Vitória	12/08/2008	Américo Teixeira de Sousa Neto		A	Ribeirinho
Lábrea	Resex Ituxi/Comunidade Vila Vitória	12/08/2008	Antônio Vasconcelos de Souza		A	Missionário
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi	25/08/2008	Francisco Mendes Félix, "Chico Caetano"		70	Liderança
Subtotal:				6		
Bahia						
Bom Jesus da Lapa	Quilombo Lagoa das Piranhas	13/08/2008	Miguel Antônio de Souza		A	Liderança
Cachoeira	Com. Quilombola de São Francisco do Paraguaçu	21/12/2008	Crispim dos Santos, "Rabicó"		A	Liderança
Subtotal:				2		
Maranhão						
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	10/12/2008	João Rosa de Sousa Filho		A	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	10/12/2008	Antônio Gaspar Ribeiro		A	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	10/12/2008	Nena Rodrigues do Nascimento		A	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	10/12/2008	José Santana		A	Posseiro
Codó	Faz. Salva Terra/Com. Sta. Rita dos Moisés	01/10/2008	França		A	Liderança
João Lisboa	Faz. Nazaré/Brejão/Mutum/Palmeira	08/09/2008	João Batista Sousa		26	Trab. Rural
Magalhães de Almeida	Fazenda Bebedouro de São Pedro	24/06/2008	Lourival Brandão		A	Liderança
Magalhães de Almeida	Fazenda Bebedouro de São Pedro	24/06/2008	Zevandro		A	Liderança
São Luís	Assentamento Cassaco	15/07/2008	Antônio de Jesus Sousa Amorim		A	Presidente de STR
São Raimundo das Mangabeiras/ Grajaú/ Mirador	Parque Estad. do Mirador/Galheiro, Cabaça, Onça, Ribeiro, Sucuruju, Atoleiro, Estiva e Porcos	26/06/2008	Raimundo da Localidade Ribeiro		A	Posseiro
Subtotal:				10		
Mato Grosso						
Diamantino/ Nova Marilândia/ Nova Maringá	T.I. Estação Paresi/Ponte de Pedra/Faz. São Jorge	01/10/2008	Valmireide Zoromará		42	Liderança Indígena
Subtotal:				1		
Mato Grosso do Sul						
Amambaí/ Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	12/12/2008	Eliseu Lopes		A	Liderança
Subtotal:				1		

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Minas Gerais						
Verdelândia/ São João da Ponte/ Varzelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	26/11/2008	José Carlos Oliveira Neto		A	Liderança
Subtotal:				1		
Pará						
Abaetetuba	Ameaçados de Morte	30/04/2008	Dom Flávio Giovenale		A	Religioso
Altamira	Hidrelétrica Belo Monte/Rio Xingu	12/03/2008	Dom Erwin Krautler***		A	Religioso
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	23/12/2008	Maria de Fátima da Silva Nunes		A	Liderança
Altamira	Ameaçados de Morte	15/01/2008	Roberto Scarpari		A	Ambientalista
Anapu	Ameaçados de Morte	23/12/2008	Ronaldo		A	Trab. Rural
Anapu	Ameaçados de Morte	23/12/2008	Pe. José Amaro Lopes de Souza		A	Religioso
Anapu	Resex do Xingu	31/07/2008	Lauro de Freitas Lopes		A	Liderança
Goianésia do Pará	Faz. da Ciquel/Garimpo da Cruz e da Cutia	19/08/2008	Edilson		A	Trab. Rural
Goianésia do Pará	Faz. da Ciquel/Garimpo da Cruz e da Cutia	19/08/2008	Adivaldo Rodrigues da Silva		26	Trab. Rural
Goianésia do Pará	Faz. da Ciquel/Garimpo da Cruz e da Cutia	19/08/2008	Clodoaldo Souza Silva		40	Trab. Rural
Goianésia do Pará	Faz. Triângulo/Acamp. Nova Esperança	10/08/2008	Degmar Rodrigues Silva		A	Sem - terra
Goianésia do Pará	Faz. Triângulo/Acamp. Nova Esperança	10/08/2008	Filho de Degmar Rodrigues Silva		7	Sem - terra
Goianésia do Pará	Faz. Triângulo/Acamp. Nova Esperança	10/08/2008	Manoel Martins do Nascimento		A	Sem - terra
Goianésia do Pará	Faz. Santa Catarina/Do Pedro	15/04/2008	Raimundo Nonato Filho		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Dona Alzira	29/10/2008	Blindado (Acampado da Faz. Dona Alzira)		A	Sem - terra
Itupiranga	Fazenda Dona Alzira	29/10/2008	Louro (Acampado da Faz. Dona Alzira)		A	Sem - terra
Itupiranga	Serraria e Carvoaria do Júnior e do Carequinha	17/08/2008	Leomar Oliveira da Conceição		18	Trab. Rural
Marabá	Fazenda São João	20/11/2008	José Raimundo Pereira Curuaia		A	Sem - terra
Marabá	Fazenda São João	20/11/2008	Valdemar Ferreira da Silva		A	Sem - terra
Marabá	Fazenda São João	20/11/2008	Adenilde Marques Correia		A	Sem - terra
Marabá/ São Félix do Xingu	Faz. Caiana/Canaiane	23/07/2008	Manuel		A	Trab. Rural
Novo Repartimento	Assentamento Rio Gelado	16/01/2008	Raimundo Dionísio de Carvalho		A	Assentada
Novo Repartimento	Fazenda do Nilton	15/12/2008	Elesbão Ferreira Durval		A	Trab. Rural
Novo Repartimento	Fazenda Santa Rita	24/03/2008	João Carlos das Neves		A	Trab. Rural
Paragominas	Fazenda Bonsucesso	18/02/2008	Trab. da Fazenda Bonsucesso		30	Trab. Rural
Parauapebas	P.A. Cinturão Verde/Faz. Triunfo/V. São Raimundo	28/09/2008	Gilvan de Sena Leal Silva		A	Trab. Rural
Parauapebas	P.A. Cinturão Verde/Faz. Triunfo/V. São Raimundo	28/09/2008	Marcos Dias de Oliveira		A	Trab. Rural
Porto de Moz	Reserva Extrativista Verde para Sempre	23/12/2008	Adernei Gemaque Leal		A	Religioso
Rondon do Pará	Fazenda Bela Vista	01/01/2008	José Feliciano		A	Sem - terra
Rondon do Pará	Fazenda Bela Vista	04/02/2008	Maria Joel		A	Presidente de STR
Rondon do Pará	Acampamento Raio de Sol	28/01/2008	Márcia Bispo da Silva		A	Liderança
São Geraldo do Araguaia	Fazenda do Sebastião Dourado	21/01/2008	Rodrigo Sousa dos Santos		A	Trab. Rural
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Morro Alegre	10/03/2008	Raimundo Bispo Nascimento		A	Trab. Rural
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte/T.I. Parakanã	30/04/2008	Roquevan Alves Silva		42	Liderança
Xinguara	Ameaçados de Morte	30/04/2008	Frei Henri Burin Des Roziers		78	Religioso
Subtotal:				35		
Paraíba						
Ingá/ Juarez Távora	Assent. Novo Horizonte/Quirino	01/01/2008	Bil Pequeno e família		A	Posseiro
Ingá/ Juarez Távora	Assent. Novo Horizonte/Quirino	01/01/2008	José Luís e família		A	Posseiro
Subtotal:				2		
Paraná						

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Cascavel	Complexo Cajati/1º de Agosto/Dorcelina F/Casa Nova/Sirlene César	16/04/2008	Pastor Anglicano Luiz Carlos Gabas		A	Religioso
Ortigueira	Faz. Copramil/Acamp. Terra Livre	31/03/2008	José Damasceno		A	Liderança
Subtotal:				2		
Pernambuco						
Cabrobó	T.I. Truká	16/10/2008	Aurivan do Santos (Neguinho Truká)		A	Liderança Indígena
Iguaraci	Faz. Socorro/Assent. Dom Francisco	25/11/2008	Rafael Lopes Ventura de Araújo		A	Posseiro
Iguaraci	Fazenda Varzinha dos Paulinos	25/11/2008	Vicente Neto da Silva		A	Posseiro
Iguaraci	Fazenda Varzinha dos Paulinos	25/11/2008	Joaquim Manoel Ferreira da Silva		A	Posseiro
Iguaraci	Fazenda Varzinha dos Paulinos	25/11/2008	Maria de Fátima da Silva		A	Posseira
Subtotal:				5		
Piauí						
Currais/ Bom Jesus	Aroeira Correntinho/Com. Sucruiu	31/05/2008	José Ivan de Oliveira		30	Político
Currais/ Bom Jesus	Aroeira Correntinho/Com. Sucruiu	31/05/2008	Maria de Fátima		50	Presidente de STR
Currais/ Bom Jesus	Aroeira Correntinho/Com. Sucruiu	31/05/2008	Cláudia Regina C. E. Santos		32	Ag. pastoral
Currais/ Bom Jesus	Aroeira Correntinho/Com. Sucruiu	31/05/2008	Ramon Paulo Alves da Silva		33	Ag. pastoral
Teresina	Comunidade Serra do Coroatá	31/03/2008	João da Cruz de Araújo		A	Liderança
Subtotal:				5		
Rio Grande do Norte						
Natal/ Ceará-Mirim	Fazenda Santa Rita	15/08/2008	Acampado da Faz. Sta. Rita		A	Sem - terra
Subtotal:				1		
Rio Grande do Sul						
Porto Alegre	Quilombo Alpes	30/11/2008	Rosângela da Silva Elias, "Janja"		A	Liderança
Porto Alegre	Quilombo Alpes	30/11/2008	Volmir da Silva Elias, "Guinho"+		A	Liderança
Porto Alegre	Quilombo Alpes	30/11/2008	Joelma da Silva Elias, "Jô"+		A	Liderança
Subtotal:				3		
Rondônia						
Candeias do Jamari	Gleba Jacundá/P.A. Florestal Jequitibá	12/03/2008	Érica de Oliveira Batista		A	Liderança
Candeias do Jamari	Gleba Jacundá/P.A. Florestal Jequitibá	12/03/2008	Adelino Ramos		A	Liderança
Subtotal:				2		
Roraima						
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	12/01/2008	Gercimar Moraes Malheiros		A	Liderança Indígena
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	20/03/2008	Chico Roberto		A	Político
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	04/07/2008	Clenildo Conceição André		A	Índio
Uiramutã/ Normandia/ Pacaraima	Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	04/07/2008	Cassiano Filho		A	Índio
Subtotal:				4		
Tocantins						
Barra do Ouro	Gleba Tauá	26/01/2008	Raimunda Pereira dos Santos		65	Posseira
Barra do Ouro	Gleba Tauá	26/01/2008	José de Ribamar		A	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	26/01/2008	Deusimar Pereira dos Santos		39	Posseiro
Colinas do Tocantins	Fazenda Santa Teresa	18/11/2008	Sebastião José de Abril (ou Abreu)		52	Trab. Rural
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	02/02/2008	Noginel Batista Vieira		42	Assentado
Subtotal:				5		
Brasil :				90		

Fonte: Setor de Documentação da CPT.

Onde está nosso Deus nos conflitos no campo?

Gilvander Luiz Moreira¹

“As lágrimas são meu pão noite e dia, e todo dia me perguntam: ‘Onde está o teu Deus?’” (Salmo 42,4)

“Esmigalhando-me os ossos meus opressores me insultam, repetindo todo o dia: ‘Onde está o teu Deus?’” (Salmo 42,11)

“Por que diriam as nações: ‘Onde está o Deus deles?’” (Salmo 79,10; 115,2)

Iniciando a conversa

Pediram a mim que fizesse uma análise teológica dos Conflitos no Campo, no Brasil. Eis um bom desafio. O que seria uma análise teológica? Tradicionalmente, entende-se por teologia um estudo sobre Deus e assuntos relativos a Deus: céu, ressurreição, anjos, vida eterna ... Mas, após o Concílio Vaticano II, a partir da vivência das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs -, com a Teologia da Libertação, muda-se o paradigma sobre o fazer teologia. Agora, fazer teologia diz respeito a refletir sobre qualquer assunto a partir da fé no Deus da vida: Deus de Abraão, de Isaac, de Moisés, dos profetas, das profetisas, de Jesus de Nazaré, dos mártires, tais como: Dom Oscar Romero, Chico Mendes, Padre Josimo, Padre Ezequiel Ramim, Irmã Dorothy e os “144 mil” que revelam a presença do Deus solidário e libertador no nosso meio. Nessa nova perspectiva teológica tudo se torna passível de ser teologizado. Nasce assim muitas Teologias específicas: Teologia Negra, que demonstra que Deus não faz distinção de ninguém, de nenhuma etnia. Todos os povos têm a mesma dignidade; Teologia Indígena, que ajuda a percebermos que a terra, as águas e toda a biodiversidade é sagrada. Há uma aura de divino que permeia e perpassa tudo. Logo, os povos indígenas devem ser respeitados na sua cultura e na sua religiosidade e ter os seus direitos assegurados à demarcação de suas terras e tantos outros direitos; Teologia da Água que, em tempos da maior devastação ambiental da história da humanidade, ajuda-nos a crescer em encantamento, veneração e respeito por todas as criaturas da biodiversidade e anima lutas sem trégua em prol da preservação ambiental, numa marcha rumo a uma

sociedade sustentável; Teologia da Mulher, da Economia, da Política, da Ecologia e tantas outras, entre as quais, a Teologia da Terra, dos filhos da terra e da terra dos filhos e filhas de Deus. Neste texto apresentamos alguns aspectos da Teologia da Terra e da Água que podem ajudar a entender onde está Deus nos “Conflitos no Campo”.

Pano de fundo

A ONG WWF divulgou, em 2006, relatório anual sobre as condições de vida e capacidade dos recursos naturais do Planeta Terra. As informações reveladas são alarmantes: “Os seres humanos já usam recursos naturais a uma taxa 25% maior do que a **capacidade do planeta de regenerá-los.**” Se não houver uma mudança de modelo de desenvolvimento e de comportamentos, em 2050 “a **Humanidade** precisará de dois planetas Terra para prover suas necessidades.” Demonstra também que entre 1970 e 2003, o planeta perdeu **30% de sua diversidade biológica**, “o que indica que as extinções estão se acelerando.”²

O relatório do “Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas” (IPCC)³, de 02 de fevereiro de 2007, **é de alerta máximo!** O gelo está derretendo no Polo Norte e no Polo Sul. A água vai ficar mais salgada, as chuvas vão aumentar, o nível dos mares está subindo. As ondas e os ventos vão mudar em frequência e força. Haverá tempestades muito fortes, furacões, mais calor. Isso acontece porque a produção industrial depende de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão ou gás mineral que unidos ao desmatamento em grande escala interferem dras-

1. Frei Carmelita, mestre em Exegese Bíblica, assessor da CPT, CEBs, CEBI, SAB e Via Campesina, em Minas Gerais; e-mail: gilvander@igrejadocarmo.com.br – www.gilvander.org.br

2. Cf. Jornal Folha de São Paulo, Caderno Ciência, edição de 25/10/2006.

3. Cf. www.unisinos.br/_ihu/ - ipcc.ch/meet/meet.html - http://ipcc-ddc.cptec.inpe.br/ipccddcbr/html

ticamente nas condições climáticas do planeta. A “Revolução Industrial” está destruindo o mundo e a própria humanidade.

Nós perdemos a comunhão com o Planeta Terra. Diz a sabedoria popular que “na frente estão as matas, depois o ser humano passa e deixa um deserto”. Dentro de vinte anos a água potável poderá faltar para 40% da humanidade. As empresas transnacionais já estão de olho gordo no “petróleo azul”. Em alguns lugares do planeta a água já é controlada com o poder das armas. A vida na terra está ameaçada, a nossa única casa comum está ficando sem este combustível sagrado: a água.

Os Sem Terra da Via Campesina - entidade internacional, presente em 74 países, composta por Movimentos que lutam pela Reforma Agrária integral - bradam: “Não aceitamos sementes transgênicas. As sementes são (e devem continuar sendo) um patrimônio da humanidade.” Este grito ecoou em várias atividades nos nove Fóruns Sociais Mundiais já acontecidos. A semente está no início e no fim do processo da vida. Quem controla a semente controla o fio da vida e o mercado. Primeiro tentaram patentear as sementes. 97% das sementes transgênicas servem mais para as transnacionais venderem seus herbicidas e produtos químicos. Quem quer impor os transgênicos quer acabar com 12 mil anos de evolução das sementes. Estão preparando também a semente exterminadora do futuro, a que gera sementes estéreis. Uma equação matemática necessária hoje é **TERRA + SEMENTE NATURAL = SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR**. Enfim, sem semente natural não há alimentação de qualidade, nem povo e nem nação.

A humanidade vive uma das maiores encruzilhadas da história humana. Das duas uma: ou nos salvamos todos ou pereceremos todos. Desta vez não haverá uma arca de Noé para salvar um casal de cada espécie. “Ou o ser humano se torna o anjo protetor da Mãe Terra e da Irmã Água ou ele será o anjo exterminador da nossa única casa comum, o planeta Terra”. Ou recriamos a vida com relações e estruturas de fraternidade ou vai acontecer a extinção da raça humana com uma infinidade de outras espécies.⁴

O modo de produção capitalista, o mais insustentável de todos, está assassinando a Terra, nossa única casa comum, que é viva, sagrada e nossa mãe. Eis um imperativo vital: cuidar de todo ser vivo. Deve reinar em nossos corações a integridade e uma justiça sociocósmica. Nós somos parte da terra. Entramos e saímos da vida o tempo todo.

A CARTA DA TERRA, que é a Bíblia do planeta Terra, nos mostra que a Terra é viva. Devemos partir das revoluções moleculares, começando a partir de nós mesmos. Queremos paz perene com compromisso, mas não pacificação. Diálogo consigo mesmo, com o outro, com os antepassados, com o futuro, é o que delinea novos horizontes. Isso implica superar a ideia de que o ser humano foi colocado na terra para dominar e subjugar toda a criação.

Os astronautas, ao contemplarem a Terra de fora dela, exclamaram: “É pequena. Cabe na palma da nossa mão. Olhando de cima, não há distinção entre humanidade e Terra. É uma coisa só”. Essa visão está em consonância com o relato da criação o qual diz que o ser humano foi criado do barro. O nome Adão vem de Adamah (= terra fecunda). Somos terra fértil, húmus. O nome Adão quer dizer “filho da terra fértil”. Há uma grande unidade em tudo. Pouco mais de 100 elementos constituem tudo. Somos um elo vivo da grande rede da vida. Das bactérias até nós todos, existem os mesmos elementos. Somos um alfabeto vivo: cada letra só tem sentido unida com outras. Somos todos interdependentes. A nova Física e a Física Quântica nos ensinam que “tudo no universo tem a ver com tudo em todos os pontos.” Há uma inter-retrodependência. Dependemos uns dos outros, entre nós, “de trás pra frente e de frente pra trás”. A comunidade de vida, composta por humanos e não humanos, forma um organismo único, universal.

Nós, agentes da Comissão Pastoral da Terra – CPT – atuamos solidariamente junto aos sem-terra (os excluídos do campo, desorganizados) e os Sem Terra (camponeses em processo de organização e atuantes em lutas concretas) não apenas por motivações sociológicas e/ou filosóficas. A ira divina e o espírito profético, que movia os profetas e as profetisas da Bíblia, nos impulsionam para, além da solidariedade

4. Cf. BOFF, Leonardo, Do iceberg à Arca de Noé, O nascimento de uma ética planetária, Rio de Janeiro, Ed. Garamond Ltda, 2002.

com os camponeses empobrecidos e excluídos, denunciarmos as injustiças que rondam o campo brasileiro. Os povos da Bíblia, exilados na Babilônia, espezinhados nas garras do império de Nabucodonosor, estando longe do templo, que era a casa de Deus; longe da terra conquistada, que era sinal da bênção de Deus; sem a presença dos grandes profetas, tais como, Elias, Isaías, Oséias, Amós, se perguntavam: “Onde está nosso Deus?” Exilado na própria terra, na Babilônia chamada Brasil, o povo Sem Terra busca e sente a presença amorosa do Deus solidário e libertador na marcha de libertação da mãe-terra.

O “Conflitos no Campo Brasil”, da CPT, há 24 anos, com muita diligência, presta esse serviço à sociedade brasileira. A publicação começou pequena e vem, ano a ano, engrossando, porque, por um lado – infelizmente, crescem os conflitos no Campo; por outro lado, cresce - graças a Deus e a muita luta - a capacidade de sistematização e de reflexão sobre os conflitos.

A violação dos direitos sagrados dos bens da terra e dos povos da terra, no Brasil, iniciou-se com a invasão do país pelos brancos portugueses. Os povos indígenas, que falavam mais de 1200 línguas, em 1500, foram golpeados com a instalação da Empresa Brasil. O segundo versículo da Bíblia diz que o Espírito de Deus “paira” sobre as águas, melhor dizendo, choca as águas, acaricia as águas, envolve as águas, está nas águas. Águas, em Gênesis 1,2, é símbolo da realidade. Logo, o/a autor/a do texto bíblico queria assinalar que a luz e a força divina permeiam e perpassam tudo, estão em tudo. Infelizmente, os portugueses, ao aportarem por aqui, não perceberam isso nos povos indígenas e nem na riquíssima biodiversidade aqui encontrada: um “paraíso terrestre”.

De 1500 para cá, profetas e profetisas ergueram sempre a voz contra os desmandos e arbitrariedades cometidos contra os camponeses. A escravidão foi denunciada por uns e apoiada pelos que lucravam com ela. A CPT, hoje, tem a grandeza de continuar pondo o dedo numa das maiores feridas, ainda aberta, que são multidões de seres humanos submetidos à situação análoga a de escravidão. São milhares de denúncias de trabalho escravo, anualmente. Uma equipe móvel do Ministério do Trabalho, com auxílio da Polícia Federal, vem resgatando mais de cinco mil trabalhadores anualmente. Nem sempre as multas são pagas. E não se dá aos trabalhadores resgata-

dos condições mínimas de sobrevivência, fazendo com que, em algumas situações, eles acabem sendo escravizados novamente. Isso é muito bem demonstrado nos filmes-documentários “Nas terras do bem virá”, “Tabuleiro da Cana: Xadrez de cativo”, “Bagaço” e “Terras de Quilombos”. Esse aviltamento da dignidade humana é um pecado que clama aos céus. O Deus da vida conta conosco para que essa chaga seja curada, o que só se resolverá com Reforma Agrária na perspectiva dos pequenos da terra. Enquanto a prioridade for o agronegócio, os camponeses, a mãe terra e a irmã água continuarão sendo profanados.

A iníqua estrutura fundiária brasileira continua sendo uma ignomínia. Manter a concentração da propriedade da terra é uma traição completa ao projeto do Deus da vida que se comoveu com o sofrimento do povo e desceu para libertá-lo das garras do imperialismo dos faraós do Egito. Assim como Moisés, Miriam e as parteiras que protagonizaram o processo de libertação dos camponeses escravizados no Egito, milhares de lideranças camponesas, movidas pelo espírito de Zumbi dos Palmares, de Antônio Conselheiro, do monge José Maria - líder do Contestado -, de Francisco Julião, das Ligas Camponesas, de Padre Josimo, da CPT, vêm empreendendo uma luta titânica em prol da reforma agrária tão necessária e sistematicamente “empurrada com a barriga” pela classe política brasileira que “reza na cartilha” do lobby da bancada ruralista no Congresso Nacional. Esta falseia o direito criando leis que dificultam a realização da reforma agrária. “Os profetas gritavam: *“Ai dos que ajuntam casa a casa, reúnem campo a campo, até que não haja mais lugar, e ficam como únicos moradores no meio da terra!”* (Isaías 5,8). Parodiando, devemos bradar: Ai dos políticos profissionais, escória da política brasileira, e de empresários latifundiários que não ouvem os clamores das mais de 200 mil famílias de sem-terra abrigados debaixo de lonas pretas, insistindo no elementar direito de ter um pedacinho de terra para criar com dignidade seus filhos. Ai de quem não aprova Emenda Constitucional que determine a expropriação de fazendas onde for encontrado trabalho escravo ou plantações de droga.

Segundo a Bíblia, a terra pertence a Deus (Lev 25,23); deve repousar de sete em sete anos, deve alimentar seus filhos, deve passar de pais para filhos. Na terra

Brasil, infelizmente, a terra é cobiçada como mercadoria, como fonte de poder, de coronelismo. Está concentrada em poucas mãos gananciosas para garantir que uma multidão de “vidas secas” continue migrando para as periferias das grandes cidades de modo a reforçar o imenso exército de reserva. A concentração da propriedade tem a função de ser uma espada de Dâmoles na cabeça dos trabalhadores, pois os patrões dizem sempre assim: “Contente-se com seu salário e agrade à empresa, pois há uma legião de desempregados que estão de olho no seu emprego”. O Deus da vida e todos nós da CPT nos comovemos com a dor dos deserdados da terra e por isso denunciemos a transformação da terra em mercadoria, o aniquilamento da dignidade humana e o aviltamento da beleza e da riqueza espiritual existente em toda a biodiversidade.

A CPT, nos conflitos pela terra, inspirada pelos ensinamentos de Jesus de Nazaré e pela prática libertária dos profetas e profetisas da Bíblia, solidariza-se com os camponeses sem-terra e luta ao lado deles pela partilha da mãe terra. Defende a vida ameaçada. Assim, percebemos que reforma agrária é evangelho para os sem-terra, uma ótima notícia, mas é péssima notícia para os latifundiários que insistem em concentrar a terra em suas mãos, sequestrando o que é de todos e, como Caim, seguir assassinando camponeses, que são outros Abeis (Gn 4,8). O sangue dos 28 camponeses assassinados em 2008 clama por justiça. A pergunta de Deus dirigida a Caim, dirige-se também aos jagunços e mandantes dos assassinatos: “Onde está teu irmão?” Acompanhando o povo sem-terra podemos dizer que devemos amar todas as pessoas, mas não dá para amar todo mundo do mesmo jeito. Devemos amar os sem-terra colocando-nos ao lado deles para com eles lutar pelos seus direitos. Devemos amar os latifundiários e os empresários do agronegócio, lutando para retirar das mãos deles as armas de opressão: o latifúndio, o Poder Judiciário que impede o acesso de todos à propriedade, a manutenção dos índices de produtividade defasados há 33 anos, a privatização da terra. Somente assim os milhões de camponeses empobrecidos terão direito à vida.

Nos últimos anos, no campo brasileiro, temos assistido a uma investida muito forte das grandes empresas transnacionais que estão disseminando monoculturas que causam uma tremenda devastação

ambiental, expulsam o povo para as periferias das cidades e diminuem a produção de alimentos. Isso tudo dentro de uma política segundo a qual “importa exportar”. Assim, a soberania sobre o território brasileiro fica cada vez mais vulnerável, pois um território sem povo é um território sem soberania. Esse fato nos lembra as primeiras comunidades cristãs que, oprimidas pelo império romano, denunciavam o privilégio aos produtos para exportação. Relendo a história do povo e analisando a conjuntura, o livro do Apocalipse denuncia a injustiça institucionalizada que apregoava: “Um litro de trigo por um denário e três litros de cevada por um denário! Quanto ao óleo e ao vinho, não causes prejuízo.” Quer dizer, o preço dos alimentos básicos – trigo e cevada – para o povo estava caríssimo, pois um trabalhador ganhava, normalmente, um denário por dia. Assim, tinha que trabalhar um dia inteiro sob o sol escaldante para comprar um só litro de trigo, “feijão e arroz” do povo daquela época. Mas, os produtos direcionados à exportação – óleo e vinho - não podiam sofrer com as crises. Logo, garantir superávit primário, continuar pagando juros absurdos da dívida pública, repassar dinheiro público para sustentar a engrenagem de empresas que, via de regra, só buscam acumular lucros e mais lucros, tudo isso se enquadra em um projeto imperialista que desagrada profundamente o Deus da vida e seus filhos.

Ocupação de terras, luta profética

Em inúmeras passagens bíblicas, os profetas e as profetisas bradam, em nome do Deus da vida: “Queremos a justiça e o direito”. Isso não se mendiga, conquista-se na luta.

As mulheres parteiras do Egito – a Bíblia registra os nomes de duas: Séfora e Fua (Êxodo 1,8-22) -, diante de uma “medida provisória” (= “Decreto-Lei”) que mandava matar as crianças do sexo masculino, organizaram-se e fizeram greve e desobediência civil. “Não vamos respeitar uma lei autoritária do império dos faraós. O Deus da vida quer respeito à pessoa e não concorda com a matança de crianças e com nenhuma opressão”, diziam em seus corações as Mulheres do “sistema de saúde” do Egito. Diz a Bíblia: “Deus estava com as parteiras. O povo se tornou numeroso e muito poderoso” (Ex 1,20), isto é, crescia em quantidade e em qualidade.

Os evangelhos da Bíblia⁵ relatam que Jesus, próximo à maior festa judaico-cristã, a Páscoa, impulsionado por uma ira santa, ocupou o templo de Jerusalém, lugar mais sagrado do que o laboratório e a sede da Aracruz que tem a cruz no seu nome, mas uma cruz de sangue e dor que ela impõe aos pobres da terra e à terra dos pobres. Furioso como todo profeta, ao descobrir que a instituição tinha transformado o templo em uma espécie de Banco Central do país + sistema bancário + bolsa de valores, Jesus “fez um chicote de cordas e expulsou todos do templo, bem como as ovelhas e bois, destinados aos sacrifícios. Derramou pelo chão as moedas dos cambistas e virou suas mesas. Aos que vendiam pombas (eram os que diretamente negociavam com os mais pobres porque os pobres só conseguiam comprar pombos e não bois), Jesus ordenou: “Tirem estas coisas daqui e não façam da casa do meu Pai uma casa de negócio” (Jo 2,16). Essa ação de Jesus foi o estopim para sua condenação à pena de morte. Mas Jesus ressuscitou e vive também em milhões de mulheres e homens camponeses Sem Terra que não aceitam mais a opressão do latifúndio e da iníqua estrutura fundiária brasileira.

Movidos pelo espírito de Jesus de Nazaré e de todos os profetas e profetisas da Bíblia e mártires da luta pela Reforma Agrária, os Sem Terra seguem na luta cobrando o cumprimento da Constituição Federal de 1988. Para isso, sabem que sem exercitar desobediência civil não terão nenhuma conquista social e, pior, serão cada vez mais excluídos. Por isso ocupam latifúndios como forma de realizar a tão sonhada e necessária reforma agrária.

Ocupação coletiva de terras é diferente de invasão com o fim de turbar a propriedade. A jurisprudência atesta isso. Dyrceu Cintra Júnior, no livro *Questões agrárias*, pondera: “O bem jurídico propriedade só existe enquanto bem constitucionalmente garantido – um direito público subjetivo – se cumprir sua função social. Tanto que não a cumprindo, fica autorizada sua negação máxima, a desapropriação”. O ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, do Superior Tribunal de Justiça, em 1997, afirmou que a postulação da reforma agrária “não pode ser confundida, identificada com o esbulho possessório, ou a alteração de limites”, é “expressão do direito de cidadania”.

Evandro Lins e Silva, no prefácio do livro *A ação política do MST*, reconheceu nas ações de ocupação um direito fundamental: “Os conflitos no campo e as ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST -, ocupando latifúndios, terras devolutas, prédios públicos - são formas de pressão - o que querem os trabalhadores é assegurar a almejada conquista da igualdade social.”

Ocupação de terra é a forma mais eficiente e eficaz para forçar os governos a cumprir a tarefa da política agrária e tornou-se necessária e legítima como meio para a desapropriação, que é caminho para a reforma agrária. As desapropriações e os assentamentos se concentraram nas regiões de conflitos mais intensos exatamente porque ali ocorreram ocupações de terra. A luta pela terra só tem êxito quando há ocupação. Às ocupações o governo responde com uma política de assentamentos nas áreas de conflito. Sem ocupação, não sai reforma agrária.

A opção pela ocupação de latifúndios improdutivos mostra que reforma agrária vai muito além da questão da posse da terra. O processo de ocupação tem um significado especial para os próprios sem-terra. A decisão de apoderar-se de uma propriedade privada e nela estabelecer-se não é tarefa fácil, pois requer maturidade, coesão, disciplina e luta que gera a esperança. O MST ocupa, porque sabe que tipo de reforma agrária precisa: massiva, rápida e que mude a iníqua estrutura fundiária do país e haja justiça social com sustentabilidade ecológica.

“A ação das Mulheres da Via Campesina, na sede da Aracruz Celulose, está em consonância com as ações de Gandhi e Martin Luther King Jr., mártires dos oprimidos. Elas e eles fizeram desobediência civil: desafio a leis injustas sem agredir pessoas. Como gesto extremo, querem acordar consciências anestesiadas que são cúmplices de sistemas opressivos. A não violência de Gandhi e Luther King não diz respeito às coisas, mas, sim, às pessoas humanas”, pontua Plínio de Arruda Sampaio⁶. O boicote do sal e do tecido inglês na Índia, o dos ônibus segregacionistas no Sul dos Estados Unidos e tantos outros movimentos de desobediência civil em todo o mundo causaram grandes prejuízos materiais aos capitalistas, mas trouxeram conquistas para a humanidade.

5. Mateus 21,12-13; Marcos 11,15-19; Lucas 19,45-46 e João 2,13-17.

6. Cf. FSP, 24/03/2006, p. A3.

Para os capitalistas, a terra, as águas, as sementes, o ar, as matas, a justiça e o direito são recursos que devem ser explorados conforme seus interesses econômicos. Para os camponeses Sem Terra, esses elementos da natureza são dádivas e base da vida, não têm preço e jamais podem ser mercantilizados.

O Deus da vida e da esperança está nos camponeses Sem Terra em movimento e no Movimento dos camponeses Sem Terra.

Resgatando a Teologia da Criação

Há tribos indígenas que contam o seguinte mito para explicar o nascimento da lavoura na roça: O pai ia pescar. Ao voltar, a filha sempre perguntava: “O que pescou papai?” O pai respondia assobiando. A filha disse à mãe: “Cave a terra e me enterre até o pescoço.” Após sete dias, o pai, estranhando o fato de a filha ter sido semienterrada, voltou ao local e, surpreso, constatou que a menina semienterrada tinha se transformado em uma roça de todos os tipos de cereais, verduras e frutas. Assim nasceu a roça, revelando a ligação umbilical entre a terra e a mulher.

Uma índia, ao arrancar a mandioca, conversa com a planta, um ser vivo. Não há separação entre nós e o “meio ambiente”. A comunidade de vida, composta por humanos e não humanos, forma um ambiente inteiro.

O movimento negro que luta contra o racismo diz: “Nosso início não está nas senzalas, mas na liberdade da África”. O autor bíblico queria dizer: no início está a criação, o espírito de Deus presente e envolvendo tudo. Não começamos no pecado, mas na liberdade da maravilha da criação, que se dá na evolução. Evolui-se criando e cria-se evoluindo.

“O Espírito (ruah, em hebraico) ‘pairava’ sobre as águas” (Gen 1,2b). O sopro divino (ruah) “agitava, revolvia, sagazeava, bailava, tocava, acariciava, abraçava, envolvia, chocava” as águas. Javé respirava nas águas. Namorava as águas. Talvez possamos dizer: Ruah e água não são duas realidades. Trata-se da mesma realidade sob ângulos diferentes. São “carne e unha”, inseparáveis. Em Gênesis 1,2b “água” é símbolo da realidade. Tudo é água, pois água está

em tudo. Logo, não podemos entender água apenas no sentido físico. O autor bíblico quer dizer que o espírito de Deus está em tudo, permeia e perpassa tudo. Em tudo está uma aura de divino, de sagrado. Existe água não só nos rios, mas em tudo há água: em todos os corpos, em todos os seres vivos. A terra é um grande ser vivo, chamada por muitos de Gaia. Todos os seres vivos integram, mantendo identidades próprias, em uma grande sinfonia, o ser maior: o planeta Terra.

A Criação é boa, é muito boa⁷, é beleza, é o ato primeiro. E Deus viu que a luz era boa, a terra, as águas, o firmamento, plantas, verduras, árvores frutíferas. Tudo é uma beleza e irradia a luz e a força divinas.

Sentindo a falta de terra que era sinal da bênção de Deus, o povo da Bíblia resgata as origens revelando um grande encantamento e reverência pela terra. Sente-se filho da terra.

Na teologia tradicional e na prática pastoral, por séculos e séculos, enfatizou-se demasiadamente, quase de forma absoluta, a exortação de Gen 1,26 em que Deus diz: “Façamos o ser humano à nossa imagem e semelhança e que ele domine sobre todos os ‘animais’”. Uma interpretação ao pé da letra deste versículo resulta em vários problemas.

Não é somente o ser humano que é “imagem e semelhança” de Deus. É claro que há uma distinção e especificidade entre os seres humanos e os outros seres vivos, mas há beleza, grandeza e graça divina em todos os seres criados por Deus. Urge superarmos o antropocentrismo que tem feito tantos estragos à história humana.

A exortação para que o ser humano “domine vários seres vivos” – não todos – não pode também ser entendida no sentido de subjugar, dominar e tyrannizar sobre todos e tudo. A “dominação” é circunscrita, não é sobre tudo e muito menos sobre todos os seres vivos.⁸ Além do mais, temos que recordar a ênfase dada na segunda versão sobre a criação (Gen 2,4b-25), sobre o “cultivar, pastorear, ser jardineiro”. Olhando a totalidade das duas versões da criação (Gen 1,1-2,4a e Gen 2,4b-25) temos que concluir que o espírito de Deus pede cuidado, pastoreio e manuseio responsável socioecológico e jamais incentiva a

7. Cf. Gênesis 1,1-31, especialmente Gen 1,10.12.18.21.25.31.

8. Estão na lista de seres a serem “dominados” peixes do mar, aves do céu, animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra. Somente esses! Não estão na lista os peixes dos rios, não todo tipo de ave, nem os animais selvagens. O texto explicita que a dominação seja sobre todas as feras e répteis.

dominação e a depredação como, infelizmente, o modelo capitalista de desenvolvimento vem fazendo.

Em Gênesis de 1 a 7 repete-se 19 vezes a expressão “segundo sua espécie”. Aparece em “semente, segundo sua espécie; ervas e frutos, segundo sua espécie; aves segundo sua espécie; animais, segundo sua espécie; tudo o que vive segundo sua espécie”⁹. Essa insistência em enfatizar a beleza e a grandeza da biodiversidade demonstra o sonho de transfigurar a terra e transformá-la em um jardim, rico em biodiversidade, sendo o ser humano um jardineiro, cuidador de todos e de tudo.

O primeiro relato da Criação (Gen 1,1-2,4a) mostra o ser humano profundamente ligado, interconectado, a todas as criaturas do universo. De uma forma poética, o relato bíblico insiste na fraternidade de fundo que existe entre todos os seres vivos que são uma beleza. Deus, ao criar, sempre se extasia diante de todas as criaturas e exclama: “Que beleza! Bom! Muito bom!” O poeta cantor e compositor das Comunidades Eclesiais de Base, José Vicente, capta muito bem a mística que envolve, permeia e perpassa todo o relato da Criação: “Olha a glória de Deus brilhando ...”, em todos e em tudo.

O segundo relato da Criação (Gen 2,4b-25) mostra o ser humano intimamente ligado com a terra e com as águas. “Não havia nenhuma vegetação, porque Javé Deus não tinha feito chover sobre a terra e não havia homem para cultivar o solo.” (Gen 2,5). Dois seres imprescindíveis e interdependentes para que o mundo se transforme em um paraíso com sociobiodiversidade: água e ser humano. A água, junto com a terra, é a mãe da vida. Sem ela, tudo morre. Assassinar uma nascente, poluir um rio, deve ser considerado pecado grave e crime hediondo. O ser humano é outro ser imprescindível, mas como cultivador, jamais como explorador e depredador.

“Um manancial brotava da terra” (Gen 2,6). Essa afirmação revela a íntima relação entre terra e água que é como “carne e unha”. Uma não pode existir sem a outra. A água é o sangue da terra: Gaia, grande ser vivo. “Javé Deus esculpiu o ser humano com a argila do solo.” (Gen 2,7). Além de ser mãe das águas, a terra, umedecida e fertilizada pela água, aparece também como mãe do ser humano. No princípio era a água e a terra; e a água e a terra se tornaram “carne”: criaturas todas do universo. Não somos apenas filhos e filhas da água e da terra. Somos mais. Somos água e terra que sente, que canta, que pensa, que ama, que deseja, que cria ... Deus cria a partir das águas e da terra. Só podemos ser cocriadores a partir das águas e da terra. Quem não defende, não respeita e não tem uma relação de veneração e de encantamento para com as águas e a terra não pode ser criativo. Estará jogando no time dos assassinos da nossa mãe, irmã e nosso próprio ser: a água e a terra. Somos tão filhos/as das águas e da terra quanto somos filhos/as de Deus.

Segundo o relato bíblico de Gn 2,1-10.15 a terra é vocacionada para ser um jardim de Deus e o ser humano, um jardineiro. Para povos de regiões áridas, a primeira obra de Deus foi viabilizar a chuva sobre a terra e irrigar uma região quase desértica. Um dia, a falta da água gerou a seca e a fome em toda a região de Canaã. Os hebreus foram obrigados a migrar para o Egito (Gn 47). Lá se multiplicaram e foram oprimidos pelo império dos faraós (Ex 1). Os hebreus escravos gritaram a Deus e este veio libertá-los, conduzindo-os da escravidão para a terra da liberdade, passando pelo Mar Vermelho que se abriu em duas partes, deixando-os passar, em meio às águas, a pé enxuto (Ex 14). Fato semelhante aconteceu quando, mais tarde, conduzidos por Josué, os hebreus, já reunidos no mesmo povo israelita, atravessaram o rio Jordão, a pé enxuto, para entrar na posse da terra de Canaã (Js 3-4).

Frei Gilvander Luiz Moreira,
e-mail: gilvander@igrejadocarmo.com.br
www.gilvander.org.br
Belo Horizonte, 07/04/2009.

9. Cf. Gênesis 1,11.12 (duas vezes).21.24 (duas vezes).25(três vezes); Gen 6,19.20 (quatro vezes); Gen 7,3.14 (quatro vezes).



Foto: Jornada de Lutas em Alagoas - arquivo CPT Alagoas

Manifestações

Ocupações, acampamentos e assentamentos: o descompasso entre a luta pela terra e a política agrária do governo Lula*

Paulo Alentejano

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da FFP/UERJ, coordenador do GeoAgrária - FFP/UERJ e integrante da Diretoria da ABRA.

Tiago Lucas Alves da Silva

Professor de Geografia, integrante da GeoAgrária - FFP/UERJ.

Introdução

O início do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não gerou nas organizações e movimentos sociais rurais a mesma expectativa que o primeiro mandato, isto porque a experiência da reforma agrária do período 2003-2006 já indicava que não se deveria esperar grandes avanços no segundo mandato, ao contrário, vários fatos apontavam para um cenário ainda mais problemático. Em primeiro lugar, o tema da reforma agrária esteve praticamente ausente do debate eleitoral; segundo, a expansão do agronegócio e sua contribuição para os saldos da balança comercial apontavam para o reforço deste modelo. Ainda mais com as expectativas geradas em relação aos negócios ligados aos agrocombustíveis, em especial o álcool (etanol).

Diante deste cenário negativo, esperava-se uma intensificação das lutas e mobilizações por parte dos

movimentos sociais rurais. Assim, em texto publicado neste mesmo relatório ano passado afirmávamos:

“Tudo indica que, ao se agravar o quadro de concentração fundiária pela própria política do governo com o foco de sua política agrária no latifúndio moderno-colonial (agronegócio) e pela timidez da Reforma Agrária, esse quadro deva ser revertido ao longo do ano de 2007 com o aumento das mobilizações e das lutas.” LACERDA, PORTO-GONÇALVES & ALENTEJANO, 2007.

Infelizmente, a análise dos dados referentes a ocupações de terra e acampamentos de trabalhadores rurais no ano de 2007 não confirmou tal previsão, ao contrário, há mais continuidades que rupturas em relação à dinâmica da luta pela terra no Brasil, com destaque para a redução do número de ocupações e acampamentos em relação a 2006, embora tenha havido ligeira elevação no número de famílias em ocupações. Comparados à média anual do primeiro governo Lula, os números de 2007 são ainda mais baixos, como pode ser observado nas Tabelas 1 e 2.

Isto indica que os movimentos sociais rurais não foram capazes de superar os obstáculos colocados pela política de cooptação/desmobilização levada a cabo pelo governo Lula nos últimos anos. Como

Tabela 1 – Ocupações de terra – Brasil – 2003-2007

	Ocupações	%	Famílias em Ocupações	%	Média de Famílias em Ocupações
2003	391	22,7	65552	26,8	167,65
2004	508	29,5	80368	32,8	158,20
2005	437	25,4	54427	22,2	124,55
2006	384	22,3	44364	18,1	115,53
Média 2003-2006	430	100	61178	100	142,27
2007	364		49158		135,04

Fonte: CPT

* Agradecemos os comentários das equipes do Grupo de Estudos em Geografia Agrária (GeoAgrária-FFP-UERJ) e do Laboratório de Estudos em Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO-UFF), em especial do coordenador do LEMTO-UFF, Carlos Walter Porto-Gonçalves.

Tabela 2 – Acampamentos de trabalhadores rurais sem terra – Brasil – 2003/2007

	Acampamentos	%	Famílias Acampadas	%	Média de Famílias Acampadas
2003	284	47,8	59082	54,5	208,03
2004	153	25,8	21851	20,2	142,82
2005	90	15,2	17233	16,0	191,48
2006	67	11,3	10259	9,5	153,12
Média 2003-2007	148,5	100	27106,3	100	182,53
2007	48		6299		131,23

Fonte: CPT

decorrência disto, ao contrário do primeiro mandato, quando os movimentos conseguiram pautar a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, durante todo o ano de 2007 nenhuma novidade foi produzida nesta direção. Analisemos mais detidamente os dados acerca das ocupações e acampamentos de 2007 antes de contrapô-los aos dados sobre assentamentos.

Ocupações e acampamentos em 2007

Em 2007 foram realizadas 364 ocupações de terra em 270 municípios distribuídos por 22 das 27 unidades da Federação (26 estados mais Distrito Federal), sendo que os cinco estados com maior número de ocupações no ano de 2007 foram respectivamente São Paulo (75), Alagoas (44), Pernambuco (41), Bahia (37)

e Pará (29). Somadas as ocupações realizadas nesses cinco estados totalizam 226, o que corresponde a 62,1% das ocupações realizadas em todo o país no ano de 2007. Do ponto de vista regional¹ o Centro-Sul aparece como a região com maior número de ocupações (47,8% do total), seguido do Nordeste (39,6%) e finalmente a Amazônia com apenas (12,6%). Essa proporção praticamente mantém-se em relação ao número de municípios onde foram realizadas as ocupações, porém, sofre variações quando consideramos o número de famílias envolvidas, pois, nesse caso, os percentuais do Centro-Sul (43,9%) e do Nordeste (42,5%) praticamente se equivalem, indicando um caráter mais massivo das ocupações nordestinas.

No ano de 2007 foram realizados acampamentos em

Tabela 3 - Ocupações de Terra por Regiões Geoeconômicas - 2007

Região	Nº de Ocupações	%	Nº de Municípios	%	Nº de Famílias	%
Nordeste	144	39,6	103	38,1	20883	42,5
Amazônia	46	12,6	39	14,4	6712	13,7
Centro-Sul	174	47,8	128	47,4	21563	43,9
Brasil	364	100	270	100	49158	100

Fonte: CPT

16 estados. Os estados com maior número de acampamentos são Paraná (10), Rio Grande do Sul (7), São Paulo (6), Alagoas (5), Bahia (3), Goiás (3) e Paraíba

(3), que somados correspondem a 77,0% do total de acampamentos.

Considerando-se as regiões geoeconômicas, verifica-

1. Para fins desse trabalho, a Amazônia inclui os estados da região Norte e mais o Maranhão e o Mato Grosso aproximando-se, assim, da área da Amazônia Legal. Para manter a coerência, o estado do Maranhão foi excluído da região Nordeste e o estado do Mato Grosso foi excluído da região Centro-Oeste. A região Centro-Sul engloba todos os estados das regiões Sul e Sudeste e ainda os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal.

se que a maior parte dos acampamentos foi organizada na região Centro-Sul (62,5%), seguida do Nordeste (29,2%) e por último da Amazônia (8,3%). No que diz respeito ao número de municípios onde estas ações se deram os percentuais são praticamente os mesmos, porém, quan-

to ao número de famílias acampadas aumenta significativamente a participação do Nordeste, que aparece em primeiro lugar, à frente do Centro-Sul, indicando, tal como no caso das ocupações, o caráter mais massivo das ações no Nordeste.

Tabela 4 - Acampamentos por Regiões Geoeconômicas - 2007

Região	Nº de Acampamentos	%	Nº de Municípios	%	Nº de Famílias Acampadas	%
Nordeste	14	29,2	13	28,9	2691	42,7
Amazônia	4	8,3	4	8,9	926	14,7
Centro-Sul	30	62,5	29	64,4	2682	42,6
Brasil	48	100	46	100	6299	100

Fonte: CPT

Quando tomamos o conjunto das ações dos movimentos sociais rurais (ocupações + acampamentos) o Centro-Sul se destaca em termos do número de

ações, com quase metade do total (49,5%), seguido do Nordeste e do Norte.

Tabela 5 - Ações dos Movimentos Sociais Rurais por Regiões Geoeconômicas - 2007

Região	Nº de Ocupações	%	Nº de Acampamentos	%	Total de Ações dos MSRs	%
Nordeste	144	39,6	14	29,2	158	38,3
Amazônia	46	12,7	4	8,3	50	12,2
Centro-Sul	174	47,8	30	62,5	204	49,5
Brasil	364	100	48	100	412	100

Fonte: CPT

Já em relação ao número de famílias envolvidas nas ações, Centro-Sul e Nordeste apresentam praticamente o mesmo percentual (43,7% contra 42,5% respectivamente), o que indica que a média de

famílias mobilizadas nas ações na região Nordeste é superior a do Centro-Sul, conforme já indicáramos quando analisamos os dados de ocupações e acampamentos.

Tabela 6 - Números de Famílias em Ações dos Movimentos Sociais Rurais por Regiões Geoeconômicas - 2007

Região	Nº de Famílias em Ocupações	%	Nº de Famílias Acampadas	%	Total de Famílias nas Ações dos MSRs	%
Nordeste	20883	42,5	2691	42,7	23574	42,5
Amazônia	6712	13,6	926	14,7	7638	13,8
Centro-Sul	21563	43,9	2682	42,6	24245	43,7
Brasil	49158	100	6299	100	55457	100

Fonte: CPT

Portanto, os dados sobre as ações dos movimentos sociais rurais em 2007, confirmam uma tendência de longo prazo evidenciado em análises anteriores², qual seja, a concentração no Centro-Sul e secundariamente no Nordeste das ações dos movimentos sociais rurais. Por oposição, como veremos adiante, os assentamentos têm se concentrado na Amazônia, caracterizando o que denominamos de descolamento geográfico entre a luta pela terra e a política de reforma agrária.

A política agrária do governo Lula frente à ação dos movimentos sociais rurais

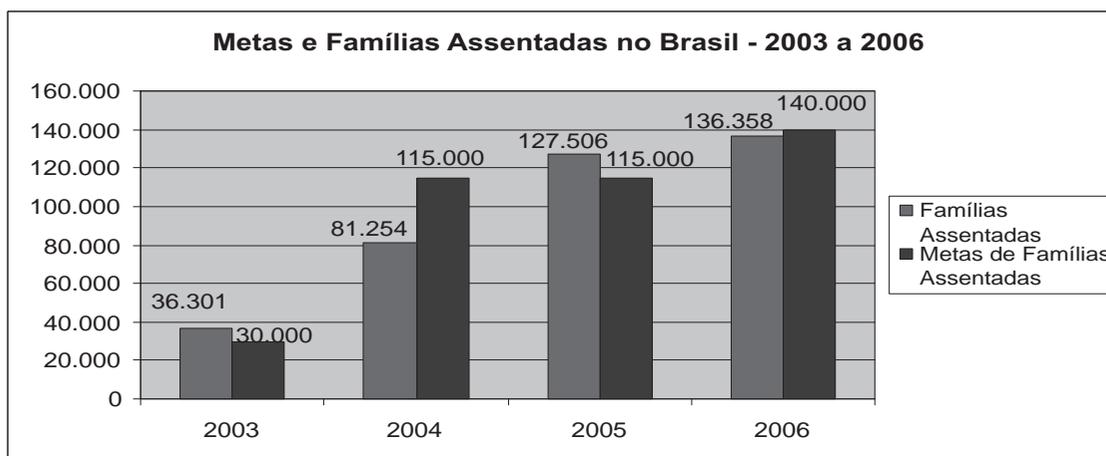
O ano de 2007 já se encerrou e com ele as metas do II PNRA. Em que pese o fraco alcance das metas previstas no Plano, a questão agrária durante os cinco primeiros anos de governo Lula foi marcada pela

intensificação da luta pela terra no início do governo e pela sua gradual queda ao longo do tempo, fruto, entre outros motivos, da não realização das promessas feitas aos trabalhadores do campo.

O governo Lula não cumpriu suas próprias metas, em especial, a meta n.º. 1 do II PNRA que consistia em assentar 400 mil novas famílias. Nem mesmo utilizando-se do subterfúgio de mesclar diferentes modalidades (regularização fundiária, reassentamento de famílias atingidas por barragens, reordenamento fundiário) classificando tudo como novos assentamentos de reforma agrária, o governo conseguiu cumprir suas próprias metas, pois o total de todas essas ações atingiu 381.419 famílias, conforme expresso no Gráfico 1.

Segundo o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o governo Lula teria, desde 2003, assentado realmente apenas 135 mil famílias, o que equivale a 26% do total de 520 mil famílias (2003-2007) que

Gráfico 1 – Metas e Número de Famílias Assentadas segundo o governo Lula



Fonte: II PNRA e INCRA

deveriam ter sido assentadas. Ainda segundo Oliveira, os resultados provisórios, até outubro de 2007, indicavam que o número de assentamentos criados tinham capacidade para abrigar apenas pouco mais de quatro mil famílias.

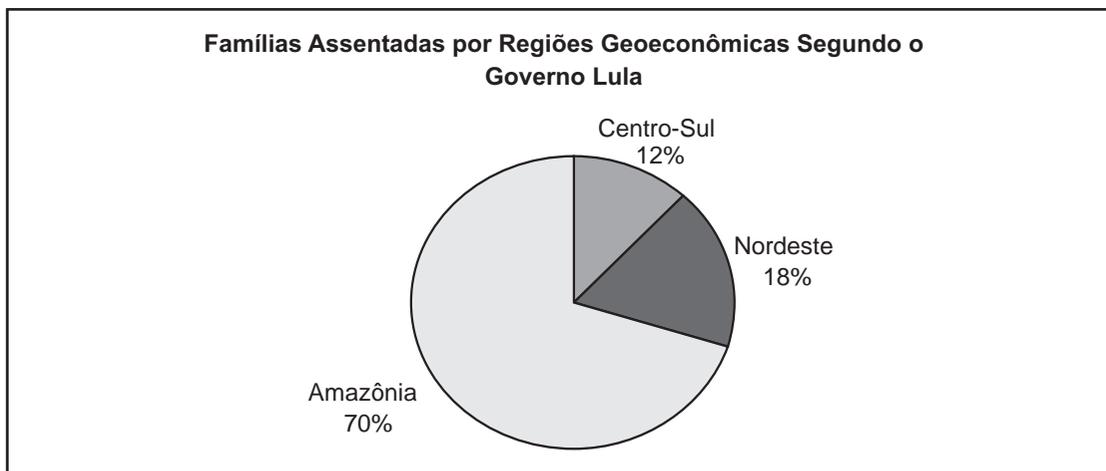
Quando desagregados regionalmente estes dados revelam sua face mais perversa, pois evidencia-se a concentração absoluta dos assentamentos na Amazônia (70% do total). Ora, se considerarmos que

menos de 15% das famílias que ocuparam terra ou acamparam ao longo deste período, o fizeram na Amazônia, verificamos o total descompasso entre as ações dos movimentos sociais na luta pela terra e a política levada a cabo pelo governo.

Tal conclusão é reforçada quando consideramos que 353.136 famílias ocuparam terras ou acamparam entre 2003 e 2006 e 85% delas o fizeram no Centro-Sul e no Nordeste, o que daria aproximadamente

2. Ver ALENTEJANO, 2004 e ALENTEJANO et alii (2007).

Gráfico 2 – Famílias Assentadas por Regiões Geoeconômicas segundo o governo Lula (2003-2006)



Fonte: INCRA

300 mil famílias nestas duas regiões. Porém, se apenas 115 mil famílias (30% de 381.419) foram assentadas nessas regiões, evidencia-se o descompasso entre a espacialidade da luta pela terra e a política de assentamentos, o que ajuda a entender porque no Centro-Sul e no Nordeste acumulam-se acampamentos com quatro, cinco, seis anos. Por outro lado, se na Amazônia não há assim tantos trabalhadores mobilizados na luta pela terra, uma vez que de 2003 a 2006 apenas 53 mil famílias se engajaram em acampamentos e ocupações, cabe perguntar quem está sendo assentado lá, uma vez que foram assentadas quase cinco vezes mais famílias (240 mil) do que as que participaram de ocupações e acampamentos? Infelizmente, acumulam-se indicações de que há uma série de irregularidades nos assentamentos criados na Amazônia nos últimos anos.

Oliveira chama a atenção para o processo de intensificação da grilagem de terras na Amazônia, que está sendo usada criminosamente para transferir milhões de hectares de terras públicas do Incra para os grileiros do “agrobandidismo” da madeira, soja e pecuária. Este fenômeno é intitulado por Oliveira como “grilagem legalizada”, pois funcionários do Incra vêm propondo soluções jurídicas para legalizar tal crime cometido contra o povo brasileiro. Este mesmo processo também foi denunciado por Canuto (2007):

“Mas o que preocupa é que o pouco que se faz nos caminhos da reforma agrária, muitas vezes, está contaminado por corrupção e por interesses alheios aos trabalhadores rurais. Um exemplo disso são as denúncias contra uma das Superintendências do

Incra, apontada como modelo pelo número elevado de assentamentos que conseguia realizar, a SR 30 – Superintendência de Santarém. As denúncias contra este órgão se basearam em dois argumentos. Os projetos de assentamento não tinham a devida licença ambiental para serem implementados; e na sua implantação foi feita uma espúria aliança com os madeireiros para realizar os serviços básicos de infra-estrutura, como abertura de estradas, construção de escolas e outros locais comunitários. A Promotoria Pública, ao fazer a denúncia, entendeu que a regularização dos assentamentos atendia mais aos interesses de madeireiros do que aos sem terra, já que a aprovação dos planos de manejo para retirada de madeira dos assentamentos é mais simples” (CANUTO, 2007: 32).

Os próprios funcionários do Incra denunciam que são obrigados a criar “assentamentos laranjas” devido a ordens de “superiores”. Não estranhamente os “empresários do agronegócio” da madeira apoiaram publicamente a realização dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Incra, pois os mesmos perceberam que poderiam ganhar explorando a madeira da reserva legal dos projetos, esse apoio dos madeireiros ao projeto fez com que o governo petista do Pará também desenvolvesse uma série de PDS na região do oeste do Pará.

Todos estes dados evidenciam que a política agrária do governo Lula é marcada pelo não enfrentamento do agronegócio nas regiões onde este se encontra mais cristalizado, o Centro-Sul, ao mesmo tempo em que contribui para sua expansão em direção à Amazônia.

Isto se deve em larga medida à não atualização dos índices de produtividade da terra que remontam à década de 1970, uma vez que a defasagem dos mesmos praticamente impede a desapropriação de terras no Brasil, especialmente no Centro-Sul.

É importante destacar que mesmo sendo uma medida administrativa – decreto interministerial – que não necessita de votação dos deputados e senadores, a atualização dos índices de produtividade não saiu do papel, principalmente devido à forte pressão da bancada ruralista que é contrária à atualização e se expressa na recusa dos sucessivos ministros da agricultura – indicados pelos ruralistas – em concordar com a atualização.

Outra implicação da não realização dessa medida é a concentração dos assentamentos na Amazônia, favorecendo de um lado, a expansão da fronteira agrícola, de outro, reduzindo o custo financeiro por parte do governo para a aquisição de terras, tendo em vista, a grande concentração de terras públicas na Amazônia.

Assim, intensifica-se o processo de descolamento espacial entre as ações dos movimentos sociais rurais envolvidos na luta pela terra e a política de assentamentos, conforme já apontáramos anteriormente.

O descolamento espacial entre ocupações de terra e assentamentos remonta à segunda metade dos anos 1990. Tal quadro foi desenhado pela política de assentamentos do governo federal durante o período FHC e mantido pelo governo Lula. Esta diferença entre a concentração espacial da mobilização dos trabalhadores e da política de assentamentos não representa uma negação da tese enunciada por FERNANDES (2000), segundo a qual a política de assentamentos foi basicamente reativa às ocupações de terra. Mas indica a inflexão na política agrária promovida pelo governo FHC, em sua tentativa de, ao mesmo tempo, responder à pressão da sociedade civil brasileira e de organismos internacionais em defesa da reforma agrária, e combater os movimentos sociais rurais, em especial o MST, conforme defendido por ALENTEJANO (2003 e 2004). Ao concentrar os assentamentos na Amazônia, o governo garante ao mesmo tempo: (1) o atendimento dos interesses do agronegócio – eleito como fundamental para a geração de superávits comerciais – uma vez que não desapropria

terras nas regiões onde este já está estabelecido plenamente, e ainda lhe abre a fronteira; (2) a maior facilidade de obtenção de terras, pois, nesta região as terras são mais baratas, quando não terras públicas federais ou estaduais. (ALENTEJANO et alii, 2007: 59).

Isto nos leva de volta à questão levantada na Introdução do presente texto: por que diante do cenário de avanço do agronegócio e precariedade da política de reforma agrária as lutas por terra não têm se ampliado?

Uma das razões parece residir na eficácia das políticas compensatórias, em especial, do programa bolsa-família, como instrumento de desmobilização dos trabalhadores. Há uma série de indicações de que as famílias beneficiadas por este tipo de política não têm se mobilizado para a luta por terra. Além disso, a população em geral tem entendido que esta medida do governo Lula é positiva e com isso diminui a insatisfação em relação às outras promessas não cumpridas, entre elas, a realização da reforma agrária, como bem aponta Dom Tomás Balduino, em entrevista à revista ISTO É:

“O refluxo do movimento de massas e o fluxo dos recursos financeiros governamentais canalizados para as políticas compensatórias (bolsas de todo tipo e estilo, etc.), parecem que estão aquietando aqueles que lutaram bravamente pela reforma agrária nos últimos 30 anos. Mas, é preciso ser dito também, que o silêncio das massas camponesas intriga. Tudo indica que os dois processos inter-cambiarão-se.” (nº. 1993, ano 31 de 16/01/2008).

Uma outra razão crucial parece residir no que poderíamos denominar “efeito demonstração perverso”, uma vez que o prolongamento por longos anos das situações de acampamentos e pré-assentamentos nas regiões Centro-Sul e Nordeste, principalmente, funciona como instrumento de desmobilização daqueles que poderiam se juntar à luta, pois ao observar a situação de penúria e a falta de perspectiva das famílias acampadas, outros trabalhadores dificilmente se dispõem a engajar-se em novos acampamentos ou ocupações, principalmente se estiverem sendo contempladas com as políticas compensatórias.

Por fim, poderíamos apontar também como elemento desmobilizador a situação dos próprios assentamentos, a maioria com baixo potencial produtivo, precariedade da infraestrutura física e social. Embora os movimentos sociais sustentem em seu discurso

que a distribuição da terra é apenas o primeiro passo na conquista da reforma agrária, sendo necessário garantir saúde, educação, infraestrutura, condições de produção e comercialização, bem como uma relação ambiental saudável, a maioria das famílias que se envolve nas ocupações e acampamentos almeja fundamentalmente a conquista de um lote de terra e, assim, a conquista do assentamento tende a ser visto como um fim em si mesmo. Porém, à medida que a precariedade das condições de vida se evidencia as insatisfações se ampliam, gerando, inclusive, tensões crescentes entre assentados e movimentos sociais, o que reverbera na sociedade e diminui a capacidade de mobilização social dos movimentos.

Os fatores acima apontam para um enfraquecimento da luta pela reforma agrária neste segundo governo Lula, porém, as recentes ações da Via Campesina na semana de 8 de março de 2008 indicam que ao menos uma parte dos movimentos sociais rurais mostra-se disposta a reverter o quadro de imobilismo e enfrentar as políticas governamentais favoráveis à expansão do agronegócio, assim como as grandes empresas do setor.

Desta forma, pode ser que o presidente Lula se lembre da promessa que fez no IV Congresso Nacional do MST realizado em Brasília no ano de 2000:

“Se um dia eu for presidente da República do Brasil e puder fazer apenas uma única coisa, podem ter a certeza que essa coisa será a reforma agrária.” (Luiz Inácio Lula da Silva)

Bibliografia Citada:

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampa-

mentos. In Conflitos no Campo – Brasil – 2003. Goiânia: CPT-Nacional, 2004.

ALENTEJANO, Paulo R. R., PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, LACERDA, Andressa Elisa, LEITE, Luiza Chuva Ferrari, SANTOS, Luis Henrique Ribeiro dos, SANTOS, Renata Soares da Costa, SILVA, Diógenes Luis da, SILVA, Thiago Lucas Alves da, & SILVEIRA, Débora Mendonça. Mapa dos Conflitos Fundiários no Campo Brasileiro. Relatório de Pesquisa. Niterói, 2007.

CANUTO, Antonio. O agronegócio avança sobre novos territórios e alimenta a violência. In: Relatório dos Direitos Humanos 2007. São Paulo, 2007.

CARVALHO FILHO, José Juliano de Carvalho. A Nova (Velha) Questão Agrária e o Agronegócio. In: Relatório dos Direitos Humanos 2007. São Paulo, 2007.

LACERDA, Andressa Elisa, PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter & ALENTEJANO, Paulo R. R. “A Geografia serve para desvendar máscaras sociais” - Breve Análise Geográfica dos Conflitos no Campo Brasileiro em 2006. In Conflitos no Campo – Brasil – 2006. Goiânia: CPT-Nacional, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Reforma Agrária para o agronegócio: Crime à vista no Pará. In: Rádio Agência Notícias do Planalto, 26/09/2007.

_____. Por que o silêncio sobre a reforma agrária? In: Rádio Agência Notícias do Planalto, 29/01/2008.

_____. O agrobandidismo e a reforma agrária no Pará. In: Rádio Agência Notícias do Planalto, 19/12/2007.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2008

Tabela 11: Manifestações

UF	Manifestações	Pessoas
DF	24	18292
GO	20	3540
MS	35	7930
MT	29	6406
Subtotal:	108	36168
AL	47	20574
BA	41	19918
CE	21	11370
MA	24	6433
PB	20	9550
PE	51	20320
PI	13	3138
RN	13	3920
SE	4	3050
Subtotal:	234	98273
AC	7	930
AM	9	1900
AP		
PA	40	26053
RO	14	2164
RR	12	3180
TO	4	1440
Subtotal:	86	35667
ES	12	2160
MG	20	19550
RJ	16	3175
SP	40	11170
Subtotal:	88	36055
PR	73	30114
RS	58	29920
SC	29	9380
Subtotal:	160	69414
Brasil	676	275577

Fonte: Setor de Documentação da CPT.

As Mulheres e a Soberania Alimentar

É imprescindível recuperar do ano de 2008 o papel das mulheres nas ações, manifestações e nos enfrentamentos por elas sofridos.

No Rio Grande do Sul, as mulheres da Via Campesina realizaram uma intensa jornada de lutas, durante a semana do Dia Internacional da Mulher, que teve como lema: "Mulheres Sem Terra - Na luta por Soberania Alimentar e Contra o Agronegócio!". 900 mulheres ocuparam a fazenda Tarumã de 2.100 hectares, no município de Rosário do Sul onde o monocultivo de eucaliptos é praticado. O ataque da brigada militar (polícia estadual) a mando da governadora Yeda Crusius e sua política capitaneada pelo PSDB, deixou mais de 50 mulheres feridas por balas de borracha e cerca de 800 ficaram por mais de 8 horas sem água e comida. Em Maceió, três mil mulheres se mobilizaram pela Reforma Agrária, por justiça e dignidade para as camponesas e por soberania alimentar. O sertão de Pernambuco foi testemunha quando 500 mulheres ocuparam a sede da Cia. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco em repúdio aos empreendimentos de irrigação para o agronegócio e aos convênios para a produção de cana em detrimento da agricultura familiar. Em Porto Velho, 300 mulheres da Via Campesina marcharam até as Centrais Elé-

tricas de Rondônia e entregaram coletivamente autodeclarações que garantem a Tarifa Social para famílias que consomem até 140 kWh por mês e denunciaram o subsídio dado às empresas multinacionais. Assim, sucessivamente aconteceram atos em Minas Gerais e Espírito Santo com mais de mil mulheres da Via Campesina mobilizadas e em vários outros rincões brasileiros.

Estas mulheres tiveram que enfrentar todo o tipo de violência, tendo como arma de luta o seu próprio corpo, sua firmeza, sua fé, sua esperança, confiança na sua organização e na justeza das reivindicações. Foram ousadas em denunciar a monocultura do eucalipto, da cana, o cultivo dos transgênicos, a questão da água e energia, a destruição do ambiente, a pobreza e a fome que vem no rastro deste modelo de desenvolvimento. As ações são justificadas pela necessidade de alertar a sociedade sobre o grave dano ambiental que está sendo perpetrado pelo capital. São estas mulheres que, organizadas, respondem a 75% da produção agrícola para o consumo familiar nos países latino-americanos.

* Trecho de artigo da agente da CPT no Rio Grande do Sul, Terezinha Sallet Ruzzarin, para o Jornal Pastoral da Terra (abril a junho de 2008).



Notas emitidas pela CPT e outros documentos

Foto: Assessoria de Comunicação da CPT Nacional

Nota de apoio às mulheres da Via Campesina*

*“A única luta que se perde é a que se abandona”
(Hebe Bonafini, Madres de la Plaza de Mayo)*

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) repudia a violenta repressão da Brigada Militar do Rio Grande do Sul contra as mulheres e crianças participantes do protesto contra a multinacional Stora Enso, na última terça-feira, 4 de março, na Fazenda Tarumã, município de Rosário do Sul (RS). As mulheres da Via Campesina protestam contra a permanência criminosa da empresa em uma área de faixa de fronteira, burlando, dessa forma, a Constituição Federal Brasileira. Além disso, o grupo denuncia as ações violentas do governo de Yeda Crusius, que põe o aparato policial do Estado a serviço do agronegócio e das corporações estrangeiras.

A CPT reforça a denúncia da Via Campesina desse ato violento contra os direitos humanos e cobra das autoridades punição exemplar contra os militares envolvidos nas agressões e

maior fiscalização das ações destes no Estado. A CPT reconhece e defende o direito legítimo das organizações e movimentos sociais de se manifestarem e tentarem mostrar à sociedade brasileira, as ações criminosas contra o nosso povo e contra a nossa soberania territorial e alimentar.

A CPT apoia as mulheres de norte a sul do país envolvidas na Jornada Nacional de Luta das Mulheres da Via Campesina contra o Agronegócio e por Soberania Alimentar. Que as mulheres da Via Campesina, bem como todas as outras, se unam contra as várias violências praticadas contra elas e continuem na luta contra todos os males empreendidos pela expansão mortífera das monoculturas e do capitalismo em nosso país.

Coordenação Nacional da CPT
Goiânia, 7 de março de 2008.

* Nota da Coordenação Nacional da CPT em apoio às ações das mulheres da Via Campesina realizadas na semana do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e contra a repressão e as agressões contra elas praticadas.

Milícias armadas assassinam sem-terra no Paraná*

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem a público manifestar sua indignação diante de mais um bárbaro assassinato ocorrido na noite de ontem, 30 de março, no Assentamento Libertação Camponesa, município de Ortigueira, Paraná.

Por volta das 19h30, dois homens encapuzados invadiram a casa de Eli Dallemole, 42 anos, liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e o executaram na frente da família. Ele vivia com a mulher e três filhos.

Eli era liderança do Acampamento Terra Livre, na Fazenda Compramil, em Ortigueira (próximo ao pedágio da BR 376), ocupada desde 2003. Há mais de dois anos, vinha recebendo ameaças de morte. No último dia 08 de março, aproximadamente 15 pistoleiros aterrorizaram as 35 famílias acampadas na área e queimaram todos os seus pertences. Crianças foram ameaçadas e arrastadas, e mulheres e homens espancados, ficando apenas com a roupa do corpo. As famílias expulsas foram acolhidas em assentamentos vizinhos.

Após o ataque, sete pistoleiros foram presos em flagrante pela polícia e levados à delegacia

de Ortigueira. Desde então, as ameaças de morte contra Eli se tornaram mais frequentes.

As famílias sem terra já vinham denunciando a atuação de milícias armadas na região, e haviam encaminhado denúncias à Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal e à Polícia.

A Coordenação Nacional da CPT exige rápida investigação deste crime e a punição exemplar dos responsáveis pelo mesmo. Não é admissível que em pleno século XXI os instrumentos da barbárie ainda sejam utilizados contra os pobres do campo e que os proprietários da terra criem e mantenham milícias privadas para garantir propriedades que não cumprem sua função social como determina a Constituição Nacional.

A coordenação da CPT aproveita, ainda, para externar sua solidariedade à família de Eli e ao MST. Apesar de tudo, temos a certeza de que o sangue de Eli não foi derramado em vão. Está sendo semente de uma terra nova, pois ecoa em nossos ouvidos a palavra de Deus dirigida a Caim: “Ouço o sangue do seu irmão, clamando da terra para mim” (Gn 4,10).

Goiânia, 31 de março de 2008.
Coordenação Nacional da CPT

* Nota da Coordenação Nacional da CPT sobre o assassinato do sem-terra Eli Dallemole, em Ortigueira, PR, no dia 30 de março de 2008.

Nossa energia vem do chão*

Terra, Água, Trabalho e Pão

A energia que move a Pastoral da Terra vem do chão. Vem do povo que habita a terra, as florestas, as águas e delas retira e nos oferece o pão. Vem particularmente do Deus da Bíblia, Aquele que caminha com seu povo em qualquer circunstância.

Vivemos um momento único na história da humanidade e do povo brasileiro. O modelo de desenvolvimento baseado na revolução industrial parece agonizar, intensifica suas contradições, pondo em risco a vida da humanidade e da comunidade da vida sobre a Terra. Vivemos uma mudança de época. É inevitável uma nova economia voltada para a vida.

Presentes em nossa XX Assembleia, trabalhadores e trabalhadoras da terra, em poucas palavras, sintetizam a contradição do momento que vivemos e da forma como eles a experimentam: “Não estamos bem, mas para trás não queremos voltar”. Traduzindo em miúdos, dizem claramente que programas concretos do governo atual, como o Bolsa Família, Luz para Todos, um salário mínimo melhor, o incentivo para que suas crianças possam ir para a escola, são bens importantes em suas vidas. Os investimentos destinados à transferência de renda para os mais pobres, porém, são nada quando comparados com os recursos destinados ao agronegócio e ao pagamento dos juros da dívida pública, deixando clara a subordinação total de nossa política econômica aos interesses do capital. Iniciativas governamentais, como a da redução das áreas de fronteiras, a edição da Medida Provisória 422 que legaliza a grilagem de terras na Amazônia, o recuo no reconhecimento dos territórios quilombolas, a privatiza-

ção dos espelhos d’água, a transposição do Rio São Francisco são expressão da subordinação deste governo aos interesses da classe dominante. Os próprios trabalhadores que reconhecem os avanços na área social são os que sentem que é urgente superar as medidas emergenciais por uma política de geração de trabalho e renda. E aguardam com ansiedade por medidas concretas que combatam a violência no campo e a perda de suas terras, o avanço acelerado da soja, da cana, do boi, das mineradoras e das madeireiras que os expulsam de suas áreas e desestruturam suas vidas. As comunidades tradicionais são as que mais sofrem com essa violência.

Como é de nossa história, insistimos numa reforma agrária adequada a cada bioma brasileiro. Além de insignificante em termos de desapropriações, insignificante em termos de recursos, falta qualidade à reforma agrária do governo. A inviabilidade de muitos assentamentos se dá em função de sua equivocada concepção. Entretanto, os problemas não anulam sua viabilidade e muito menos sua urgência. A CPT, que tem nos povos da terra sua razão de ser, sugere aos movimentos sociais que retomem essa bandeira de luta de forma renovada e inequívoca.

Debatemos particularmente a energia. As comunidades agredidas pela construção das barragens, a desumana vida nos canais, a sedução para entrar em programas de biodiesel, têm interferido de forma dura sobre um povo já sofrido. O povo que produz alimentos, também quer energia. Quer ter sua soberania energética. Muitas vezes as vítimas das barra-

* Documento elaborado e aprovado pela XX Assembleia Geral da CPT, realizada em Goiânia, de 08 a 10 de abril de 2008.

gens não têm energia em suas casas. Em outros países do mundo, os pequenos agricultores se tornaram produtores de energia através do sol e da biomassa. É um mundo em mudança também em sua base energética. O Brasil precisa mudar sua matriz energética e incorporar o povo verdadeiramente em sua produção, mas no modelo atual esse é um fato impossível.

Continuaremos com o povo, sem negar o que lhe é de direito, mas sem deixar de denunciar um modelo de desenvolvimento violento e predador que o agride. A economia tem que ser a da vida, não a do capital.

Que o Deus da vida, fonte suprema de todas as energias, esteja com o povo do campo e com aqueles que estão a seu serviço.

Goiânia, 10 de abril de 2008.

Os participantes da XX Assembleia Geral da CPT.

Mineração invade projetos de assentamento em Ourilândia do Norte, no sul do Pará*

A Comissão Pastoral da Terra, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Ourilândia do Norte e Tucumã, Associações dos Projetos de Assentamento Campos Altos e Tucumã, entraram com uma representação no Ministério Público Federal de Marabá contra a Vale, empresa que adquiriu os direitos minerários da Inco.

As denúncias versam sobre uma série de ilegalidades cometidas pela Empresa Mineradora, desde que se instalou no município de Ourilândia do Norte e São Félix do Xingu, especificamente nos Projetos de Assentamento Campos Altos e Tucumã no ano de 2003, envolvendo aproximadamente 3 mil famílias.

Dentre tais condutas ilegais, destacam-se: a) a aquisição de posses afetadas à Reforma Agrária, sem a devida autorização; b) danos ambientais, como a poluição de grotas e igarapés, com a conseqüente intoxicação e morte de animais; c) a construção irregular de barragens de contenção de rejeitos; d) o desvio de cursos d'água; e) a demolição de benfeitorias construídas com recursos públicos federais, dentre outras.

As conseqüências das irregularidades cometidas pela empresa são de grandes proporções.

- Muitos assentados foram convencidos a vender suas benfeitorias para a mesma e desistiram do Programa de Reforma Agrária.

- Outro problema são as constantes explosões. Os lavradores que moram mais próximos da base da mineradora, já não conseguem dormir à noite por causa do barulho provocado pelas

máquinas, escavações e explosões. Há, inclusive, casas que apresentam rachaduras. Tudo indica que tais fendas são provocadas pelas explosões de dinamite feitas pela empresa. Além disso, há tremores de terra e nem as galinhas conseguem mais reproduzir, pois os ovos estragam-se, não gerando mais embriões.

- Em um futuro muito próximo até o carro leiteiro poderá deixar de entrar no assentamento e os lavradores já não terão mais como vender sua produção de leite, gerando um grande prejuízo para os assentados e para a economia do município, pois antes o assentamento fornecia cerca de 15 mil litros de leite por dia para o laticínio da região e hoje não chega a fornecer nem 5 mil litros.

- Com o grande decréscimo no número de moradores nos Projetos de Assentamento Campos Altos, Tucumã e Santa Rita, houve o fechamento de duas escolas, obrigando os alunos remanescentes a percorrerem enorme distância até chegar a outro estabelecimento de ensino, majorando as despesas com transporte (que fica por conta dos pais) e expondo ao risco a vida dos estudantes, visto que depois da chegada da mineradora o tráfego de veículos pelas vicinais aumentou muito e em alta velocidade, já tendo acontecido diversos acidentes automobilísticos.

- Destruição das pontes das vicinais, por causa do tráfego de tratores e máquinas pesadas. Além disso, foi desativada uma linha de ônibus que trafegava por uma vicinal, devido à queda do número de passageiros.

* Nota emitida pela CPT Pará e diversas outras entidades, em 16 de abril de 2008, sobre a ação de mineradoras em Projetos de Assentamento.

- A falta de segurança dos assentados. Antes, era possível transitar pelos Projetos de Assentamento tranquilamente, mas agora, com a presença dos funcionários da empresa constantemente embriagados, tornou-se perigoso. Fala-se que o bar da Vila Aldeia chega a vender 200 litros de cachaça por dia e há frequentes brigas nos estabelecimentos do gênero. Além do mais, já se tem notícia até de tentativa de estupro de uma moradora do Assentamento Campos Altos. As pessoas têm medo quando seus filhos vão à escola sozinhos e também sentem receio de deixar mulheres e crianças em casa, sem acompanhante.

Além disso, a atividade de mineração tem sido a principal responsável pelo crescente número de pessoas que chegam diariamente no município de Ourilândia do Norte, em busca de emprego. Isso tem aumentado a violência urbana e rural e multiplicado os acidentes de trânsito.

As entidades que ingressaram com a representação pedem ao Ministério Público Federal que apure todas as irregularidades cometidas pela mineradora e, para evitar novos e irreparáveis prejuízos, solicite a imediata suspensão das atividades nos Projetos de Assentamento, em face da supremacia do interesse social sobre o econômico, consagrado na Constituição Brasileira.

Xinguara-PA, 16 de abril de 2008.

Comissão Pastoral da Terra

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ourilândia do Norte do Pará

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucumã

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Bom Jesus - ASCOBOJE

Associação de Pequenos Produtores Rurais da Colônia Campos Nossos

Associação dos Lavradores da Colônia Santa Rita

À Fundação Konrad Adenauer À sociedade do Brasil e da Alemanha*

A Fundação Konrad Adenauer, que se notabilizou no Brasil, em anos passados, por iniciativas humanitárias de solidariedade, está realizando, em Berlim, nos dias 24 e 25 de abril de 2008, o IX Simpósio Alemão-Brasileiro que terá como temática “Segurança Pública e Sociedade Democrática no Brasil e na Alemanha”. Um dos convidados para proferir palestra neste evento é o senhor dr. Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara, que falará sobre “Criminalidade e violência, desafios para o Brasil”.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT, organismo da Igreja Católica de atuação ecumênica, presente em todos os estados do Brasil, se mostra estarecida diante deste convite dirigido ao senhor Sette Câmara, pois ele, como secretário de Segurança do Pará no governo Almir Gabriel, em 1996, foi quem ordenou o ataque contra os trabalhadores rurais que ocupavam uma rodovia em Eldorado de Carajás, no Estado do Pará, que se

manifestavam pacificamente exigindo a desapropriação de áreas para Reforma Agrária. O resultado deste ataque foi o massacre de 19 trabalhadores rurais sem-terra, fato que repercutiu nacional e internacionalmente. O convite ao senhor Sette Câmara para falar neste Simpósio, que acontece exatamente uma semana depois da comemoração dos 12 anos do Massacre, não honra a Fundação Adenauer e é uma agressão à memória das 19 vítimas, tombadas pelas balas da Polícia Militar que cumpria ordens emanadas da Secretaria de Segurança Pública do Estado, e ao sofrimento de suas famílias.

Diante disto, a Coordenação Nacional da CPT confia que a Fundação Konrad Adenauer, alicerçada em princípios democráticos e de justiça, cancele o convite feito ao senhor Sette Câmara e entenda que a Reforma Agrária continua sendo uma das grandes tarefas para que a segurança pública impere no campo brasileiro.

Goiânia, 17 de abril de 2008.
(12º aniversário do Massacre de Eldorado de Carajás)



Dom Xavier Gomes de Maupeou d'Ableiges
Presidente

* Ofício dirigido à Fundação Konrad Adenauer, na Alemanha, protestando contra convite dirigido ao senhor Sette Câmara para proferir palestra em evento organizado pela Fundação.

Da perplexidade à indignação!*

A Coordenação Nacional da CPT, que vem acompanhando muito de perto todo o processo em torno ao assassinato de Irmã Dorothy Stang, sobretudo na pessoa de um de seus membros, José Batista Gonçalves Afonso, advogado assistente, vem a público se juntar à perplexidade nacional e internacional diante da absolvição do acusado de ser um dos mandantes do assassinato, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida.

Bida, em 15 de maio de 2007, foi condenado a 30 anos de prisão. Menos de um ano depois, outro júri o inocenta. A perplexidade de agora é fruto de não se entender o que se passou neste espaço entre os dois julgamentos.

O que mais chama a atenção é a mudança dos depoimentos tanto de Rayfran das Neves Sales, executor do assassinato, quanto de Amayr Feijoli da Cunha, o Tato, intermediário entre Bida e Rayfran. Rayfran assume agora toda a responsabilidade pelo assassinato como uma ação individual, contradizendo os depoimentos anteriores. Tato, como testemunha, nega ter sido procurado por Bida para intermediar o crime. E é apresentada uma gravação em vídeo em que Tato inocenta Bida de participação, vídeo este que dizem ter sido gravado em 2006, mas que não foi utilizado pela defesa no primeiro julgamento de Bida. Durante o processo, sucedeu-se de uma forma incomum a criação de novas versões dos fatos em diferentes momentos.

Um fato que levanta muitas suspeitas é que a esposa de Tato, Elizabeth Coutinho, afirmou em juízo que recebeu cerca de R\$ 100 mil de Bida, por supostas dívidas. E nos autos do processo consta ainda a gravação de uma conversa entre os pistoleiros presos Rayfran e

Clodoaldo em que comentam a oferta de R\$ 20.000,00 para mudarem seus depoimentos, retirando a responsabilidade dos fazendeiros.

Com esta decisão a impunidade ganha mais uma batalha e se fortalece. É aí que a perplexidade se torna indignação. A CPT tem contabilizado de 1971 a 2007, 819 assassinatos no campo no Pará, sendo que somente 22 destes casos foram julgados, com a condenação de sete mandantes e treze executores. O único mandante que estava preso era Bida que agora, inocentado, está livre.

A imprensa está registrando com destaque as reações a este novo julgamento, reações inclusive do presidente da República e de membros do STF, preocupados com a imagem do Judiciário brasileiro, sobretudo no âmbito internacional.

Mas é bom lembrar que diante da impunidade recorrente, a justiça do Pará sempre foi olhada com muitas reservas. Por isso, no caso do julgamento do assassinato de Dorothy pediu-se ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a federalização do julgamento, como prevê a própria Constituição. O STJ, em 08 de junho de 2005, indeferiu por unanimidade o pedido, alegando que “as autoridades estaduais encontram-se empenhadas na apuração dos fatos ... com o objetivo de punir os responsáveis, refletindo a intenção do Estado do Pará em dar resposta eficiente à violação do maior e mais importante dos direitos humanos, o que afasta a necessidade de deslocamento da competência originária para a Justiça Federal”. Se num primeiro momento esta assertiva pareceu certa (pois em menos de 10 meses houve dois condenados), agora perde o sentido nesta etapa do processo. Sobram as lamentações.

* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT após a absolvição de um dos mandantes do assassinato de Irmã Dorothy Stang.

A promotoria e a CPT como assistente de acusação impetraram junto ao Tribunal de Justiça do Estado a anulação deste julgamento, visto que a sentença se contrapõe às provas inscritas nos autos.

A indignação que substituiu o primeiro momento de perplexidade cresce quando se vê que o cumprimento da função social da propriedade, determinada pela Constituição, praticamente nunca é levada em consideração pelos membros do nosso Judiciário; quando os imemoriais e mais que legítimos direitos das populações indígenas são questionados, como aconteceu com a suspensão da retirada

dos invasores não-indígenas da área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, pelo Supremo Tribunal Federal, provocando ações violentas contra os indígenas; quando, 22 anos depois da morte do Pe. Josimo Moraes Tavares, assassinado em Imperatriz (MA), em 1986, o ex-juiz João Batista de Castro Neto, acusado de ser um dos mandantes deste assassinato, pela quinta vez consegue se esquivar de comparecer a interrogatório que seria realizado no dia de ontem, 08/05.

Mesmo assim continuamos acreditando que um dia a Justiça vencerá.

Goiânia, 9 de maio de 2008.

Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra

Fazendeiros no Paraná tentam intimidar bispo por apoio a trabalhadores sem-terra*

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, preocupada com o clima de tensão social que se registra, sobretudo, na região de Cascavel, no Paraná, vem manifestar sua apreensão diante da violência que ocorre na região e seu apoio e solidariedade a Dom Mauro Aparecido dos Santos, arcebispo metropolitano de Cascavel, que tem se manifestado em apoio às organizações dos sem-terra na região.

Hoje à tarde, 16 de maio, os ruralistas programaram uma carreata que, segundo informações recebidas, vai se encerrar diante da Catedral metropolitana, numa clara expressão de pressão contra o arcebispo. Este ato é uma culminância de uma série de ações violentas que se registraram nos últimos dias contra os sem-terra e os que os apoiam. A região de Cascavel já é conhecida pela violência contra camponeses praticada por milícias privadas. Certas da impunidade, as ações têm se tornado mais ousadas e planejadas, inclusive com o uso de instrumentos mais sofisticados.

No dia 14 de março, o reverendo Luiz Carlos Gabas, da Igreja Anglicana, pároco da Paróquia da Ascensão, Jardim Alvorada, em Cascavel, por ter manifestado seu apoio à luta dos sem-terra, teve seu carro abordado por dois outros carros, numa demonstração de intimidação. O reverendo também tem recebido telefonemas estranhos em que a pessoa que chama permanece muda do outro lado da linha.

Na madrugada de 8 de maio, o Acampamento Primeiros Passos, do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), com mais de 150 famílias, localizado na BR-369, entre os municípios de Cascavel e Corbélia, foi atacado por uma milícia privada. Homens fortemente armados

invadiram o acampamento com tratores, retro-escavadeiras e um caminhão com uma grade de ferro, conhecida como quebra-mato, e com a carrocera blindada, de onde os pistoleiros efetuavam os disparos, uma espécie de "caveirão" - o caveirão do agronegócio. Toda a plantação e as estruturas do acampamento, inclusive uma escola e uma igreja, que o reverendo Luiz Carlos construíra, foram destruídas. Dez pistoleiros foram presos em flagrante. Entre os presos estava Luciano Gomes Resende, um dos seguranças da empresa NF, presente na Estação Experimental da Syngenta, em outubro de 2007, quando foi assassinado Valmir Mota de Oliveira, o Keno. Num ato que soa como afronta, mais de 20 fazendeiros foram à Delegacia pressionar a polícia contra a prisão dos pistoleiros.

Ontem, uma semana depois, os pistoleiros já foram libertados. Lideranças do acampamento receberam informações de fontes seguras, de que haveria pessoas infiltradas no acampamento com a missão de matar Joaquim Ribeiro da Silva, do MLST, e Celso, do MST. Ontem mesmo, ao final da tarde, uma moto parou em frente à casa de Joaquim que estava fechada e o motoqueiro perguntou aos vizinhos sobre ele e seus hábitos, a que horas chegava, quando saía, etc. Hoje pela manhã, um carro suspeito também passou lentamente na frente da casa de Joaquim observando o movimento do acampamento. Segundo alguns acampados, o carro seria o mesmo utilizado para intimidar o reverendo anglicano.

A carreata de hoje tem o objetivo de mostrar a força dos ruralistas.

A Coordenação Nacional faz suas as palavras de Dom Mauro, ao se confrontar com a

* Nota da Coordenação Nacional da CPT sobre atos de violência contra os sem-terra e os que os apoiam na região de Cascavel, PR, entre março e maio de 2008.

violência e a destruição que as milícias provocaram: “Não podemos deixar que esse fato de desrespeito à pessoa humana e às leis seja esquecido. Não podemos permitir

que o Paraná se torne uma terra onde o que vale é a lei da bala e funcionários de empresa de segurança escondem a cara dos verdadeiros mandantes”.

Goiânia, 16 de maio de 2008.

A Coordenação Nacional da CPT.

Avança a criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças*

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra vem a público para manifestar sua preocupação diante das tentativas de criminalização dos movimentos sociais, sobretudo do campo, e de suas lideranças. Tudo o que cheira a oposição ao “progresso e desenvolvimento” que as atividades ligadas ao agronegócio e à mineração dizem trazer, tem que ser rechaçado com veemência, pois a economia é mais valorizada do que os direitos humanos e a defesa do meio ambiente. Os meios de comunicação e o Judiciário prestam este serviço ao poder econômico.

É neste contexto que entendemos a condenação de José Batista Gonçalves Afonso, advogado da CPT, e nosso companheiro na Coordenação Nacional da CPT e que tem destacada atuação na defesa dos direitos humanos na região de Marabá, PA, e de Raimundo Nonato Santos da Silva, ex-coordenador regional da Fetragri, condenados a dois anos e cinco meses de prisão pelo juiz federal de Marabá, Carlos Henrique Haddad. A sentença ainda lhes nega o direito a pena alternativa, prevista no Código Penal para penas até quatro anos. O processo se refere à ocupação da Superintendência do Incra em Marabá, em abril de 1999, por mais de 10 mil trabalhadores rurais de acampamentos e assentamentos da Fetagri e do MST. Quando, 20 dias depois de iniciado o acampamento, o governo decidiu negociar com os trabalhadores, estes, cansados de esperar por alguma resposta, à noite, entraram nas dependências do Incra, impedindo a saída da equipe oficial de negociação do prédio durante o resto da noite e início da manhã do dia seguinte. Os condenados foram responsabilizados por este ato, sabendo-se que o advogado José Batista cumpria apenas o papel de assessor do MST e da Fetagri nas negociações.

A sentença contém contradições visíveis. Afirma com relação a José Batista que “...é possível que não tenha incitado a invasão da sede do Incra pelos trabalhadores rurais e parece crível que não teria condições de controlar a multidão exaltada”, mas mesmo assim agravou a pena em mais três meses sob a alegação de que os acusados teriam “instigado ou determinado a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade”.

Neste contexto da criminalização dos movimentos sociais vemos estarrecidos que o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por unanimidade, aprovou relatório que propõe: “designar uma equipe de Promotores de Justiça para promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e declaração de sua ilegalidade (...)” e ainda “...intervenção nas escolas do MST”. O movimento que o próprio Ibope, em recente pesquisa sobre os movimentos sociais encomendada pela Vale, considerado como uma das “instituições nacionais”, é tratado como uma organização criminosa, com ligações com as FARC e grupos terroristas. Ainda mais preocupante é ver que o Conselho se baseou num relatório de procuradores que apresenta textos de Florestan Fernandes, Paulo Freire e Chico Mendes como exemplos da “estratégia confrontacional” do movimento. Não se via nada semelhante desde os tempos da ditadura!

Com base em relatórios como este, o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul decidiu colocar a Brigada Militar para promover violentíssima repressão contra as agricultoras que protestavam em março em defesa do meio ambiente, em Rosário do Sul, RS; contra os acampados em área de terra já desapropriada pelo Incra, no

* Nota da Coordenação Nacional da CPT, de 26 de junho de 2008, sobre a condenação de José Batista Gonçalves Afonso e a criminalização de lideranças de movimentos sociais.

município de São Gabriel, RS, no início de maio; e para despejar centenas de famílias acampadas em áreas cedidas por pequenos proprietários, no município de Coqueiros do Sul, no dia 17/06. São ações muito bem orquestradas entre Ministério Público, Judiciário e Executivo. No caso de Coqueiros do Sul a petição datada em 16 de junho recebeu no mesmo dia despacho favorável de mais de 20 laudas do juiz de Carazinho e já na madrugada seguinte mais de 500 homens da Brigada Militar entravam nos acampamentos, de surpresa, antes da chegada do oficial de Justiça. Um dos promotores fez questão de deixar explícitos os objetivos desta ação: “Não se trata de remover acampamentos, e sim de desmontar bases que o MST usa”.

Ao mesmo tempo em que os movimentos são atacados e depreciados e que mais de 30 lideranças dos movimentos sociais são investigadas pela Polícia Federal ou têm processos só na Justiça Federal de Marabá, os crimes contra os trabalhadores rurais e seus aliados continuam impunes. O único mandante preso no Pará, Vitalmiro Bastos de Moura, Bida, condenado pelo assassi-

nato de Irmã Dorothy, foi libertado por decisão de novo julgamento no tribunal do júri. E as suas conquistas dos povos tradicionais enfrentam barreiras cada vez maiores, como é o caso da suspensão pelo STF da retirada dos arroteiros da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os constantes ataques de graduados militares do Exército Brasileiro contra a demarcação em área contínua desta área, sob o argumento de defesa da soberania nacional. O mesmo se pode falar dos ataques que acabaram praticamente paralisando as ações de reconhecimento de áreas quilombolas.

A Coordenação Nacional da CPT sente que infelizmente a elite econômica, o agronegócio e a mineração conseguem ditar as ações do Executivo e do Judiciário e em alguns casos do próprio Ministério Público. Repudia veementemente todos os ataques que pretendem denegrir a imagem dos movimentos sociais e manifesta sua solidariedade incondicional de modo especial ao companheiro José Batista, irmão de fé e de luta, ao MST e aos indígenas da Raposa Serra do Sol.

Goiânia, 26 de junho de 2008.

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra.

Ação da polícia em SP impede manifestação em Franco da Rocha*

A Coordenação Nacional da CPT, indignada, vem a público se manifestar sobre o que ocorre com a Comunidade Lírio dos Vales, município de Franco da Rocha, SP.

No sábado, 20 de setembro, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo impediram que cerca de 400 pessoas ligadas ao MST e a outros movimentos, acompanhadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por alguns padres e religiosas, realizassem uma manifestação na Comunidade Lírio dos Vales, em Franco da Rocha (SP).

A manifestação, que incluiria a celebração de missa, seria em solidariedade às famílias da comunidade, que se situa no km 45 da “Estrada do Governo”, entre os municípios de Franco da Rocha e Mairiporã, e sobre a qual pesa um mandado de despejo.

No dia da manifestação, policiais militares e integrantes do Corpo de Bombeiros intimidaram as pessoas, e helicópteros da Polícia Militar sobrevoaram a comunidade aterrorizando as famílias, principalmente as crianças. Um ônibus de manifestantes foi barrado no caminho e as pessoas tiveram que prosseguir até o local a pé. Os ocupantes de outros ônibus e de carros particulares que conseguiram chegar próximos ao local foram impedidos de sair de seus veículos. Os padres foram agredidos verbalmente e os pertences do Padre João Carlos, da CPT, foram jogados ao chão, inclusive hóstias que seriam destinadas à missa e uma imagem de N. Senhora Aparecida. Ao final os manifestantes foram impedidos de chegar à comunidade e a manifestação não pôde ser realizada.

Por que esta ação truculenta da Polícia Militar e

do Corpo de Bombeiros contra uma manifestação pacífica? Como se tolhe assim o direito constitucional de ir e vir e de livre manifestação? O que está por trás desta ação?

Tudo leva a crer que esta ação tenha tido o objetivo de impedir que a opinião pública tomasse conhecimento do que acontece na área.

A Comunidade Lírio dos Vales ocupa uma área de 88 hectares já há 40 anos. É uma comunidade de pequenos agricultores formada por 81 famílias. Depois de 20 anos de posse mansa e pacífica, em 1989, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo apareceu dizendo que a área lhe pertencia e moveu uma ação de reintegração de posse contra as famílias. Posteriormente esta área foi repassada à Secretaria do Meio Ambiente e depois à Secretaria de Segurança Pública, que se propôs construir no local uma Escola de Treinamento para o Corpo de Bombeiros. O juiz da Comarca de Franco da Rocha decretou o despejo das famílias no Processo 1036/89, estabelecendo como prazo final para retirada das famílias o dia 19 de outubro de 2008.

Mas nos últimos meses, antes mesmo de expirar o prazo, integrantes do Corpo de Bombeiros começaram um processo de pressão e intimidação das famílias. 30 delas já abandonaram a área e suas casas foram destruídas. As 51 que resistem pedem socorro, pois não têm para onde ir. 150 crianças pertencem a esta comunidade e quem lhes garante seus direitos?

O que a comunidade pede, em documento protocolado na semana passada junto ao Palácio dos Bandeirantes, à Secretaria de Segurança Pública, à Secretaria de Justiça, ao Itesp e outros

* Nota da Coordenação Nacional da CPT sobre a ação da Polícia e do Corpo de Bombeiros na Comunidade Lírio dos Vales em Franco da Rocha, SP, em 20 de setembro de 2008.

órgãos é que a área seja repassada ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo, Itesp, para ser destinada à Reforma Agrária. A Escola de Formação do Corpo de Bombeiros, algo louvável, poderia muito bem ser construída nas proximidades onde o Estado tem outros 400 hectares de terra. Mas caso esta destinação não seja possível, o que pedem do Governo do Estado é que as famílias sejam indenizadas por todas as benfeitorias existentes e que

sejam assentadas em algum projeto de assentamento nas proximidades. Enquanto não for definida esta situação, que as famílias permaneçam onde estão e que cessem as hostilidades por parte do Corpo de Bombeiros.

A Coordenação Nacional da CPT está solicitando audiência com o governador José Serra para apresentar a ele a dramática situação vivida pelas famílias e espera que o seu direito seja garantido pelo Estado mais rico de nossa Federação.

Goiânia, 29 de setembro de 2008.
A Coordenação Nacional
da Comissão Pastoral da Terra

Prêmio pela Paz a Dom Cappio*

*Caro Dom Luiz Flávio Cappio,
Cara representante de Pax Christi Internacional,
Caros e caras representantes de igrejas, movimentos
religiosos, movimentos sociais
Amigos e amigas participantes da Romaria das
Águas em Sobradinho**

Apesar de ter programado estar aí com vocês, dificuldades urgentes em minha Diocese de Viana, no Maranhão, me impediram de compartilhar com vocês este dia de jejum e oração. Mas meu irmão Dom Tomás Balduino e muitos agentes da CPT estão aí para dizer que a Comissão Pastoral da Terra acompanha com todo empenho e atenção a luta que se desenvolve às margens do São Francisco. Aproveito a oportunidade para lhes enviar minha sincera e fraterna saudação.

O Prêmio pela Paz, que Pax Christi Internacional outorga a Dom Cappio, representa o reconhecimento internacional da árdua luta enfrentada por homens e mulheres do São Francisco e de muitas organizações para salvar a vida deste rio que foi denominado um dia como o da integração nacional, mas que os interesses econômicos o transformaram em rio da discórdia. Quando se coloca o pretensão “desenvolvimento” como o valor máximo, o mais importante

são os interesses de grupos e corporações econômicas. A natureza, a vida das comunidades e das pessoas se tornam meros detalhes descartáveis. Como o próprio Jesus nos alertou, são modelos incompatíveis um com o outro: “Não se pode servir a dois senhores. Não se pode servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24).

Por isso, quando os pequenos se reúnem, como nesta Romaria, quando o jejum se torna a única arma possível para combater certo tipo de demônios (Mt 17,21), temos a certeza que nossa fraqueza se torna força capaz de enfrentar os maiores poderes deste mundo, pois têm os pés de barro (Dn 2) e um dia ruidosamente irão cair, como está acontecendo nestes dias com o mercado financeiro.

Irmãs e irmãos, creiam na sua fraqueza, creiam na força da união, creiam que tudo é possível para os que creem.

Um afetuoso abraço a todos e todas.

Viana, 17 de outubro de 2008.

Dom Xavier Gilles de Maupeou d’Ableiges
Presidente da CPT
Bispo de Viana
Presidente do Regional Nordeste 5 da CNBB

* Carta do Presidente da CPT a Dom Cappio, à Pax Christi Internacional e aos participantes da Romaria das Águas em Sobradinho, por ocasião da entrega do Prêmio pela Paz a Dom Cappio.

Resposta ao Ministro Mangabeira Unger*

Exmo. Senhor

Dr. Roberto Mangabeira Unger

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Esplanada dos Ministérios – Bloco O, 8º andar

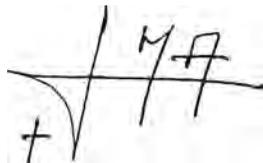
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Ministro

Sinto-me muito honrado com seu convite para participar de reunião que tem como objetivo a definição de uma Agenda Comum e Convergente para a Agricultura Familiar e a Agricultura Empresarial, a se realizar no dia 29 próximo, em Brasília. Agradeço pelo mesmo.

Além de ter na mesma data outra atividade agendada, declino do convite por entender que é impossível o estabelecimento desta Agenda Comum, pois agricultura camponesa e agronegócio são projetos conflitantes que obedecem a lógicas diametralmente opostas. Enquanto uma se preocupa com a produção de alimentos, a segunda pensa em negócios. A Agenda Comum e a Convergência entre ambas só é possível, e muitos nela acreditam, com a total subordinação da agricultura familiar aos esquemas e ditames da agricultura empresarial.

Atenciosamente,



Dom Xavier Gilles de Maupeou d'Ableiges
Presidente da CPT

* Resposta de Dom Xavier, presidente da CPT, ao convite do Ministro Mangabeira Unger para participação em reunião com objetivo de estabelecer uma Agenda Comum e Convergente para a Agricultura Familiar e a Agricultura Empresarial.

Etanol e trabalho escravo: aonde o governo brasileiro quer chegar?*

No intuito de promover o etanol brasileiro, vendendo a imagem de sua imaculada sustentabilidade, o Ministério brasileiro das Relações Exteriores convocou para os dias 17 a 21 de novembro uma Conferência Internacional intitulada "Biocombustíveis como vetor do Desenvolvimento Sustentável". Na oportunidade, o subsecretário-geral de Energia e Alta Tecnologia do Itamaraty, coordenador do evento, embaixador André Amado, acaba de rejeitar em bloco qualquer alegação de existência de trabalho escravo no setor de produção de açúcar e álcool. Disse-se "um pouco indignado" pela campanha de "denegrimento" (sic) que visaria o setor com base em denúncias infundadas e confusões conceituais cuja origem não chegou a detalhar.

Conforme dados do Ministério do Trabalho, de janeiro de 2003 a outubro de 2008, 25 operações do Grupo Móvel de Fiscalização, integrado por inspetores do trabalho, procuradores do trabalho e policiais federais, resgataram de condição análoga à de escravo 6.779 trabalhadores em canaviais dos estados de Goiás (6 casos), São Paulo (4), Alagoas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (3 em cada), Rio de Janeiro (2), além de Ceará, Minas Gerais, Paraná e Pará (1 em cada).

O Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, instrumento capital no enfrentamento ao trabalho escravo, tem merecido desde sua criação, em 1995, os elogios de inúmeros especialistas, entre outros da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Sua atuação independente já resultou na libertação de mais de 32.500 brasileiros, a maioria deles a partir de 2003 (82% do total) quando a fiscalização foi intensificada.

A mudança crucial nestes anos foi o crescimento brutal das ocorrências flagradas no setor sucro-alcooleiro: a proporção de trabalhadores libertados de situação análoga à de escravo passou de 10% do total no período 2003-2006 (1.605 resgatados) para 51% em 2007 (3.060) e já está em 52% nos primeiros 10 meses de 2008 (2.114). Para os mesmos períodos, os flagrantes no setor passaram de 1% do total a 5% e 9%. No acumulado do período 2003-2008, as ocorrências comprovadas na cana-de-açúcar - atividade geralmente concentrada em extensas plantações - representaram 26% dos libertados e 3% dos casos flagrados, enquanto chegavam a 33% dos libertados e 60% dos casos na pecuária. Lavouras de grãos e carvão vegetal somaram outros 22% dos libertados e 22% dos casos.

120 anos após a Lei Áurea ninguém se orgulha por tais números. A preocupação é com a erradicação efetiva de uma prática que, contraditoriamente, o MRE reconhece no seu website, qualificando-a como "residual", ao aludir à libertação de "apenas" 289 cortadores de cana em canaviais paulistas. Passos significativos foram dados nos últimos anos, particularmente a partir da divulgação da conhecida 'lista suja' (atualmente com 4 integrantes do setor sucro-alcooleiro) com seus dissuasivos desdobramentos práticos: cortes de financiamentos, vedação de contratos, suspensão de negócios ao longo das cadeias produtivas envolvidas. Um Pacto Nacional contra o trabalho escravo, com mais de 200 empresas e instituições signatárias, bem como a adoção recente de vários planos e leis estaduais corroboram o esforço nacional para a erradicação do trabalho escravo, também reafirmado no 2º Plano Nacional

* Nota da Coordenação Nacional da CPT e da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, às vésperas da Conferência Internacional "Biocombustíveis como vetor do Desenvolvimento Sustentável", sobre a ocorrência de trabalho escravo no setor sucro-alcooleiro.

preparado pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e lançado há pouco pelo Governo Federal.

Sem surpresa - se considerados os interesses em jogo - as tentativas para desacreditar e derrotar a política nacional de combate ao trabalho escravo não faltaram nestes anos: Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a 'Lista Suja', bloqueio de mais de 13 anos contra a aprovação da PEC 438/2001 'do confisco das terras', ataque virulento, porém fracassado, de um grupo de senadores após a fiscalização da Usina Pagrisa (PA).

O escândalo é o Ministério das Relações Exteriores juntar sua voz a um restrito coro formado por setores da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e seus representantes na bancada ruralista do Congresso.

O escândalo é um Ministério (MRE) desmerecer a ação corajosa e isenta conduzida por outros membros do mesmo Governo (MTE, MJ, SEDH) e o Ministério Público do Trabalho e não provocar nenhuma reação oficial.

Ao contrário das afirmações do embaixador Amado, a política nacional de erradicação do trabalho escravo, inclusive no setor canavieiro, se baseia em fatos, não em alegações. E o conceito de trabalho escravo orientando a qualificação destes fatos não é nem confuso, nem vago. É definido pela Lei 10.803/2003 e amparado em Convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, particularmente junto à OIT. E está sendo fiscalizado por servidores preparados e isentos. Conforme esclarece o procurador do Trabalho Luís Camargo, na formulação atual do Art. 149 do Código Penal, a condição análo-

ga à de escravo é o gênero, sendo suas espécies o trabalho forçado e o trabalho degradante. Com isso, claramente, o legislador brasileiro enfatiza não apenas a supressão da liberdade individual do trabalhador, mas, sobretudo, a garantia da dignidade deste mesmo trabalhador.

Não há argumento para mitigar a caracterização de situações em que, transportados e alojados pior que animais, pressionados pelo pagamento por produção e pela corrida desenfreada por produtividade, cortadores de cana são obrigados a trabalhar até a exaustão, em jornadas ilimitadas, com registro de várias mortes. Sem levar em conta este custo, não há como dissertar sobre as vantagens comparativas do açúcar e do etanol brasileiro no mercado global.

A Comissão Pastoral da Terra recusa a opção enganosa que querem nos impor entre produzir a contento ou lutar por dignidade, e denuncia a perversa manobra em curso. Voltamos a questionar: será que, em nome dos imediatos interesses do setor dos agrocombustíveis, a ele tudo deve ser permitido? Baixar a guarda neste momento no combate à escravidão, por mero oportunismo mercantil, não prepara dificuldades bem piores para o país? Qual é a palavra do Governo sobre isso?

Não deveria o Brasil buscar nas oportunidades de que dispõe no mercado mundial um "vetor" para corrigir de vez as conhecidas mazelas de um modelo de desenvolvimento incompatível com as universais exigências de dignidade no trabalho (bem como de sustentabilidade ambiental)? Ou, por teimosa cegueira, preferimos que concorrentes se valham contra nós da arma que lhes oferecemos?

Goiânia, 17 de novembro de 2008.

Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra
Campanha Nacional contra o Trabalho Escravo

Nota da Comissão Pastoral da Terra à imprensa e à sociedade contra a homenagem da ALMG a Antério Mânica e outros*

Na noite desta segunda-feira (24/11/08), a Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG - entregou a Medalha da Ordem do Mérito Legislativo a 232 pessoas, nos graus Grande Mérito, Mérito e Mérito Especial. O grande homenageado, o escritor Guimarães Rosa, que estaria completando 100 anos em 2008, “na vida em plenitude”, deve ter ficado feliz pelo que são e fazem vários homenageados, mas deve ter ficado indignado, porque a ALMG entregou medalhas a pessoas que pelo que fizeram e representam em Minas Gerais não poderiam, de forma alguma, estar entre estes.

Os 77 deputados da ALMG macularam a imagem da Assembleia Legislativa de Minas, porque homenagearam pessoas que têm grandes “dívidas” com o povo mineiro. Inclusive os deputados estaduais Roberto Carvalho e Paulo Guedes do PT integraram a mesa diretora que definiu quem receberia as medalhas.

Os membros da Comissão Pastoral da Terra – CPT – estranham e lamentam profundamente que o senador Wellington Salgado tenha recebido medalha, um caso de suplente que passa a ser senador sendo um ilustre desconhecido do povo. É exemplo dos que foram arrolados como suplentes por interesses dos senadores, por serem parentes ou por terem sido patrocinadores econômicos de campanha.

Lamentamos também que o presidente da mineradora AngloGold Ashanti, Hécio Roberto Martins Guerra, tenha recebido a medalha. Isso é um desrespeito às milhares de vítimas da

silicose causada pela AngloGold Ashanti em suas minas em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte. E as 30 famílias do bairro Bela Fama (Acaba Mundo), em Nova Lima, que estão ameaçadas de despejo pela AngloGold?

Protestamos veementemente pelo fato da ALMG ter concedido Medalha de Mérito ao prefeito de Unaí, MG, Antério Mânica. Isso é desrespeitar os quatro mártires fiscais da Delegacia Regional do Trabalho, que foram assassinados, covardemente, em 28/01/2004, no município de Unaí, enquanto investigavam a existência de trabalho escravo nas fazendas da região, inclusive nas fazendas dos irmãos Mânica, Antério e Norberto, ambos arrolados no processo que ainda não foi julgado, como mandantes do massacre dos fiscais.

Cumpramos recordar que os Mânicas foram multados várias vezes, de 1999 a 2004, em mais de 3 milhões de reais, porque os fiscais encontraram em suas fazendas situações análogas à de escravidão e o massacre continua impune.

Portanto, a ALMG homenagear Antério Mânica significa apoiar a perpetuação do trabalho escravo no Brasil e a impunidade desse e de tantos outros crimes hediondos como o massacre de Felisburgo, ocorrido em 20/11/2004.

Carlos Calazans, ex-Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais, devolveu ontem a medalha e o diploma que tinha recebido da Assembleia Legislativa de MG, exatamente por ter se destacado no combate ao trabalho escravo no Estado mineiro e, especificamente, por

* Nota da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, contra a condecoração a Antério Mânica e outros pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

ter ajudado na prisão de Antério e Norberto Mânica como supostos mandantes do massacre dos fiscais.

Padre Antônio Claret, também homenageado, se sentiu constrangido por ter recebido a medalha ao lado de Antério Mânica. Ele também está disposto a devolver a medalha caso a Assembleia Legislativa não cancele a condecoração dada aos questionados acima.

A CPT se congratula com muitos, entre os 232, que de fato mereceram a homenagem da ALMG, como o caso do Padre Antônio Claret, da coordenação do Movimento dos Atingidos

por Barragens – MAB -, que tem sido um incansável batalhador na luta em defesa das milhares de famílias atingidas pelas grandes barragens e por um modelo energético que privatiza as águas. Ele irradia esperança, pois milita na construção de uma sociedade sustentável com justiça social e sustentabilidade ecológica.

A CPT exige que a Assembleia Legislativa de Minas volte atrás e cancele a medalha concedida aos três questionados acima e nos próximos anos seja mais criteriosa na escolha dos homenageados.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT MG

Agente da CPT recebe prêmio nacional de direitos humanos

Frei Xavier Plassat, da coordenação da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, receberá o prêmio de pessoa física na categoria "Erradicação do Trabalho Escravo", da 14ª edição do Prêmio Direitos Humanos 2008, promovido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Além dele, a ONG Repórter Brasil ganhou o prêmio como pessoa jurídica, na mesma categoria. A Secretaria premiou, ainda, outras 10 categorias, entre defensores de direitos humanos, enfrentamento à violência e à pobreza, igualdade de gênero e racial, registro civil de nascimento, educação em direitos humanos, e garantia dos direitos das pessoas com deficiência e da criança e do adolescente. A cerimônia de entrega do prêmio será no dia 15 de dezembro, às 15h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, durante a abertura da Conferência Nacional de Direitos Humanos. Os ganhadores receberão um certificado e uma obra de arte criada pelo artista plástico goiano Siron Franco. A Comissão de Julgamento foi constituída pelo ministro Paulo Vannuchi, como presidente, e por Egídio Machado Sales Filho, Nair Bicalho de Sousa, Paulo Abrão Pires Junior, Roberto Armando Ramos de Aguiar e Solon Eduardo Annes Viola.

Realidade ainda muito presente

De acordo com os dados da CPT, de 1995 a novembro de 2008, 32.931 trabalhadores foram libertados da condição de escravidão em todo o

país. 33,3% deles só no Estado do Pará, onde, este ano, foi feito o maior resgate de trabalhadores desde a criação do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho. 1.108 trabalhadores foram libertados na fazenda de cana-de-açúcar Pagrisa. Cada vez mais presente, e não apenas nos livros de história, a escravidão se mostra, inclusive, recorrente em nosso país diante da impunidade e da morosidade da justiça. Escravidão é violação dos direitos humanos e deve ser tratada como tal. Desde 2001 há uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 438/2001 ou PEC do Trabalho Escravo, que prevê o confisco das terras onde for encontrado trabalho escravo, destinando-as para a Reforma Agrária. A proposta passou pelo Senado Federal, em 2003, e foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados em 2004. Desde então, está parada, aguardando votação.

A CPT, a Repórter Brasil e outras entidades, integrantes da "Frente Nacional Contra o Trabalho Escravo e pela Aprovação da PEC 438", promovem, desde abril, um abaixo-assinado em todo o país, pela aprovação da Emenda Constitucional. Enquanto a proposta da Emenda fica parada, o governo continua promovendo o etanol brasileiro no resto do mundo e a produção de cana continua escravizando milhares de trabalhadores em todo o país. Até novembro deste ano, 49% dos trabalhadores libertados foram resgatados na produção de cana-de-açúcar.

Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades

*Utilizamos as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo o nome é apresentado por extenso.

AABSS

Associação dos Atingidos pela Barragem de São Salvador

Aafit

Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho

ACCS

Associação Catarinense dos Criadores de Suínos

ACRQ

Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos

Ama

Amigos do Meio Ambiente

Amda

Associação Mineira de Defesa do Ambiente

ASA*

Articulação do Semi-Árido*

Asteca

Associação Técnica de Cooperação Agrícola

ASTST*

Associação dos Sem Terra e Sem Teto

ATR

Associação dos Trabalhadores Rurais

CAA

Centro de Agricultura Alternativa

Campo Vale

Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha

Capão Xavier

Movimento Capão Xavier Vivo

CAR

Central dos Assentados de Roraima

Cáritas

Cáritas Brasileira

CEBs

Comunidades Eclesiais de Base

Ceta

Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados

Cimi

Conselho Indigenista Missionário

CIR

Conselho Indígena de Roraima

CMS

Coordenação dos Movimentos Sociais

CNS

Conselho Nacional dos Seringueiros

Coiab

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Conaq

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombos

Conlutas

Coordenação Nacional de Lutas

Contag

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPP

Conselho Pastoral dos Pescadores

CPT

Comissão Pastoral da Terra

CRB

Conferência dos Religiosos do Brasil

CTV*

Centro Terra Viva

CUT

Central Única dos Trabalhadores

FAF*

Fórum de Agricultura Familiar

FCP*

Federação das Colônias dos Pescadores

Feab

Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

Feraesp

Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

Fetacre

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre

Fetaemg

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

Fetag/AL

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas

Fetag/BA

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia

Fetag/PB

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba

Fetag/PI

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí

Fetag/RJ

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

Fetag/RR

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima

Fetag/RS

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

Fetagri

Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado

Fetagri/MS

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul

Fetagri/MT

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso

Fetagri/PA

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/ Amapá

Fetagro

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia

Fetape

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Fetarn

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte

Fetase

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe

Fetraece

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará

Fetraf

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FMA

Fórum de Mulheres da Amazônia

Fompe*

Fórum de Mulheres de Pernambuco

FPRN*

Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte

FPRT*

Frente de Proteção ao Rio Tibagi

FPS

Fórum das Pastorais Sociais

FSM*

Fórum Social Mineiro

Funáguas

Fundação Águas

Greenpeace

Greenpeace

GTA

Grupo de Trabalho da Amazônia

IECLB

Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil

LCP

Liga dos Camponeses Pobres

LCPNM

Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas

MAB

Movimento dos Atingidos por Barragens

MAST

Movimento dos Agricultores Sem Terra

MCXV

Movimento Capão Xavier Vivo

MIQCB

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MLST

Movimento de Libertação dos Sem Terra

MMC

Movimento de Mulheres Camponesas

MNDDH

Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos

MPA

Movimento dos Pequenos Agricultores

MPB*

Movimento dos Pescadores e das Pescadoras da Bahia

MPL

Movimento Passe Livre

MST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTAA/MT

Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso

MTD

Movimento dos Trabalhadores Desempregados

MUP

Movimento pela Universidade Popular

OI

Organização Independente

PJMP

Pastoral da Juventude do Meio Popular

PJR

Pastoral da Juventude Rural

Proj. Manuelzão

Projeto Manuelzão

Quilombolas

Quilombolas

Reapi

Rede Ambiental do Piauí

Rede Alerta

Rede Alerta contra o Deserto Verde

Roda

Rede de Organizações em Defesa da Água

SER

Sindicato dos Empregados Rurais

Sinait

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

Sinergia

Sinergia

Sintraf

Sindicato da Agricultura Familiar

STR

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UEE-RJ

União Estadual dos Estudantes do RJ

Uniterra

União dos Movimentos Sociais pela Terra

Via Campesina

Via Campesina

Fontes de Pesquisa

*Declarações e Informes dos 21 Regionais da CPT

*Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais

*Relatórios de Sindicatos e Federações de trabalhadores rurais

*Informes de Parlamentares Estaduais e Federais

*Documentos Oficiais do Judiciário, Legislativo, Ministério do Trabalho, Ministério Público Estadual e Federal

CPTs

Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, Araguaína-TO

Informativo Terra das Águas - CPT - AM

Notícias da Terra - Boletim Informativo da CPT - RO

Notícias da Terra e da Água - CPT Nacional - GO

O Lavrador - CPT - PI

Pastoral da Terra - CPT Nacional - GO

Pé no Chão - PT - PB

Pelejando - CPT - MG

Igrejas

ACR do Brasil - Animação dos Cristãos no Meio Rural

Alvorada - Prelazia de São Félix do Araguaia - MT

APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural

Boletim Anunciando e Defendendo - Diocese de Ji-Paraná - RO

Cáritas Brasileira

Cebi - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Conselho Indigenista Missionário

Conselho Pastoral dos Pescadores

Conselho Paroquial

Documento de Diocese

O Muriçoquinha - Paróquia Sta. Luzia - Anapu - PA

O Roceiro - Crateús - CE

Pastoral da Comunicação

Pastoral da Juventude

Pastoral da Juventude Rural

Pastoral Operária

Pastoral do Migrante

Porantim - Brasília - DF

Prelazia de São Félix do Araguaia - MT

Ressurreição e Vida - Senhor do Bonfim - BA

ONGs

Boletim da Justiça Global

Boletim Informativo Alerta Contra o Deserto Verde - ES

CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Cedesf - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CDH - CP - Corte Interamericana de Direitos Humanos

CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade

CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro

CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos

Cendhec - Centro D. Helder Câmara de Estudos e Ação Social

Centro de Justiça Global
 Cepasp - Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular
 Circular Recopa - Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa)
 Comissão de Direitos Humanos da OEA
 Comitê Dorothy - PA
 Comitê Rio Maria
 CSDDH - Centro Santo Dias de Direitos Humanos - SP
 Fase - Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional
 Fian - Foodfirst Information e Action Network
 GADDH - Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
 Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
 Greenpeace
 GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
 Ifas - Instituto de Formação e Assessoria Sindicais
 Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM
 NDH - Núcleo de Direitos Humanos
 ISA - Notícias Socioambientais
 Rede Nacional dos Advogados e Advogadas Populares
 Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
 Repórter Brasil
 Sasop - Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais
 SDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

Movimentos Sociais

Ceta - Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados
 CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
 Comitê Rio Maria
 Contraponto - Marabá - PA
 Fórum Carajás
 Jornal do MST - São Paulo - SP
 Letra Viva - MST
 Liga dos Camponeses Pobres
 Notícias da Amazônia - Secretaria do MST Pará - Marabá
 Movimento de Mulheres Camponesas
 Movimento de Libertação dos Sem Terra
 Movimento dos Atingidos por Barragens
 Movimento dos Pequenos Agricultores
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
 Revista Sem Terra São Paulo - SP
 Terra de Direitos
 Via Campesina

Sindicatos

Agência Contag de Notícias - Brasília - DF
 Central Única dos Trabalhadores
 Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
 Federações dos Trabalhadores na Agricultura - Fetag
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais
 STL - Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura

Associações

Apapap - Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira
 Asseefa - Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia
 Associação dos Pequenos Agricultores Paz e Alegria

Anca - Associação Nacional de Cooperação Agrícola
AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

Outras fontes

Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina
Anistia Internacional
Agência 10envolvimento - BA
Caju - Casa da Juventude
Cerrado Assessoria Jurídica Popular - GO
CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
Combate ao Racismo Ambiental
Comissão Justiça e Paz
Data Luta - Presidente Prudente - SP
Delegacia de Polícia
Departamento de Medicina Legal
Dhesc - Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais
Diretório Nacional do PT - Brasília - DF
DRT - Delegacia Regional do Ministério do Trabalho
Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
GP1 - O 1º Grande Portal do Piauí
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Informe Agropecuário - Epamig - Belo Horizonte - MG
Jornal Movimento Regional - Marabá - PA
Notícias do Tribunal Superior do Trabalho
Observatório Quilombola
OIT - Organização Internacional do Trabalho - ONU
ONU - Organização das Nações Unidas
Ordem dos Advogados do Brasil
Ouvidoria Agrária Nacional
Página Agrária - PT - Brasília - DF
Pé no Chão - PT - PB

Imprensa

1. A Crítica - Manaus - AM
2. A Folha - São Carlos - SP
3. A Gazeta - Cuiabá - MT
4. A Gazeta - Rio Branco - AC
5. A Gazeta - Vitória - ES
6. A Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
7. A Gazeta do Povo - Curitiba - PR
8. A Notícia - Chapecó - SC
9. A Nova Democracia - Rio de Janeiro - RJ
10. A Província do Pará - Belém - PA
11. A Região - Itabuna - BA
12. A Tarde - Salvador - BA
13. A Tribuna - Criciúma - SC
14. A Tribuna - Santos - SP
15. A Tribuna do Povo - Umuarama - PR
16. A Tribuna - Rondonópolis - MT
17. Agence France - Presse - Paris - FR
18. Agência Brasil - Rio de Janeiro - RJ
19. Agência Estado - São Paulo - SP
20. Agência Estadual de Notícias do Paraná
21. Agência Folha
22. Agência Notícias do Planalto - Brasília - DF
23. Agora Bahia - Salvador - BA
24. Agora São Paulo - São Paulo - SP
25. Alto Madeira - Porto Velho - RO
26. Amazonas em Tempo - Manaus - AM
27. Amigos da Terra-Amazônia Brasileira - PA
28. BBC Brasil - Londres - ING
29. Bem Paraná - Portal Paranaense
30. Blogs

31. Boletim da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP - Curitiba - PR
32. Brasil de Fato - São Paulo - SP
33. Brasil Norte - Boa Vista - RR
34. Campo Grande News - Campos Grande - MS
35. Carta Maior - São Paulo - SP
36. Rádio CBN
37. Cinform - Central de Informações - Aracaju - SE
38. Jornal de Brasília - clicbrasil.com.br
39. Coletivo - Brasília - DF
40. Comércio do Jahu - Jaú - SP
41. Contraponto - Marabá - PA
42. Correio - Uberlândia - MG
43. Correio Braziliense - Brasília - DF
44. Correio da Bahia - Salvador - BA
45. Correio da Cidadania - São Paulo - SP
46. Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
47. Correio do Estado - Campo Grande - MS
48. Correio do Pará - Belém - PA
49. Correio do Povo - Porto Alegre - RS
50. Correio do Povo do Paraná - Laranjeiras do Sul - PR
51. Correio do Tocantins - Marabá - PA
52. Correio Paranaense - Curitiba - PR
53. Correio Popular - Campinas - SP
54. Correio Riograndense - Caxias do Sul - RS
55. Correio web - Brasília - DF
56. Cosmo online - Campinas - SP
57. DCI - Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo - SP
58. Dia a Dia - Campo Grande - MS
59. Diário Catarinense - Florianópolis - SC
60. Diário da Amazônia - Porto Velho - RO
61. Diário da Manhã - Chapecó - SC
62. Diário da Manhã - Goiânia - GO
63. Diário da Manhã - Ponta Grossa - PR
64. Diário da Região - São José do Rio Preto - SP
65. Diário da Serra - Tangará da Serra - MT
66. Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG
67. Diário da Tarde - São Paulo - SP
68. Diário de Aço - Caratinga - MG
69. Diário de Canoas - Canoas - RS
70. Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
71. Diário de Guarapuava - Guarapuava - PR
72. Diário de Natal - Natal - RN
73. Diário de Pernambuco - Recife - PE
74. Diário de São Paulo - São Paulo - SP
75. Diário do Amapá - Macapá - AP
76. Diário do Amazonas - Manaus - AM
77. Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG
78. Diário do Grande ABC - Santo André - SP
79. Diário do Iguçu - Chapecó - SC
80. Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
81. Diário do Pará - Belém - PA
82. Diário do Povo - Dourados - MS
83. Diário do Povo - Teresina - PI
84. Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
85. Diário do Vale - Rio de Janeiro - RJ
86. Diário dos Campos - Ponta Grossa - PR
87. Diário Oficial da União - Brasília - DF
88. Diário Popular - São Paulo - SP
89. Dourados News - Dourados - MS
90. Época - Rio de Janeiro - RJ
91. Estadão - São Paulo - SP
92. Estado de Minas - Belo Horizonte - MG
93. Expresso Ilustrado - Santiago - RS
94. Extra - Rio de Janeiro - RJ
95. Folha da Baixada - Cuiabá - MT
96. Folha da Manhã - Campos dos Goytacazes - RJ
97. Folha da Região - Araçatuba - SP
98. Folha de Boa Vista - Boa Vista - RR
99. Folha de Carajás - Redenção - PA
100. Folha de Londrina - Londrina - PR
101. Folha de Pernambuco - Recife - PE
102. Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO
103. Folha de São Paulo - São Paulo - SP
104. Folha do Amapá - Macapá - AP
105. Folha do Estado - Cuiabá - MT
106. Folha do Paraná - Cascavel - PR
107. Folha do Paraná - Curitiba - PR
108. Folha do Povo - Campo Grande - MS
109. Folha Popular - Palmas - TO
110. Folha Regional - MG
111. Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
112. Gazeta de Ribeirão - Ribeirão Preto - SP
113. Gazeta Digital - Guararapes - SP
114. Gazeta do Alto Piranhas - Cajazeiras - PB
115. Gazeta do Oeste - Mossoró - RN
116. Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
117. Gazeta do Povo - Curitiba - PR
118. Gazeta do Sul - Santa Cruz do Sul - RS
119. Gazeta Mercantil - São Paulo - SP
120. Gazeta Nacional - Rio de Janeiro - RJ
121. Gazeta Online - Vitória - ES
122. Globo Rural - TV Globo
123. Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG
124. Informativo Stúdio Rural - Campina Grande - PB
125. Informe Agropecuário - Campo Grande - MS
126. Isto É - São Paulo - SP
127. Isto É Dinheiro - São Paulo - SP
128. Jornal A Cidade - Ribeirão Preto - SP
129. Jornal Agora - Porto Alegre - RS
130. Jornal Amazônia Hoje - Belém - PA
131. Jornal Arinos - Nova Mutum - MT
132. Jornal Correio do Tocantins - Marabá - PA
133. Jornal Correio Popular de Rondônia - Ji-Paraná - RO
134. Jornal Cultura - Guarapuava - PR
135. Jornal da Cidade - Bauru - SP
136. Jornal da Comunidade - Brasília - DF
137. Jornal da Manhã - Aracaju - SE
138. Jornal da Manhã - Uberaba - MG
139. Jornal da Paraíba - Campina Grande - PB
140. Jornal da Tarde - São Paulo - SP
141. Jornal de Brasília - Brasília - DF
142. Jornal de Cuiabá - Cuiabá - MT
143. Jornal de Fato - Natal - RN
144. Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC
145. Jornal de Santarém e Baixo Amazonas - Santarém - PA
146. Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ
147. Jornal do Cariri - Juazeiro do Norte - CE

148. Jornal do Comércio - Recife - PE
149. Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ
150. Jornal do Dia - Macapá - AP
151. Jornal do Estado - Curitiba - PR
152. Jornal do Tocantins - Palmas - TO
153. Jornal Pequeno - São Luís - MA
154. Jornal Planalto Central - Brasília - DF
155. Jornal Spalhafatos - Brasília - DF
156. Jornal Vale Paraibano - São José dos Campos - SP
157. Le Monde - Paris - FR
158. Marco Zero - Macapá - AP
159. Meio Norte - Teresina - PI
160. Portal Terra
161. Nova Fronteira - Salvador - BA
162. Novo Extra - Maceió - AL
163. O Debate - Macaé - RJ
164. O Dia - Rio de Janeiro - RJ
165. O Dia - Teresina - PI
166. O Diário de São Paulo - São Paulo - SP
167. O Estadão - Porto Velho - RO
168. O Estado de São Paulo - São Paulo - SP
169. O Estado do Maranhão - São Luís - MA
170. O Estado do Norte - Porto Velho - RO
171. O Estado do Paraná - Curitiba - PR
172. O Estado do Tapajós - PA
173. O Falcão - Abelardo Luz - PR
174. O Globo - Rio de Janeiro - RJ
175. O Globo - Online - Rio de Janeiro - RJ
176. O Imparcial - Presidente Prudente - SP
177. O Imparcial - São Luís - MA
178. O Jornal - Maceió - AL
179. O Jornal dos Municípios - São Paulo - SP
180. O Liberal - Belém - PA
181. O Mercado On Line - Rio Verde - GO
182. O Mossoroense - Mossoró - RN
183. O Nacional - Passo Fundo - RS
184. O Norte - João Pessoa - PB
185. O Paraná - Cascavel - PR
186. O Popular - Goiânia - GO
187. O Povo - Fortaleza - CE
188. O Progresso - Dourados - MS
189. O Progresso - Imperatriz - MA
190. O Rio Branco - Rio Branco - AC
191. O São Paulo - São Paulo - SP
192. O Tempo - Belo Horizonte - MG
193. Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP
194. Opinião - Marabá - PA
195. Página 20 - Rio Branco - AC
196. Paraná Online - Curitiba - PR
197. Portal A Notícia - Florianópolis - SC
198. Radiobrás - Agência Brasil - São Paulo - SP
199. Repórter Brasil Agência de Notícias
200. Revista do Terceiro Setor
201. Revista República - São Paulo - SP
202. Revista Século Diário - Vitória - ES
203. Revista Tempo e Presença - Rio de Janeiro - RJ
204. Revista Terra Brasilis - EUA
205. Revista Valor - Portugal
206. Tododia - Americana - SP
207. Tribuna da Bahia - Salvador - BA
208. Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ
209. Tribuna da Produção - Palmeira das Missões - RS
210. Tribuna de Alagoas - Maceió - AL
211. Tribuna do Brasil - Brasília - DF
212. Tribuna do Ceará - Fortaleza - CE
213. Tribuna do Interior - Campo Mourão - PR
214. Tribuna do Norte - Apucarana - PR
215. Tribuna do Norte - Natal - RN
216. Tribuna do Planalto - Goiânia - GO
217. Globonews
218. Último Segundo (Portal IG)
219. Umuarama Ilustrado - Umuarama - PR
220. Valor Econômico - São Paulo - SP
221. Veja - São Paulo - SP
222. Portal Amazônia
223. Jornal Cruzeiro do Sul
224. Portal UAI - MG
225. Fazendo Mídia
226. Centro de Mídia Independente
227. Portal Moginews
228. Portal Montes Claros.com
229. Portal ORM - PA
230. Portal Rondônia Digital
231. Portal Rondôniaovivo.com
232. RPC.com.br
233. Jornal Vale Paraibano
234. Zero Hora - Porto Alegre - RS

CPT no Brasil

SECRETARIA NACIONAL

Rua 19, no. 35, 1º and., Ed. D. Abel, Centro
CEP: 74030-090
Goiânia/GO
Fones: (62) 4008-6466/4008-6400
Fax: (62) 4008-6405
E-mail: cpt@cptnacional.org.br

ACRE

Travessa Amapá, 261, Bairro Cerâmica
CEP: 69908-970
Rio Branco/AC
Caixa Postal: 284
Fone/Fax: (68) 3223-2193
E-mail: pastoralterra@bol.com.br
cptac@uol.com.br

AMAPÁ

Av. Pe. Manoel da Nóbrega, 1000,
B. Jesus de Nazaré
CEP: 68906-970
Macapá/AP
Fone: (96) 3223-2539 Fax: (96) 3222-12 87
E-mail: cptap@uol.com.br

AMAZONAS

Rua Silva Ramos, 555, Centro
CEP 69025-030
Manaus/AM
Fone/Fax: (92) 3232-1160
E-mail: cptam@vivax.com.br

ARAG./TOCANTINS

Rua Porto Alegre, 446, B. São João
CEP: 77807-070 Araguaína /TO
Caixa Postal: 51
Fone/Fax: (63) 3412-3200
E-mail: cptartoc@cultura.com.br

BAHIA

Rua Gal Labatut, 78, Bairro Barris
CEP: 40070-100
Salvador/BA
Fone/Fax (71) 3328- 4672
E-mail: cptba@terra.com.br
cptba@cptba.org.br

CEARÁ

Rua Mons. Otávio de Castro,
150, Bairro Fátima
CEP: 60050-150 Fortaleza/CE
Fone/Fax: (85) 3226-1413
E-mail: cptce@fortalnet.com.br

ESPÍRITO SANTO

Rua São José, 259, Sernanby,
CEP: 29930-000
São Mateus/ES
Caixa Postal: 312
Fone/Fax: (27) 3763-3505
E-mail: cptesrj@veloxmail.com.br

GOIÁS

Rua 19, 35, 1º andar,
Ed. D. Abel, Centro
CEP: 74030-090
Goiânia/GO
Fone: (62) 3223-5724
Fax: (62) 3225-6534
E-mail: cptgo@hotmail.com

MARANHÃO

Rua do Sol, 457, Centro
CEP: 65020-590
São Luís/MA
Fone: (98) 3222-4243
Fax: (98) 3232-8763
E-mail: cptma@elo.com.br
cptmadoc@elo.com.br

MATO GROSSO

Rua Amambaí, 160,
Setor Alvorada
CEP: 78048-460
Cuiabá/MT
Fone: (65) 3621-3068
Fax: (65) 3621-2942
E-mail: cptmt@terra.com.br

MATO GROSSO DO SUL

Rua Nicolau Frageli, 71,
Bairro Amambaí
CEP: 79008-570
Campo Grande/MS
Fone/Fax: (67) 3029-7729
E-mail: cptms@terra.com.br

MINAS GERAIS

Rua Cassiterita, 59,
Bairro Santa Inês
CEP: 31080-150
Belo Horizonte/MG
Fone: (31) 3466-0202/3481-5420
Celular: (31) 9636-1790
E-mail: cptminas@veloxmail.com.br

NORDESTE

Rua Esperanto, 490,
Ilha do Leite
CEP: 50070-390
Recife/PE
Fones: (81) 3231-4445/3221-7314
Fax: (81) 3222-2943
E-mail: cptpe@terra.com.br
cptsecretaria@terra.com.br

PARÁ

Tr. Barão do Triunfo, 3151,
Bairro Marco
CEP: 66093-050
Belém/PA
Fone/Fax: (91) 3226 -6491
E-mail: ctpa@cnbbn2.org.br

PARANÁ

Rua Paula Gomes, 703, 1º andar, São Francisco
CEP: 80510-070
Curitiba/PR
Fone/Fax: (41) 3224-7433
E-mail: cpt@cpt.org.br

PIAUI

Rua Desemb. Pires de Castro,
631, Centro Norte
CEP: 64000-390
Teresina/PI
Fone: (86) 3222-4555
Fax: (86) 3223-9370
E-mail: ctpi@veloxmail.com.br

RIO GRANDE DO SUL

Rua Manoel Ferrador, 155,
Bairro Passo das Pedras
CEP: 91230-370
Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 3344-4415
E-mail: cptrs@portoweb.com.br

RONDÔNIA

Rua Sen. Álvaro Maia, 1034,
Bairro Olaria
CEP: 78902-920
Porto Velho/RO
Fone: (69) 3224-4800
Fax: (69) 3223-1135
Celular: (69) 9984-9964
E-mail: cpro@terra.com.br

RORAIMA

Rua Floriano Peixoto, 402-B, Centro
CEP: 69301-320
Boa Vista/RR
Fone: (95) 3224-4636
E-mail: cptroraima@gmail.com

SANTA CATARINA

Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524, Pantanal
CEP: 88040-001
Florianópolis/SC
Fone/Fax: (48) 3234-4766
E-mail: cpts@cnbbsul4.org.br

SÃO PAULO

Cúria Diocesana de Pres. Prudente
Rua Pe. João Goetz, 400, Jardim Esplanada
CEP: 19061-460
Presidente Prudente/SP
Fone: (18) 3918-5000-ramal 54
E-mail: gláuciavania@ig.com